



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會

第四立法會期 (二零一二—二零一三)

第一組

第 IV-90 期

IV LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2012-2013)

I Série

N.º IV-90

Data: 26 de Novembro de 2012
27 de Novembro de 2012

(Início e termo da reunião de 26 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 19 horas e 50 minutos

(Início e termo da reunião de 27 de Novembro)

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 20 horas

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

(Deputados presentes e ausentes na reunião de 26 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi e Tong Io Cheng.

Deputados ausentes: Vitor Cheung Lup Kwan.

(Deputados presentes na reunião de 27 de Novembro)

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan,

Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Melinda Mei Yi e Tong Io Cheng.

Convidados: Cheong Kuoc Vá, Secretário para a Segurança; José Proença Branco, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários; Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança; Sam Chong Nin, Assessor do Gabinete do Secretário para a Segurança; Lio Wa Kei, Assessor do Gabinete do Secretário para a Segurança; Choi Lai Hang, Director-geral dos Serviços de Alfândega; Ma Io Weng, Comandante do Corpo de Bombeiros; Lei Siu Peng, Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública; Wong Sio Chak, Director da Polícia Judiciária; Lee Kam Cheong, Director do Estabelecimento Prisional de Macau; Hoi Sio Iong, Director da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau; Pun Su Peng, Director da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau; Cheang Seng Chio, Coordenador do Gabinete Coordenador de Segurança.

Ordem do Dia: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2013 - área de Segurança.

Sumário: Debate das Linhas de Acção Governativa para 2013 - área de Segurança.

Acta:

(Sessão de 26 de Novembro)

Presidente: Sr. Secretário Cheong, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Boa tarde.

Vamos iniciar a reunião de hoje. A matéria agendada para hoje é a discussão das Linhas de Acção Governativa para o ano de

2013, na área da Segurança.

Primeiro vou pedir ao Sr. Secretário Cheong para fazer a respectiva apresentação. Tem a palavra o Sr. Secretário Cheong.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa:

Ex.^{mos} Srs. deputados:

Movido pelo propósito de expor, de forma tão esclarecida quanto possível, os projectos em que se concretiza a acção do governo no âmbito da segurança pública interna para o ano de 2013, faço-me acompanhar a esta Assembleia Legislativa das personalidades que têm a seu cargo o comando e a direcção das corporações e serviços da área de governação sob minha tutela, ficando, a seu tempo, ao dispor para responder e dar satisfação às questões e instâncias que Vossas Excelências entenderem por oportuno colocar-nos.

Antes de mais, e a abrir, permitam-me que faça o ponto de situação sobre a execução dos trabalhos mais importantes:

Podemos concluir por um notório incremento da aproximação harmoniosa das autoridades de segurança à população, de onde resultou um acervo de informação com inquestionável utilidade para boa ordem social, com reflexos na melhoria das condições de vida e de trabalho dos cidadãos, factores de muita importância no contexto da afirmação internacional de Macau, particularmente como centro cosmopolita, de lazer e turismo.

Vamos continuar a abordar as tendências do crime, acompanhando de perto a situação e reforçar a recolha de inteligência. Perante a nova característica dos vários tipos de actividade criminosa, foram adoptadas as estratégias para a prevenção e combate, a fim de melhorar o ambiente de segurança de Macau. A actividade criminosa geral de Janeiro a Setembro deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado aumentou ligeiramente de 1,9%, a subida registada de 12,3% no primeiro trimestre deste ano e de 5% no primeiro semestre do ano continuou a cair, mostrando que de Janeiro a Setembro deste ano, a situação de segurança melhorou gradualmente. Isto deve-se principalmente ao facto de a polícia tomar medidas preventivas eficazes e medidas de dissuasão contra o crime, o público e os visitantes também recebem diversos tipos de crime informação, de tal modo que a prevenção seja reforçada.

Os trabalhos principais das corporações e organismos das FSM ao longo do ano incluem o seguinte:

1. Coordenamos as operações policiais, alargando a cooperação policial, fizemos a análise da informação e para boa partilha dos recursos e sinergias disponíveis, assim concorrendo para uma melhor atitude de prevenção e um mais eficaz combate ao crime. Os SPU coordenaram a instalação dos sistemas de videovigilância nos espaços públicos, cabendo-lhe, também, a elaboração normas de conduta relativas à recolha, conservação e tratamento das imagens recolhidas. Neste ano, realizou-se sucessivamente a segunda edição do Fórum, *Policiamento Macau-Zhuhai*, o 18.º encontro de Chefes da Investigação Criminal, com o objectivo de fortalecer a cooperação policial bilateral e multilateral entre Macau e Guangdong e Hong Kong. Houve lugar logo ao “Thunder 12 - acção conjunta

das polícias dos três lugares” para combater as actividades criminais relativas às seitas, ao crime de organização transfronteiriça, o que contribui para um efectivo desanuviamento do ambiente de segurança de Guangdong, Hong Kong e Macau, com bons resultados para a segurança e estabilidade das áreas sob responsabilidade policial das partes envolvidas. Para fortalecer os esforços de combate ao terrorismo, a polícia dos três lugares de Guangdong, Hong Kong e Macau implementou a estreita interação e cooperação, realizou-se em Setembro o exercício anti-terrorismo, sendo atingido o efeito desejado.

2. Promovemos e desenvolvemos as operações alfandegárias, facilitando o trânsito de mercadorias, especialmente participando e articulando-se com o “Acordo-Quadro de Cooperação de Guangdong-Macau”. Os serviços alfandegários de Guangdong e Macau, através do *Selo Verde* confirmam reciprocamente os resultados dos respectivos actos de inspecção, tendo em vista evitar a duplicação inspectiva, assim aumentando a eficiência das operações de desalfandegamento das mercadorias que entram ou saem. Ao longo do ano, os SA empenham-se na introdução de medidas de controle do contrabando de tabaco, adoptando programas adequados para prevenir o contrabando. Na inspecção alfandegária diária, em Janeiro, os SA instalaram o segundo equipamento de raios-X próprio para inspecionar os veículos, levando a cabo um programa global de fiscalização, tendo em conta os dados de avaliação de risco. Após o estudo da experiência na construção de sistema de gestão de risco dos serviços alfandegários de Hong Kong e Gongbei, já concluiu o estudo de viabilidade do sistema, vai elaborar o plano de requisitos, projeto e execução, e iniciar um processo de concurso. Estão a instalar-se no parque industrial transfronteiriço Zhuhai-Macau duas pistas com o sistema automático do veículo, a fim de aumentar a eficiência do desalfandegamento. Os SA, através de mecanismo conjunto, procede periodicamente à inspecção marítima com a Capitania dos Portos para manter a ordem marítima; através do mecanismo de contacto ponto-a-ponto para se manter em contacto de 24 horas, com os serviços de segurança pública da China Continental para reforçar a segurança marítima e de controle.

3. A polícia empenha-se na promoção de garantias de segurança pública, consolidação da relação de confiança dos cidadãos para com as autoridades de segurança, no sentido de manter a paz social proporcionando uma vida tranquila aos cidadãos. Foi evidenciado o seu empenho denodado, facilitando o trabalho do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e permitindo-lhe que assegure o harmonioso desenvolvimento em ambiente de segurança, a polícia vem cumprindo as suas atribuições de prevenção e combate ao crime, o que, aliás, faz por rotina. Desenvolveu um trabalho prospectivo através de implantação, por exemplo, de um patrulhamento eficaz. Criou a estratégia de resposta rápida, com incidência nos pontos negros onde as manchas de criminalidade são mais evidentes e preocupantes, por forma a melhor monitorizar afloramentos de crimes de roubo, furto, fogo posto, identificando e detendo os criminosos, no sentido de assegurar uma ordem pública estável.

Para facilitar o cidadão, foi também muito profícuo quanto à cooperação com as entidades bancárias tendo a polícia agilizado as formas de pagamento electrónico das infracções rodoviárias, bem como outros serviços ou encargos, no sentido da efectiva implementação de um serviço de one-stop. Na gestão do tráfego, reforçou a cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, no sentido de melhor coordenarem as questões relativas à coordenação do tráfego rodoviário. O Departamento de Trânsito,

neste ano, acrescentou 30 novas máquinas inteligentes de acusação de infracções, não só se articula com o novo modelo comprovativo de imposto de circulação de veículos, também tem uma função de câmara, posicionamento por satélite, leitura de código bidimensional, o que contribui para registar as contravenções de veículos e reduzir erros de introdução de dados. Cerca de 30% das facturas são emitidas por máquina eletrónica. Para conter o excesso de velocidade, incumprimento de semáforo e corridas ilegais, em Macau e nas Ilhas foram instalados os sistemas de detecção de velocidade e gravação de incumprimento de semáforo, até ao fim de Outubro deste ano há um total de 16 grupos de sistema de detecção de velocidade em 46 sítios, 22 grupos de sistema de gravação de incumprimento de semáforo em 73 sítios. No que diz respeito ao serviço de imigração, foi expandido e melhorado constantemente o sistema de consulta on-line. Implementou um sistema de reserva on-line destinado a facilitar o público. Desde Fevereiro deste ano que, foi agilizado o controlo de trabalhadores não residentes, oriundos da China Continental, no sentido de evitar que aqueles que perderam o emprego em Macau sejam elegíveis para reentrar em Macau. Este mecanismo de verificação tem-se mostrado satisfatório até agora. Desde Maio deste ano, forneceu serviços de tirar fotografia eletrónica para aqueles que se aplicam para os certificados de residência para evitar o atraso do procedimento devido à falta de entrega de fotos.

A polícia alcançou obviamente os compromissos assumidos, envolvendo-se com as comunidades, independentemente do seu extracto social, contactando com as respectivas associações cívicas e com as escolas, com vista a colher e prestar informações úteis sobre a prevenção criminal, certos de que esta sua atitude proactiva contribui para o reforço da confiança junto dos cidadãos.

4. *Continuaremos o reforço do papel das informações na prevenção e investigação criminal.* A Polícia Judiciária tem-se esforçado por se dotar da mais moderna e alta tecnologia de auxílio à investigação criminal, particularmente importante na detecção de crimes mais graves, no sentido de obter uma melhor configuração técnica e também teórica das suas equipas de investigação, isto para se tornar mais eficaz a acção e facilitar a coordenação operacional. A aposta numa melhor qualidade do laboratório e numa melhor gestão das bases de dados de informação criminal facilitam o trabalho de pesquisa. Para assegurar uma resposta imediata aos crimes do jogo, foram redistribuídos os recursos humanos e reformulado o sistema de ocorrência a emergências, através da criação de um grupo de resposta rápida dirigida a todos os casinos e que opera 24/24 horas. Ao mesmo tempo, continuando a enviar o pessoal para inspeções na comunidade, nos postos fronteiriços e monitorização na internet, foi com sucesso detectado caso de tráfico de metanfetamina dos 1,65 milhões, vários casos de droga no hotel na residência, a apreensão de nova droga “Pó de café”, bem como o contrabando de cocaína, combatendo a criminalidade informática, a criminalidade transfronteiriça e económica e crime de lavagem de dinheiro. A Polícia Judiciária lançou em Abril deste ano um estudo legislativo de criação de banco de dados de DNA, esperando através do qual combater e prevenir o crime.

5. *O Corpo dos Bombeiros, nos termos do plano, reforça a segurança contra incêndios e da vertente de socorro e salvamento.* Face ao crescente incremento das urbanizações e em particular de uma maior utilização do espaço subterrâneo que a instalação do metro ligeiro vai induzir o CB levou a cabo uma palestra com especialistas do Continente, subordinada ao tema “combate e salvamento a incêndio no espaço subterrâneo”. Em relação às obras

de construção de *campus* da Universidade de Macau em Hengqin e do correspondente posto operacional nesse mesmo *campus* universitário, vem-se trabalhando em cooperação com o respectivo departamento que acompanha a evolução daquela instalação, de onde resultou a elaboração de um plano operacional específico, criou uma equipa especial de supervisão a fim de reforçar a resposta rápida e capacidade de resgate. O CB activou o mecanismo de acidente grave para execução dos trabalhos de resgate, tendo resultado em êxito a sua acção operacional. Em matéria de resgate e emergência, os planos do CB, com vista ao socorro relacionado com as mercadorias perigosas vêm produzindo efeitos. Ocorreram incidentes de emissão de gás tóxico, tendo sido accionados os planos de emergência respectivos e de contenção de danos com vista à redução do número de vítimas.

6. *As Corporações e Organismos das FSM incrementam os conhecimentos dos profissionais, por via da intensificação das acções de formação.* A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau continua a reforçar todos os níveis, a formação de talentos, ministrando curso de alta qualidade, em conformidade com as necessidades públicas, tendo por objectivo alcançar um balanço equilibrado entre a qualidade e o número da formação e, ainda que os adquiram competências que lhes permitam uma prestação funcional mais eficiente e um confiança em si próprios mais determinada. Além do treino convencional foram levados a cabo cursos de curta duração, como cursos de línguas, cursos de direito, cursos voltados para a qualidade do serviço, cursos de práticas oficinais, de técnicas de recepção de reclamações; foram ainda organizados workshops sobre o stress laboral e controlo emocional, além de outros, destinados, como vimos de dizer, não só à melhoria das capacidades profissionais, mas também ao reforço das condições psicológicas no exercício de funções. Até ao final de Setembro, as forças de segurança e instituições, têm um total de aproximadamente 8.800 de pessoas, representando 29,67 por cento no nível universitário, e representaram 31,54 por cento no ensino médio. De Janeiro a Setembro deste ano, foram realizadas ou frequentados cursos de formação, palestras, seminários e intercâmbio de um total de 841 vezes, um total de 13 mil pessoas compareceram.

7. *Segundo o princípio de racionalização os equipamentos, reforçaremos as infra-estruturas.* A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau coordena vários projectos de grandes infra-estruturas, tendo em vista um acompanhamento que garanta um bom apetrechamento físico e técnico. Durante o ano, em cada posto fronteiriço, foram introduzidos novos modelos de leitura óptica de passaporte e documentos. Começamos a instalar o sistema de auto-passagem no edifício no novo Terminal Marítimo da Taipa. Através do sistema de reconhecimento facial instalado nos postos fronteiriços, em Janeiro a Setembro deste ano, foi detectado com sucesso um total de 23 viajantes com problemas. Desde 1 de Janeiro de 2011 a 30 de Setembro deste ano, foram detectados um total de 73 viajantes com problemas, e tomando medidas recusada a entrada ou transferência do Ministério Público. Relativamente ao aconselhamento psicológico nas forças de segurança, além de acções de natureza terapêutica e de aconselhamento, organizaram-se na ESFSM e na Escola de Polícia várias iniciativas e workshops e lançaram-se inquéritos psicológicos visando o despiste de situações de risco e uma intervenção oportuna na saúde mental dos militarizados, face ao stress emocional que vivem.

8. *O Estabelecimento Prisional de Macau aperfeiçoou a gestão dos assuntos prisionais, no sentido da melhor reinserção social,* tendo por referência as experiências externas, procedeu-se ao

levantamento de uma Equipa de Resposta Tática. Além disso, os elementos do Corpo de Guardas Prisionais estiveram presentes, no “2.º Concurso de Desafio perante motins em prisões asiáticas”, organizado pelo Departamento Penitenciário da Singapura”. Convidou-se o responsável pelo Departamento de Prisões da Singapura para dirigir uma “formação anti-motim para a equipa de guardas” sendo que, serão enviados guardas prisionais a Portugal para receber a formação tática.

Além de prosseguir o programa dedicado aos “cuidados de apoio social”, sensibilizando os reclusos para o voluntariado. A fim de reforçar a sensibilização para a segurança nas oficinas do EPM, organizou-se cursos de sensibilização para a higiene e segurança no trabalho, aos quais compareceram todos os reclusos envolvidos nessas actividades oficiais.

9. *Ajustamento dos planos de contingência, promovendo melhor coordenação de acções da protecção civil.* O Gabinete Coordenador de Segurança durante o ano de 2012 prosseguiu o reforço da prevenção em matéria de protecção civil e melhorou o plano de contingência de acidente nuclear. A fim de melhor responder às ameaças que surgem aquando de incidentes naturais, como o Tufão, realizou-se, em Abril, sob o patrocínio do Centro Operacional da Protecção Civil um exercício, destinado a testar a capacidade de resposta dos departamentos. Em articulação com o trabalho de publicidade prevenção do ciclone tropical, produziu-se uma nova série de curta-metragem sobre tempestades tropicais, para atrair a sensibilidade de mais pessoas, de modo a aumentar a sua consciência de protecção civil. Perante vários incidentes de Tufão no último Verão, foi sistematicamente activada a estrutura da protecção civil, do que resultou a redução efectiva dos danos. Em meado deste mês, foi realizado com sucesso em Macau, o primeiro exercício sobre a radiação em grande escala nuclear, sendo obtido o efeito desejado, isto depende da boa preparação inicial de 19 serviços governamentais e organismos privados, que fizeram o uso adequado de recursos humanos. O exercício contribui para a implementação do plano de contingência de incidente nuclear nas regiões vizinhas e a eficiência da comunicação, para detecção dos respectivos departamentos participantes na operação, na coordenação interdepartamental, bem como a reacção do nível de comando.

10. *Participamos activamente no trabalho da Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas, bem como articulando-se com o trabalho da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau.*

A Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas trabalha activamente para coordenar os serviços competentes no combate ao crime do tráfico de seres humano. No ano passado, A Comissão colaborou com vários serviços para co-organizar cursos de combate a esta actividade ilícita, dos quais destaca, workshop “Combate ao tráfico de pessoa”, palestra “Crime de tráfico de pessoa” no sentido de estudar os conhecimentos sobre prevenção e combate ao tráfico de pessoa e de melhorar as competências do pessoal da linha de frente para melhor identificar e lidar com os traficantes de seres humano e, bem assim, com as suas vítimas. Foram afixados e distribuídos cartazes para transmitir criminalização do tráfico de pessoas e alertar para as precauções a tomar. Em Março, o CPSP e o órgão de segurança pública da China Continental desmantelaram em conjunto um grupo transfronteiriço de tráfico de pessoa, foram detidos sete suspeitos, e resgatadas 20 potenciais vítimas.

É de realçar que as autoridades de segurança respeitam o papel da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau (FSSM), reflectindo de uma forma proactiva as recomendações dela oriundas.

Em jeito de balanço, podemos afirmar que a área da Segurança prosseguiu e concretizou os objectivos políticos traçados nas Linhas de Acção Governativa, onde a manutenção da segurança e ordem públicas da RAEM, envidámos todos os esforços para manter a segurança interna e fornecer o serviço de qualidade aos cidadãos e passageiros.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa:

Srs. deputados:

Permitam-me apresentar aqui o planeamento geral das linhas de acção governativa na área de segurança para o ano 2013.

Para lidar com estes desafios e reforçar a manutenção da lei e da ordem, as autoridades de segurança continuarão a tomar medidas específicas no ano que vem. A orientação política geral para a área de governação de segurança pública interna, para 2013, é o combate eficaz às actividades criminosas que afectam a vida das pessoas e o ambiente de paz e harmonia social que queremos proporcionar a toda a população de Macau.

Para lograr atingir esse objectivo percorreremos 3 passos nas nossas políticas públicas: 1. Prevenir e combater o crime, refinar os índices de segurança da comunidade; 2. Promover uma relação harmoniosa entre a Polícia e o cidadão; 3 Melhorar o desempenho da polícia para garantir uma vida segura, nestes 3 passos são divididos 11 partes a definir o plano de acção:

1. Reforçar a coordenação das operações policiais, otimizar a gestão interna

O plano de actividades da polícia para 2013 vai continuar a ter por objectivos e orientações estratégicas já estabelecidas. Sobre a organização, atribuições legais e funções da autoridade policial, aponta-se para os seguintes 4 objectivos estratégicos: fortalecer a coordenação das forças policiais para melhorar o controle, comando e coordenação dos órgãos policiais na prevenção e combate ao crime, na protecção da segurança pessoal e da propriedade; optimização das normas internas de gestão de recursos, por forma a melhor os gerir, quer nas áreas do pessoal, quer relativamente aos recursos financeiros e aos materiais, visando, quanto a estes, uma boa execução orçamental, guiada por conceitos modernos de racionalidade; Introduzir preocupações científicas e de modernidade na estruturação da formação profissional, promovendo a organização de acções de treino para melhorar a qualidade dos recursos humanos existentes, promover a inovação científica e tecnológica, consolidar e garantir o desempenho das funções dos organismos policiais, bem como a introdução de novas informações e tecnologias de comunicação.

Em conformidade com as orientações estratégicas da segurança interna os SPU definem como seus objectivos, uma boa coordenação do trabalho da PJ e do CPSP, nas tarefas de prevenção e combate à criminalidade afim de para garantir a estabilidade a longo prazo da sociedade de Macau. Continuar a acompanhar o plano de instalação do sistema de CCTV e de instalação de dispositivos electrónicos, a

fim de equilibrar os valores da segurança pública e da privacidade pessoal. De acordo com as fases do programa, vai instalar-se o CCTV em vários locais da Península de Macau, nas Ilhas e nas vias rodoviárias, expandir a rede de fibra óptica transmissora de dados, e implementar criar um centro temporário de monitorização no edifício sede da Polícia de Segurança Pública.

2. Zelar pela tranquilidade pública e promover a paz comunitária nos Bairros

As autoridades de segurança prosseguem esse serviço de interesse público de manutenção da paz e segurança da comunidade, proporcionando-lhe a fruição de uma vida próspera. Para tanto, vimos actualizando os planos de contingência, sobre os quais assenta o trabalho policial, na lide com as demandas que a segurança das pessoas nos coloca e os cidadãos da Região Administrativa Especial de Macau nos solicitam.

Melhorar o patrulhamento policial na comunidade e retirar dele as maiores virtualidades possíveis, designadamente ajudando as pessoas a resolver seus problemas. Na cidade velha, na área residencial mais populosa, destacaremos pessoal para organizar reuniões regulares da prevenção do crime para as organizações comunitárias a fim de os sensibilizar sobre a prevenção dos furtos e das fraudes, colher informações úteis á sua actividade, dialogar com as empresas administradoras de condomínios e com elas agendar reuniões e operações de prevenção e segurança face às ameaças de crime.

Durante os feriados e grandes eventos, fortaleceremos o posicionamento policial com vista ao combate e à prevenção criminal, designadamente incrementando o dispositivo humano quer de dia quer de noite, e fazendo operações de fiscalização diárias. Procederemos as operações regulares e inopinadas visando a fiscalização de actividades ilegais em estaleiros de obras, locais de entretenimento, monumentos históricos, zonas comerciais de grande afluência, karaoke, bares, cafés de Internet e centros de jogos de diversão, estabelecimentos de sauna de sauna e massagem.

Fazemos análise projectiva sobre as tendências da criminalidade, por forma a implementar as melhores estratégias de combate ao crime de roubo, furto e fogo-posto, tudo no sentido de uma melhor estabilidade. Usaremos meios avançados e adequados equipamentos, para inspecção, detecção e investigação de tráfico de drogas, produtos perigosos, trabalhadores ilegais e imigrantes ilegais.

3. Reforçar o software e hardware, incrementar o trabalho de investigação e prevenção criminal

Para a implementação de um programa de “subsídios da *intelligence* para a investigação criminal” e outro de “reforço da polícia com modernas tecnologias científicas”, a Polícia Judiciária, com base na análise das informações e sua troca com congéneres do exterior, prossegue um caminho de modernização que se apoia também num evoluído suporte tecnológico, convencidos que estamos de que será por esta via que conseguiremos um efectivo êxito na actividade da investigação criminal, particularmente a que tem por alvo os gangues criminosos.

Continuaremos a reforçar a inteligência criminal e recursos de segurança de colheita de informações através da ampliação da rede de fontes. Optimizar o recurso ao sistema de mensagens via internet, bem como promover uma maior proximidade com o Departamento

de Coordenação de Informática e Telecomunicações com a Divisão de Investigação de Crimes Informáticos, com vista ao conhecimento dos últimos desenvolvimentos de tecnologia da Internet que possam enriquecer o conteúdo de *intelligence* criminal, o que constituirá mais um contributo para otimizar a estratégia da luta contra o crime. Fortalecimento da comunicação, intercâmbios e a cooperação dos serviços de inteligência dos serviços policiais dos países vizinhos e regiões.

Em relação aos crimes de roubo e furto, irá implementar medidas de prevenção adequadas, matéria em que se conta com a colaboração das administrações de condomínio. Perante a ocorrência de crime de fogo-posto criminoso, procedemos a um contacto regular com as lojas de câmbio no sentido de desenvolver o seu espírito de colaboração e a consciência de prevenção criminal.

Em relação à prevenção e investigação da criminalidade económica, a PJ fortalecerá o diálogo com as instituições bancárias e realizará seminários e palestras destinadas a alertar para este tipo de e riscos. Recomenda-se a criação de um mecanismo de alerta. Aumentar a necessidade de reforçar cooperação com as respectivas autoridades no sentido da investigação policial desses casos. Paralelamente, fomentar-se-á a troca de informações policiais e a coordenação de esforços no sentido de combater o crime transfronteiriço e organizado de fraude.

Na Prevenção e investigação do crime relacionado com o jogo, pretendemos reforçar os recursos humanos de acordo com as necessidades reais. As “equipas especiais de patrulha e inspecção de casino” trabalham já de acordo com o novo modelo. Além disso, serão proporcionados cursos de formação para combater a criminalidade relacionada com o jogo aos investigadores criminais recentemente admitidos.

4. Incrementar o recurso às novas tecnologias com vista a elevar a eficiência policial

No futuro, iremos continuar a implementação da filosofia de policiamento moderno e científico, por forma a acompanhar os avanços tecnológicos com que a criminalidade se nos vem apresentando. Através de prevenção e investigação da Divisão de Informática Forense, perseguimos o crime relacionado com a alta tecnologia, acompanhando a respectiva evolução, mantendo sob a análise, os dados recolhidos e armazenando-os quando relevantes para a prova.

A tecnologia moderna é uma prioridade pelo que no próximo ano procederemos à aquisição de equipamentos que se coadunem com o evoluir dos grandes projectos, especialmente aqueles que se traduzem em infra-estruturas de grande envergadura, acompanhando o evoluir das obras, tudo por forma a que as forças de segurança estejam dotadas de meios e recursos que possam responder aos desafios que enfrentam e integrem-se naquela que é a vontade política do Governo da RAEM.

Para o prosseguimento deste padrão ou conceito de policiamento moderno promoveremos activamente a modernização das técnicas de polícia científica, com acreditação das nossas perícias forenses e uma avaliação técnica sistemática das nossas práticas e gestão das novas tecnologias, a fim de garantir a qualidade e credibilidade do trabalho de investigação. Vamos fortalecer ainda mais a formação dos peritos de criminalística no sentido de melhorar os procedimentos e aprofundar os conhecimentos de inspecção ao local

do crime e otimizar os padrões de trabalho de investigação, numa interacção positiva com as demais vertentes da investigação.

A criação de normas técnicas para o Laboratório de Informática Forense contribuem para garantir a credibilidade do trabalho. No sentido de colher, nesta matéria, o melhor das experiências dos congéneres, vamos incrementar o intercâmbio com o exterior e introduzir o que de mais moderno houver em termos de tecnologia de investigação, proporcionando aos nossos técnicos o contacto e a formação fora de Macau para que sejam confrontados com uma maior diversidade de casuística, designadamente no que se refere aos mais sofisticados crimes informáticos, assim aprendendo as mais avançadas técnicas de preservação da prova forense.

5. Promover a segurança rodoviária, prevenindo e reprimindo a condução perigosa

O enorme crescimento do número de automóveis em Macau sobrecarrega a rede viária, tornando-se difícil num território com esta pequena dimensão fazer fluir o trânsito, o que obriga a uma permanente monitorização de estradas e da sua segurança. Esta situação, nos próximos anos, com o início das obras de construção de metro ligeiro, agravar-se-á. Além disso é natural, nesta situação de congestionamento, surgirem conflitos entre a circulação automóvel e a circulação dos transeuntes apeados, o que se agrava pelo incumprimento do Código da Estrada e acrescenta muita dificuldade ao controlo por parte dos agentes policiais do Departamento do Trânsito.

No entanto, compreendemos que sendo competência e dever da Polícia zelar pela fluidez e segurança do trânsito, cabe-lhe tomar medidas preventivas no sentido de reduzir os inconvenientes. Nesse sentido tomaremos medidas de sensibilização, em conjugação de esforços com outras áreas do governo no sentido do reforço da segurança nos pontos mais nevralgicos e sensíveis para o tráfego rodoviário, procurando, acima de tudo reduzir a sinistralidade e oferecer às pessoas mais garantias na sua circulação, sendo, por último, implacáveis na luta contra as infracções rodoviárias, designadamente a condução perigosa. Para além de utilizar o equipamento fixo destinado à detecção de velocidade e monitorar o incumprimento de semáforo, o Departamento de Trânsito vai prestar muita atenção para os diferentes e novos tipos de infracções rodoviárias, implementando as medidas correspondentes, por exemplo, planeja a compra de equipamentos para teste de drogas rápido, para auxiliar os agentes da polícia nas operações e, em seguida, enviando os infractores para o hospital para exame pormenorizado.

6. Elevar o nível de eficácia dos serviços de migração, com recurso ao aperfeiçoamento do respectivo regime e ao melhoramento dos equipamentos informáticos

Perante a situação de entrada e saída nos postos fronteiriços, as autoridades de seguranças têm prestado atenção à melhoria do nível de serviços de migração, aumentando a formação do pessoal, racionalizado a distribuição do pessoal bem como adquirindo o equipamento. Mas a sociedade desenvolve-se rapidamente, os diversos factores intensificam a pressão sobre os serviços de migração, colocando grandes desafios à fluidez nos postos fronteiriços. Tudo junto redundando num trabalho árduo e penoso para os agentes dos serviços de migração.

Para aliviar a pressão, manter e elevar o nível de serviços de

migração, o pessoal está determinado quanto ao esforço de informatização e de modernização científica do serviço que prestam, por forma a acelerar e dar mais eficiência ao serviço prestado aos cidadãos. Para tanto desenvolver os seguintes projectos ou programas.

Perante a actualização de diversos documentos otimizar-se-á, em tempo oportuno, o hardware e software do sistema de migração. Em articulação com nova geração do Bilhete de Identidade de Macau inteligente, com o passaporte electrónico chinês e o futuro de salvo-conduto electrónico vamos implementar equipamento de leitura óptica de documentos de viagem e instalará moderno software nos novos equipamentos informáticos já adquiridos, melhorando todo o sistema de procedimentos. A fim de melhorar a eficiência do trabalho, reduzir o tempo de espera para a entrada dos residentes em Macau, que perderam no exterior os documentos de identificação, está sendo desenvolvido o sistema de impressão digital eletrônica, para de verificação e identificação rápida de informações, e se esforçam em 2013 para promover o seu uso em vários postos fronteiriços.

7. Melhorar o serviço público de prevenção e combate ao incêndio, bem como os serviços de emergência e salvamento

Em 2013 entra-se no décimo quarto ano após o estabelecimento do Governo da RAEM. Olhando o rápido crescimento económico que Macau alcançou nos últimos anos, evidenciamos, pela sua importância, os projectos de construção das infra-estruturas. Incluímos aqui, especialmente, o projecto de metro ligeiro, do núcleo de transportes da Barra, da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e dos novos aterros, e, nesse contexto, olhamos para a difícil tarefa do Corpo de Bombeiros, cujo serviço encontra cada vez mais dificuldade e complexidade na sua execução. O CB socorre-se da evolução tecnológica para instituir um serviço público de qualidade, que se enquadre bem nos mais avançados métodos de resposta aos acidentes registados em todo o mundo, visando a integração nas políticas públicas do governo.

O Corpo de Bombeiros mantém-se em sintonia com o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, e é nesse sentido que formula o plano de trabalho para 2013, orientando-se para a formação do pessoal especialmente nas capacitações relacionadas com o socorro, para o reforço dos equipamentos especiais de prevenção e combate a incêndios, otimizando, também, os procedimentos administrativos que permitam melhor servir os cidadãos.

O Corpo de Bombeiros, observa que nos últimos anos, os visitantes de Macau aumentaram constantemente. A taxa de solicitação de serviços de ambulância está a aumentar, ao passo que diminui o número de vítimas de fogo. O número de incêndios, em comparação com os últimos anos, revela estabilidade, o que projecta uma imagem pública positiva. Os casos graves de incêndio têm diminuído mas isso não significa que os Bombeiros não estejam preparados para qualquer eventualidade. No ano que se aproxima planeamos um fortalecimento do treino do pessoal da linha da frente, envolvido em exercícios que põem em prática os planos de emergência, a fim de garantir que os cidadãos possam usufruir de um serviço de socorro qualificado.

Acompanhar o desenvolvimento social com o recurso a equipamentos avançados e às mais modernas tecnologias de combate a incêndio que permita reduzir os danos decorrentes deste tipo de

acidentes. Por outro lado, há que ter em conta o apetrechamento com novas técnicas e treino de socorro em ambiente subterrâneo, tendo em conta a tendência para a construção de túneis. Integrar a política de cooperação regional, especialmente no que diz respeito aos meios de transporte na nova de Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e na ligação a Hengqin e realizar operações conjuntas de projecção do combate a incêndio e do socorro no âmbito dessas obras.

8. Incrementar os módulos de gestão científica do Estabelecimento Prisional, facilitando a reinserção social dos reclusos

Promovendo uma melhor e sólida gestão prisional incrementaremos a segurança das instalações e a respectiva manutenção. Sensível às mudanças que ocorrem na sociedade, o EPM promoverá as condições mais favoráveis à reconstrução da vida dos reclusos, procurando reduzir a propensão para a reincidência e assegurar que, quando em liberdade.

O EPM tem esperança em que a alteração da regulamentação orgânica do EPM, torne mais atractivo o preenchimento das necessidades de recursos humanos, no que empenharemos, também, alguns meios de promoção da imagem do Corpo de Guardas Prisionais. No âmbito dos recursos humanos continuaremos as operações de recrutamento de novos guardas prisionais, na esperança de gradualmente suprir esta carência, e aliviar a pressão sobre o pessoal da equipa guardas prisionais.

Vão ser instalados equipamentos de facilitação da vida aos deficientes por forma a amenizar as necessidades especiais dos reclusos. Continuar a implementação do plano de emprego para reclusos, por forma a que quando saíam em liberdade tenham, desde logo, uma ocupação laboral. O “Programa de Cuidados de Apoio Social” merece uma boa avaliação, o que representa um bom indicador para o seu regresso à liberdade. Continuar a organizar as actividades de familiarização com filhos no dia da criança. Paralelamente e contando com as organizações de voluntários, queremos continuar a organizar a festa de Ano Novo Chinês. Organizar as palestras e actividades sobre a reinserção social, e actividades culturais e de lazer para os reclusos, reforçando as medidas relativas aos cuidados de saúde dos reclusos na cadeia.

Na área da formação profissional foram instaladas várias oficinas com vista a dar capacidades e competências aos reclusos, programando-se a abertura de 10 cursos de formação profissional de que são exemplo: esteticista; culinária, estilista, etc.. cursos estes que terminam com exame com vista á certificação profissional. Por último, prevemos a realização de um curso de técnicas de procura de emprego, que julgamos de utilidade após a libertação.

9. Modernizar em permanência os modelos de trânsito alfandegário, facilitando, também, a circulação de mercadorias

Com a futura entrada em funcionamento do *campus* da Universidade em Hengqin que marca a entrada deste local numa era de desenvolvimento substancial, prevê-se, também, a inauguração de um parque temático instalado num importante *resort*, empreendimento que entrará em funcionamento e o que pressupõe a construção de efectiva de uma rede viária. Também os projectos de infra-estrutura do centro de investigação de medicina chinesa, em cooperação de Guangdong e Macau vão ser iniciados, o que coloca em agenda os temas do Acordo-Quadro de cooperação “Guangdong-Macau”, no qual se inserem assuntos de interesse comum como a

gestão do fluxo automóvel, o horário de posto fronteiriço e a sua tendência para o funcionamento pleno de 24 horas por dia. Além disso, para promover o desenvolvimento e construção de Nansha do distrito de Guangzhou, estuda-se em conjunto a logística de transporte de carga e da “circulação livre” de iates em Guangdong e Macau.

Nos últimos anos, os Serviços de Alfândega, têm-se concentrado no desenvolvimento da facilitação do desembarço aduaneiro, através do modelo da declaração electrónica (EDI), de que são beneficiários principais o sector de transporte e logística. Por outro lado, o combate do contrabando também constitui objectivo importante dos SA nos dois postos fronteiriços terrestres, onde foram instalados dois equipamentos de rastreio de raio X tendo em atenção os alvos prioritários da inspecção.

Com o rápido desenvolvimento da Internet, a violação de uma larga panóplia de direitos através da rede, tornou-se mais difícil de investigar, tanto mais que assume uma transterritorialidade que dificulta qualquer acção ou intervenção. Sendo assim, só a cooperação regional e internacional pode providenciar um eficaz combate as actividades ilegais e as ciberameaças. Nesse domínio os SA procurarão otimizar os seus recursos tecnológicos por forma a melhor proteger os direitos de propriedade intelectual em Macau.

No próximo ano, concluiremos, também, a substituição da flotilha dos SA, o que se reputa de grande importância para manter a segurança da navegação nas águas sob jurisdição de Macau. Nos últimos anos, os casos de contrabando marítimos têm sido pouco significativos, como o têm sido, igualmente, os números de casos de imigração ilegal, porém, com o decurso de projectos de grande envergadura na orla costeira como a ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau, o novo Terminal Marítimo da Taipa, o projecto do túnel subaquático junto da Universidade de Macau, as obras de aterro etc., não podemos descuidar a segurança dessas zonas, porquanto estão mais expostas ao risco. Os SA vão intensificar as patrulhas e actualizar as embarcações e seus equipamentos com vista a conferir maior eficiência ao serviço.

10. Promover uma sistemática prospecção de talentos e incrementar as acções de formação profissional

A formação e treino de pessoal das forças de segurança devem ser constantemente actualizadas para se adaptar às mudanças sociais, jurídicas e tecnológicas. Em resposta às necessidades específicas dos departamentos e suas prioridades, o reforço da competência profissional dos agentes de polícia nas áreas tecnológicas constitui o foco dos cursos de formação para 2013. Portanto, as prioridades de formação em técnicas policiais para o próximo ano são: Investigação Criminal: crime em geral, crime informático, crime relacionado com o jogo, crime económico, crime de branqueamento de capitais etc.; tráfego rodoviário; tecnologia de operações especiais; Unidade Tática de Intervenção da Polícia: cursos de especialização para Grupo de Operações Especiais, Divisão de Intervenção, remoção e neutralização de substâncias explosivas, pelotão cinotécnico, e controlo de fronteira. Também continuaremos a investir recursos para as seguintes áreas-chave de formação: formação de formadores; divulgação de comunicação social; controle psicológico e gestão do stress emocional.

No ano de 2013, a ESFSM vai continuar a reforçar a formação nos diversos escalões, de acordo com as necessidades reais da comunidade e definir padrões de formação de alta qualidade. A fim

de equilibrar a qualidade e a quantidade da formação e de dotar os formandos com uma notável eficiência de conhecimentos, bem como de um perfil psicológico saudável.

Por fim, *II. Incrementar o policiamento comunitário e de proximidade e fomentar a cooperação policial*

Esta parte é o trabalho mais importante para as linhas de acção governativa no próximo ano, visto que “os recursos da força policial são limitados, os recursos de população são infinitos”, o reconhecimento desta realidade induz-nos a que nos envolvamos com a comunidade por forma a aproveitar as suas sinergias em benefício da segurança pública. Na sociedade civil contactamos com grupos, escolas, edifícios residenciais a fim de promover uma boa rede de comunicação que permita a difusão de informação preventiva. Propagar a mensagem de luta contra o crime é fundamental para que chamemos até nós os moradores e que estes se envolvam com as preocupações de policiamento.

A afirmação do cosmopolitismo de Macau e o conseqüente aumento da população estrangeira contribuí para o agravamento das preocupações das autoridades sobre a segurança dos cidadãos. Projectando no futuro as nossas preocupações e partindo de uma análise da evolução de criminalidade, construímos um programa comunicacional visando a prevenção destes fenómenos desviantes que passam pelos seguintes temas: furto nos transportes, nos edifícios, nas zonas turísticas e estabelecimentos de comida, abuso de droga, burla a idosos e outras fraudes, para além, em geral, da delinquência juvenil, da ordem pública e da segurança rodoviária. As rápidas mudanças que se registam na sociedade de Macau, impõem que as preocupações anunciadas sejam objecto de medidas preventivas urgentes.

O referido acima constitui os pontos importantes para as linhas de acção governativa no próximo ano. A fim de promover a segurança pública interna e a paz social as autoridades de segurança continuarão a prestar serviços de qualidade à população de Macau e visitantes. No próximo ano de acordo com os objectivos políticos do Governo da RAEM, as autoridades de segurança disponibilizam os recursos dos seus vários departamentos dependentes a essa nobre causa, para concluir efectivamente o escopo de tarefas de segurança e planos de contingência apropriados, assegurando que a população continue a viver e trabalhar em paz, mantendo a prosperidade e o desenvolvimento da RAEM. Temos a capacidade e firme determinação em garantir uma vida social segura e harmoniosa à população que servimos, os cidadãos de Macau.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa:

Srs. Deputados:

A minha intervenção termina aqui, agradeço à vossa audição paciente. Agora, eu e os comandantes e dirigentes presentes fazemos questão de vos oferecer a nossa disponibilidade para ponderar e responder às questões, bem como esclarecer quaisquer dúvidas, que as propostas que aqui vos trazemos possam suscitar a V. Ex.^{as} e nos queiram honrar com a respectiva exposição.

Muito obrigado!

Presidente: Bom, tendo o Sr. Secretário Cheong feito a apresentação, vamos começar a discussão. Houve vinte e dois deputados que se inscreveram para a intervenção. Primeiro vou pedir

a seis deputados para se pronunciarem. Depois disso, passarei a palavra ao Sr. Secretário, o qual vai fornecer a respectiva resposta. Segundo a ordem, o primeiro deputado a pronunciar-se é a Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Na apresentação que fez há pouco, o Sr. Secretário mencionou três políticas essenciais na área da Segurança, e onze trabalhos muito importantes a realizar no próximo ano, entre os quais, o de “zelar pela tranquilidade pública e promover a paz comunitária nos bairros” (segundo trabalho), em cuja alínea 16), registada na página n.º 152, se lê o seguinte: “A prostituição afecta a imagem da cidade de Macau, para além de afectar a ordem pública, pelo que incrementaremos a intensidade de combate a esta actividade. Somos sensíveis à gravidade da distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua, a mando de grupos organizados de exploração de prostituição, pelo que, no sentido de limpar a imagem de Macau, intensificaremos as acções de fiscalização”. Ora, o problema de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua, é um problema ao qual costumamos prestar atenção, tendo apelado, nos últimos três anos e na discussão das LAG, para o Governo ser determinante no combate das mesmas acções. Penso que, de certeza, o Sr. Secretário ainda se lembra do seguinte exemplo que apresentei no ano passado: Um dia, quando acompanhei alguns académicos e especialistas que vieram a Macau participar numa conferência, do hotel onde residiam para o Restaurante de Plaza, passando por um passadiço, vimos muitos folhetos espalhados no chão. No início pensei que era lixo. Só depois é que descobri que afinal eram os referidos folhetos em que há fotografias de raparigas vestidas com pouca roupa, os quais foram colocados de propósito no chão com certa ordem. Em resposta às minhas perguntas, o Sr. Secretário disse que o Governo atribuía uma atenção especial ao referido fenómeno, indo reforçar os respectivos trabalhos para o combater, e que havia uma relação íntima entre as actividades de prostituição e os crimes de tráfico de pessoas. Sendo assim, O CPSP e a PJ iriam colaborar com as repartições de segurança pública das regiões vizinhas, combatendo os mesmos movimentos, para além de organizarem acções anti-pornográficas nas diferentes zonas do Território, com vista a impedir a procura dos clientes na rua pelos respectivos indivíduos, bem como, lançarem inquéritos junto das prostitutas presas, por forma a detectar as vítimas dos crimes de tráfico de pessoas. O Comandante Lei Sio Peng, por sua vez, afirmou que a distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua é feita a mando de grupos organizados de exploração de prostituição, e que existiam dificuldades na recolha de provas de lenocínio, por isso, muitas vezes a Polícia não conseguia acusar os suspeitos com sucesso. Apesar disso, e não obstante a acusação de abuso do poder na realização das investigações, o Sr. Secretário sublinhou que a Polícia da RAEM continuaria a combater as respectivas actividades.

Bom, passado um ano, os residentes de Macau sabem muito bem se o mencionado problema foi resolvido ou não. Reconheço que a Polícia realizou algum trabalho. No entanto, os efeitos produzidos são muito fracos. Queria saber quais são as razões que levaram a este resultado. Recebi hoje uma carta mandada por um grupo de professores, os quais me enviaram alguns folhetos pornográficos, os

quais apanharam do chão num lugar perto da escola onde trabalham. Logo vou entregá-los ao Sr. Secretário. Não vou tirar estes folhetos pornográficos do envelope, para não poluir o hemiciclo. Pergunto quais são as medidas que os órgãos da área da Segurança vão tomar, para dar resposta à reivindicação dos cidadãos, de criação das zonas comunitárias saudáveis. O círculo da educação tem a opinião de que a existência dos referidos folhetos no ambiente em redor das escolas, exerce uma influência muito negativa sobre os estudantes. Peço ao Sr. Secretário para dizer quais são as dificuldades existentes para a polícia ficar numa posição passiva no tratamento do mesmo assunto. O fraco efeito produzido no combate das mencionadas actividades tem a ver com a insuficiência dos recursos humanos ou em termos de equipamentos, com a ineficácia das estratégias, ou com as limitações existentes na legislação? Espero que o Sr. Secretário possa elaborar projectos efectivos para a solução deste problema. Caso contrário, a imagem da cidade de Macau ficará gravemente prejudicada. Tenho a certeza disso. Não sei se o Sr. Secretário pode revelar as medidas adoptadas assim como o respectivo calendário.

Vimos, na televisão, entrevistas feitas aos residentes locais, e aos turistas que visitavam Macau nas férias de Verão no ano corrente, os quais exprimiram o ressentimento com a existência, no chão de muitos lugares do Território, de panfletos com conteúdos pornográficos, assim como a preocupação com a respectiva influência exercida sobre as crianças. Perante o apelo dos residentes locais e turistas para a purificação do ambiente da RAEM, queríamos saber quais são as estratégias que a Política adopta para reprimir as respectivas acções. Espero que o Sr. Secretário possa dar, logo, as respectivas explicações.

O segundo assunto sobre o qual queria trocar opinião com o Sr. Secretário tem a ver com a execução do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos, o qual foi aprovado na especialidade pela Assembleia Legislativa e promulgado há vários meses. No entanto, até agora não se verifica a realização dos trabalhos de instalação das câmaras do CCTV. Perante o aumento de crimes resultantes da psicologia de avidez, bem com a complexificação da situação da segurança pública, há grande necessidade de reforçar as acções de prevenção e de combate à criminalidade, tal como é afirmado nas LAG para o próximo ano. Esta necessidade justifica a insatisfação dos cidadãos com a lentidão que se regista na instalação de sistemas electrónicos de vigilância em espaços públicos. Sabemos que, para a protecção de dados pessoais, a instalação de sistemas de videovigilância depende de autorização do Chefe do Executivo mediante o respectivo pedido devidamente justificado, e após parecer vinculativo do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais. Depois da emissão da autorização pelo Chefe do Executivo, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes abrirá concurso público para a adjudicação das respectivas obras. Tal como se pode verificar, todo o processo envolve órgãos governamentais situados em áreas diferentes do Governo. Sendo assim, pese embora a promessa feita pelo Sr. Secretário e anunciada num comunicado de imprensa publicado pelo Gabinete do Secretário para a Segurança, de reforço da comunicação com o Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, ouvindo as suas opiniões, assim como, de desenvolvimento de uma cooperação estreita com a DSSOPT e outros serviços públicos relacionados, não temos conhecimento dos planos sobre os trabalhos concretos a realizar para o estreitamento da colaboração entre organismos públicos nas diferentes áreas. Tendo em consideração a importância dos sistemas do CCTV na prevenção e na investigação dos crimes ocorridos, para proteger a imagem de Macau como uma cidade turística, bem como, para permitir que os residentes da RAEM

vivam tranquilamente nas suas residências e trabalhem felizes, queria pedir ao Sr. Secretário para fazer uma apresentação pormenorizada do projecto de instalação das câmaras do CCTV. Segundo revelaram as FSM, devido à grande concentração, na Península de Macau, das actividades comerciais, das escolas e da população, quer residencial quer turística, assim como à intensidade segundo a qual se processa o trânsito rodoviário na Península, três quartos das câmaras do CCTV, que totalizam quatrocentas, serão instaladas na Península de Macau, sendo o restante um quarto instalado nas Ilhas. O porta-voz das FSM ainda informou que as respectivas obras seriam realizadas em três fases distintas. A propósito disso, queria pedir ao Sr. Secretário para indicar qual é a fase em que se situam as obras de instalação em referência, para explicar o respectivo calendário, e para fornecer informações sobre o procedimento segundo o qual se desencadeiam os respectivos trabalhos.

Sendo Macau uma cidade turística internacional, que recolhe grande quantidade de turistas, cujo número sobe todos os anos, as autoridades já ponderaram a necessidade de instalar sistemas de videovigilância em lugares de concentração de turistas, tais como nos pontos turísticos e nos casinos, onde se costumam registar actividades frequentes dos criminosos. Queríamos saber quais são os projectos estratégicos concretos que visam a organização dos respectivos trabalhos.

Tal como referiu o Sr. Secretário há pouco, as actividades de carteiristas têm-se intensificado nos últimos anos, o que é verdade. Muitos dos meus amigos têm a experiência de ser roubados nos autocarros ou na rua, tendo perdido todos os documentos que levavam consigo, nomeadamente o BIR e os cartões de crédito. Perante esta situação, acho que há necessidade de prestar uma maior atenção aos trabalhos de combate da referida criminalidade. Que eu saiba, no caso de o valor da perda económica causada pelo roubo não ultrapassar trinta mil patacas, o respectivo crime é considerado crime semi-público. Como consequência disso, se a parte não quiser acusar o ladrão detido, a polícia não pode fazer nada para a penalização dos respectivos criminosos. Sendo assim, acho que há necessidade de reforçar as acções de educação, sensibilizando os cidadãos para a importância de colaboração com a Polícia, denunciando e acusando os respectivos criminosos.

A terceira questão que queria abordar é a do abuso de medicamentos pelos jovens-adolescentes. De acordo com os dados estatísticos publicados pela Comissão de Luta contra a Droga, registou-se, no primeiro semestre do ano corrente, um decréscimo de 14%, em comparação com o período homólogo do ano passado, quanto aos casos de abuso de medicamentos detectados. A par disso, diminuiu quase 40%, o número de casos de abuso de medicamentos pelo jovens-adolescentes com idade inferior a vinte e um anos. Chamo a atenção para a gravidade da situação de abuso de medicamentos pelos jovens-adolescentes, a qual não se pode perceber através da observação do número dos crimes detectados. O facto é que estes actos ilícitos se estão a tornar cada vez mais escondidos, tendo deixado de ser praticados em lugares públicos. A renovação constante dos tipos de drogas é o outro problema que nos preocupa muito. Tendo em consideração o facto de a Lei de proibição de produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, ter entrado em vigor há mais de três anos, as autoridades não acham que há necessidade de verificar, se a referida lei pode acompanhar a evolução da situação, produzindo os efeitos desejados? Muitos cidadãos apontaram para o fenómeno de alguns jovens-adolescentes

toxicodependentes entrarem nos respectivos lares onde permanecem durante meio ano, por exemplo, por forma a criar uma falsa imagem de terem deixado o respectivo vício, o que se torna possível por causa do carácter não obrigatório da recepção do tratamento que visa a abstenção do vício de consumo de drogas. Segundo contaram alguns assistentes sociais, estes jovens-adolescentes toxicodependentes até levaram outros jovens-adolescentes que se encontram nos mesmos lares, a adquirir o mesmo vício. Pelo exposto, queria pedir ao Sr. Secretário para prestar mais atenção aos casos de consumo de drogas por jovens-adolescentes de forma escondida, reforçando as acções que visam o combate ao tráfico e consumo de drogas, cumprindo esta responsabilidade que lhes é atribuída pela lei, sobretudo na situação de a legislação existente não poder acompanhar os respectivos trabalhos de forma satisfatória. Merecem o nosso elogio os trabalhos de divulgação das mensagens junto da população estudantil, realizados pelos órgãos públicos na área da Segurança, nomeadamente através da realização de palestras, trabalhos esses que, produziram efeitos bastante positivos. Segundo os resultados do inquérito lançado nas escolas, os estudantes têm a opinião de que, dentre as várias formas das campanhas de sensibilização, a educação na escola é a forma mais eficaz para a prevenção da criminalidade. Todavia, queríamos saber quais são os projectos estratégicos elaborados pela Polícia para o acompanhamento dos jovens-adolescentes que tenham abandonado a escola.

Estas são as três perguntas que queria apresentar ao Sr. Secretário.

Obrigada, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Nas LAG para o próximo ano, anuncia-se o objectivo do melhoramento do desempenho da polícia, que é considerado um dos três objectivos na área da Segurança que se pretendem atingir no ano de 2013. Nas mesmas LAG, ainda se fala da criação de uma força policial de qualidade, profissional capaz que funcione num ambiente íntegro e eficiente, por forma a garantir a segurança física e dos bens da população de Macau.

Tenho aqui uma fotografia tirada no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, a qual pode reflectir, de certo modo, a qualidade da força policial da RAEM. Penso que todos os residentes de Macau desejam ter uma força policial de qualidade, profissional capaz que funcione num ambiente íntegro e eficiente, tal como se menciona nas LAG em análise. Não queremos, porém, ouvir apenas palavras de ordem e auto-elogio feito pelas FSM. Em seguida queria analisar este assunto, comparando o conteúdo das LAG e as opiniões exprimidas pelos cidadãos de Macau.

Observando as acções governamentais realizadas na área da Segurança, pode-se constatar que a qualidade geral dos serviços prestados e a capacidade da força policial da RAEM, não melhoraram, de forma observável, com o decorrer do tempo e com o incremento, em todos os anos, de recursos humanos e financeiros. Pelo contrário, têm sido registadas cada vez mais críticas relativas aos serviços integrados prestados pelas FSM, perante o surgimento de maiores desafios resultantes do aumento incessante do número dos turistas que visitam o Território, no processo de concretização do

objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer.

Sendo uma cidade turística, Macau vê a sua economia dependente sobretudo dos sectores do jogo e do turismo. Sem os impostos resultantes da grande quantidade de turistas provenientes de lugares exteriores, não se podia verificar a abundância actual do erário público. Com a instalação, com o custo de muitos recursos públicos, de equipamentos automáticos de passagem de fronteiras nos diversos postos fronteiriços, a entrada e a saída do Território pelos residentes locais têm-se facilitado, continuando, porém, a ser lentas, a passagem das fronteiras pelos passageiros vindos de lugares exteriores, sobretudo aos fins-de-semana e nas grandes férias. Perante as queixas dos turistas que muitas vezes têm que esperar uma ou duas horas para a entrada ou saída do Território, na rede podemos ler a seguinte mensagem deixada pelos polícias da linha de frente: “Não será alcançado o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, se não se resolver o problema de acumulação, todos os dias, de grande quantidade de turistas nos postos fronteiriços, pois desaparece a vontade de viajar com a necessidade de esperar duas horas para passar as fronteiras”. Numa entrevista feita no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, um turista estrangeiro que esperava numa grande fila, pela passagem das fronteiras, disse que essa era a sua quarta e também a última visita a Macau. Recebi, neste ano, muitas mensagens emitidas pelos turistas que precisavam de esperar muito tempo para passar as fronteiras, numa das quais se pediu a “salvagem dos continentais que visitem Macau”. O que se regista na realidade é a grande quantidade de reclamações dos passageiros, por um lado e por outro, a manutenção da mesma situação sem melhoramento.

Há dias, o Serviço de Migração publicou os seguintes dados estatísticos através dos meios de comunicação social: no ano passado, dentre as cento e vinte milhões de pessoas em média que entraram e saíram do Território, metade utilizou os equipamentos automáticos para a passagem de fronteiras. O que quer dizer que só metade dos passageiros passou a fronteira através dos balcões para a verificação da identidade dos viajantes. Para além disso, dentre os vinte e oito milhões de passageiros em média que visitaram Macau em 2011, os residentes do Interior da China ocuparam uma percentagem de 57,7%.

Se Macau pretende transformar-se num centro mundial de turismo e lazer, é muito provável a abertura, no futuro, dos postos fronteiriços durante vinte e quatro horas por dia, possibilidade essa que, juntamente com a entrada em funcionamento do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, e do Novo Acesso entre Guangdong e Macau, levará ao grande aumento da quantidade de pessoas que passam as respectivas fronteiras. Sendo assim, como é que o pessoal das FSM pode assegurar os trabalhos que se vão multiplicar no futuro? Apesar de a Administração ter afirmado que ia tomar medidas a curto, médio e longo prazo para aliviar as pressões sentidas na verificação, nos postos fronteiriços, da identidade dos viajantes, não temos muita confiança nestas medidas. Quanto às medidas a curto prazo, não achamos que a medida de prestação dos respectivos serviços pelos funcionários civis, mencionada nas LAG dos últimos anos, possa produzir os efeitos desejados. No respeitante às medidas a médio e longo prazo, não sei se os turistas têm a paciência de esperar muito tempo, para ver o alcance do respectivo resultado. Queríamos perguntar ao Sr. Secretário, quais são as medidas e estratégias que se vão tomar para diminuir, com eficácia, as pressões sentidas nos principais postos fronteiriços. De acordo com os dirigentes governamentais do Serviço de Migração, que

fizeram a seguinte afirmação há dias, os mesmos Serviços dispõem de pessoal suficiente para assegurar os respectivos trabalhos, mesmo com o alargamento do horário da abertura dos postos fronteiriços. Se não há insuficiência do pessoal, como afirmaram os referidos dirigentes, será que o problema registado na realidade, da acumulação, nos postos fronteiriços, de grande quantidade de turistas que esperam horas para passar as fronteiras, é o resultado das falhas no mecanismo de gestão? Se a resposta para esta pergunta for afirmativa, perguntamos quais são as reformas que devem ser realizadas para melhorar a imagem da cidade de Macau como cidade turística internacional.

Em qualquer sociedade, é inevitável a ocorrência de diversos tipos de crimes, sendo também verdade que a definição, com cientificidade, do processo de participação de casos, e a realização, com eficiência, das averiguações dos crimes cometidos, podem contribuir para a prevenção e combate, com sucesso, à criminalidade, o que, no entanto, não se verifica no Território. Com efeito, os residentes costumam fazer muitas queixas junto de mim sobre as respectivas falhas, contando-me as suas experiências. Em seguida, vou apresentar um exemplo, no qual um residente foi roubado quando ia de autocarro para o NAPE. Depois de descer do autocarro no destino, ele foi participar o caso ao Comissariado Policial n.º 3, localizado na Rua de Pequim. Inesperadamente, quando chegou ao mencionado Comissariado Policial, o agente perguntou-lhe por que é que não participava o caso no Comissariado Policial n.º 2, Comissariado Policial perto do Bairro de Fai Chi Kei, bairro onde esse residente morava. O residente cuja carteira foi roubada no autocarro, e que pensava que devia participar o caso no Comissariado Policial mais perto, desistiu, por fim, participar o caso à Polícia. Sr. Secretário, se o senhor fosse o residente, qual seria a sua sensação perante esta situação?

Macau é um território pequeno, onde circulam, porém, muitos veículos. Sendo assim, é difícil, para os cidadãos, arranjar parque de estacionamento para arrumar a sua viatura. Para os agentes do CPSP, são pesados os trabalhos de manutenção da ordem do trânsito. Nesta situação, é necessária, sem dúvida, a mutua-compreensão entre as duas partes. Nos primeiros nove meses do ano corrente, a Polícia multou setenta e cinco mil condutores que transgrediram as regras rodoviárias, o que representa uma ligeira diminuição do número de multas atribuídas, em comparação com o período homólogo do ano passado. Ainda assim, os cidadãos de Macau costumam dizer, com ironia, que a maior eficiência que se pode registar nos trabalhos realizados na área da Segurança é o de aplicação de multas aos transgressores das regras rodoviárias. Claro que não estou a dizer que não se devam penalizar os mesmos transgressores. Contudo, para muitos residentes, a aplicação das multas não deve ser o único objectivo dos agentes que patrulham nas ruas em grupos de dois, não concordando com as acções realizadas pela Polícia à hora de ponta, de aplicar multas aos veículos parados em frente das escolas pelos cidadãos que vão levar ou buscar os filhos à escola, ou ao pé das lojas para carregar ou descarregar mercadorias. Os mesmos residentes acham que a Polícia deve executar a lei com determinada flexibilidade, equilíbrio e cientificidade, tendo em consideração as condições existentes nas vias públicas, e que, no reforço das acções da execução da lei, a Polícia deve fazê-lo com inteligência, não devendo procurar apenas a eficiência e a quantidade de multas aplicadas. Sr. Secretário, pensa que se fosse um residente normal, teria, ou não, a mesma sensação?

Para criar uma força policial de qualidade, a integridade é um elemento indispensável. Segundo os cidadãos de Macau, antes da

transferência da soberania de Macau, na Polícia predominava a cultura de café, ao passo que depois de 1999, se regista a cultura de abalone. Não dando vantagens, nada pode ser feito. Embora se trate de coisas que se ouvem e se dizem no caminho, sendo deputado da Assembleia Legislativa, transmito aqui ao Sr. Secretário estas opiniões dos cidadãos. É de saber que a não revelação dos casos de corrupção não significa que não haja os respectivos casos. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as medidas concretas adoptadas pela Administração, para a criação de uma força policial íntegra.

O Sr. Procurador disse ultimamente e numa entrevista, que era preciso prestar mais atenção à questão da integridade dos órgãos governamentais na área da Segurança, os quais podem ser envolvidos em crimes de corrupção com facilidade. Segundo o Sr. Procurador, com vista a prevenir a ocorrência dos mesmos crimes, há necessidade de aperfeiçoar os respectivos regimes, elaborando estratégias efectivas. Queríamos saber qual é o comentário que o Sr. Secretário queria fazer, na qualidade de dirigente superior das Forças de Segurança, sobre a mensagem emitida pelo Sr. Procurador.

Acabei de mencionar, a pedido dos residentes locais e dos turistas, os problemas existentes nos trabalhos na área da Segurança. Os residentes e os turistas apresentaram os seguintes pedidos simples: aumento adequado da quantidade dos agentes que patrulham na zona norte, realização da simulação de incêndios na Rua de Londres, por onde passará o metro ligeiro, simplificação do processo de participação de casos, atitude personalizada na atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias, encurtamento do tempo de espera, necessária para a passagem das fronteiras pelos turistas. Estes são os trabalhos que devem ser realizados por uma força policial de qualidade e profissionalmente capaz. Todavia, a realização dos mesmos trabalhos não é verificada na realidade.

Penso que são os residentes de Macau que estão na posição de poder avaliar os trabalhos na área da Segurança, dizendo se a força policial da RAEM é uma equipa de qualidade e profissionalmente capaz. O Sr. Secretário concorda com esta afirmação?

De acordo com a teoria da ciência social de administração ou gestão, o elemento básico para a criação de uma força policial eficiente, de qualidade e profissionalmente capaz, é incutir nos seus membros o ânimo e o entusiasmo pelo trabalho. Com vista a atingir este objectivo, os dirigentes em si têm que reunir as qualidades de eficiência, integridade e profissionalismo. Para além disso, são também muito importantes a justiça, a imparcialidade e a transparência no mecanismo de promoção. Muitos agentes das FSM fizeram, junto de mim, a queixa de que, o mecanismo de promoção das FSM é caracterizado pela cultura de amigos, assim como pela prioridade dada à antiguidade. Houve indivíduos que ingressaram nas carreiras das FSM depois de terem obtido o grau da licenciatura, pensando que com esforços, podiam ter oportunidades de promoção. No entanto, o que eles vieram a constatar na realidade, é o facto de serem deixados de lado, por causa de não quererem associar-se aos superiores e colegas para interesses pessoais. Na força policial, há a chamada cultura de ceias, isto é, depois dos serviços, mesmo que estejam muito cansados, os agentes têm que acompanhar o chefe que quer ceiar. Se o chefe gosta de futebol, os inferiores têm que aprender a jogar futebol. Caso contrário, não conseguem associar-se ao chefe e aos colegas, não podendo obter notas altas na avaliação feita pelo chefe, e não tendo oportunidades de promoção. Estes agentes queixaram-se de que nas FSM, a promoção não é feita em função das capacidades, mas sim, das relações de amizade com o chefe. Assim, os guardas têm que associar-se aos subchefes, e os subchefes,

por sua vez, associam-se aos chefes, e assim por diante. Se não se conseguir fazer este tipo de associação, não se tem oportunidades de promoção. No caso dos agentes com poucos anos de antiguidade e que não tenham obtido o grau da licenciatura, estes têm muito pouca possibilidade de serem promovidos, mesmo que trabalhem duramente. Vendo a impossibilidade da concretização dos sonhos, alguns agentes jovens escolheram sair das FSM, causando-se, assim, a perda do pessoal. A prioridade dada à antiguidade no regime de promoção, tem feito com que muitos agentes militarizados da linha de frente fiquem pouco entusiasmados, porque sabem que não têm muita possibilidade de serem promovidos na carreira. Não sei se o Sr. Secretário tem conhecimento dos mencionados fenómenos, mencionados na sociedade civil e descritos nas mensagens que circulam na rede. Se a resposta for positiva, queríamos saber quais são os comentários que o Sr. Secretário quer fazer.

Na apresentação que fez, em 2008, sobre a proposta de lei intitulada “Reestruturação de carreiras nas Forças e Serviços de Segurança”, o Sr. Secretário afirmou que o aumento das vagas para os postos de guarda principal, subchefe e chefe, podia contribuir para a manutenção dos agentes de qualidade e experientes nas FSM mesmo depois de terem completado os trinta e seis anos de serviços, exigidos para o efeito de reforma. Queria pedir ao Sr. Secretário para indicar qual é o número dos agentes que permaneceram no seu posto depois de terem prestado trinta e seis anos de serviços, assim como, qual é a quantidade de agentes que escolheram sair das FSM quando já tinham o direito de aposentação.

Diziam os clássicos chineses o seguinte: “Se os dirigentes se comportarem correctamente, servindo como um bom exemplo para os inferiores, os geridos accionam para os apoiar sem necessidade de dar ordens; caso contrário, os geridos não obedecerão ao seu chefe, por mais ordens que sejam dadas”. Estas frases sobre a arte da gestão merecem a reflexão dos dirigentes na área da Segurança, os quais devem procurar ser os mencionados dirigentes competentes, rectos, e com o apoio dos inferiores, não sendo oficiais incompetentes e burocráticos, a cujas ordens não obedçam os seus inferiores.

Segundo o Estatuto dos Militarizados das Forças de Segurança de Macau, os agentes militarizados têm de cumprir dez obrigações, as quais, de acordo com os agentes de base, precisam de ser decoradas. Para além disso, a força policial ainda elaborou guias que exigem o reconhecimento, pelos agentes da linha de frente, da cara de todos os dirigentes das FSM com a categoria de chefe ou superior, de modo que possam fazer continência quando virem estes superiores. Os agentes da linha de frente acham aceitável a exigência de reconhecimento da cara dos dirigentes da mesma unidade, o que pode contribuir para uma melhor colaboração na prestação dos serviços, não pensando, porém, que faça sentido decorar as cento e tal caras de todos os dirigentes das FSM com a categoria de chefe ou superior, o que representa uma pressão extra exercida que tem uma raiz burocrática, não tendo esta ordem muito a ver com as exigências típicas da força militarizada.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Caros Colegas:

Como se pode constatar nos últimos anos, é boa a situação da segurança pública da sociedade de Macau, onde predominam a estabilidade e a prosperidade. Quem se lembre da realidade registada na altura da transferência da soberania de Macau, percebe como é competente o Sr. Secretário, que merece o nosso elogio. Este livrete sobre as Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança, é intitulado “Reforço da polícia com modernas tecnologias científicas, optimização da gestão interna, aperfeiçoamento dos planos de contingência, prevenção e combate à criminalidade”, traduzindo, os vinte e cinco caracteres chineses, as tarefas que se pretendem realizar no próximo ano, na área da Segurança. Tendo em consideração a importância dos trabalhos nesta área, aos quais temos que prestar sempre muita atenção, queria trocar opiniões, aqui e com o Sr. Secretário, sobre vários assuntos que pretendo analisar em seguida.

O primeiro assunto que pretendo abordar tem a ver com os planos de contingência. Penso que o incidente do Edifício Sin Fong Garden nos pode alertar para a necessidade de reforçar as capacidades do Governo da RAEM de dar resposta às situações emergentes. Desta vez, a respectiva associação dos moradores resolveu o problema referente à resistência temporária dos habitantes do mencionado edifício. Espero que o Sr. Secretário nos possa expor o seu ponto-de-vista sobre a questão da organização da habitação temporária, assim como, mencionar o plano para a criação do respectivo regime, que visa o acompanhamento dos acidentes de várias naturezas, nomeadamente acidentes derivados das catástrofes naturais ou que tenham a ver com os trabalhos de protecção civil. Queria saber quais são as ideias sobre a tomada das respectivas medidas preventivas.

O segundo assunto ao qual queria prestar atenção diz respeito à insuficiência dos recursos humanos na área da Segurança, problema mencionado frequentemente pela polícia da RAEM. Tal como fiz no ano passado, queria perguntar ao Sr. Secretário se no corrente ano se registou a insuficiência dos recursos humanos na área da Segurança, pedindo ao Sr. Secretário para fornecer informações concretas sobre a insuficiência dos recursos humanos. Tendo ouvido muitas queixas sobre a necessidade de fazer horas extraordinárias, bem como sobre as grandes pressões de trabalho, penso que há necessidade de arranjar soluções para os respectivos problemas. Sendo assim, queria trocar opiniões com o Sr. Secretário acerca de várias possibilidades.

Tendo sido criado há mais de oito anos e tendo funcionado efectivamente, a Força Policial Auxiliar de Hong Kong (*Hong Kong Auxiliary Police Force*) é um modelo que podemos imitar, de modo a resolver o problema de insuficiência dos recursos humanos. Não sei se as autoridades já consideraram, ou não, a possibilidade de criação do referido regime. Se a resposta for afirmativa, queria saber quais são as ideias que a Administração tem sobre esta possibilidade.

A atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias, é um trabalho que exige muita mão-de-obra. O facto é que não só os multados ficam aborrecidos, como muitos agentes jovens e robustos preferem gastar a energia nos trabalhos com maiores desafios, a realizar a mencionada tarefa em que provavelmente só podem treinar a caligrafia, preenchendo os talões de multas. Sendo assim, sugiro que a respectiva tarefa passe a ser realizada pelos funcionários civis, de modo a aliviar as pressões sentidas nos diversos trabalhos desenvolvidos na área da Segurança, por um lado e por outro, a manter a permanência dos respectivos agentes jovens na força policial, e a atrair mais jovens a ingressar nas carreiras das FSM, para além de diminuir a contradição entre os residentes e os agentes

militarizados, os quais têm as suas características.

Segundo revelou o Sr. Secretário na apresentação que fez há pouco, entrará em funcionamento um lote de máquinas electrónicas para emissão das multas, o que é uma boa estratégia que pode contribuir para a redução da necessidade da mão-de-obra. Penso que esta estratégia deve ser aplicada em grande escala, pois não deve ser complicada a técnica exigida para a sua utilização. Queria perguntar ao Sr. Secretário se já considerou a realização da tarefa de atribuição de multas pelos funcionários civis, tal como acabei de sugerir, nomeadamente pelos funcionários da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego. Com a adopção desta medida, pode-se resolver parcialmente o problema da falta de mão-de-obra nas FSM. O Sr. Secretário concorda com esta ideia?

Em terceiro lugar, queria chamar a atenção para a necessidade de ajustar a distribuição das forças policiais, tendo em consideração o desenvolvimento e o planeamento do Território. Tomando como exemplo o COTAI, que hoje em dia já se tornou num lugar bastante importante, com a concentração dos casinos e dos grandes conjuntos de edifícios muito altos, construídos ou em construção, nesta zona com a aglomeração de grande quantidade de visitantes provenientes dos diferentes países e regiões do mundo, que podem ser o alvo dos criminosos, não há nenhum posto policial, ficando longe o único comissariado policial de Coloane. É de saber que, no próximo ano, vai haver dez mil pessoas que vêm habitar os grandes conjuntos de edifícios da habitação pública localizados em Seac Pai Van. Assim sendo, queria perguntar ao Sr. Secretário se são suficientes a distribuição do pessoal e o número de estabelecimentos policiais, para acompanhar o desenvolvimento da zona referida. Peço ao Sr. Secretário para mencionar os planos elaborados para garantir, com eficácia, a segurança pública deste lugar com grandes perigos potenciais.

Queria ainda pedir informações sobre a necessidade de distribuição da força policial ao novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, que entrará parcialmente em funcionamento no próximo ano. Pese embora o facto de o mencionado *campus* pertencer à U.M., sendo, portanto, uma propriedade privada, queria perguntar se as FSM vão mandar pessoal para assegurar a segurança pública da respectiva zona. Se a resposta for positiva, queria saber a quantidade dos agentes que se tencionam distribuir ao mencionado *campus* da U.M.

Em seguida, passarei a exprimir as minhas opiniões sobre os serviços prestados nos postos fronteiriços, serviços esses que, têm uma importância especial tanto para a manutenção da boa imagem da força policial de Macau, como para o alcance do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. É de apontar que, com vista a atingir o mencionado objectivo, não só os órgãos governamentais na área da Economia e Finanças precisam de envidar grandes esforços, como também todos os serviços públicos do Governo da RAEM têm a responsabilidade de contribuir para a concretização deste objectivo. Na área da Segurança, os agentes dos postos fronteiriços têm que aperfeiçoar a sua capacidade de atendimento, dando uma boa primeira imagem aos visitantes de Macau. Segundo a opinião dos passageiros, a par do longo tempo de espera para a passagem das fronteiras, a atitude pouco simpática dos agentes é o outro factor que os deixa ficar com más impressões sobre o Território. Sugiro que se organizem cursos de formação junto dos respectivos agentes, de modo que os mesmos possam mostrar uma maior simpatia no contacto com os visitantes, abandonando a indiferença causada provavelmente pelas grandes pressões de

trabalho. É de saber que a maioria absoluta de visitantes tem a finalidade de vir a Macau fazer turismo, procurando o lazer e o relaxamento. Se para estes turistas, nem a primeira imagem, nem a última imagem de Macau forem boas, talvez não pensem em voltar a visitar a RAEM, dificultando, assim, a concretização do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Não sei se o Sr. Secretário pode reforçar os mencionados trabalhos de formação, assim como, incluir a atitude que se tem no atendimento dos visitantes, nos itens a examinar na respectiva avaliação.

O nível das línguas estrangeiras dos agentes que prestam serviços nos postos fronteiriços, é o outro aspecto ao qual devemos prestar atenção. Hoje em dia, passam mensalmente vários milhões de turistas e empregados estrangeiros pelos postos fronteiriços, os quais, em vez de falarem cantonense, falam inglês, mandarim ou indonésio. Não só nos postos fronteiriços, mas também nos outros locais dentro do Território de Macau, registam-se pedidos de auxílio aos polícias pelos indivíduos que falam línguas estrangeiras. Assim, não sei se são suficientes os cursos destinados à formação de línguas, realizados junto dos agentes das FSM. Peço ao Sr. Secretário para dar informações sobre o número dos agentes da linha de frente, que têm capacidade linguística para comunicar com os indivíduos que não falam cantonense, assim como, para dizer se os agentes que falam línguas estrangeiras são suficientes para satisfazer as necessidades registadas na realidade, as quais estão a aumentar em cada dia que passa.

Quanto ao reforço da polícia com modernas tecnologias científicas, nas LAG para o próximo ano, há referências sobre o plano da optimização do sistema de passagem automáticas nos postos fronteiriços, que visa o reforço da segurança deste tipo de passagem através da tecnologia de biometria, como o reconhecimento facial, que permitirá uma dupla autenticação da identidade do passageiro. Concordo com a maior prudência no tratamento do respectivo assunto. No entanto, não podemos negligenciar o facto de a grande prudência significar muitas vezes a fraca eficiência. É neste sentido que queria perguntar ao Sr. Secretário, qual é o número dos casos em que houve problemas de segurança, causados pela ineficácia na detecção da identidade dos passageiros, das máquinas utilizadas actualmente nos postos fronteiriços, e que examinam apenas as impressões digitais. Queria saber qual é o grau do risco implicado, se continuarmos a utilizar as actuais máquinas, por um lado e por outro, qual é o sacrifício do tempo que se implica com a introdução do referido equipamento, comparando a velocidade, na realização do respectivo trabalho, da antiga máquina e da nova máquina que se pretende introduzir. Espero que o Sr. Secretário nos possa fornecer os respectivos dados. Queria ainda perguntar se o reconhecimento facial pode permitir uma precisão muito maior na autenticação da identidade do passageiro.

Tal como a Sra. Deputada Ho Sio Kam, também presto muita atenção aos trabalhos da execução do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos, e queria perguntar qual é a evolução dos trabalhos de instalação das Câmaras do CCTV. Queria saber igualmente quais são os efeitos que se pretendem produzir com a instalação do mesmo sistema da videovigilância, bem como, qual é a calendarização para a realização, segundo o plano definido, dos trabalhos de instalação de todas as câmaras do CCTV.

Por fim, queria chamar a atenção para o novo fenómeno de os indivíduos que exercem actividades de prostituição ou de lenocínio, aproveitarem os serviços de telecomunicações móveis para procurar

clientes na rua. Na discussão das LAG dos últimos anos, aponte para o problema de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua. Hoje em dia, a situação já mudou, passando os mesmos indivíduos a utilizar tecnologia avançada das telecomunicações móveis para alcançar o seu objectivo. O facto é estes indivíduos começarem a utilizar os *softwares* que permitem o estabelecimento de comunicação, dentro de vários segundos e através do telemóvel, com os desconhecidos que fiquem a cem ou até a mil metros de distância. Alguns dos meus amigos cujos telemóveis estão equipados com os mencionados *softwares*, recebem de vez em quando fotografias pornográficas, com o convite para o gozo dos serviços especiais. A ocorrência frequente deste fenómeno nos hotéis e nas zonas turísticas, que constitui uma perturbação aos turistas, prejudica gravemente a imagem de Macau como cidade de lazer. Queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as estratégias que a Polícia vai adoptar para reprimir estas actividades, as quais, a meu ver, é difícil detectar, pois os agentes podem impedir os transeuntes de apanhar do chão os folhetos pornográficos, contudo, não podem pedir para examinar os telemóveis, verificando as mensagens recebidas. O Sr. Secretário pode-nos contar quais são as medidas tomadas pelas FSM para fazer frente a este novo fenómeno?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

O Governo Central definiu, no 12.º Plano Quinquenal Chinês, o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Trata-se de uma missão atribuída aos cinco secretários do Governo da RAEM, sendo o Sr. Secretário responsável pela realização de vários trabalhos, importantes para a concretização do mencionado objectivo. No entanto, ocorreram recentemente alguns problemas na execução destas tarefas. Sendo assim, em seguida queria desenvolver discussões com o Sr. Secretário, pedindo a explicação das razões para a tomada das respectivas decisões.

O primeiro problema tem a ver com a proibição pelo Governo da RAEM, de um jornalista e um membro da Assembleia do Distrito (*District Council*) de Hong Kong, de entrar no Território de Macau. Não se trata dos primeiros casos de proibição de entrada de indivíduos no Território por razões não reveladas. Sendo Macau uma cidade internacional, o seu Governo deve explicar, pelo menos, as razões que o levaram a tomar a respectiva decisão. Não pretendo desenvolver aqui discussões sobre a questão da garantia da segurança de uma região ou de uma cidade. Queria chamar a atenção para este assunto, simplesmente porque acho que há necessidade de expor as razões, que sejam aceitáveis, para a proibição da entrada em Macau dos respectivos indivíduos. Pois há que existir critérios para a permissão e para a proibição da entrada dos indivíduos no Território. O Sr. Secretário pode explicar melhor, porque é que o respectivo jornalista pode ameaçar a segurança da sociedade de Macau? Segundo revelaram os agentes, a respectiva ordem não foi dada por escrito e com assinatura, tendo o graduado de serviço posto a sua assinatura no respectivo ofício. Acho muito grave a forma utilizada

para o tratamento do referido assunto, porque o graduado de serviço não deve assumir uma responsabilidade tão grande, que no fundo não é sua.

Disse um clássico chinês o seguinte: “Os doutores gozam do privilégio de não serem penalizados mesmo que tenham cometido crimes, ao passo que as plebes nunca devem ser tratadas com cortesia”. Queria dizer com isto que, o oficial que deu a mencionada ordem deve assumir a respectiva responsabilidade. Espero que o Governo possa revelar quem é que deu a respectiva ordem, para além de expor as razões para a tomada da referida decisão. Transmito aqui as opiniões de um grupo de agentes, que acham que o respectivo graduado de serviço não deve assumir a respectiva responsabilidade. Espero que o Secretário possa fazer comentários sobre estas opiniões, esclarecendo se foi o Senhor ou o Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública que deu a mencionada ordem.

O segundo problema ao qual queria prestar atenção é o de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua, o qual prejudica gravemente a imagem da RAEM, tal como referiu a Sra. Deputada Ho Sio Kam. Actualmente, os indivíduos que exercem actividades de prostituição ou de lenocínio, até fazem filas na rua a distribuir os respectivos cartões com a explicitação dos cargos que se desempenham, e nem o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, nem o Corpo de Polícia de Segurança Pública intervêm. A par disso, se o dono de uma tendinha de fruta montada num lugar que fica a dez metros dos referidos indivíduos, colocar um banco no passeio, os agentes correm a atribuir multas. Não estou a dizer que não se deve executar a lei. Contudo, acho que não se devem aplicar as normas jurídicas de formas muito diferentes. A situação é complexa, pois vêm anualmente mais de vinte e oito milhões de visitantes a este território pequeno com quinhentos e sessenta mil habitantes. O que não quero ver nesta cidade internacional, é que os agentes da linha de frente cumpram mecanicamente as ordens, limitando-se a cumprir, com indiferença, as regras definidas, como se fossem umas máquinas, tal como reconhecem os próprios agentes. De facto, o que costumamos ver não são agentes conscientes dos seus deveres e com entusiasmo pelo trabalho, mas sim polícias auto-fascinados que nem se atrevem a olhar para os outros.

O aperfeiçoamento do mecanismo de reclamação, quer para o exterior, quer para o interior, é um outro trabalho que tem que ser realizado na área da Segurança. Na reunião realizada há dias, destinada à discussão das LAG na área da Administração e Justiça, mencionei a mesma necessidade. É pena que a Sra. Secretária Chan não tenha percebido a minha ideia. O que queria dizer é que não só devemos criar um mecanismo efectivo para a recolha das opiniões dos residentes, como também há necessidade de criação de um mecanismo fiável, que vise a recolha, de forma confidencial, das opiniões expressas pelo pessoal das Forças e Serviços de Segurança de Macau. Tenho também pena em verificar que os agentes que trabalham nos comissariados policiais, e que têm contacto directo com os residentes e os turistas, não têm capacidade de raciocinar, e só sabem cumprir as ordens superiores. Espero que se lhe possam organizar cursos de formação de qualidade, não aqueles mencionados nas Linhas de Acção Governativa, e repetidos todos os anos com os mesmos materiais de ensino. A sociedade de Macau está em constante evolução, e a realidade está a tornar-se altamente complexa. Sendo assim, o conteúdo dos cursos de formação também tem que ser actualizado, de modo a permitir aos agentes treinados ficar com capacidades suficientes para poder fazer frente às diferentes situações com confiança e com calma, deixando de estar

sempre dependentes das instruções dos chefes.

Dentre os mais de vinte e oito milhões de passageiros em média que visitaram Macau no ano passado, alguns foram roubados e queriam participar o caso à Polícia. É evidente que muitos destes passageiros que conheciam mal Macau, não chegaram a ir aos comissariados policiais para fazer a respectiva denúncia. Assim sendo, por que é que as FSM não estabelecem postos policiais nos lugares turísticos, tais como nas Ruínas de S. Paulo, por forma a facilitar os turistas roubados, e a recolher mais informações sobre as zonas em que ocorrem mais crimes?

Na força policial, fala-se muito do fenómeno de haver funcionários que têm muitos trabalhos, e haver funcionários que têm muito poucos trabalhos. Penso que as autoridades devem prestar mais atenção a este fenómeno, procurando melhorar os trabalhos de distribuição das tarefas. Há também problemas no regime de promoção, segundo o qual, os agentes que não tenham conseguido nenhum louvor não têm possibilidade de ser promovidos. Todos os anos, na discussão das LAG, ouvimos o Sr. Secretário falar da falta dos recursos humanos. As autoridades sabem porquê esta falta? A resposta é a seguinte: as FSM não conseguem manter os agentes no seu posto. Sabemos que neste período temos muitos casos de reforma, sendo que uma maioria absoluta de agentes disse que não queria continuar, nem um dia, a prestar serviços nas FSM quando tiver a idade de reforma. As autoridades sabem que os agentes pensam assim, e que muitos agentes militarizados vivem em Zhuhai, o que traz muitos incómodos. Perante esta situação, a construção da habitação para o pessoal das FSM pode inculir, sem dúvida, nos funcionários públicos o entusiasmo pelo trabalho. Tenho feito, nos últimos anos, a mesma sugestão junto ao Sr. Secretário. De facto, sendo o dirigente superior das FSSM, o Sr. Secretário tem a obrigação de procurar benefícios em favor dos seus inferiores, resolvendo as dificuldades tidas pelos subordinados de categorias inferiores que trabalham na linha de frente. Antes de vir ao hemicycle, houve um agente que me disse que tinha que morar em Zhuhai por causa das dificuldades económicas, pois depois de casar, a esposa não trabalhava. Para além disso, tinha que sustentar os pais. O Sr. Secretário tem que perceber que as dificuldades na vida privada podem exercer influência negativa sobre o trabalho, e que é importante fornecer-lhes apoios em determinados aspectos. Peço ao Sr. Secretário para falar rapidamente com o Sr. Secretário Lau Si Io, com vista a resolver o problema de habitação aos agentes e si subordinados. Senão, o Sr. Secretário Lau vai conceder todos os terrenos da RAEM às grandes empresas do jogo. Nessa altura, não teremos terrenos para a construção da habitação em benefício do pessoal das FSSM.

O regime de aposentação é o outro assunto que preocupa os agentes que ingressaram nas carreiras em ou depois de 2007. O Sr. Secretário gozará dos benefícios fornecidos pelo Regime de Pensões de Aposentação e Sobrevivência, e percebe muito bem qual é a diferença entre este regime e o Regime de Previdência em termo da garantia da vida no futuro. Perante a fraca garantia do Regime de Previdência, o Sr. Secretário deve arranjar formas para ajudar os seus inferiores, procurando-lhes mais benefícios, de modo a manter os agentes de qualidade no seu posto. Caso contrário, não há pessoal qualificado que assegure a realização dos trabalhos de forma satisfatória.

Os agentes militarizados trabalham mais duramente do que os funcionários civis, precisando de fazer turnos. Sendo assim, eles envelhecem muito mais rapidamente. Acho muito mau o

cancelamento de muitos benefícios fornecidos a estes agentes, designadamente a atribuição de mais dois anos de serviços depois de se ter prestado serviço efectivo durante dez anos. O pioramento constante de condições em termos de regalias fornecidas, desanima os mesmos agentes, retirando-lhes o entusiasmo pelo trabalho. Peço, todos os anos, ao Sr. Secretário para recuperar a regra mencionada, pois devido à característica do seu trabalho, os agentes militarizados não podem trabalhar até aos sessenta e cinco anos. Espero que o Sr. Secretário possa arranjar maneira para fornecer-lhes o benefício de atribuição de mais dois anos de serviços depois de se ter prestado serviço efectivo durante dez anos.

Queria prestar atenção à execução da Lei n.º 8/2012, intitulada “Remunerações acessórias das Forças e Serviços de Segurança”, aprovada no ano corrente pela Assembleia Legislativa. Segundo esta Lei, é atribuído um subsídio mensal aos militarizados colocados em exercício de função de condução de veículos especiais. No entanto, alguns militarizados apresentaram a queixa de que o mesmo subsídio não é atribuído aos agentes que num mês só exerçam a mencionada função durante vários dias. A meu ver, é preciso encontrar uma forma justa, que permita assegurar a atribuição do referido benefício aos agentes que satisfaçam as condições. O facto é que os mecanismos de reclamação do Governo da RAEM são os mecanismos mais criticados, o que tem conduzido à relação de tensão nomeadamente entre a Polícia e a população de Macau, problema esse que não se pode resolver com a publicação de revistas e a visita a diferentes zonas do Território pelos dirigentes governamentais. As autoridades têm que dar importância às opiniões dos cidadãos. É também problemático o mecanismo de reclamação interno. A verdade é que na ausência de canais para os agentes da linha de frente contarem as dificuldades e injustiças, se agravam as insatisfações dos mesmos agentes, levando ao baixo entusiasmo pelo trabalho.

O encurtamento do tempo destinado ao treino dos agentes militarizados, constitui outro problema muito grave nas FSM. Se não me tiver enganado, antigamente, eram precisos um ano e tal para o treino dos militarizados. Actualmente, porém, o respectivo curso só dura vários meses, nove ou até seis meses. A sociedade está em constante permutação, e a situação real está a ficar cada vez mais complexa. São precisos professores experientes e tempo suficiente, para formar agentes confiantes, que tenham capacidade de fazer frente às situações complexas. Como consequência do encurtamento da duração do respectivo curso, o que se regista na realidade é que na rua, vimos muitas vezes agentes desconfiantes que nem sequer se atrevem a olhar para as pessoas à volta. Nem os mesmos vão intervir nos assuntos ocorridos com que se deparam, se esta não for uma tarefa distribuída pelo superior. Não sei como é que surgiram estes problemas. Reparem que quando disse isto, não estou a referir-me aos agentes da Polícia Judiciária e da Unidade Tática de Intervenção da Polícia. Penso que há necessidade de reforço da formação dos agentes da linha de frentes dos vários comissariados policiais e dos Serviços de Alfândega.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Insistimos em criticar as falhas existentes, mas não nos esquecemos de elogiar os méritos alcançados. É um facto que a segurança pública do Território melhorou bastante após a transferência da sua soberania, o que se deve sobretudo aos esforços envidados pelos agentes da linha de frente. O Sr. Secretário deve saber que estes agentes estão sujeitos às pressões bastante grandes, e que é necessário atribuir-lhes mais atenção. Os cidadãos de Macau pediram-me para apresentar o nosso agradecimento aos agentes militarizados que trabalham na linha de frente.

Em seguida vou apresentar perguntas, opiniões e sugestões em representação dos residentes de Macau e do pessoal das FSSM, esperando que o Sr. Secretário possa responder a todas as perguntas. Sr. Secretário, não está obrigado a responder a nenhuma pergunta, mas os cidadãos de Macau desejam ouvir a sua explicação, fazendo a avaliação dos efeitos conseguidos com a realização dos trabalhos na área da Segurança, nomeadamente de acordo com o comportamento do Sr. Secretário registado nas reuniões de hoje e de amanhã.

Em primeiro lugar, queria elogiar o Sr. Secretário e a sua equipa, que aceitaram a sugestão que apresentei na discussão das LAG do ano passado, tendo adoptado a medida de triagem que permite o processamento, com ordem, do trânsito no posto fronteiriço das Portas do Cerco. Os cidadãos ficaram contentes ao verem a adopção da mencionada medida, a qual contribuiu para o melhoramento do fenómeno de engarrafamento.

Também queria elogiar os agentes que não descansaram no Dia do Trabalhador, e que conseguiram encontrar, em dois dias, as bagagens perdidas de um turista canadiano, quando este apanhou um táxi nos finais de Abril no ano corrente. Apesar de não terem sido encontrados os documentos e o dinheiro guardados nas bagagens, o turista em causa agradeceu imenso a ajuda prestada pela Polícia de Macau, a qual era preciosa para um indivíduo em viagem. Penso que a Direcção dos Serviços de Turismo também deve elogiar as acções das FSM, que deixaram os turistas ficar com boas impressões sobre Macau.

Depois de apresentar os nossos elogios, passarei a apontar para vários problemas existentes na área da Segurança. Em primeiro lugar, queria afirmar a necessidade de optimização do regime de promoção e de premiação das FSM. Caso contrário, tenho o receio do risco de falta de sucessores para exercer as funções de direcção nos respectivos órgãos das FSSM. Disse Napoleão o seguinte: “Os soldados que não queiram ser generais não são bons soldados”. Sr. Secretário, muitos dos seus inferiores querem ser generais, desejo esse que, porém, dificilmente pode ser concretizado por causa do regime existente. Segundo revelaram os respectivos agentes, assim como de acordo com os resultados da investigação realizada por nós, na estrutura da força policial existem vários elementos injustos. Com efeito, muitos dirigentes dos quadros intermédios não têm oportunidades de promoção, ficando numa camada de sanduíche, não podendo continuar a subir, mesmo assistindo aos cursos de formação, e não querendo passar a desempenhar cargo de categoria inferior. De acordo com o mecanismo de substituição dos dirigentes dos quadros superiores, só quando houver vagas, é que há possibilidade de ascensão. Como é fixo o número das vagas, as quais são permanentemente ocupadas pelos respectivos titulares, são muito raras as oportunidades para a subida nas carreiras. A situação de Hong Kong é muito diferente. Por mais alto que seja o cargo

desempenhado, quando terminar o respectivo mandato, o respectivo dirigente governamental pode ser substituído. É de saber que é importante a substituição do velho pelo novo, tal como é indispensável o metabolismo para a saúde do ser humano. A mesma razão é aplicável ao caso das FSM. Se o ordenado se mantém sempre no índice de quinhentos e quarenta pontos, ao verem que os superiores e inferiores têm aumento de ordenados, como é que os funcionários dos quadros intermédios podem ter entusiasmo pelo trabalho?

O Sr. Secretário enfatiza sempre a necessidade de acompanhar a evolução da sociedade. Sendo assim, o Senhor não acha que há necessidade de actualizar a estrutura da força policial? Na discussão das LAG no ano passado, o Sr. Secretário prestou muita atenção à questão da protecção do ambiente. Segundo os peritos e académicos, os funcionários que prestem serviços de qualidade têm que ser promovidos, não tendo a permanência destes agentes no seu cargo a ver com a protecção ambiental. Não se esqueçam de que na protecção do ambiente, falamos da substituição dos velhos elementos pelos novos mais ecológicos. Sem dúvida, só com o aperfeiçoamento do mecanismo de promoção, é que se pode incutir nos agentes o entusiasmo pelo trabalho e o espírito de luta pela ascensão nas carreiras.

Tal como acabei de referir, há bastantes agentes experientes que desempenham cargos nos quadros intermédios, e que não têm oportunidades de ascender aos quadros superiores, e portanto, estão pouco entusiasmados. Ouvi o Sr. Secretário dizer que vai haver muitos casos de reforma, designadamente dos agentes que ingressaram nas carreiras das FSM nos anos de 1985 e 1986, anos em que foram abertos bastantes cursos na Escola de Polícia. Com a aposentação destes agentes, haverá mais oportunidades de promoção? Queríamos saber se há agentes experientes que substituam os reformados na realização dos trabalhos na área da Segurança. Pensamos que agora é altura de pensar em criar um regime de preparação de sucessores para a substituição gradual dos antigos dirigentes. Na insuficiência destes sucessores, ocorrerão graves problemas. Sr. Secretário, não podemos deixar de ficar preocupados com esta possibilidade.

De acordo com a Lei n.º 8/2012, são atribuídas remunerações acessórias aos agentes das Forças e Serviços de Segurança, tais como o abono de alimentação, o subsídio de negociador, os subsídios de mergulhador e o subsídio do pelotão cinotécnico. Concordamos com a atribuição dos respectivos subsídios, os quais representam uma forma de reconhecimento das qualidades específicas dos respectivos agentes, assim como, uma estratégia normalmente utilizada no modelo de gestão do pessoal contemporâneo. Todavia, queríamos chamar a atenção do Sr. Secretário para a injustiça existente quando se atribui a mesma remuneração aos agentes militarizados e aos funcionários civis. É de saber que os militarizados que patrulham na rua, são queimados pelo sol e molhados pela chuva, estando sujeitos a numerosos perigos aquando de apanhar os ladrões que roubaram as carteiras, de acalmar os distúrbios da multidão, de ordenar o trânsito e de tratar dos acidentes de viação, trabalhos esses que requerem muitos conhecimentos específicos. A mencionada injustiça leva a que os agentes militarizados procurem trabalhar nos escritórios, lisonjeando o chefe ou fingindo que são parvos, de modo a fugir dos trabalhos da linha de frente.

Com vista a incutir nos agentes da linha de frente o entusiasmo pelo trabalho, para além do reforço das acções de formação, têm que

se oferecer oportunidades de promoção. Aqui queria voltar a apresentar a sugestão que apresentei na discussão das LAG do ano passado, de atribuir subsídios aos militarizados que patrulham na rua. Espero que o Sr. Secretário possa voltar a considerar a respectiva possibilidade, encorajando os mesmos agentes a trabalhar com maiores esforços.

A publicação, em 12 de Setembro de 2007, do Regulamento Administrativo n.º 19/2007, veio introduzir modificações no quadro de pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública, substituindo o quadro de pessoal com três mil oitocentos e setenta e tal agentes, definido pelo Regulamento Administrativo n.º 22/2001, promulgado em 2001, pelo novo quadro de pessoal composto por cinco mil e tal funcionários. Passados cinco anos a contar a partir da data da entrada em vigor do Regulamento Administrativo n.º 19/2007, o Sr. Secretário já pensou em actualizar o mesmo quadro de pessoal, tendo em consideração as alterações registadas no período de cinco anos, nomeadamente a grande subida do número de turistas, os quais atingem quase trinta milhões de pessoas em média, o aumento da dimensão do Território de Macau, e a criação de mais postos fronteiriços tais como o Posto Fronteiriço da Ilha da Montanha? Não sei se há pessoal suficiente para assegurar os respectivos trabalhos. A Polícia Judiciária alargou o seu quadro de pessoal através da publicação, em 2010, do Regulamento Administrativo n.º 20/2010. Queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar os projectos referentes ao ajustamento do quadro de pessoal do Corpo de Polícia de Segurança Pública, o qual possui actualmente quatro mil e tal agentes, os quais prestam serviços em numerosos organismos do CPSP, nomeadamente nos seus oito departamentos.

Fala-se sempre dos agentes do quadro intermédio, os quais não costumam ser designados por oficiais do quadro intermédio. Isto é porque estes agentes, que são muitos na quantidade, não são considerados como oficiais. Está estipulado no número 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 86/89/M, aprovado em 1989, que, podem ser criadas chefias funcionais, desde que o conjunto das tarefas de coordenação pelo seu volume ou complexidade, o justifique, devendo ser atribuída quando se verifique a coordenação de, pelo menos, dez trabalhadores, ou a complexidade da coordenação seja devidamente comprovada. Segundo o resultado das investigações, por causa da existência desta norma jurídica, os agentes que tenham a categoria de chefe, podem não desempenhar nenhum cargo no quadro dirigente. Como é evidente, estas condições não são suficientes para manter os agentes no seu posto, assim como, para incutir o entusiasmo pelo trabalho, na altura em que nem as grandes empresas do jogo podem encontrar com facilidade empregados de qualidade.

Segundo os peritos e académicos, o mencionado Decreto-Lei foi promulgado há mais de dez anos. No entanto, só se começaram a criar as chefias funcionais desde há dois anos. Estas chefias funcionais não coordenam, porém, dez trabalhadores, mas sim, mais de cem trabalhadores. Tenho que chamar a atenção para a diferença existente entre as regalias gozadas pelas chefias funcionais do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, e do Instituto de Habitação, e as regalias fornecidas às chefias funcionais das FSSM. É de saber que às chefias funcionais das FSSM não são pagas as horas extraordinárias, nem são fornecidas folgas para a compensação dos serviços prestados fora do horário de expediente, as chefias funcionais dos órgãos governamentais noutras áreas têm direito às mencionadas regalias. Esta é a outra injustiça que deixa os agentes das FSSM ficar desanimados.

Na apresentação que fez há pouco, o Sr. Secretário mencionou a introdução das alterações na regulamentação orgânica do Estabelecimento Prisional, de modo a tornar mais atractivo o preenchimento das necessidades de recursos humanos. Concordo perfeitamente com este projecto, porque verifiquei a situação concreta, numa visita ao Estabelecimento Prisional juntamente com outros colegas da Assembleia Legislativa. Naquela visita, constatámos que são realmente muito grandes as pressões de trabalho, vendo a grande quantidade de detidos existentes: a zona para os detidos do sexo feminino está tão cheia que algumas reclusas só podiam dormir no chão (Ouvi dizer que agora já há camas para os respectivos indivíduos). Ainda verifiquei que existe grande disparidade, quanto às condições das instalações, entre a zona para os detidos do sexo masculino e a zona para os detidos do sexo feminino. O facto é que as instalações para os detidos do sexo masculino são muito mais velhas (que não têm nada a ver com a questão da limpeza). Espero que as respectivas condições possam ser melhoradas, dando as autoridades uma maior atenção aos detidos do sexo masculino, assim como, respeitando os seus direitos humanos.

Com a definição do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, deu-se a mudança da sociedade de Macau, em que predomina o sector terciário, ou seja, o sector dos serviços. Tal como reconheci no início da minha intervenção, graças aos esforços envidados pelo Sr. Secretário e pela sua equipa, a segurança pública do Território melhorou bastante após a transferência da sua soberania, criando-se, assim, condições para o desenvolvimento económico da RAEM. Não sei se o Sr. Secretário e a sua equipa já notaram a transformação do Governo de Macau, de um Governo responsável sobretudo pela execução da lei, num Governo prestador de serviços, que precisa de enfrentar novos desafios. Como toda a gente sabe, o chinês e o português são as línguas oficiais de Macau. No entanto, recebi uma reclamação apresentada por um residente local que só fala português, o qual se queixou da dificuldade na comunicação, aquando do pedido de ajuda à Polícia. Foi depois de muito tempo que se conseguiu encontrar, finalmente, um agente que falava português para dialogar com o referido indivíduo que só fala português.

Os residentes têm a opinião de que, sendo Macau uma plataforma de serviços de cooperação económica e comercial entre a china e os países de língua portuguesa, são fundamentais os profissionais que dominam as duas línguas. Contudo, ultimamente tem-se notado um fenómeno muito curioso, de que os trabalhos de tradução dos documentos não confidenciais são adjudicados para serem realizados pelas companhias privadas, o que quer dizer que na Administração não há tradutores suficientes para assegurar os respectivos trabalhos. Para dizer com franqueza, esta situação não dever acontecer, tendo Macau a qualidade de plataforma económica e comercial entre a china e os países de língua portuguesa, e sendo o chinês e o português línguas oficiais da RAEM. Pois é uma grande vergonha os agentes dos comissariados policiais não poderem comunicar com os indivíduos que pedem ajuda e que só falam português. É de saber que, nas situações emergentes, a impossibilidade da comunicação trará consequências muito graves. Perante esta situação, temos razão para duvidar que o Governo da RAEM não tenha capacidade de cumprir as respectivas normas definidas na Lei Básica.

Numa interpelação escrita que apresentei em 3 de Janeiro do ano passado, sugeri a criação de um centro de apoio linguístico a funcionar durante 24 horas, adoptando o modelo de “*paging*” e a comunicação digital. Se tal se verificar, os agentes policiais de primeira linha podem usufruir do apoio imediato desse centro, caso

se deparem com quaisquer problemas de comunicação. Na respectiva resposta atribuída pelo Gabinete do Secretário para a Segurança, foi afirmado que o CPSP encontra, em cada escala do Centro de Controlo de Operações, oito agentes que dominam diferentes línguas (incluindo o inglês, o mandarim e o português) para atender a linha de auxílio/denúncia, dentro dos quais pelo menos dois dominam a língua inglesa. No entanto, o caso mencionado revelou a não correspondência entre o conteúdo da referida resposta e a situação registada na realidade. Sendo assim, penso que as FSM têm que procurar ser mais realistas.

Ainda em relação às capacidades linguísticas dos agentes policiais, penso que não é prático treinar os agentes para que possam exercer a respectiva função. Pois a formação de sete ou oito meses não é suficiente para os mesmos poderem atender a linha de auxílio/denúncia, falando línguas estrangeiras. Sendo assim, sugiro contratar funcionários que saibam falar inglês ou português, ou outras línguas estrangeiras, e que não sejam agentes, para exercerem as mesmas funções nas situações não emergentes. Para dizer com franqueza, acho que não é fácil encontrar agentes que falem bem inglês ou português. Os indivíduos chineses que falem bem estas duas línguas, normalmente não ingressam nas carreiras das FSM, pois podem ingressar nas carreiras de tradutor. Sei que alguns funcionários que trabalham no Serviço de Migração não são agentes das FSM, e que o respectivo modelo tem funcionado bem. O Sr. Secretário acha que esta é uma estratégia que se pode adoptar em Macau, que é uma cidade turística internacional?

Tendo em conta o facto de o chinês e o português serem as línguas oficiais da RAEM, afirmamos que é importante ter suficientes agentes policiais de primeira linha que falem bem estas duas línguas. Caso contrário, afectam-se a eficiência administrativa e a imagem de Macau como cidade internacional. Sugiro reforçar as acções de formação linguística junto dos agentes da linha de frente, para além de atribuir subsídios aos agentes que falem bem as duas línguas. Espero que o Sr. Secretário possa dizer quantos agentes e oficiais há nas FSM, que falam fluentemente português e chinês, pois não queremos saber quantos agentes estão a aprender português, nem o número de agentes que já uma vez aprenderam português.

Há pouco o Sr. Secretário falou muito da criação de um mecanismo de comunicação de 24 horas. Achemos muito importante este mecanismo, e portanto, chamamos a atenção para a necessidade de supervisão dos respectivos trabalhos.

Por fim, queria voltar a chamar a atenção para o problema de não cedência da passagem a peões nas passadeiras, problema esse para o qual aponto desde há muito tempo. Realizámos uma investigação há quase um mês, na qual fizemos a observação da circulação dos veículos motorizados durante quatro horas. Como resultado, foram registados quinhentos e quarenta e um casos de não cedência da passagem a peões nas passadeiras. Existe, outra vez, grande diferença entre a mencionada realidade, e a resposta atribuída pelas FSSM à minha interpelação escrita, em que se afirma que nos primeiros dez meses do ano passado, isto é, do ano de 2011, foram registados quatrocentos e oitenta e nove casos de não cedência da passagem a peões nas passadeiras. Alerto para a necessidade de prestar muita atenção a este fenómeno, reforçando os trabalhos interdepartamentais. A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego deve construir mais túneis e pontes aéreas para peões nas estradas com muito movimento, ao passo que a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude deve intensificar as respectivas acções de divulgação de mensagens, educando os cidadãos para a

importância de respeitar as regras rodoviárias. Tenho aqui estes materiais para entregar ao Sr. Secretário. Vou continuar a realizar as respectivas investigações. São horas e termino aqui a minha intervenção.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Au Kam San.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Na discussão das Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança, são mencionados sempre os mesmos problemas. Isto quer dizer que os problemas nunca foram resolvidos, por mais que sejam as chamadas de atenção. Com a definição do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, os serviços prestados nos postos fronteiriços revestem-se de uma importância especial. Todavia, o que se verifica na realidade é os visitantes precisarem de esperar muito tempo para a passagem das fronteiras. Perante esta situação, o Sr. Secretário repete, todos os anos, o seguinte conteúdo nas Linhas de Acção Governativa: “Tendo em consideração a situação registada nos diversos postos fronteiriços, as autoridades na área da Segurança têm prestado muita atenção à melhoria do nível de serviços de migração, reforçando a formação dos funcionários, racionalizando a distribuição do pessoal, e adquirindo equipamentos necessários”. Claro que a permanência dos mesmos problemas tem a ver com a quantidade dos turistas, que é demasiadamente grande para a capacidade de recolhimento do Território, ou seja, trata-se de um problema de sobrecarga. Apesar disso, sendo Secretário para a Segurança, o Senhor tem a obrigação de elaborar estratégias para resolver este problema, pois não contribui para nada, falar repetidamente do reforço da formação do pessoal. A mesma falha é verificada, todos os anos, na discussão das LAG, na área da Administração e Justiça. Perante as críticas dos cidadãos da baixa eficiência dos trabalhos na vertente judicial, a Sra. Secretária Chan costuma atribuir a razão à falta do pessoal de justiça. Assim, todos os anos, a Sra. Secretária Chan menciona o número dos magistrados e funcionários de justiça formados. Não obstante o reforço das acções de formação, não se verifica o melhoramento da respectiva eficiência. Trata-se, portanto, de uma situação típica de “puxar-se a viatura baixando a cabeça, não verificando a direcção em que se segue”.

O referido problema de longo tempo de espera pelos turistas pela passagem das fronteiras, é um problema grave que impede o alcance do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, mas que permanece durante anos sem ser resolvido. Ora, se já sabemos que existe este problema, e cuja solução tem grande significado para a concretização do mencionado objectivo, por que é que não podemos fazer um planeamento para três anos a partir da perspectiva global, prevendo uma taxa de aumento anual dos turistas de 10%, distribuindo o pessoal aproveitando todas as possibilidades, por forma a atingir o objectivo de os turistas passarem as fronteiras em quinze minutos. Reparem que se o Sr. Secretário fala todos os anos do reforço da formação dos funcionários, e da racionalização da distribuição do pessoal, mas o problema permanece todos os anos sem ser resolvido, já não se trata

da questão da distribuição dos recursos humanos, mas sim dos problemas mais graves. Assim, quando li, nas LAG, a frase de “Os recursos da força policial são limitados, os recursos da população são infinitos”, saltou da minha cabeça a ideia de “muita incompetência, pouca vergonha”. Pode não ser assim, estou a brincar. Porém, se o mesmo problema permanece durante anos sem se conseguir resolver, e se todos os anos, na discussão das LAG, muitos deputados focalizam a atenção na questão da grande acumulação, nos postos fronteiriços, de turistas que esperam horas para passagem das fronteiras, o Sr. Secretário não acha que há necessidade de elaborar planos a partir da perspectiva global, mobilizando pessoal de diferentes serviços para garantir a fluidez na passagem das fronteiras? O que quer dizer que, na distribuição do pessoal, se pode considerar não só o Serviço de Migração, e não só os agentes militarizados. É de saber que o que está em causa é a concretização do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, os órgãos governamentais na área da Segurança têm a obrigação de prestar tudo para realizar, de forma satisfatória, os trabalhos nos postos fronteiriços. Este é o primeiro assunto acerca do qual queria trocar opinião como Sr. Secretário.

Em segundo lugar, queria prestar atenção a vários casos de impedimento de entrada no Território pelos residentes de Hong Kong, questão abordada há pouco por um colega. De facto, a Lei de bases da segurança interna da Região Administrativa Especial de Macau, atribui à Polícia de Macau o poder de impedimento de entrada na RAEM de não residentes que, nos termos da lei, sejam considerados inadmissíveis ou constituam ameaça para a estabilidade da segurança interna, ou sejam referenciados como suspeitos de conotações ao crime transnacional, incluindo o terrorismo internacional. No entanto, considero casos de abuso do poder pelas FSM, os casos ocorridos em Novembro do ano corrente, que implica a proibição de entrar no Território de um membro da Assembleia do Distrito (*District Council*) de Hong Kong (17 de Novembro), de um comentador de arte de Hong Kong, Doutor Cheng Wai Pang (18 de Novembro), e de um jornalista de Hong Kong (21 de Novembro). Os membros da Assembleia do Distrito são personalidades políticas, ao passo que os jornalistas podem ser considerados como indivíduos que muitas vezes provocam distúrbios. Talvez por causa disso que as autoridades na área da Segurança impedem a entrada no Território das mencionadas individualidades. Não percebemos, no entanto, qual é a razão que levou à proibição da entrada na RAEM do Doutor Cheng Wai Pang, que lecciona na Universidade Baptista de Hong Kong, e que foi convidado pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para ser comentador de arte que avaliará os espectáculos do Festival de Artes de Macau. As autoridades proibiram o Doutor Cheng Wai Pang de entrar no Território, por causa dos fortes indícios que revelaram que ele vinha a Macau com o objectivo de exercer actividades que ameaçam a segurança e a ordem pública da RAEM. Como é que um comentador de arte pode ameaçar a segurança pública de Macau? A referida decisão do Governo da RAEM prejudica a imagem de Macau como um centro mundial de turismo e lazer, pois os potenciais visitantes podem desistir da ideia de fazer turismo em Macau, por causa do receio de serem impedidos de entrar no Território. Os mencionados indivíduos são provenientes de Hong Kong. Sendo assim, podem-se ouvir protestos feitos pelos habitantes da RAEHK. Que eu saiba, houve também visitantes vindos de Taiwan ou de outros países ou regiões do mundo, que foram proibidos de entrar na RAEM. Nesses casos normalmente não se ouvem nem sequer protestos. Porém, caso as respectivas decisões tenham sido tomadas sem basear-se nos argumentos fundamentados, prejudica-se gravemente a imagem de Macau como cidade turística. É de reparar que é bastante frequente a ocorrência dos mesmos casos,

tendo sido registado nomeadamente o impedimento da entrada no Território dos assistentes sociais que vinham visitar alguns feridos, dos professores que vinham a Macau para leccionar nos cursos de formação, organizados pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, do Doutor Jonannes M. M. Chan, director da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong, que vinha a Macau ao convite da Universidade de Macau. Não sei o que estão a fazer os serviços públicos. Não estou a dizer que o Governo da RAEM tenha que permitir a entrada no Território de todos os indivíduos convidados pelos órgãos do Governo da RAEM. Porém, exigimos que a Administração revele os fortes indícios que mostram que os mencionados indivíduos ameaçam a estabilidade da segurança interna do Território, e que as respectivas decisões sejam fundamentadas em argumentos aceitáveis. É verdade que a Lei atribui às FSM o respectivo poder, poder esse que, deve ser utilizado adequadamente. Espero que o Governo possa proceder a reflexões aprofundadas sobre a respectiva política, evitando o abuso do poder, ainda que a legislação lhe atribua as mesmas competências. Pois não contribuí para nada, os dirigentes explicarem, todos os anos e superficialmente, as razões que levaram à tomada de decisões de proibição de entrada no Território de determinados indivíduos.

O terceiro problema no qual queria focalizar a minha atenção tem a ver com a distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos, mencionada pelos colegas há pouco. Ouvi dizer que a Política da RAEM costuma fazer a ligação destas actividades com as actividades dos grupos organizados de exploração de prostituição. Os últimos crimes são crimes muito graves, e portanto, normalmente não se tem conseguido acusar os respectivos indivíduos com sucesso, por causa da insuficiência das provas. Na minha opinião, acho que é simples a estratégia a utilizar para acabar com o mencionado fenómeno, estratégia essa que consiste na aplicação das normas previstas no Regulamento geral dos espaços públicos, nomeadamente a norma de atribuição da multa de seiscentas patacas aos indivíduos que tenham deitado lixo no chão. Se deitar um folheto pornográfico no chão implicar o custo de seiscentas patacas, penso que muito rapidamente, desaparecerão todos os folhetos pornográficos. Acredito que os respectivos indivíduos espalham folhetos pornográficos a mando de grupos organizados de exploração de prostituição, e que através desta pista se pode detectar outras actividades criminosas praticadas pelos respectivos grupos. No entanto, não acho que seja adequado acusar o indivíduo que tenha espalhado folhetos pornográficos na rua, de exercer actividades de lenocínio, porque não há quase nenhuma possibilidade de poder acusá-lo com sucesso. Sendo assim, por que é que não modificamos o conteúdo da acusação, multando-o aplicando as normas do Regulamento geral dos espaços públicos. Se deitar um folheto pornográfico no chão implicar o pagamento de multa de seiscentas patacas, penso que os delinquentes vão deixar de adoptar esta forma para procurar clientes, forma essa que perturba os residentes de Macau desde há muito tempo. Espero que a Polícia possa considerar a possibilidade de aceitar a minha sugestão, acabando com o fenómeno em causa.

Em quarto lugar, queria chamar a atenção para alguns trabalhos que devem ser realizados no âmbito da prevenção dos incêndios, na qual se devem concentrar os maiores esforços do Corpo de Bombeiros. Claro que se houver incêndios, os bombeiros têm que accionar para os apagar. Na sétima parte das LAG, e na apresentação que fez há pouco, o Sr. Secretário mencionou a importância de cumprimento da política da cooperação regional, especialmente no que diz respeito ao ordenamento do trânsito na nova Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e na ligação a Hengqin, realizando estudos

preliminares sobre as operações conjuntas do combate a incêndios, bem como do socorro no âmbito referido. Não nego a importância destes trabalhos. Contudo, não percebemos porque é que o Corpo de Bombeiros não presta atenção, perante a grande preocupação dos residentes locais, à necessidade de realização da simulação de incêndios na Rua de Londres, por onde passará o metro ligeiro, detectando, desta forma, se há perigos potenciais que ameacem a segurança física e dos bens dos residentes locais, causados pela definição da respectiva trajectória. Ainda está longe a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, por que é que o Corpo de Bombeiros não presta atenção também ao mencionado assunto, que preocupa extremamente os residentes locais, porque as obras de construção do metro ligeiro se vão iniciar em breve. O Sr. Secretário acha que a minha análise é razoável?

Ainda no âmbito da prevenção dos incêndios, uns amigos meus, ou melhor, uns residentes de Macau contaram-me um episódio sobre o tratamento, pelo Corpo de Bombeiros, de um caso de obstrução da via para a fuga dos habitantes nos incêndios, pelas edificações informais que se encontram no terraço de um prédio localizado na Rua da Praia do Manduco. Preocupados com o perigo a que estarão sujeitos na ocorrência de incêndios, os respectivos residentes fizeram queixas junto do Corpo de Bombeiros, o qual mandou agentes para ir ao edifício em causa para verificar a situação. Como resultado da examinação, o CB acha que as respectivas edificações informais devem ser demolidas, uma vez que constituem uma ameaça para a segurança dos habitantes no caso de incêndios. Todavia, como se trata de edificações informais, o CB não tem a competência de realizar os respectivos trabalhos de demolição, tendo pedido à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes para acompanhar o caso. A DSSOPT, por sua vez, está ocupada a tratar doutros assuntos, tendo afirmado que não ia atribuir a prioridade à realização da tarefa de demolição das mencionadas edificações informais. Por causa disso, passado muito tempo, as mesmas edificações informais ainda permanecem no terraço do prédio em destaque. Imaginem que se por acaso ocorrer incêndio naquele edifício, e os residentes não puderem fugir do fogo por terem a via de escape obstruída, não sei quem é que deve assumir a respectiva responsabilidade. Na minha opinião, para além de realizar a averiguação ao pedido dos residentes locais, emitir a resposta por escrito (que os residentes me mostraram), e pedir à DSSOPT para realizar os respectivos trabalhos de demolição, o Corpo de Bombeiros ainda deve acompanhar a evolução do respectivo caso, garantindo a segurança dos habitantes do referido prédio. Queria saber qual é o mecanismo de que dispõe o CB, no caso de a DSSOPT não accionar os meios para a demolição do edifício em causa. Espero que os serviços públicos competentes possam prestar atenção a este aspecto.

A última questão que queria abordar é a questão das actividades contrabandistas. Segundo contaram uns amigos do respectivo sector, não há uma correlação positiva entre o grande aumento da população local e dos visitantes, por um lado, e o aumento dos alimentos importados por via legítima, por outro lado. Tomando como exemplo a quantidade de carne de porco importada, esta até tem diminuído muito nos últimos anos.

O aumento dos vegetarianos e o consumo da carne refrigerada, não são razões suficientemente fortes, que possam justificar a correlação negativa entre o aumento da população e a grande redução do consumo da carne de porco. Segundo os referidos amigos, é registada a entrada ilegítima no Território, todos os dias, de camiões cheios de carne de porco. Comparando com a carne trazida

através das referidas actividades contrabandistas, a carne trazida para Macau pelos residentes locais, que a compram no mercado de Gongbei, não constitui um grande problema, quer em termos da quantidade, quer em termos sanitários, uma vez que a carne vendida no mercado de Gongbei é examinada nas inspecções sanitárias. É de saber que os camiões que transportam ilegalmente a carne de porco para Macau, entram no Território sobretudo pelo Posto Fronteiriço da Ilha da Montanha, e que a carne que trazem é proveniente duma base ilegal de criação de porcos, não tendo sido, portanto, examinada nas inspecções sanitárias. Não sei se a carne de porco pode ser detectada pelo equipamento de raios-X próprio para inspecionar os veículos, mencionado nas LAG. Espero que o Sr. Secretário possa elaborar estratégias efectivas para impedir a entrada nos mercados da RAEM da carne não examinada nas inspecções sanitárias, reforçando os trabalhos de inspecção.

Obrigado.

Presidente: Muito bem. Já seis deputados se pronunciaram. Faltam dez minutos para as cinco e quinze, hora à qual pensávamos fazer o intervalo. Agora vamos fazer intervalo dez minutos mais cedo. Meia hora depois continuaremos a reunião. Nessa altura vou pedir ao Sr. Secretário para responder às perguntas apresentadas pelos deputados.

Agora vamos iniciar o intervalo.

(Intervalo)

Presidente: Sr. Secretário, Srs. membros do Governo, Srs. Deputados:

Vamos continuar a reunião.

Seis deputados pronunciaram-se antes do intervalo. Em seguida passarei a palavra ao Sr. Secretário, que dará respostas às perguntas apresentadas pelos deputados. Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Ho Sio Kam apontou para o problema de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos. De facto, no NAPE e perto do Casino Lisboa ocorrem, de vez em quando, as mesmas actividades. A Polícia de Macau presta sempre muita atenção a este fenómeno, tendo definido o objectivo de destruir os grupos organizados de exploração de prostituição, de modo a acabar com o referido fenómeno na sua raiz. Tendo o Corpo de Polícia de Segurança Pública as respectivas competências, o Departamento Policial de Macau é, naturalmente, o órgão das FSM responsável pelo combate às mencionadas acções. É de saber que, com vista a atrair os potenciais clientes, os respectivos indivíduos distribuem, na rua, folhetos ou cartões com o endereço e a fotografia das raparigas. Os seguintes dados podem revelar a importância que atribuímos ao mencionado fenómeno. Para a execução da Lei n.º 6/2008, promulgada em 23 de Junho de 2008, e intitulada “Lei de Combate ao crime de tráfico de pessoas”, no combate às actividades de prostituição, temos ainda o objectivo de salvar as vítimas dos crimes de tráfico de pessoas. Com vista a alcançar os objectivos definidos, o CPSP realizou, em 2011, 404 patrulhas que envolveram 619 indivíduos. Nas 18 das patrulhas, 27 indivíduos foram acusados de terem praticado actividades de lenocínio. No primeiro semestre do ano corrente, foram realizadas 254 patrulhas, que envolveram 371

indivíduos. Nas 10 das patrulhas, 12 indivíduos foram acusados de terem praticado actividades de lenocínio. Desde o mês de Agosto de 2011 até à actualidade, foi realizado um conjunto de averiguações sobre as actividades de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos, vigiaram-se 61 indivíduos, dentre os quais, 13 foram acusados de terem transgredido as normas previstas no Regulamento geral dos espaços públicos. A Polícia Judiciária, por sua vez, realizou, em 2011, 81 patrulhas destinadas ao combate às actividades de prostituição, tendo detectado 25 casos de controlo e exploração da prostituição, e tendo entregado 93 suspeitos ao Ministério Público. Estas acções de combate envolveram 99 vítimas, isto é, prostitutas. Os mencionados dados demonstraram que a Polícia de Macau envidou grandes esforços para combater os respectivos actos ilícitos. No início do ano corrente, mediante a acção conjunta realizada pelo CPSP e pela repartição da segurança pública do Interior da China, detiveram-se 7 indivíduos, suspeitos de terem exercido actividades de controlo e exploração da prostituição, tendo-se libertado algumas vítimas. Vamos continuar a combater, com toda a força, os mesmos actos criminosos.

A propósito do combate aos crimes de tráfico de pessoas, não podemos deixar de mencionar a acção da Comissão de Acompanhamento das Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas, integrada por representantes de todas as áreas de governação, tais como o CPSP, a PJ, a Direcção dos Serviços dos Assuntos de Justiça, e os Serviços de Saúde. A mencionada Comissão combate as actividades de tráfico de pessoas em cooperação com as associações privadas, e através da prevenção do favorecimento às práticas sociais conotadas com o tráfico de seres humanos, da protecção das vítimas e da apresentação de acusação aos suspeitos.

A instalação das câmaras do CCTV é o outro tema abordado pela Sra. Deputada Ho Sio Kam. O desenvolvimento tecnológico permite-nos a utilização de equipamentos electrónicos para a vigilância e a recolha de informações. Antes disso, fazemos patrulhas para os mesmos efeitos. Temos acompanhado activamente os trabalhos relativos à instalação das mencionadas câmaras, tendo o respectivo processo sido autorizado pela respectiva entidade, tendo-se ouvido as opiniões do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, assim como, tendo-se entregado o processo à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes. Neste momento, os colegas da DSSOPT estão a acompanhar os respectivos assuntos. Como todos sabem, a DSSOPT está debruçada sobre os trabalhos de construção da habitação pública. Sendo assim, espero que os Srs. Deputados tenham mais paciência. Antes da instalação das câmaras do CCTV, temos outros meios para assegurar a realização dos respectivos trabalhos.

Quanto aos lugares onde se devem instalar as câmaras do CCTV, as opiniões dos cidadãos em geral, e das associações e instituições privadas em especial, nomeadamente as escolas, são muito importantes para a realização, com sucesso, do mesmo trabalho. Acho aceitável a opinião exprimida há pouco por alguns deputados, os quais mencionaram a necessidade de instalação, nos pontos turísticos, das mesmas câmaras, por forma a detectar as actividades dos ladrões.

Em relação aos crimes praticados pelos carteiristas, lemos, de vez em quando e nos jornais, notícias sobre a apreensão, em flagrante, dos carteiristas pelo Grupo Específico do CPSP, sendo alguns dos carteiristas provenientes das províncias contíguas à Província de Guangdong. Espero que as vítimas possam colaborar com a Polícia, denunciando os crimes de furto.

No que concerne ao consumo e tráfico de drogas pelos jovens-adolescentes, nos primeiros nove meses do ano corrente, foi registado o aumento dos casos de consumo ilegal de drogas e de detenção indevida de utensílio ou equipamento, em comparação com o período homólogo do ano passado, ao passo que se registou a descida do número de casos de tráfico de drogas. Houve deputados que apontaram para a possibilidade de os toxicodependentes consumirem drogas de forma mais escondida, como por exemplo, consumi-las em casa. É de informar que, nos primeiros nove meses do corrente ano, 285 indivíduos (seis dos quais eram menores) foram entregues aos órgãos judiciais por terem cometido crimes do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes. Aos 51 destes indivíduos foram aplicadas medidas coercivas. Preocupados com os crimes associados ao consumo e tráfico de estupefacientes, prosseguimos à adopção de uma série de medidas de detecção e investigação, particularmente junto dos postos fronteiriços, visando a intercepção de drogas quer aquela que tem como destino final Macau, quer aquela que se serve de Macau como plataforma para outros destinos. Paralelamente, incrementamos as sinergias do policiamento comunitário, melhorando a densidade da fiscalização dos estabelecimentos de diversão e mesmo das zonas residenciais. A Polícia Judiciária instalou, no Aeroporto Internacional de Macau, uma máquina de raio-X para detectar a droga escondida no organismo humano, com vista a combater os respectivos crimes. Adoptámos a mencionada estratégia porque detectámos bastantes casos de transporte da droga no organismo humano, pelos indivíduos originários dos países do Sudeste Asiático, que aproveitaram os voos baratos para chegar a Macau. Após a utilização da referida máquina de raio-X, tem sido registada a redução dos mencionados crimes, talvez porque os traficantes de drogas tenham sabido que tínhamos tomado medidas rigorosas para a detecção de drogas nos postos fronteiriços.

Tendo em conta o abuso de drogas e substâncias psicotrópicas pelos jovens-adolescentes no Interior da China, mantemos boas relações de cooperação com serviços congéneres de Zhuhai, observando de perto as pessoas suspeitas e cuidando da prevenção e combate à criminalidade. Procedemos às operações regulares e inopinadas visando a fiscalização de lugares que os jovens-adolescentes costumam frequentar, tais como os centros de jogos de diversão e *karaoke*, para além de reforçar as acções de educação e de sensibilização. Ainda criámos mecanismo de comunicação com os estabelecimentos hoteleiros, reforçando a cooperação, por forma a prevenir e detectar o consumo colectivo de drogas nos hotéis e pensões.

Com a grande evolução tecnológica, são produzidos cada vez mais novos estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Tendo em conta esta tendência, a Polícia Judiciária mantém íntimo contacto com o respectivo sector, de modo a recolher as respectivas informações. Na detecção do aparecimento de novas drogas, a PJ vai sugerir a introdução de novo conteúdo nos respectivos diplomas legais, alargando as listas dos medicamentos proibidos.

No que diz respeito à questão de tomada de medidas coercivas para a abstenção de drogas, realço que as FSM são responsáveis sobretudo pela execução da lei. Se a sociedade de Macau tiver o consenso de adopção destas medidas, vamos implementar o respectivo projecto. Ainda me lembro do tempo em que se tomavam medidas coercivas para a abstenção do vício em causa, pois nos anos setenta do século passado, no Centro de Recuperação Social, vinculado ao CPSP, alguns toxicodependentes eram obrigados a

receber o respectivo tratamento. Voltarmos ou não a adoptar as mesmas medidas, depende do consenso da sociedade.

Apelamos para a prestação da maior atenção pelos pais aos seus filhos, despistando os comportamentos suspeitos, que indiciam ligações ao consumo de estupefacientes, e realizando mais actividades que visem a promoção da relação positiva entre pais e filhos. Pois não é suficiente o reforço das acções de prevenção e combate pela Polícia.

O Sr. Deputado Chan Meng Kam apelou para o fornecimento de condições para uma maior rapidez na passagem das fronteiras pelos passageiros. Perante a necessidade de instalação de *hardwares* que permitam o alcance do mesmo objectivo, no novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que está em construção, haverá cinquenta e cinco canais de sistema de auto-passagem, com os quais, o número dos canais de sistema de auto-passagem instalados nos diversos postos fronteiriços do Território, passará de cento e setenta e tal para mais de duzentos. Na construção do mencionado novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, que entrará em funcionamento nos meados do próximo ano, sugerimos o alargamento do parque de estacionamento, por forma a facilitar a vida dos residentes que vão passear a Hong Kong. Depois de os serviços competentes nos entregarem o respectivo espaço, vamos começar a instalar, no referido Terminal e com ordem, balcões e canais de sistema de auto-passagem para a verificação da identidade dos passageiros que entrem e saiam do Território. É de saber que, o Serviço de Migração pediu ainda a instalação de mais canais de sistema de auto-passagem no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco (mais de dez canais), e no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior. Paralelamente ao aumento do número dos canais de sistema de auto-passagem, ainda vamos introduzir modificações no respectivo sistema, por forma a torná-lo mais eficiente, fazendo frente aos novos desafios colocados com o aumento de utilizadores do mesmo sistema, pois para além dos quinhentos mil e tal residentes locais e mais de cem mil trabalhadores não residentes, os residentes da RAEHK também começaram a fazer o respectivo registo para poder utilizar os canais de sistema de auto-passagem, estando previsto o número total de um milhão de passageiros que utilizarão o sistema em destaque.

É de informar que o Serviço de Migração recrutou recentemente cento e oito funcionários civis, que substituirão o pessoal militarizado que está a prestar serviços nos escritórios, o qual passará a trabalhar na linha de frente, ou seja, nos balcões para a verificação da identidade dos passageiros. Esta é a outra medida que pode contribuir para a aceleração da velocidade de passagem das fronteiras.

Neste momento, a respectiva repartição do Interior da China está a debruçar-se sobre os estudos da produção e utilização de salvos-condutos de dupla viagem electrónicos. Esperamos que o mesmo projecto possa ser aplicado primeiro na Província de Guangdong, de modo a acelerar a velocidade de passagem das fronteiras pelos turistas provenientes desta província da China Continental. Vamos adquirir os equipamentos electrónicos que permitam a leitura dos mencionados documentos. Acabei de mencionar os *hardwares*, isto é, os equipamentos, e *softwares*, isto é, os recursos humanos, que reforçamos para melhorar os serviços prestados nos postos fronteiriços.

Tal como acabei de referir, temos, neste momento, 179 canais de sistema de auto-passagem, instalados nos diversos postos

fronteiriços do Território, dentre os quais, oitenta estão instalados no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, sendo quarenta para a verificação da identidade dos passageiros que entrem no Território, e os outros quarenta para a verificação dos passageiros que saiam do Território (o Serviço de Migração pediu ainda a instalação de mais dezoito canais para a verificação dos passageiros que saiam do Território), trinta e três no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, sendo vinte para a verificação da identidade dos passageiros que entrem no Território, e treze para os passageiros que saiam do Território (o Serviço de Migração pediu ainda a instalação de mais quatro canais para a verificação da identidade dos passageiros que entrem no Território), vinte e seis estão instalados no Terminal Marítimo Provisório da Taipa (dezoito para a verificação da identidade dos passageiros que entrem no Território, e oito para os passageiros que saiam do Território), trinta e dois no Posto Fronteiriço de Cotai (dezassete para a verificação da identidade dos passageiros que entrem no Território, e quinze para os passageiros que saiam do Território). Quando o novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa estiver construído, vamos instalar ali trinta e um canais para a verificação da identidade dos passageiros que entrem no Território, e vinte e quatro canais para os passageiros que saiam do Território. Isto quer dizer que, depois da instalação dos canais de sistema de auto-passagem no novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, teremos duzentos e trinta e quatro canais de auto-passagem, na totalidade, instalados nos postos fronteiriços do Território. Para além disso, nos feriados importantes, tais como o Ano Novo Chinês, o Dia do Trabalhador e o Dia Nacional da República Popular da China, distribui-se ainda, sob a coordenação do Comandante do CPSP, pessoal de todos os órgãos do Corpo de Polícia de Segurança Pública, para apoiar o Serviço de Migração, acelerando a passagem das fronteiras pelos visitantes. Com o auxílio dos agentes devidamente treinados e provenientes dos diferentes organismos do CPSP, têm-se obtido resultados bastantes positivos, não necessitando os visitantes de esperar tanto tempo para a passagem das fronteiras como anteriormente.

Com o intuito de acelerar a passagem das fronteiras pela população estudantil, criámos, no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, uma via especial que está aberta da segunda ao sábado, das sete às oito e meia da manhã. Com vista a garantir a segurança dos respectivos estudantes, cada criança que utiliza a mencionada via especial pode ser acompanhada por um adulto, que também pode utilizar a mesma via. Segundo os dados estatísticos, actualmente há mais de quinhentas crianças que passam as fronteiras, recorrendo à via especial em referência.

Sob a coordenação da Capitania dos Portos, foram elaboradas medidas de triagem, as quais são aplicadas aos quatro tipos de situações registadas no Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, situações essas que são representadas por quatro cores: verde, amarelo, cor-de-laranja e vermelho, representando a cor de verde, a situação com menos passageiros. Com a adopção das mencionadas medidas, tem-se aumentado a ordem na passagem das fronteiras. Nas grandes férias, o Serviço de Migração e o Grupo da coordenação das medidas de triagem, mantêm contactos estreitos com o Posto Fronteiriço de Gongbei, recolhendo informações sobre a quantidade de passageiros.

O Sr. Deputado Chan Meng Kam também exprimiu opiniões sobre a atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias. É de sublinhar que a adopção da referida medida, isto é, multar os transgressores das regras rodoviárias, tem por objectivo manter a fluidez do trânsito. Sendo Macau um território pequeno

com grande quantidade de veículos, perante o facto de alguns condutores estacionarem mal o seu veículo, que impede outras viaturas de passar, temos que recorrer ao respectivo meio para castigar os respectivos infractores. Tal como referi, as FSM adquiriram um lote de máquinas electrónicas para emissão das multas, as quais têm as funções de tirar fotografias e de indicar a localização dos veículos que estejam mal estacionados, para além de poderem evitar cometer erros em copiar a matrícula com muitas letras e números, assim como, permitirem a introdução automática dos respectivos dados no computador, e a consequente poupança dos recursos humanos.

O mesmo deputado ainda apontou para a existência, nas FSM, da cultura de café e da cultura de abalone. Realço que as FSM dão grande importância à integridade do seu pessoal, incitando os funcionários a participar no programa de luta contra a corrupção, de modo a melhorar a sensibilização da sua integridade e da ética necessária na profissão. Na admissão de novos agentes, analisamos com cuidado a conduta moral dos candidatos, verificando o respectivo registo criminal. Colaboramos também nos trabalhos e investigações desenvolvidos pelo Comissariado contra a Corrupção, aperfeiçoando os mecanismos de supervisão e de reclamação, prevenindo a prática de actos ilícitos pelo pessoal das FSM. O procedimento da disciplina interna e a intervenção da Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, são instrumentos efectivos que podem garantir o reforço da supervisão dos comportamentos e da conduta moral do pessoal das FSM. Procuramos ainda melhorar a eficiência do trabalho e fortalecer a consciência de execução rigorosa da lei, incluindo nas respectivas guias os elementos de integridade e ética necessária na profissão. Prestaremos grandes esforços com vista a criar um ambiente de trabalho com justiça, censurando as más prestações e premiando os bons desempenhos, para além de simplificar os trâmites e procedimentos administrativos. Promoveremos igualmente o constante aperfeiçoamento das directivas de trabalho, estimulando um bom desempenho na execução da lei, assim como mantendo uma boa disciplina interna, de modo a garantir a boa imagem policial. Para além do mecanismo interno de supervisão, exteriormente ainda temos o Comissariado contra a Corrupção, a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, e o Ministério Público, os quais exercerão fiscalizações efectivas sobre o pessoal das FSM.

Prestamos igualmente muita atenção à questão da promoção dos funcionários das FSM, questão abordada pelo Sr. Deputado Chan Meng Kam na intervenção que fez há pouco. Introduzimos, há vários anos, modificações no quadro dos agentes militarizados das carreiras de base, tendo aumentado para oitocentas e sessenta e oito, as vagas de guardas principais. Como o número total das vagas de guardas é de três mil e quatrocentos, a razão entre as vagas de guardas principais e as vagas de guardas, é a de um versus quatro. Proporcionamos, desta forma e ao pessoal das FSM, bastantes oportunidades de ascensão nas carreiras, para além de satisfazer a necessidade de os guardas serem dirigidos pelos colegas mais experientes.

Nas FSM, são distinguidas as carreiras superiores e as carreiras de base. Os indivíduos com o título de licenciatura e que queiram ingressar nas carreiras das FSM, para além de poderem candidatar-se aos postos dos Serviços de Alfândega ou da Polícia Judiciária, podem frequentar o curso da Escola Superior das Forças de Segurança, cujos graduados desempenham logo o cargo de subcomissário. Desde a abertura do respectivo curso, são reservadas

ao pessoal das FSM, 50% das vagas para a frequência do curso da Escola Superior das FSM. Após a transferência da soberania de Macau, também já várias vezes se promoveram funcionários que conquistaram méritos a cargos superiores, premiando-os desta forma.

O Sr. Deputado Chan Meng Kam criticou a gestão das FSM. Reconhecemos que há ainda espaço para o melhoramento da gestão do pessoal da força policial de Macau. Vamos continuar a prestar atenção a este aspecto, procurando melhoramentos. Agradecemos a respectiva opinião do Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Em relação às oportunidades de promoção dos agentes militarizados com a categoria de chefe, estes podem ser promovidos a cargos superiores caso tenham obtido bons resultados no exercício das funções, para além de poderem concorrer para a Escola Superior das Forças de Segurança. Assim, depois de concluírem o respectivo curso, podem passar a ser subcomissários. Sei que há casos destes no Grupo de Protecção a Altas Entidades e Instalações Importantes.

O Sr. Deputado Chui Sai Peng, por sua vez, chamou a atenção para a importância dos trabalhos da protecção civil. As FSM vão procurar otimizar, através do Gabinete Coordenador de Segurança, a coordenação e a estrutura da protecção civil, melhorando os planos de contingência, preparando fazer frente à ocorrência imprevista de catástrofes naturais, acidentes e calamidades, e equacionar novas e actualizadas formas de dar respostas mais eficazes.

O Sistema da Estrutura de Protecção Civil é composto por um conjunto de entidades públicas e privadas, tais como o Corpo de Polícia de Segurança Pública, o Corpo de Bombeiros, os Serviços de Alfândega, a Escola Superior das Forças de Segurança (estes são órgãos na área da Segurança), os Serviços de Saúde, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, e a Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos. Uma vez accionado o Centro de Operações de Protecção Civil, os organismos e o pessoal do respectivo sistema receberão informações claras emitidas através do mecanismo de coordenação. Na ocorrência de tufão, de queda de árvores, de derrubamento de edificações e de inundações que impeçam a deslocação das pessoas a lugares seguros, o Corpo de Bombeiros tem a responsabilidade de realizar acções para o resgate. Todos os anos, o Gabinete Coordenador de Segurança lança uma campanha de sensibilização para a protecção civil, procedendo ao respectivo exercício, à simulação de situações de emergência, bem como a várias reuniões interdepartamentais para a elaboração do respectivo relatório. Como por exemplo, na sequência de detecção, numa simulação realizada, da necessidade de preparação de um espaço maior para o alojamento das vítimas dos desastres, elaborámos o respectivo relatório, no qual apresentámos a sugestão de instalação de uma residência temporária suficientemente grande para acolher as vítimas das catástrofes. Realço que o Sistema da Estrutura de Protecção Civil funciona de modo satisfatório, ainda que haja ainda espaço para o melhoramento.

É um facto que temos falta de pessoal, no entanto, para o seu recrutamento temos que ter vagas nos respectivos quadros. A situação com que nos deparamos com frequência, é a de falta de vagas para a inclusão, nas nossas carreiras, dos graduados da Escola de Polícia do CPSP, uma vez que ainda não chegou a altura para a reforma dos agentes que pretendem aposentar-se. Por causa disso, neste momento, no CPSP há mais de 10% de vagas e no Corpo de Bombeiros, há cerca de 10% de vagas por preencher. A mesma situação ocorreu recentemente ao CB cujos quadros têm menos

vagas do que o CPSP. Sugiro que os graduados do curso organizado pela Escola de Polícia ingressem primeiro nas carreiras dos quadros do CPSP, ou esperem pelas vagas do CB. Pela razão exposta, as vagas dos quadros dos respectivos órgãos das FSM muitas vezes não são devidamente preenchidas e portanto, não temos recursos humanos suficientes para assegurar a realização dos trabalhos na área da Segurança.

Queria informar que foi criado um grupo específico, vinculado ao Corpo de Bombeiros, e responsável pela compra de equipamentos avançados das mais modernas tecnologias, vulgarmente utilizados no âmbito mundial, e destinados ao combate a incêndio e ao socorro, tendo em consideração a sua adequação às características de Macau como cidade com ruas estreitas e edifícios altos.

Agradecemos a opinião do Sr. Deputado Chui Sai Peng, que sugere criar organismo semelhante à Força Policial Auxiliar de Hong Kong (*Hong Kong Auxiliary Police Force*), de modo a resolver o problema de insuficiência dos recursos humanos. Vamos ponderar a respectiva possibilidade. Chamo a atenção para a existência, na Lei Básica e na Lei do estacionamento de tropas na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, de estipulações que visam a prestação de apoios, nas grandes catástrofes, pela Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês. Também foi assinado, há vários anos, o respectivo acordo para o mesmo efeito. Como mantemos íntimos contactos com a mencionada guarnição, que nos apoiará quando for necessário, o Sr. Deputado Chui Sai Peng pode ficar descansado.

Em relação à sugestão do Sr. Deputado Chui Sai Peng, de realização da tarefa de atribuição de multas pelos funcionários da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, assumimos uma atitude aberta. De qualquer forma, a concretização da mesma sugestão só é possível com a introdução das respectivas modificações na Lei do Trânsito Rodoviário. Na discussão deste assunto, vamos dar a nossa opinião. Reitero que assumimos uma atitude aberta relativa à possibilidade de atribuição de multas pelos funcionários civis.

O mesmo deputado ainda chamou a atenção para a necessidade de instalar mais postos e comissariados policiais em Coloane. A propósito disso, queria informar que o CPSP já pediu à DSSOPT para reservar terreno no Cotai, para a instalação de um comissariado policial, de modo a facilitar os trabalhos de patrulha no *Cotai Strip*. Portanto, estamos a tentar resolver este problema.

O Sr. Deputado Chui Sai Peng criticou igualmente a atitude dos agentes que prestam serviços nos postos fronteiriços. Obrigado pela opinião do mesmo deputado. Vamos chamar a atenção dos respectivos militarizados, educando-os, de modo que sejam simpáticos para com os passageiros, mostrando sempre sorrisos agradáveis.

As FSM prestam sempre muita atenção à necessidade de reforço da capacidade linguística dos agentes, organizando os respectivos cursos de formação. Depois da transferência de soberania de Macau, foi registado um grande aumento do nível das habilitações literárias dos funcionários das FSM. É de saber que oitenta e cinco por cento dos agentes policiais de primeira linha do CPSP e dos Serviços de Alfândega, têm as habilitações literárias de nono ano ou superior. Sessenta por cento dos agentes da Polícia Judiciária são licenciados. Nos casos dos Serviços de Alfândega e do CPSP, trinta por cento e vinte e tal por cento dos agentes, respectivamente, possuem o grau

de licenciatura. Tal como se pode verificar, trata-se de um aumento bastante acentuado das habilitações literárias dos agentes. A par disso, envidamos grandes esforços para a optimização dos cursos de formação de língua, contendo os cursos destinados à promoção, as disciplinas de inglês, mandarim e português.

O Sr. Deputado Chui Sai Peng perguntou qual é o sacrifício do tempo que se implica, com a introdução do equipamento que permite o reconhecimento facial do passageiro. É natural a realização do trabalho de autenticação da identidade do passageiro ter uma maior duração, se a máquina necessitar de executar mais tarefas. Com vista a manter uma velocidade aceitável no tratamento do respectivo assunto, lançaremos um maior investimento, com vista a aumentar a capacidade do respectivo sistema electrónico.

O mesmo deputado também prestou atenção à evolução dos trabalhos de instalação das câmaras do CCTV. Tal como já referi, o respectivo projecto já foi entregue à DSSOPT, como o que costumamos fazer. Devido à ausência, nos serviços públicos da área da Segurança, de profissionais especializados na respectiva área, tais como engenheiros e arquitectos, só podemos pedir a colaboração dos órgãos na área de Transportes e Obras Públicas. Sabemos que os colegas da DSSOPT estão a acompanhar o projecto em causa, debruçando-se sobre os assuntos relativos à abertura dos concursos públicos segundo os procedimentos definidos.

O Sr. Deputado Chui Sai Peng expôs o problema de os delinquentes aproveitarem os serviços de telecomunicações móveis para procurar clientes na rua. Agradeço a informação fornecida pelo mesmo deputado. A Polícia Judiciária realizará estudos para combater as respectivas actividades. O facto é que temos recebido, através do *software WeChat*, mensagens com fotografias de raparigas desconhecidas. Tal como mencionei, a PJ vai acompanhar o fenómeno de os indivíduos exercerem actividades de prostituição ou de lenocínio, estabelecendo comunicação, através do telemóvel, com os potenciais clientes que fiquem a quinhentos ou até a mil metros de distância. O que vamos fazer é sobretudo encontrar as respectivas prostitutas e destruir os grupos organizados de exploração de prostituição, a partir das pistas detectadas.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho estabeleceu ligação entre a proibição de alguns indivíduos de entrar no Território de Macau, e o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. A propósito disso, sublinho que o Corpo de Polícia de Segurança Pública tomou a respectiva decisão, executando a lei. O facto é que a legislação da RAEM atribui o respectivo poder ao CPSP, que o utilizou segundo a lei.

O mesmo deputado chamou a atenção também para o problema de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos. Penso que já respondi a esta pergunta há pouco. Quanto ao mecanismo de reclamação, realço que existe, nas FSM, o respectivo mecanismo, podendo os agentes necessitados apresentar a reclamação de acordo com o procedimento definido no Estatuto dos militarizados das Forças de Segurança de Macau. No caso da apresentação da reclamação, será criado o respectivo processo, acompanhado por funcionários pertencentes a uma outra unidade das FSM, de modo a evitar a situação de auto-investigação.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho sugeriu o estabelecimento do posto policial nos pontos turísticos, nomeadamente nas Ruínas de S. Paulo. Agradecemos a sua opinião, e vamos ponderar a respectiva possibilidade. No que concerne à situação de haver agentes que têm

muitos trabalhos, e haver agentes que têm muito poucos trabalhos, acho que a justiça pode ser reposta com o regime de mudança de postos de trabalho à qual todo o pessoal das FSM está sujeito, independentemente da sua categoria e do cargo que desempenha. Por outro lado, os bons desempenhos são sempre premiados, ou através de atribuição de férias, ou de remunerações monetárias, ou através da promoção a categorias superiores. Os referidos meios podem contribuir para encorajar os agentes a trabalhar com esforço.

Quanto à construção de habitação para o pessoal das FSM, sugerida pelo Sr. Deputado José Pereira Coutinho, com vista a evitar o problema de o mesmo assunto ser tratado por serviços públicos de diferentes áreas, respeitamos o papel de coordenação dos organismos da área de Transportes e Obras Públicas na construção dos edifícios públicos. É de informar que, com o intuito de prestar apoio a seis agentes militarizados cuja residência se situa num edifício que passou a ser considerado como edifício perigoso, a Obra Social da Polícia da Segurança Pública equipou, com móveis novos, vários apartamentos desocupados no seu edifício, distribuindo-os aos referidos militarizados, resolvendo-lhes temporariamente o problema de habitação.

No que concerne ao Regime de Previdência, ainda me lembro de que o mesmo regime foi aprovado em 2007 na Assembleia Legislativa pela maioria dos deputados, os quais representam os residentes de Macau. Acho que temos que ter respeito pela vontade da população. Para além disso, de acordo com o Regime de Previdência, é atribuído ao pessoal militarizado o prémio de prestação de serviço a longo prazo, prémio esse a que os funcionários civis não têm direito. Esta representa uma medida tomada para recompensar os trabalhos duros realizados pelos agentes militarizados.

O Sr. Deputado José Pereira Coutinho criticou o cancelamento da regalia de atribuição de mais dois anos de serviços depois de se ter prestado serviço efectivo durante dez anos. Quando era ainda guarda do CPSP, havia a regra de atribuição de mais quatro anos de serviços depois de se ter prestado serviço efectivo durante dez anos. É de saber que estas regras foram definidas para beneficiar os militarizados portugueses que trabalhavam em Macau, atrair a sua permanência na então Província Ultramarina de Macau.

Se na respectiva Lei de remunerações acessórias está prevista a atribuição de um subsídio aos militarizados colocados em exercício de função de condução de veículos especiais, de certeza o mesmo subsídio é atribuído, segundo a Lei, aos respectivos militarizados. Se houver agentes que achem que os seus interesses estão prejudicados, estes agentes podem sempre apresentar a reclamação ou o recurso hierárquico. Queria aproveitar esta oportunidade para explicar que pode haver atraso no pagamento do mencionado subsídio, uma vez que só no mês seguinte é que se pode saber exactamente quantos dias se exerceram as respectivas funções. Pois o agente que tem direito ao mencionado subsídio poder ficar doente ou pedir férias para ir a Hong Kong. A conta feita precisa ainda de ser verificada. No entanto, se houver demora e se se tiver ultrapassado o último dia para a introdução das respectivas informações no computador, só no mês seguinte é que é possível o pagamento. Sendo assim, é possível que aos serviços prestados em Janeiro, só sejam pagas remunerações acessórias em Março. A outra razão para o atraso na atribuição das referidas remunerações acessórias, é a de necessidade de requisição de transferências orçamentais ou de reforços orçamentais, feitas pelos respectivos serviços públicos após a entrada em vigor da Lei em destaque, ou no caso de definição de novos projectos de trabalho.

Espero que os agentes tenham paciência, percebendo que é preciso tempo para a realização dos respectivos trâmites administrativos, e acreditando que os funcionários civis fazem as respectivas contas com muita atenção.

O curso de formação, que dura oito ou dez meses, é organizado pela Escola de Polícia do CPSP segundo a lei, sendo a duração e o conteúdo do curso semelhantes ao curso congénere das regiões vizinhas. Costumamos contratar professores de qualidade das instituições de ensino superior do Interior da China, de Hong Kong ou de Macau, para lecionarem no curso conforme a lei. Procederemos à revisão e modificação do curso em causa nas ocasiões propícias, introduzindo nela novos conteúdos aquando da publicação dos novos diplomas legais relacionados com a área em destaque.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun afirmou a necessidade de optimização do regime de promoção e de premiação das FSM, tendo manifestado a preocupação com o risco da falta de sucessores para exercer as funções de direcção nos respectivos órgãos na área da Segurança. O mesmo deputado pode ficar descansado, uma vez que prestamos muita atenção à preparação de sucessores. Tomando como exemplo as carreiras superiores, costumamos escolher oficiais para participarem nos respectivos cursos de formação e nos trabalhos de direcção dos diversos organismos das Corporações das Forças de Segurança de Macau, de modo que possam substituir os directores ou subdirectores aquando da sua reforma. Sublinho que temos realizado este tipo de trabalho.

Todos os anos, recrutamos novos agentes para o preenchimento das vagas das carreiras de base, para além de realizarmos, nos períodos fixos, cursos destinados à promoção dos agentes das mesmas carreiras. Os agentes que ficam na camada intermédia da hierarquia, ou seja, os agentes com a categoria de chefe, podem concorrer para a frequência do curso da Escola Superior das Forças de Segurança, cujos graduados desempenham logo o cargo de subcomissário. Realço que assumir uma atitude aberta, respeitando o princípio de cargos importantes serem ocupados pelas pessoas talentosas. No nosso regime também está prevista a possibilidade de promoção dos agentes com bom desempenho a categorias superiores.

É de saber que os agentes que ingressaram nas carreiras das FSM em 1985, terão concluído, em breve, trinta e seis anos de serviços, exigidos para o efeito de aposentação. Como havia a regra de atribuição de mais dois anos de serviços depois de se ter prestado serviço efectivo durante dez anos, estes agentes só precisam de trabalhar trinta anos para ter o direito à reforma. Portanto, os militarizados que se vão reformar têm apenas quarenta e oito ou quarenta e nove anos, o que se pode verificar nos respectivos processos. Neste momento, estamos a envidar grandes esforços para recrutar novos alunos para a Escola de Polícia do CPSP, por forma a preencher as vagas das carreiras dos diversos órgãos das FSM.

No que concerne à recompensa dos polícias que patrulham na rua, é de informar que atribuímos aos agentes que desempenham as respectivas funções, remunerações acessórias cujo quantitativo mensal corresponde ao índice de 50 a 100 da tabela indiciária da Administração Pública. Com o aumento do número de funcionários civis, cada vez mais agentes militarizados podem sair do escritório para ir prestar serviços na linha de frente. Os dirigentes das diferentes corporações das FSM vão pedir ainda o alargamento do quadro, quando verificarem a mesma necessidade. Tomando como exemplo a Polícia Judiciária, em 2010 foi autorizado o pedido do

aumento de 1356 vagas, dentre as quais, há 350 vagas para o pessoal de investigação criminal, o que, juntamente com os casos de exoneração, reforma e sanção de despedimento por causa de infracção disciplinar, etc., permite o recrutamento anual, nos próximos cinco anos, de 90 agentes de investigação criminal, para o preenchimento das respectivas vagas.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun prestou ainda atenção ao pagamento das horas extraordinárias. A propósito disso, é de informar que consideramos a atribuição das remunerações acessórias como uma forma de pagamento das horas extraordinárias, uma vez que uma das condições para a recepção das remunerações acessórias, é a prestação de quarenta e quatro horas de serviços por semana, no mínimo.

Em relação às instalações do Estabelecimento Prisional, vamos manter a qualidade razoável das zonas para os detidos do sexo masculino e do sexo feminino, respectivamente, de modo que a mesma qualidade corresponda aos critérios internacionais. Devidos à limitação em termos do orçamento, temos que ter cuidado em utilizar os recursos públicos. Portanto, para já não pensamos em construir novas instalações. Procuraremos melhorar as instalações existentes sobretudo através dos trabalhos de manutenção e reparação.

Com vista a concretizar o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, temos realizado grande quantidade de trabalhos, que visam o reforço da capacidade linguística dos agentes da linha de frente, nomeadamente do Corpo de Polícia de Segurança Pública, tendo introduzido as disciplinas de inglês, de mandarim e de português, nos cursos destinados à ingresso nas carreiras das FSM e à promoção dos agentes pertencentes às diversas corporações na área da Segurança, para além da formação contínua dos militarizados de primeira linha, com o objectivo de melhorar o seu nível de línguas estrangeiras, satisfazendo as necessidades surgidas no trabalho diário. Como 85% de agentes policiais de primeira linha do CPSP e dos Serviços de Alfândega, têm a habilitação literária de nono ano ou superior, o ensino das mencionadas línguas desenvolvido no mencionado âmbito, tem conseguido obter resultados bastante positivos. A Polícia Judiciária, por sua vez, organiza vários cursos de português sob regime permanente, em cooperação com o Instituto Português no Oriente, para além de organizar cursos de mandarim e cursos de inglês, cooperando com o Instituto Politécnico de Macau, tendo-se os últimos cursos iniciado no ano de 2002.

No que respeita ao trabalho de atender telefonemas de auxílio, o CPSP e a PJ proporcionam linha própria para os cidadãos e turistas pedirem ajuda ou fazerem denúncias nas situações de emergência, de modo que as mesmas corporações das FSM possam adoptar operações mais rápidas. Actualmente, o CPSP dispõe, em cada escala do centro de controlo de operações, oito agentes que dominam diferentes línguas (incluindo o inglês, o mandarim e o português) para atender a linha de auxílio/denúncia, dentro dos quais pelo menos dois dominam a língua inglesa. Tendo tomado em consideração o rápido desenvolvimento socioeconómico do Território, a subida do número dos visitantes, e o conseqüente aumento das necessidades, sentidas pelos residentes e turistas de fazer pedidos ou denúncias à Polícia, a Polícia judiciária recrutou o número suficiente de intérpretes-tradutores, que apoiam a denúncia e os trabalhos normais de inquérito no âmbito da comunicação linguística, garantindo igualmente o direito legalmente conferido dos interessados de obter serviços de tradução nos processos judiciais.

Desde 1990, a PJ começou a destacar os seus tradutores para a sala do graduado de serviço, de modo a apoiar os trabalhos de interpretação durante vinte e quatro horas, perfazendo-se o de doze, o número total de tradutores chinês-português. Desde o ano de 2004, começou-se a recrutar tradutores chinês-inglês, os quais estão também disponíveis em 24 horas, no sentido de apoiar os piquetes e os trabalhos das diversas secções de investigação. Existem actualmente dez tradutores chinês-inglês na totalidade. Face aos obstáculos que poderão existir durante a comunicação, a PJ acrescentou na respectiva linha uma função de sistema de reunião telefónica, permitindo uma comunicação entre três partes: o queixoso, o agente de recepção e o tradutor em serviço. Esta directoria avalia e acompanha em contínuo os referidos serviços, a fim de adoptar medidas de aperfeiçoamento em tempo oportuno.

Relativamente ao problema de não cedência da passagem a peões nas passadeiras, o Departamento de Trânsito do CPSP vai prestar mais atenção a este aspecto, multando, de acordo com a Lei do Trânsito Rodoviário, os condutores que não tenham cuidado com a segurança dos transeuntes que atravessem a estrada nas passadeiras. Em seguida vou fornecer os dados sobre o combate às respectivas acções: em 2011, foram multados 659 condutores que tenham transgredido a regra de cedência da passagem a peões nas passadeiras, dentre os quais, três foram entregues aos órgãos judiciais para atribuição da pena de suspensão da carta de condução, por causa de reincidência grave. Para além disso, vamos apresentar, à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, opiniões sobre o estabelecimento de passadeiras, sugerindo, como por exemplo, a supressão das passadeiras muito próximas, bem como, a instalação de semáforos em determinadas passadeiras, com vista a permitir a triagem de veículos em circulação e peões que atravessam as estradas. Em resumo, além do reforço do combate às acções de infracção da respectiva regra, ainda mantemos a comunicação estreita com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, de modo a garantir a fluidez e a ordem no processamento do trânsito.

O Sr. Deputado Au Kam San exprimiu opiniões sobre a proibição de entrada no Território de Macau por determinados indivíduos. Tal como afirmei há pouco, ao tomarmos as respectivas decisões, limitámo-nos a executar a Lei de bases da segurança interna da Região Administrativa Especial de Macau, entre a qual e as normas internacionais foram estabelecidas ligações. Acredito que todos os países e regiões do mundo fazem opção, e têm o poder de fazer opção, em termos da entrada de visitantes no seu território, sendo vulgar, no âmbito mundial, a proibição da entrada dos indivíduos que sejam considerados perigosos para a sua segurança pública interna.

Também já dei explicações, há pouco, sobre o problema de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua.

O mesmo deputado ainda mencionou a necessidade de realização da simulação de incêndios na Rua de Londres, por onde passará o metro ligeiro. A propósito disso, afirmo que o Corpo de Bombeiros emitirá o respectivo parecer ao pedido dos órgãos governamentais competentes. O facto é que ao pedido dos respectivos serviços públicos, o organismo específico do CB apresentará opiniões sobre os riscos potenciais na ocorrência de incêndios. Vamos assumir, com seriedade, esta responsabilidade que a lei nos confere.

No que concerne ao contrabando de carne de porco, referido pelo Sr. Deputado Au Kam San, no intervalo comuniquei com os colegas

dos Serviços de Alfândega, os quais forneceram a informação de que nos últimos um ou dois anos, se têm registado a tendência de subida da quantidade de carne de porco fresca e de aves vivas importadas, assim como, a visita aos Serviços de Alfândega da Associação dos Comerciantes de Carne Verde Iong Hap Tong de Macau, com o intuito de agradecer os óptimos serviços prestados pela mesma corporação das FSM. Por outro lado, acredito que a nova geração passou a gostar mais de carne refrigerada do que de carne fresca, ou a gostar mais do ambiente onde se vende a carne refrigerada do que do ambiente onde se vende a carne fresca. No meu caso, costume ir comprar carne refrigerada às respectivas lojas ao fim-de-semana. Portanto, a situação mencionada pelo Sr. Deputado Au Kam San, talvez tenha a ver com a mudança do hábito de consumo de determinados alimentos, registada na sociedade de Macau, designadamente nos jovens.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem. Em seguida vou pedir a mais deputados para fazerem a intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Exmo. Sr. Secretário:

Temos que admitir a ligação entre as normas internacionais, e a Lei de bases da segurança interna da Região Administrativa Especial de Macau, aprovada pela Assembleia Legislativa, e que atribui determinadas competências às FSM. No entanto, não tem nada a ver com as características das sociedades democráticas do mundo internacional, a proibição de entrada na RAEM de um conjunto de residentes de Hong Kong, tais como o director da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong, um comentador de arte, um membro da Assembleia do Distrito (*District Council*) de Hong Kong, alguns enfermeiros, médicos e assistentes sociais, os quais foram considerados pelo Governo da RAEM como indivíduos que ameaçam a segurança e a ordem pública de Macau, sem ter fornecido nenhuma informação concreta para justificar a respectiva acusação. Lamento ter que fazer esta afirmação.

Na reunião de hoje, houve vários deputados que prestaram atenção à necessidade de realização da simulação de incêndios na Rua de Londres, por onde passará o metro ligeiro, detectando, desta forma, se há perigos potenciais causados pela definição da respectiva trajectória do metropolitano ligeiro, que ameaçam a segurança física e dos bens dos residentes locais. Em resposta às perguntas dos deputados, o Sr. Secretário afirmou que o Corpo de Bombeiros emitiria o respectivo parecer ao pedido dos órgãos governamentais competentes. A propósito disso, queria perguntar se os órgãos governamentais competentes, tais como a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, ainda não apresentaram, até ao momento, o respectivo pedido ao Corpo de Bombeiros, para verificar o grau de segurança, em termos das condições contra incêndios, que se registará na Rua de Londres, depois de se instalar ali o metropolitano ligeiro de superfície. Espero que o Sr. Secretário possa esclarecer este assunto. Se a resposta para a mencionada pergunta for positiva, na discussão das LAG, na área de Transportes e Obras Públicas, que terá lugar daqui a dois dias, vamos pedir a respectiva explicação ao Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes e ao Sr. Secretário Lau.

Em seguida passarei a prestar atenção ao problema com que os residentes de Macau se deparam há muito tempo, da existência, no

Território de Macau, da grande quantidade de trabalhadores ilegais, os quais conduzem as camionetas dos casinos (houve condutores destes envolvidos nos acidentes de viação que levaram à morte dos transeuntes atropelados – reparem que não é o meu objectivo verificar quem é que tem culpa nestes acidentes), as camionetas das agências de viagem, e camionetas para entrega rápida de encomendas, para além de participarem nos serviços articulados com as actividades turísticas, até trabalharem nas companhias de fotografias para as bodas. Os respectivos sectores fazem muitas queixas sobre esta situação, que permanece no Território há muitos anos, e para a qual chamámos a atenção na discussão das LAG dos últimos anos. O sucesso no combate aos trabalhadores ilegais depende de factores muito concretos, tais como as informações secretas recolhidas e a qualidade das estratégias elaboradas. Nas LAG dos últimos anos, costuma haver referências sobre os trabalhos de combate aos trabalhadores ilegais, o que, porém, não se verifica nas LAG para o próximo ano. Será que o referido problema já foi resolvido? Segundo os residentes locais, existem em toda a parte trabalhadores ilegais, nomeadamente aqueles que trabalham nos diferentes estaleiros. Há dois anos, numa ocasião em que o Sr. Secretário veio à Assembleia Legislativa, o Senhor manifestou a preocupação com o perigo ao qual a força policial estaria sujeita, se adoptar acções durante a noite, para apreender os trabalhadores ilegais. Sendo assim, o Sr. Secretário apontou para a necessidade de ensaios e de aquisição de equipamento tecnologicamente avançados, por forma a garantir a segurança dos agentes militarizados aquando da execução da lei. Não sei qual é a evolução dos respectivos trabalhos. Queria saber também se há necessidade de proceder à revisão e modificação da lei, de modo a preencher as lacunas existentes na legislação, e que impedem a acusação, com sucesso, dos empregadores dos trabalhadores ilegais. Nada disto foi mencionado nas LAG em análise, o que leva a que a população não acredite na capacidade e na vontade do Governo no respeitante ao combate a trabalhadores ilegais. Houve um residente que me pediu para entregar ao Sr. Secretário estas informações sobre trabalhadores ilegais. Com medo de ser alvo das represálias, este residente insistiu em apagar o seu nome que estava na carta da denúncia. O mesmo residente foi obrigado a adoptar este meio para denunciar a existência dos trabalhadores ilegais, porque já fez a queixa junto da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, tendo telefonado muitas vezes, não tendo conseguido obter respostas certas e resultados positivos na detenção dos respectivos trabalhadores ilegais. Neste momento, ele só pode depositar a confiança nas FSM, porém, não tem coragem de fazer a denúncia pessoalmente. Sendo assim, pediu-me para entregar a carta de denúncia. Tal como referi, este residente não quer revelar o seu nome. De qualquer maneira, entrego aqui esta carta ao Sr. Secretário. Os trabalhadores residentes estão ressentidos com os trabalhadores ilegais, os quais existem na realidade. Espero que o Sr. Secretário possa acompanhar este assunto, assim como, as FSM possam envidar maiores esforços para combater as actividades dos trabalhadores ilegais.

Sugerimos várias vezes a transmissão, aos militarizados que cumprem a respectiva missão, no local onde há trabalhadores ilegais, das informações secretas fornecidas pelos trabalhadores residentes, através dos representantes dos sindicatos ou deputados da Assembleia Legislativa, de modo a capturar os respectivos indivíduos com sucesso. É claro que se devem adoptar medidas adequadas para a protecção dos respectivos colaboradores, isto é, os representantes dos sindicatos ou deputados da Assembleia Legislativa. O facto é que muitos denunciadores têm receio das represálias, as quais podem pôr em causa a sua segurança física, e portanto, não querem que o seu acto de denúncia se torne público.

Não sei se o Governo pode criar um mecanismo efectivo que forneça uma maior garantia aos denunciadores. As autoridades não devem negligenciar a importância dos trabalhos de combate aos trabalhadores ilegais, vendo que houve menos cidadãos que participaram no Desfile do Dia do Trabalhador, nem devem pensar que possam pôr de lado os respectivos trabalhos, perante a prosperidade do Território. Para além disso, ainda queria transmitir uma pergunta feita por um cidadão sénior, que queria saber se já foram arquivados os processos sobre os casos de homicídio entre os membros das diferentes seitas, ocorridos antes da transferência da soberania de Macau. Segundo o Código Penal, deve durar vinte anos, o prazo de prescrição para o efeito retroactivo no tratamento dos referidos casos de homicídio. Sendo assim, a meu ver, os mencionados processos ainda não estão arquivados, o que, no entanto, ocorrerá vários anos depois. É de realçar que não queremos ver, de modo algum, que se finalize o prazo de prescrição para a averiguação dos referidos casos de homicídio, ocorridos no Território de Macau. O cidadão sénior fez a tal pergunta no intuito de chamar a atenção para esta possibilidade. Não nos devemos esquecer facilmente dos problemas existentes no passado na segurança pública de Macau. Pelo contrário, devemos ficar sempre alerta com o surgimento, outra vez, dos mesmos problemas, tomando medidas preventivas para impedir a sua ocorrência.

Formado em economia, reparei em alguns sinais negativos analisando a realidade da RAEM a partir da perspectiva do desenvolvimento económico e industrial da região ou da cidade. É de saber que na respectiva teoria há referências sobre a falência de uma indústria de um determinada região, por causa dos problemas existentes numa das sessões desta indústria. No caso de Macau, o mesmo problema ocorre na indústria dos jogos. Observando os dados estatísticos, reparamos na descida das receitas das salas VIP, receitas bastante importantes para o sector do jogo, não obstante a subida constante das receitas totais e das receitas das grandes salas viradas para o público jogador em geral. É um grande problema o enfraquecimento das receitas das salas VIP para a indústria dos jogos, pese embora o factor de o mencionado enfraquecimento ter sido recompensado pelo aumento das receitas das grandes salas viradas para o público jogador em geral, assim como das *slot machines*.

Recentemente, no escritório onde costumo atender os residentes, foram recebidas algumas queixas contra a seguinte situação: paralelamente ao encerramento de determinadas salas de jogo, o Sr. Secretário definiu a política de aumento anual de 3%, no máximo, das mesas de jogo, aplicada nos casinos com mais de cinco mil mesas de jogo, tendo autorizado igualmente vários projectos de investimento, com a atribuição de número bastante grande de mesas de jogo, o que quer dizer que o Sr. Secretário escolheu apoiar os vencedores na concorrência, eliminando os fracós. Depois do encerramento de algumas salas de jogo, existentes em determinados casinos, podem-se colocar mais mesas de jogo noutros estabelecimentos congéneres. O Sr. Secretário tinha isto em consideração ao definir a mencionada política, não tinha? É claro que não podemos controlar a vinda dos jogadores. No entanto, analisando a questão do ponto de vista das teorias da economia, constata-se problemas ligados às apostas por baixo das mesas de jogo, que às vezes são bastante graves. Perante a decaída das actividades de alguns casinos, os promotores de jogo ou os seus auxiliares, que costumavam trazer clientes a estes casinos, vêem encolhidos os lucros obtidos. Como consequência disso, os respectivos indivíduos podem-se arriscar desesperadamente, o que não é positivo para a estabilidade e a prosperidade de Macau. Depois de observar, com cuidado, a situação registada no sector em destaque,

assim como de analisá-la a partir da perspectiva da disciplina de economia, afirmamos que começaram a surgir problemas na indústria dos jogos de Macau.

Não nos podemos esquecer das lutas entre as seitas e a consequente confusão na ordem pública, ocorridas na véspera da transferência da soberania de Macau, por causa da decadência do sector do jogo que se registou naquela altura. Felizmente a decaída das actividades do jogo de hoje, só se verifica numa das secções da indústria dos jogos. Contudo, analisando a questão a partir das teorias do desenvolvimento das indústrias, se não tratarmos bem desta situação, as outras secções também podem ficar afectadas, nomeadamente por causa dos conflitos entre as seitas, que não podem obter interesses suficientes nas actividades que exercem, e que estão relacionadas com a indústria em causa. Não só o sector do jogo, como também o sector turístico podem entrar em decadência, caso aconteçam crimes graves. Não espero que isto se venha a tornar uma realidade. Portanto, temos que estar alerta com os respectivos sinais negativos registados nos casinos.

Como a reunião de hoje se destina à discussão das Linhas de Acção Governativa, e não à discussão de uma interpelação oral, o Sr. Secretário não precisa de mencionar todas as políticas e estratégias a adoptar. Na discussão das Linhas de Acção Governativa, temos sobretudo a obrigação de fazer chamadas de atenção para os assuntos a que o Governo tem que dar importância. Com efeito, para além da realização, pelas corporações das FSM, dos trabalhos de recolha de informações secretas e de combate ao banditismo, há ainda necessidade de revisão e modificação do regime que regulamenta o exercício da actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino. Sei que os promotores de jogo têm a obrigação de sujeitar-se à supervisão e fiscalização da Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos. Resta saber se há necessidade de optimização atempada do respectivo mecanismo de supervisão e fiscalização, por forma a melhor controlar as respectivas actividades, mantendo o desenvolvimento saudável do sector em referência, tomando as medidas necessárias. Com vista a garantir a estabilidade a longo prazo da sociedade de Macau, as FSM devem tomar medidas preventivas, optimizando, em cooperação com os colegas na área de Economia e Finanças, o regime da verificação da idoneidade dos candidatos a licença de promotor de jogo, o regime da fiscalização regular, e as medidas para o controlo e a punição nos casos necessários.

Por fim, queria prestar atenção a um assunto, que tem a ver com o melhoramento do nível da habilitação literária do pessoal das FSM, nomeadamente dos agentes militarizados pertencentes ao CPSP e aos Serviços de Alfândega. Muitos destes agentes procuram a promoção nas carreiras, envidando grandes esforços. No entanto, devido à existência das regras injustas, pelo menos são assim no entender da parte dos agentes, muitos militarizados das FSM ficaram desanimados.

A questão que queria abordar é precisamente a de oportunidades fornecidas aos agentes das FSM para a frequência do curso da Escola Superior das Forças de Segurança, cujos graduados desempenham logo o cargo de subcomissário, questão essa à qual temos prestado atenção nos últimos anos. Acharmos óptima a definição desta via que permite a ascensão nas carreiras pelo pessoal das FSM. No entanto, a reserva de demasiadas vagas aos licenciados não pertencentes às FSM, significa a redução das oportunidades de passar para categorias superiores pelos respectivos militarizados. Antigamente, era relativamente baixo o nível da habilitação literária

do pessoal das FSM. Sendo assim, para formar um número suficiente de oficiais, só se podiam admitir os licenciados que não tivessem ingressado nas carreiras das Forças de Segurança. Tal como reconheceu o Sr. Secretário, ultimamente tem-se registado um melhoramento bastante acentuado do nível da habilitação literária do pessoal das FSM. Assim sendo, há necessidade de ajustar a proporção entre as vagas para a frequência do mencionado curso, reservadas aos licenciados não pertencentes às FSM, e as vagas reservadas ao pessoal das FSM. Esperamos que mais de 80% das vagas sejam reservadas aos últimos candidatos, que trabalham nos serviços de Alfândega, na Polícia Judiciária, no Corpo de Polícia de Segurança Pública, ou no Estabelecimento Prisional, sendo as restantes vagas atribuídas aos licenciados que não pertençam às FSM. Acho razoável fornecer aos militarizados experientes mais oportunidades de ascensão nas carreiras, o que pode incutir neles o entusiasmo pelo trabalho e o espírito de luta pela ascensão nas carreiras. Pois a frequência do curso da Escola Superior das Forças de Segurança, representa uma oportunidade idealizada de subir nas carreiras, para os funcionários das FSM que tenham prestado muitos anos de serviços com respeito pela lei, bem como tenham acumulado muitas experiências preciosas de trabalho, se estes não puderem ser promovidos através da obtenção de louvores. Não é muito melhor encorajar os agentes a procurar a ascensão nas carreiras através do estudo, frequentando o referido curso, do que através de dar graças, lisonjeando os superiores?

Também gostaria de apontar para a necessidade de renovar as instalações da Escola Superior das Forças de Segurança, por forma a acompanhar a evolução da sociedade. Chamei a atenção para esta necessidade noutras ocasiões, não tendo a minha sugestão sido aceite. É de saber que, na área da Segurança, para além da Escola Superior das Forças de Segurança, existem ainda a Escola de Polícia Judiciária, a Escola de Polícia do CPSP, e a Escola de Bombeiros. Não acho conveniente a gestão das mencionadas quatro escolas por uma única direcção, sugiro a criação de uma escola superior das Forças de Segurança de grande escala, cujas instalações e professores sejam partilhadas pelas referidas quatro escolas. Estas escolas são como se fossem os departamentos que integram uma faculdade, ocupando o curso da Escola Superior das Forças de Segurança o maior peso. Se os respectivos recursos puderem ser partilhados pelas diferentes escolas, há mais condições de otimizar os equipamentos para o treino. Actualmente, há grande necessidade de otimizar a qualidade de ensino das instituições do ensino superior. Claro que o curso destinado à formação dos oficiais tem a sua característica, o que não nega a necessidade de melhoramento das instalações, equipamentos e equipa docente, de modo a formar oficiais das Forças de Segurança de qualidade. Espero que o Sr. Secretário possa dar resposta sobre este assunto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Há pouco, o Sr. Secretário respondeu às perguntas apresentadas por vários colegas, perguntas essas que se repetem sempre na

discussão das Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança. Isto quer dizer que os respectivos problemas nunca foram resolvidos, por mais que sejam as chamadas de atenção. A meu ver, esta situação tem a ver com a atitude assumida pelos dirigentes das FSM, nomeadamente pelo Sr. Secretário, que observámos há pouco na resposta atribuída às perguntas sobre o atraso dos trabalhos de instalação das câmaras do CCTV.

É uma constante que se tem registado na discussão das Linhas de Acção Governativa, a atribuição da responsabilidade aos órgãos governamentais das outras áreas, situação essa com que nos deparámos há pouco. Em resposta às perguntas sobre a evolução dos trabalhos de instalação do sistema de videovigilância, o Sr. Secretário disse que já tinha entregado o respectivo plano à DSSOPT para o acompanhamento, tendo realçado que, como um utilizador do mesmo sistema, as FSM não podiam fazer nada senão esperar. Perante esta situação, os deputados da Assembleia Legislativa têm muita dificuldade em exercer a função de fiscalização. Como só temos um governo, e como aos diferentes organismos públicos são atribuídas determinadas competências, estes organismos têm a responsabilidade de cumprir as funções que lhes são inerentes. Não obstante a necessidade, na realização de algumas tarefas, do apoio dos serviços públicos da outra área, a respectiva responsabilidade tem que ser assumida pelos órgãos públicos competentes. Caso contrário, por mais que questionemos, não conseguimos obter respostas sobre as estratégias adoptadas para a solução dos problemas. Como consequência disso, os problemas persistem durante anos sem serem resolvidos. Se o Governo não puder dar solução às necessidades urgentes dos cidadãos, não pode assumir-se como um governo responsável. Espero que o Sr. Secretário possa voltar a analisar, juntamente com a sua equipa, a questão da instalação do sistema electrónico de vigilância, por forma a dar uma resposta certa sobre os problemas existentes, assim como, sobre o calendário definido para a realização da respectiva tarefa. A instalação das câmaras do CCTV é uma estratégia efectiva, que pode contribuir para o exercício, de modo satisfatório, das funções próprias das corporações das FSM. Sem dúvida, o Sr. Secretário e os seus colaboradores têm a responsabilidade de acompanhar, de perto, a realização do trabalho em destaque.

Estamos muito preocupados com o atraso na instalação do sistema electrónico de vigilância, nomeadamente por causa do objectivo definido de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Como todos sabem, actualmente, o número registado num ano, dos turistas que visitaram Macau, atinge vinte e oito milhões de pessoas em média, número esse que vai continuar a subir, segundo o Sr. Secretário Tam, que fez esta afirmação na reunião realizada há dois dias, destinada à discussão das LAG, na área de Economia e Finanças. Perante esta situação, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se os *hardwares* e *softwares* dos serviços públicos na área da Segurança, nomeadamente na Polícia Judiciária, no Corpo de Polícia de Segurança Pública, no Corpo de Bombeiros e no Estabelecimento Prisional, são suficientes para assegurar a realização dos respectivos trabalhos. Com a baixa taxa de desemprego, talvez não seja muito fácil recrutar agentes suficientes para o preenchimento das vagas das FSM. É neste sentido que houve colegas que sugeriram a criação da força policial auxiliar, imitando o modelo de Hong Kong. Os mesmos deputados aconselharam que a Administração mandasse funcionários civis realizar trabalhos no âmbito da manutenção da ordem e segurança pública, nomeadamente a atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias, de modo a aliviar as pressões sentidas nos diversos trabalhos desenvolvidos na área da Segurança. Em resposta às

perguntas destes deputados, o Sr. Secretário falou da prestação do apoio pela Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês. Penso que o Sr. Secretário entendeu mal a ideia dos respectivos deputados, porque não parece adequado a Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês realizar o trabalho de atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias. Nem queremos que haja necessidade de mobilizar a mesma Guarnição para assegurar a segurança pública da RAEM. Esperamos que o Sr. Secretário, na qualidade de dirigente supremo dos órgãos governamentais na área da Segurança, preste atenção à capacidade de suporte dos serviços públicos a si vinculados, no processo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Há pouco, o Sr. Secretário mencionou a existência de numerosos postos fronteiriços, onde, porém, não há agentes suficientes para assegurar os trabalhos diários. Para a solução deste problema, as autoridades pedem aos funcionários civis para apoiar nos feriados. Não acho esta uma forma adequada para a solução do problema durante longo espaço de tempo. A meu ver, é adoptável a sugestão sobre a criação da força policial auxiliar, imitando o modelo de Hong Kong, de modo a resolver o problema de insuficiência dos agentes militarizados. Os membros da força policial auxiliar podem realizar o trabalho de atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias, aliviando as pressões sentidas pelos agentes de trânsito, os quais estão angustiados perante os frequentes engarrafamentos, sobretudo no período da ocorrência do Grande Prémio. De facto, existem grandes problemas no trânsito de Macau, os quais são criticados tanto pelos condutores, como pelos transeuntes. Peço ao Sr. Secretário para prestar muita atenção aos seus inferiores e aos órgãos públicos a si subordinados. Na abertura da cidade de Macau para o exterior, desejamos o desenvolvimento económico adequado da RAEM, pois percebemos que, o excesso no desenvolvimento não é nada positivo para o Território e para a sua população.

Acho fundamental que os dirigentes na área da Segurança se mantenham alerta para os factores que possam pôr em causa a segurança pública da RAEM, percebendo que não devem ficar contentes com a paz que se regista no momento actual, tomando medidas preventivas. O facto é que quando chamamos a atenção para os problemas existentes na segurança pública das zonas comunitárias, o Sr. Secretário nunca respondeu directamente às nossas perguntas, nem adoptou medidas efectivas para a solução dos respectivos problemas. Preocupa-nos o aumento do número dos indivíduos que entraram ilegalmente na RAEM, e dos visitantes que permaneceram ilegalmente no Território. É de saber que nos primeiros nove meses do ano corrente, o número dos mencionados indivíduos atingiu vinte e oito mil e tal pessoas, o que representa um aumento de 15% em comparação com o período homólogo do ano passado. Trata-se, portanto, de um aumento bastante acentuado. Quanto aos visitantes que permaneceram ilegalmente no Território, a maioria destes indivíduos são residentes do Interior da China, tendo vindo a Macau usando o visto individual (mais de três mil e quatrocentas pessoas), ou usando outros documentos de identificação ou outros tipos de visto (vinte e uma mil pessoas).

Em 2009, com o intuito de reduzir o número dos indivíduos que permaneçam ilegalmente no Território, aumentámos a quantia da multa de vinte até duzentas patacas por dia, multa essa que, foi fixada de acordo com os Princípios gerais do regime de entrada, permanência e autorização de residência, e é atribuída aos indivíduos que permaneçam ilegalmente em Macau num período de ou menos de trinta dias. Depois da promulgação e aplicação do respectivo Regulamento Administrativo, a situação da permanência ilegal melhorou bastante, tendo o número dos indivíduos que

permaneceram ilegalmente no Território diminuído de cento e trinta mil pessoas, registadas no período de um ano, para vinte e quatro mil pessoas, registadas nos primeiros nove meses do ano passado. Porém, tal como acabei de referir, nos primeiros nove meses do ano corrente, foi registado um aumento bastante acentuado dos respectivos viajantes, em comparação com o período homólogo de 2011. Esta é a razão pela qual voltamos a chamar a atenção às autoridades para a necessidade de reforçar o combate ao mencionado fenómeno, pois parece-nos que o respectivo Regulamento Administrativo não pode produzir efeito dissuasivo suficientemente grande para impedir a permanência ilegal dos viajantes no Território. Tenho pedido, nos últimos anos, a revisão e a modificação, da forma mais rápida possível, dos diplomas legais que regulamentam a emissão das “Declarações” aos indivíduos que permaneçam ilegalmente em Macau. Espero que o Sr. Secretário possa tomar medidas efectivas, nomeadamente através da introdução da modificação nos respectivos diplomas legais, de modo a produzir maiores efeitos dissuasivos, diminuindo os casos de permanência ilegal e de entrada ilegal no Território. Queria pedir ao Sr. Secretário para revelar como é que as autoridades vão tratar da questão das “Declarações”, questão sobre a qual o Senhor não disse quase nada na discussão das LAG dos últimos anos. Tal como afirmei há pouco, as autoridades não devem ficar contentes com a paz que se regista no momento actual, devendo tomar medidas preventivas, pois já é tarde para começar a elaborar estratégias, quando se registarem situações muito graves de permanência ilegal e de entrada ilegal no Território.

Tal como toda a gente sabe, a economia de Macau depende sobretudo do sector do jogo. Acredito que o Governo da RAEM vai elaborar políticas adequadas que visem o desenvolvimento estável da respectiva indústria. Não nos podemos esquecer, porém, de que tanto o sector do jogo, como o sector turístico, são influenciados facilmente pelos factores externos. Não sabemos quando é que aparecerão problemas na conjuntura económica internacional, que ponham em causa as indústrias essenciais do Território de Macau. Pois nas grandes crises financeiras, o número dos turistas vai diminuir espectacularmente. Tal como mencionaram alguns colegas, perante a grande redução dos interesses, muito provavelmente voltarão a surgir os problemas referentes aos conflitos entre diferentes seitas, estando a segurança pública sujeita, nessa altura, a grandes desafios. Sendo assim, espero que as autoridades possam estar alerta para os factores que ponham em causa a segurança pública da RAEM, percebendo que não devem ficar contentes com a paz que se regista no momento actual, tomando medidas preventivas, e reforçando as acções de prevenção e combate à permanência ilegal, à entrada ilegal no Território, e às diversas modalidades da criminalidade relacionadas com os casinos, e praticadas designadamente pelos malfeitores provenientes de lugares exteriores, tais como o furto, o tráfico de pessoas, as actividades de controlo e exploração da prostituição, e o branqueamento de capitais. Penso que o Sr. Secretário e os Srs. Directores sabem muito bem da existência destes problemas relacionados com os interesses periféricos derivados da indústria dos jogos. Espero que os Senhores tenham muito cuidado com estas actividades, que a certo momento podem pôr em causa a paz do Território, embora actualmente se registem em Macau a estabilidade e a prosperidade.

O outro assunto ao qual queria prestar atenção, tem a ver com as actividades relacionadas com as pensões ilegais, estabelecimentos esses que, hoje em dia estão revestidos de formas diferentes para o seu desenvolvimento, envolvendo problemas situados em áreas diversificadas. As pensões ilegais, inicialmente destinadas ao acolhimento dos visitantes de curto período de permanência,

passaram a ser sítios alugados permanentemente pelos indivíduos que entraram ou que permanecem ilegalmente no Território, e que se dedicam às actividades relacionadas com os casinos, ou pelos grupos criminosos de controlo e exploração da prostituição, servindo-se os últimos das mesmas pensões para fazer negócios relacionados com a prostituição, droga e jogo ilegal, atendendo clientes originários de diferentes locais. Espero que o Sr. Secretário e os seus colaboradores possam colaborar com a Direcção dos Serviços de Turismo, reforçando o combate a pensões ilegais.

Em seguida passarei a chamar a atenção para os problemas existentes no trânsito. O Sr. Secretário apontou, na apresentação que fez há pouco, para o aumento constante dos veículos motorizados, bem como, para a sobrecarga da rede rodoviária da RAEM. Não sei se o Sr. Secretário tem conhecimento da prática dos numerosos actos de transgressão das regras rodoviárias, tais como passar no sinal vermelho, conduzir mais depressa do que é permitido, fazer ultrapassagens e mudanças de faixa de rodagem inconvenientes, não ceder a passagem a peões nas passadeiras, a não utilização do capacete pelo passageiro da mota, falar ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão. Tal como a população de Macau, fiquei ressentido com estes comportamentos. Visto que muitas vezes, não são penalizados os referidos actos que violam a Lei do Trânsito Rodoviário, queria pedir ao Sr. Secretário, o esclarecimento sobre a razão que levou à não penalização dos mencionados transgressores. É assim porque o Governo não pensa castigar os respectivos condutores, ou porque os agentes de trânsito estão tão ocupados que não têm tempo para executar a lei? Não sei se Sr. Secretário sabe que a segurança física dos transeuntes está a ser gravemente ameaçada, assim como, aconteceram vários acidentes de viação, que conduziram à morte ou a graves ferimentos dos peões. Queria chamar uma atenção especial para a ocorrência frequente do crime de condução em estado de embriaguez, de condução sob a influência de estupefacientes ou de substâncias psicotrópicas, assim como para a condução sob a influência de alguns medicamentos. De acordo com o respectivo Regulamento Administrativo, os polícias da linha de frente podem fazer aos condutores o teste de teor alcoólico, por forma a detectar os casos de condução em estado de embriaguez. Segundo revelaram as FSM, entrarão em funcionamento, no início do próximo ano, os aparelhos (que são os primeiros no âmbito da Ásia) destinados à detecção dos crimes de condução sob a influência de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas. Queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações mais detalhadas sobre a forma segundo a qual se realiza o respectivo teste aos condutores suspeitados.

Espero que o Sr. Secretário também preste muita atenção à condução sob a influência de alguns medicamentos. O facto é que existem muitos remédios que causam muito sono ao seu consumidor, nomeadamente aos condutores, e portanto, estes medicamentos são tão perigosos como as drogas ou o álcool em termos da segurança rodoviária. Não sei se o Sr. Secretário pensa elaborar um regulamento administrativo para a regulamentação deste assunto.

Ainda me resta um pouco de tempo, queria aproveitá-lo para perguntar ao Sr. Secretário se o Regulamento de Segurança contra Incêndios, cuja consulta pública foi realizada em Setembro de 2009, já foi entregue aos órgãos governamentais de assuntos de justiça, pois queríamos saber quais são os serviços públicos que devem assumir a responsabilidade pelo atraso registado na preparação do mesmo regulamento.

Tal como indicaram alguns colegas, os grandes conjuntos de

edifícios da habitação pública localizados em Coloane, ficarão construídos no futuro próximo. No entanto, não há, nas LAG em análise, referências sobre planos concretos destinados ao acompanhamento do desenvolvimento da zona referida, nomeadamente através da criação de novos estabelecimentos policiais e postos de bombeiros. Pois apenas se anuncia, no respectivo documento, que se realizarão estudos e planeamentos sobre a zona em referência. É de saber que os mencionados grandes conjuntos das habitações públicas serão construídos em breve. Sendo assim, neste momento as FSM já devem ter os projectos concretos elaborados, com vista a garantir a segurança física e dos bens dos habitantes dos referidos edifícios. Espero que o Sr. Secretário possa revelar o conteúdo destes projectos.

Por outro lado, não sei se o Sr. Secretário pode fornecer informações sobre o estabelecimento de postos policiais ou até comissariados policiais, perto dos grandes conjuntos de habitações públicas localizados na Ilha da Taipa, uma vez que moram nestas habitações públicas dezenas de milhares de habitantes, cuja segurança deve ser garantida. Por fim, volto a pedir aos dirigentes na área da Segurança, que se mantenham alerta para os factores que possam pôr em causa a segurança pública da RAEM, percebendo que não devem ficar contentes com a paz que se regista no momento actual, tomando medidas preventivas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi.

Chan Melinda Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

A reunião de hoje destina-se à discussão das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança. No entanto, muitos colegas mencionaram o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Isto é porque achamos que a segurança e a ordem pública são elementos indispensáveis para a concretização do mencionado objectivo. Para dizer com outras palavras, o sucesso na transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, depende da qualidade dos trabalhos realizados na área da Segurança. Reconhecemos que é boa, de um modo geral, a segurança pública de Macau após a transferência da sua soberania. Contudo, devido à evolução constante da sociedade, os cidadãos apresentam exigências cada vez mais elevadas. Sendo assim, nas acções governativas na área da Segurança, há ainda espaço para o melhoramento. E o Sr. Secretário precisa de envidar maiores esforços para obter o elogio dos residentes de Macau.

Temos que ser justos, elogiando as qualidades, ainda que critiquemos os defeitos. Assim sendo, primeiro vou fazer elogio dos melhoramentos registados em vários trabalhos realizados pelas FSM. O primeiro melhoramento que merece o nosso elogio é a cooperação entre as FSM e os Serviços congéneres do Interior da China ou das regiões vizinhas, em termos de troca de informações secretas e de adopção das acções conjuntas, tendo sido criados modelos e mecanismos de colaboração que permitiram o sucesso na averiguação de muitos crimes cometidos. Este é o primeiro aspecto que elogiamos.

Há pouco, alguns colegas mencionaram a atitude dos agentes

militarizados no contacto com os residentes ou turistas, questão sobre a qual exprimi as minhas opiniões nos últimos anos na discussão das LAG. De acordo com as opiniões recolhidas no ano corrente, muitos residentes acham que se tem registado melhoramento na atitude dos agentes que trabalham nos postos fronteiriços, ou dos agentes que atribuem multas aos transgressores das regras rodoviárias. Antigamente utilizávamos o termo de “péssima” para caracterizar a atitude dos militarizados que trabalhavam nos postos fronteiriços. Há pouco, ouvi um colega utilizar o termo de “indiferente” para caracterizar a respectiva atitude. Espero que no próximo ano, a atitude dos mesmos agentes possa ser considerada como uma atitude “simpática”. Apesar de tudo, de um modo geral, os cidadãos reconhecem o melhoramento na atitude dos referidos agentes. É claro que há ainda espaço para o melhoramento.

Em relação aos agentes que atribuem multas aos transgressores das regras rodoviárias, estes agentes trabalham duramente para exercer as suas funções, o que não quer dizer que a sua atitude seja má. Pelo contrário, estes agentes têm normalmente boas maneiras no contacto com os cidadãos, dizendo sempre “Desculpe” e “Obrigado”. Penso que ninguém fica contente quando é multado. No entanto, perante a atitude óptima dos respectivos agentes, que toma sempre a iniciativa de mostrar o seu cartão de trabalho, normalmente não ocorrem conflitos entre os agentes e os cidadãos multados. Este é o segundo melhoramento que merece o nosso elogio.

O terceiro aspecto em que se regista melhoramento tem a ver com o fornecimento dos serviços de aconselhamento psicológico aos agentes militarizados, ao qual prestei atenção na discussão das LAG no ano passado, ano em que ocorreram vários casos de suicídio de militarizados das FSM. No ano corrente, verificamos e elogiamos o melhoramento dos respectivos serviços. Vendo o respectivo melhoramento, o pessoal das FSM acredita que as autoridades procuram sempre o aperfeiçoamento do trabalho e a resolução dos problemas, ouvindo o aconselhamento que os deputados apresentam na discussão das LAG. Sendo assim, este ano, os agentes militarizados exprimiram outras opiniões, na expectativa de obter a atenção das autoridades. Segundo contaram alguns agentes, os quais trabalham na linha de frente e se situam nas camadas intermédias e inferiores da hierarquia das FSM, os superiores não gostam de que eles tomem a iniciativa de prestar serviços à população, queixando-se de que o seu entusiasmo traz muito trabalho ao seu chefe. Perante esta situação, estes agentes têm sempre receios quando querem prestar serviços melhores. Espero que os dirigentes das FSM possam prestar mais atenção aos seus subordinados, encorajando-os e apoiando as iniciativas que tomam para melhor servir o povo. Acreditamos que são de número limitado, as ovelhas tinhas existentes nas Forças de Segurança. Desejamos que as autoridades tomem medidas para diminuir, na medida em que for possível, o número destes elementos, recuperando o ânimo e o espírito da equipa do pessoal das FSM. Apresento aqui, em representação dos cidadãos de Macau, o agradecimento antecipado ao Sr. Secretário e aos Srs. membros do Governo que estão presentes na reunião de hoje.

Em seguida, passarei a analisar vários assuntos, abordados talvez por alguns colegas. Em primeiro lugar, queria exprimir as minhas opiniões sobre a necessidade de aumento do pessoal das FSSM.

Ainda me lembro de que na discussão das LAG do ano de 2010, troquei opiniões com o Sr. Secretário acerca da insuficiência do pessoal das FSM para a realização dos diversos trabalhos. Em resposta à minha pergunta, o Sr. Secretário disse que ia prestar atenção a este aspecto, recrutando mais agentes militarizados. Nas

LAG para o ano de 2013, há referências, em vários parágrafos, sobre o recrutamento de novos agentes, anunciando que as FSSM sentem alguma tensão nos recursos humanos e estão em crer que este sentimento as irá acompanhar por algum tempo. Perante o problema de falta do pessoal, que permanece desde 2010 até à actualidade, o Sr. Secretário anunciou, há pouco, que no CPSP e no Corpo de Bombeiros há cerca de 10% de vagas por preencher. Não percebo muito bem porque é que as vagas das mencionadas corporações das FSM não são preenchidas, ao passo que há grande falta do pessoal, nomeadamente para trabalhar nos postos fronteiriços, problema esse que foi mencionado pelos colegas há pouco. Queria saber se o problema tem a ver com a estrutura do quadro das FSM. Na minha opinião, devem-se recrutar mais agentes da camada de base, de modo a assegurar a realização dos trabalhos na linha de frente. Não compreendendo muito bem este assunto, peço ao Sr. Secretário para voltar a fornecer explicações detalhadas e claras.

Há pouco, o Sr. Secretário afirmou que no futuro próximo, haverá muitos casos de reforma dos agentes militarizados. Perante a insuficiência dos recursos humanos, não sei se as FSM pensam em manter os agentes reformados no seu posto. Antes de tomar a decisão entre a permanência, no respectivo posto, dos agentes experientes mas aposentados, e o recrutamento de novos agentes para o preenchimento das vagas do quadro das FSM, as autoridades têm que proceder à respectiva avaliação. Se as autoridades pensarem optar pela primeira escolha, têm a necessidade de resolver o problema de remuneração, uma vez que, segundo o Regime de Pensões de Aposentação e Sobrevivência, os agentes reformados recebem o ordenado que costumavam receber antes da aposentação, sem necessitarem de pagar o imposto. Isto quer dizer que se os agentes reformados permanecerem no seu posto, recebem ainda menos do que se ficarem em casa. Sendo assim, as FSM têm que resolver primeiro este problema que tem a ver com a remuneração do trabalho, se quiserem manter os agentes reformados no seu posto. Se as autoridades decidirem optar pela última escolha, ou seja, recrutar mais agentes novos, têm que elaborar planos para a concretização do mesmo objectivo. Penso que agora é altura para a realização, com seriedade, dos mesmos trabalhos.

Se o não preenchimento das vagas existentes não tiver a ver com a estrutura do quadro das FSM, mas sim com a dificuldade em recrutar novos agentes, tenho algumas dúvidas relativas a esta dificuldade, porque no recrutamento centralizado de funcionários públicos, houve dezasseis mil candidatos, o que quer dizer que muitos jovens gostariam de ingressar nas carreiras da Função Pública. Não sei se a dificuldade em recrutar agentes militarizados tem a ver com o enfraquecimento das condições físicas dos jovens de hoje, mencionado vulgarmente na sociedade de Macau. Se a minha preocupação corresponder à realidade, talvez o Sr. Secretário tenha necessidade de comunicar e cooperar com as escolas locais, de modo a implementar projectos de colaboração que visem o reforço das aulas de educação física. Sr. Secretário, espero que possa prestar mais atenção a este aspecto.

A questão da segurança pública é o outro tema que queria abordar. Na discussão das LAG realizada no ano de 2011, chamei a atenção ao Sr. Secretário para o facto de nos primeiros nove meses de 2011, em cada uma hora e dezassete minutos, aconteceu um crime contra bens patrimoniais. Na realidade, a situação deve ser muito mais grave, porque há, de certeza, muitos casos de não participação dos crimes ocorridos, por causa de falta do tempo, ou de receio de perda de muito tempo para acompanhar um caso em que se perdeu pouco dinheiro. Passado um ano, vamos verificar se a respectiva situação

melhorou. Segundo os dados estatísticos publicados em 10 de Novembro do ano corrente, nos primeiros nove meses de 2012, ocorreram 9.369 crimes no total, o que representa um aumento de 1,9% em comparação com o período homólogo do ano passado. O Sr. Secretário afirmou, na apresentação que fez há pouco, que se registou um melhoramento progressivo na segurança pública nos primeiros nove meses do corrente ano. No entanto, tal como acabei de referir, até ao dia 10 de Novembro, o número dos crimes ocorridos subiu em relação ao período homólogo do ano passado, tendo-se registado o aumento de 281 crimes contra bens patrimoniais. Isto quer dizer que, dentre os crimes ocorridos, o crime contra bens patrimoniais, ou seja, o roubo ou o furto, é o tipo de crimes que aumentou muito mais rapidamente do que outras modalidades da criminalidade. Analisando os dados estatísticos publicados, constatamos que ocorreu diariamente e em Macau, 22,33 crimes contra bens patrimoniais, isto é, em cada 64,4 minutos, aconteceu na RAEM um crime de roubo ou de furto, o que corresponde a um ritmo mais frequente em comparação com o ritmo registado no ano passado, no qual em uma hora e dezassete minutos, ocorreu um crime contra bens patrimoniais.

Perante esta situação, não sei quais são as medidas que o Sr. Secretário vai tomar para combater os respectivos crimes, protegendo os bens dos turistas e dos residentes de Macau. Com o crescimento constante do número de turistas e da população vinda de lugares exteriores, sentimos grande necessidade de reforçar a segurança pública da RAEM. Sendo assim, peço ao Sr. Secretário para mencionar as estratégias e os projectos que as FSM elaboraram para a prevenção e combate à criminalidade.

Na qualidade de deputada do sector de serviços sociais, queria prestar atenção também ao problema de tráfico e consumo de drogas. Apelo para o reforço das acções de combate a traficantes de drogas, assim como de divulgação de mensagens anti-drogas, de modo a garantir o crescimento saudável da nova geração. De acordo com os dados estatísticos publicados, registou-se, no ano corrente, a diminuição dos crimes detectados e relativos ao tráfico e consumo de drogas. Todavia, aumentou cada vez mais o valor das drogas apreendidas pela Polícia da RAEM. Tal como afirmaram alguns colegas, a prática dos mencionados actos ilícitos está a tornar-se cada vez mais escondida, tendo deixado de ser realizada em lugares públicos. De acordo com a apresentação que o Sr. Secretário fez há pouco, nos primeiros nove meses do ano corrente, foram detectados duzentos crimes de consumo de drogas, o que corresponde a um aumento de sessenta e dois casos, ou seja, um aumento de 45%, em comparação com o período homólogo do ano passado. Acho contraditórios os dados estatísticos publicados que apontam para a diminuição dos crimes relativos ao tráfico e consumo de drogas, por um lado, e a afirmação feita pelo Sr. Secretário sobre o aumento dos mesmos crimes, por outro lado. Sendo assim, não percebemos muito bem se a respectiva situação melhorou ou não. No meu entender, a situação de tráfico e consumo de drogas não melhorou. O que aconteceu foi o aumento da dificuldade em detectar os respectivos crimes, pois o consumo de drogas passou a realizar-se nas residências, ao passo que o transporte de drogas de pequena quantidade é feito nos diversos postos fronteiriços, acções essas que são difíceis de detectar. Espero que o Sr. Secretário esteja alerta para estes fenómenos.

Nas LAG em análise, há referências sobre a preocupação das FSM com o problema de abuso de medicamentos pelos jovens-adolescentes, assim como, sobre o prosseguimento das acções que consistem em monitorar os locais frequentados pelos jovens e as

suas actividades de recreação. Como não se anunciam, nas mesmas LAG, projectos para o combate aos actos de consumo de drogas nas residências, gostaria de pedir informações ao Sr. Secretário sobre as estratégias adoptadas para a repressão dos mesmos actos ilícitos.

Acho igualmente que há necessidade de adestrar mais cães policiais, nomeadamente, cães policiais para a detecção de drogas. É certo que o aumento do número de cães policiais nos postos fronteiriços, pode contribuir para a detecção, com mais facilidade, dos actos de transporte de pequena quantidade de drogas. Segundo os dados publicados, existem, actualmente e nas FSM, setenta e um cães-polícias, cumprindo parte deles a função de detecção de drogas. É evidente que esta quantidade é insuficiente para satisfazer as necessidades registadas na realidade, sobretudo com a abertura futura, durante 24 horas, dos postos fronteiriços. Penso que não é difícil adquirir cães policiais, tendo-se procedido ao aumento do respectivo subsídio para recompensar os militarizados do pelotão cinotécnico. Portanto, peço ao Sr. Secretário para ponderar a possibilidade de aceitar a minha sugestão.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança, o Sr. Secretário prevê situações cada vez mais complexas na segurança pública de Macau, e a possibilidade de aumento constante do número de crimes cometidos no Território. Acredito na previsão do Sr. Secretário. Resta saber quais são as respostas dadas pelas Forças de Segurança de Macau, ao forte desafio registado na área da segurança. Em resposta às perguntas apresentadas pelos deputados, o Sr. Secretário realçou que as Forças de Segurança de Macau são responsáveis sobretudo pela execução da lei, adoptando acções necessárias para alcançar os respectivos objectivos. Na minha opinião, perante situações cada vez mais complexas na segurança pública de Macau, o Secretário para a Segurança e os titulares dos cargos de direcção e chefia dos órgãos na área da Segurança, devem proceder à reflexão sobre as origens dos crimes detectados, prevenindo a sua ocorrência a partir das fontes, para além de elaborarem projectos estratégicos concretos para as operações que visem a prevenção e combate à criminalidade, analisando a realidade registada na sociedade. Fiz esta afirmação tendo em consideração alguns problemas registados na realidade em termos da segurança pública. Em seguida vou fazer várias perguntas ao Sr. Secretário. Se o Sr. Secretário não puder fornecer logo as informações pedidas, queria pedir-lhe para me enviar os respectivos dados mais tarde.

É de saber que, no início de Novembro do ano corrente, o Gabinete de Comunicação Social publicou o número dos crimes ocorridos nos primeiros nove meses do ano corrente, o que foi mencionado, há pouco, por alguns colegas. Vou concentrar a minha atenção sobretudo no número dos casos de permanência ilegal e de entrada ilegal no Território, não fazendo a comparação dos respectivos dados com os dados registados nos últimos anos. Segundo os dados publicados, nos primeiros nove meses do corrente ano, houve 875 indivíduos que entraram ilegalmente na RAEM, assim como, mais de 27.000 indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território, o que quer dizer que, no referido período, todos os dias havia cem indivíduos que permaneciam ilegalmente em

Macau. De acordo com as informações fornecidas, com grande ênfase dada aos tipos de documento de viagem, usado pelos mencionados indivíduos para a entrada no Território, a maioria destes indivíduos não entraram na RAEM usando o visto individual, o que está fora da nossa expectativa. Com efeito, 21433 dos indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território no ano corrente, entraram no Território usando outros tipos de documento de viagem, que não são vistos individuais. Espero que o Sr. Secretário me possa dizer quais são os documentos de viagem usados pelos respectivos indivíduos para o respectivo efeito. Penso que estas pessoas que permaneceram ilegalmente em Macau, não tinham o objectivo de fazer aqui o turismo, tal como afirmaram as autoridades na discussão das LAG no ano passado. Queria saber quais são os documentos que permitem a entrada na RAEM pelos residentes do Interior da China, para além do visto individual, como é a situação actual da permanência ilegal, assim como, quais são os mecanismos existentes para o tratamento do mesmo problema. Parece-me que a Polícia de Macau se situa numa situação de passividade, perante a entrada incontrolável dos respectivos indivíduos, que depois permanecem ilegalmente no Território. Sugiro ao Sr. Secretário que mencione esta situação nas respectivas reuniões, verificando se há necessidade de alteração da legislação da RAEM, ou de negociar com as respectivas repartições do Interior da China, por forma a resolver este problema que afecta a segurança pública de Macau. Pois de acordo com as LAG em análise, o pioramento da segurança pública de Macau tem muito a ver com a prática dos crimes pelos indivíduos que não são residentes de Macau. Nesta situação, acho que há necessidade de realizar estudos e análises aprofundados sobre as políticas de migração da RAEM. Apelo para a detecção das lacunas existentes nos respectivos diplomas legais, que conduzem à passividade da Polícia de Macau na manutenção da segurança e da ordem pública do Território.

Queria também perguntar ao Sr. Secretário quais são as razões que têm levado ao insucesso no combate a trabalhadores ilegais, problema esse que foi mencionado há pouco por alguns colegas. O facto é que não só os trabalhadores residentes ficam insatisfeitos com a situação, como os agentes das FSM também ficam desapontados com a impossibilidade de punir os indivíduos que empregam os trabalhadores ilegais. Queria saber se existem lacunas na legislação, ou se trata de problemas no processo da execução da lei. Perante a grande quantidade de trabalhadores ilegais, mesmo com a realização de muitas operações de fiscalização, penso que o Sr. Secretário tem necessidade de encontrar a raiz do problema, bem como, de elaborar estratégias efectivas para a sua solução.

Na apresentação que fez há pouco, o Sr. Secretário apontou para a dificuldade que se tem, em determinar a identificação dos criminosos não residentes mais activos no casino. Acredito que existem dificuldades na realização dos respectivos trabalhos. Não sei quais são os mecanismos que permitem a recolha das informações sobre os indivíduos que frequentem sempre os casinos. Penso que as autoridades têm que elaborar estratégias que permitam a solução deste problema.

Perante o aumento dos crimes de falsificação de documentos, tais como os casamentos de conveniência e a prestação da declaração falsa junto do Fundo de Segurança Social, as FSM têm a responsabilidade de detectar as causas que levaram ao agravamento da respectiva situação. A ocorrência destes crimes terá a ver com a existência de lacunas na legislação da RAEM? Penso que as autoridades devem apresentar sugestões aos serviços públicos competentes, de modo que estes possam elaborar políticas e

estratégias adequadas para fazer frente à referida situação. Recentemente, na Assembleia Legislativa têm-se desenvolvido discussões sobre a introdução de modificações na Lei da contratação de trabalhadores não residentes. Conforme uma das modificações, em caso de revogação ou caducidade da autorização de permanência, não pode ser emitida nova autorização a favor do mesmo não residente antes de decorrido um prazo de seis meses. Se esta regra consegue impedir a permanência dos trabalhadores não residentes provenientes do Interior da China, os trabalhadores não residentes estrangeiros podem continuar a ficar na RAEM, arrançando outro trabalho, usando o respectivo documento de viagem. Segundo a regra definida, durante o mencionado período de seis meses, estes indivíduos têm que sair primeiro da RAEM, para poder iniciar o novo emprego. Tal como a população de Macau, estou preocupada com a possibilidade de os mesmos indivíduos trabalharem ilegalmente, ou até praticarem actos ilícitos durante o referido período, no qual eles não podem trabalhar legalmente, ganhando dinheiro para a sobrevivência. Não sei se o Sr. Secretário e a Polícia de Macau estão preocupados com esta situação. Acho que as autoridades devem ponderar este assunto com profundidade, trocando opiniões com os serviços públicos competentes, exprimindo a sua opinião e sugestão para a optimização dos respectivos diplomas legais e das políticas e medidas adoptadas, de modo a criar condições para a manutenção da ordem e segurança pública do Território.

Espero que o Sr. Secretário possa responder às perguntas que acabei de apresentar. Em seguida passarei a analisar outros assuntos.

Penso que os crimes que afectam mais directamente os residentes de Macau, são os crimes de furto ocorridos na sua residência, para além dos crimes de furto ocorridos no autocarro. No espaço de um mês, a minha casa e a casa dos nossos vizinhos foram roubadas. Os Senhores querem saber se participei o caso à Polícia? Claro que participei. Sou uma boa cidadã e coopero sempre com a Polícia. Não só telefonei para a respectiva linha aberta para denunciar o crime, como também encorajei os vizinhos que moram no mesmo andar a participar o caso. Ainda que todos os vizinhos achassem que era muito complicado e os fazia perder muito tempo, participar o crime, acabaram por fazê-lo, tendo cumprido a obrigação de um cidadão. Queria aproveitar esta oportunidade para elogiar os agentes que chegaram a minha casa dentro de meia hora, a contar a partir do momento da denúncia, tendo recolhido as provas que achavam importantes. É de saber que actualmente na RAEM, ocorrem, todos os dias, pelo menos dez crimes de furto nas residências. Nesta situação, como é que os polícias têm condições para proceder à averiguação? Portanto, é natural que não haja notícias sobre a captura dos respectivos ladrões. Nas LAG para o próximo ano, anuncia-se o reforço das patrulhas nas zonas comunitárias, assim como das campanhas de sensibilização, chamando a atenção aos residentes para a importância de ter cuidado com os ladrões, fechando bem a porta. Penso que os residentes vão adoptar medidas para garantir a sua própria segurança e a segurança dos seus bens. Para além disso, no entanto, parece que a polícia não faz nada para combater os mencionados crimes. A patrulha pode ser uma forma efectiva. Porém, com a grande carência dos militarizados, não vai haver polícias suficientes para a realização desta tarefa. A recorrência aos equipamentos electrónicos, tais como o sistema de videovigilância, pode produzir o efeito dissuasivo, prevenindo a ocorrência dos mencionados crimes. É neste sentido que os cidadãos da RAEM pediram a instalação das câmaras do CCTV nos pontos críticos de segurança, sobretudo nos bairros antigos, nos quais são fracas as medidas adoptadas para impedir a entrada dos ladrões nas

residências dos habitantes. Esta é a razão que justifica a insatisfação dos residentes de Macau com a grande demora dos trabalhos de instalação do sistema electrónico de vigilância. Há cerca de um ano, a casa do meu filho foi roubada duas vezes num espaço de tempo de vários meses. Sem outro remédio, ele acabou por instalar um alarme de segurança contra roubo, e um sistema de câmaras infra-vermelho. Muitos cidadãos queixam-se do facto de que a Polícia não conseguiu encontrar os respectivos ladrões, mesmo que eles tenham denunciado os crimes. Queríamos saber o que é que a Polícia pode fazer, afinal, para proteger os bens da população. Para dizer com franqueza, o número dos crimes de furto publicado pelo Governo não corresponde ao número de crimes que ocorreram na realidade, não querendo a maioria das vítimas participar o caso, porque acha que a denúncia não vai dar resultado. Espero que a Polícia possa elaborar mais estratégias para combater os referidos crimes, protegendo os bens (e a segurança física, perigo esse que, pode aparecer no futuro) dos cidadãos, e salvaguardando a imagem das forças policiais.

Houve um cidadão que me pediu para transmitir uma opinião na reunião destinada à discussão das LAG, na área da Segurança. Penso que as FSM estão a envidar esforços para melhorar a relação entre a Polícia e a população, o que, porém, não ocorreu com o mencionado cidadão que participou um crime e portanto, necessitou de ir ao respectivo comissariado policial para ser testemunha. Tal como acabei de referir, encorajamos sempre os cidadãos a denunciar crimes, explicando que o processo é complicado, para que o respectivo registo possa contribuir para a condenação dos criminosos no tribunal. Com vista a atingir este objectivo, o auto tem que ser suficientemente completo. Ainda assim, queria pedir às autoridades para verificarem se há possibilidade de simplificação dos respectivos procedimentos, facilitando a vida dos residentes. Que eu saiba, na participação de um caso, é preciso fazer dois autos em ocasiões diferentes, sendo um mais simples, o outro com mais pormenores. O que ocorreu na realidade foi que, o mencionado cidadão não só perdeu muito tempo para ser testemunha, como ainda não teve oportunidade de tomar a refeição. Ele foi chamado para o comissariado policial às seis horas, permanecendo ali até às doze e meia, sendo necessário pedir autorização quando queria ir à casa de banho. O mesmo cidadão está muito insatisfeito com este tratamento, porque ele nem era o réu. Na minha opinião, nem os réus devem ser tratados desta maneira. Espero que a Polícia possa aperfeiçoar os respectivos trabalhos, tratando das testemunhas e dos réus de forma mais humana. Com vista a mostrar a sinceridade da Polícia que quer apreender os criminosos, convidando a colaboração dos cidadãos, os agentes têm que tratar bem os denunciadores, oferecendo-lhes refeições, caso haja a mesma necessidade. Talvez a Polícia tenha a sua dificuldade. No entanto, não parece impossível requisitar uma verba para dar atenção aos cidadãos que colaboram com a Polícia, sacrificando o seu tempo. Acho que isto é o mínimo que as autoridades têm que fazer, com vista a criar uma relação harmoniosa entre a Polícia e os residentes, obtendo a cooperação da população.

Como é comum nos residentes, a insatisfação com a complicação dos procedimentos de participação, há necessidade de introdução da modificação nos respectivos mecanismos, de modo que os cidadãos sintam que são respeitados. Mesmo no caso de prisioneiros, perdão, suspeitos, eles têm igualmente o direito de ser respeitados. Reitero que há toda a necessidade de introduzir ajustamentos nos respectivos procedimentos, procurando um ponto de equilíbrio entre a satisfação das necessidades da Polícia, e a facilitação da vida dos cidadãos. Caso contrário, é impossível a Polícia conseguir a colaboração da população.

Ainda me restou um pouco de tempo. Queria aproveitá-lo para prestar atenção aos crimes de burla informática relativamente a cartões de levantamento de dinheiro e a cartões de crédito, ocorridos há algum tempo aos residentes de Macau. É de saber que em alguns casos, os dados dos cartões de levantamento de dinheiro ou dos cartões de crédito foram furtados, e foram aproveitados para levantar dinheiro no Interior da China, sendo que o caso mais grave implicou a perda de duzentas mil patacas. Perante esta situação, no entanto, não podemos obter informações sobre o resultado da averiguação dos respectivos crimes, uma vez que segundo o Ministério Público, como não há forma para a investigação dos respectivos crimes, os casos participados foram arquivados. Afinal, esta situação ocorre porque não existem meios que permitam a cooperação judiciária em matéria penal entre a RAEM e o Interior da China. Queria perguntar ao Sr. Secretário se isto é verdade. Se a resposta for positiva, não percebo porque existe este problema sob o princípio de um país, dois sistemas. Não sei se o Sr. Secretário pode explicar qual é o obstáculo existente, que impede a criação do respectivo mecanismo de cooperação.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chui Sai Cheong.

Chui Sai Cheong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Na reunião de hoje que se destina à discussão das LAG, na área da Segurança, queria trocar opinião com o Sr. Secretário sobre vários aspectos.

Nas LAG para o próximo ano, anuncia-se o projecto de estudar a viabilidade da criação da Força de Reacção Rápida, que vai ser colocada com prioridade nos locais críticos, para testar e melhorar a acção policial existente. Queria saber que tipo de polícias são os membros da referida Força de Reacção Rápida, assim como, quais são as concepções subjacentes à criação da respectiva Força. Quanto aos serviços prestados pelos agentes de trânsito, concordo com a opinião que alguns colegas exprimiram sobre o melhoramento da atitude dos mesmos agentes, os quais trabalham duramente, mantendo a boa ordem do trânsito, e tendo uma atitude razoável no contacto com os cidadãos. Em relação à atribuição de multas aos transgressores das regras rodoviárias, o grau da aceitabilidade das respectivas acções varia de pessoa para pessoa: cada cabeça, sua sentença.

Na discussão das LAG no ano passado, aponte para a existência do problema de muitos carros pararem na zona de quadrados amarelos, bloqueando a circulação dos veículos nos cruzamentos. No ano corrente, constatei um melhoramento nítido neste aspecto. Ainda assim, segundo a minha observação, e de acordo com a opinião dos meus amigos, à hora de ponta e nos dias de chuva, ainda existe o mesmo problema, que agrava o engarrafamento que se costuma registar nos referidos momentos. Se na zona de quadrados amarelos não parar nenhum veículo, o trânsito pode processar-se com uma maior fluidez. Espero que o Sr. Secretário e os Srs. membros do Governo possam transmitir a minha opinião ao Departamento de

Trânsito, para que este Departamento acompanhe o assunto.

Por fim, presto atenção à questão da falta de pessoal das FSM, questão essa que foi abordada por muitos colegas. Não sei se as autoridades dispõem de dados estatísticos que mostram o número dos agentes que saíram e que ingressaram nas carreiras das FSM nos últimos cinco anos, assim como, se as autoridades reviram os mecanismos de promoção e de aposentação das Forças de Segurança. Nas perguntas apresentadas pelos deputados, e na resposta fornecida pelo Secretário, ilustrou-se que o problema tem muito a ver com os respectivos mecanismos, que foram criados há muitos anos. Acreditamos que muitos destes mecanismos continuam a ser efectivos. Porém, com o decorrer do tempo e a evolução da sociedade, há necessidade de proceder à revisão e modificação de parte dos mecanismos existentes, aperfeiçoando-os. A actualização dos respectivos diplomas legais que visa uma melhor promoção do pessoal das FSM, pode contribuir, no tempo futuro, para uma maior estabilidade e um desenvolvimento mais saudável do mesmo pessoal, permitindo aos agentes que ingressaram recentemente nas carreiras das FSM, ver, com clareza, as possibilidades que têm de ascensão nas carreiras, estimulando-os a definir objectivos a alcançar na vida profissional, e inculcando neles o entusiasmo pelo trabalho.

Estas são as opiniões, sugestões e perguntas que queria apresentar, na esperança de obter a resposta do Sr. Secretário.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

O primeiro assunto que queria abordar tem a ver com a garantia da segurança pública. Tal como reconheceu o Sr. Secretário, as modificações socioeconómicas têm conduzido a situações cada vez mais complexas e variadas na segurança pública de Macau, com o aumento do número de crimes graves, crimes cometidos pelos grupos organizados, e sobretudo crimes mais sofisticados e diversificados. Exigem-se, portanto, uma maior inteligência das forças policiais, e o reforço dos *hardwares* e *softwares*, de modo a melhorar as capacidades de execução da lei.

A instalação do sistema de videovigilância representa uma estratégia eficaz, que visa a implementação da política de reforço da polícia com modernas tecnologias científicas para a optimização da construção das forças policiais e para o combate à criminalidade. O facto é que a respectiva Lei foi promulgada em Março do ano corrente. Penso que na instalação do mesmo sistema, podemos tomar como referência o plano semelhante, elaborado pelo governo da Província de Guangdong, por forma a melhor garantir a segurança pública. Segundo o plano elaborado, serão instaladas, no período compreendido entre o ano de 2012 e o ano de 2014, novecentas e sessenta mil câmaras de CCTV do tipo I e do tipo II nas principais estradas, lugares importantes e pontos críticos de segurança da Província de Guangdong, de modo a reforçar a vigilância dos espaços públicos, garantindo a segurança pública. O governo da Província de Guangdong ainda adoptou o modelo de cooperação

entre as entidades públicas e privadas na realização dos trabalhos de videovigilância, proporcionando as companhias privadas de produtos de segurança, as técnicas, os equipamentos e a mão-de-obra, e pagando o governo as respectivas despesas. O centro do controlo do sistema electrónico de vigilância, estará ligado directamente ao centro de comando das forças policiais, sendo os respectivos sinais transmitidos através das fibras ópticas, permitindo o acompanhamento dos casos problemáticos pelas forças de segurança. Tal como se pode verificar, a cooperação entre as empresas privadas e os serviços públicos, pode contribuir para uma maior eficiência na realização dos respectivos trabalhos.

Nas LAG para o próximo ano, na área da Segurança, há referências sobre um conjunto de trabalhos a realizar em 2013, tais como, o reforço da coordenação das operações policiais, a persistência numa estratégia de combate efectivo, para o qual se disponibilizarão mais recursos humanos, adequando racionalmente o dispositivo às necessidades concretas, especialmente nas zonas mais sensíveis e propensas à ocorrência de crimes, o prosseguimento dos trabalhos de implementação do programa de modernização da força policial, a continuação de acompanhamento do plano de instalação do sistema de CCTV e de instalação de dispositivos electrónicos, a organização dos necessários cursos de capacitação técnica, de modo a acompanhar o desenvolvimento da sociedade, reforçando as acções que visam a execução da lei, dando respostas efectivas aos desafios na área da segurança. O Sr. Secretário aponta ainda nas LAG em análise que, os recursos da força policial são limitados, mas os recursos da população são infinitos. Sendo assim, queria saber se o Governo vai adoptar novas medidas que visam o reforço da cooperação entre as FSM e as instituições e associações privadas, de forma a aproveitar os recursos infinitos da população para recompensar a insuficiência dos recursos humanos das forças policiais, elaborando políticas a médio e longo prazo, implementando a política de reforço da polícia com modernas tecnologias científicas, e incrementando o policiamento comunitário.

O segundo assunto sobre o qual queria trocar opinião com o Sr. Secretário, é o de aceleração da passagem das fronteiras dos passageiros e das mercadorias. Permitirão o surgimento de uma situação de cooperação completamente nova entre Macau e a região que integra, as infraestruturas de transportes que serão construídas no futuro, tais como a ligação do Novo Acesso entre Guangdong e Macau, com a Ferrovia Interurbana Guangzhou-Zhuhai, que permitirá a cooperação estreita de Macau com as novas zonas da Ilha da Montanha (Hengqin) e de Nansha, a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e o Novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Com vista a dar respostas às diversas oportunidades e desafios, o Governo da RAEM deve proceder à reflexão dos respectivos assuntos a partir de uma perspectiva prospectiva, elaborando estratégias diversificadas para facilitar a passagem das fronteiras, e criando regimes a médio e longo prazo, tendo em consideração as condições registadas na realidade.

A facilitação da passagem das fronteiras pelos passageiros tem grande significado para a concretização do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Perante o aumento constante do número de turistas que vêm visitar a RAEM, e as pressões cada vez maiores sentidas pelos postos fronteiriços de zhuhai e de Macau, o Governo da RAEM está a envidar grandes esforços, com vista a acelerar a velocidade da passagem das fronteiras pelos turistas, tomando medidas, com ordem, para facilitar a vida dos visitantes. Acredita-se que, com a implementação das respectivas políticas, melhorar-se-ão os serviços

prestados nos diversos postos fronteiriços do Território.

Na minha opinião, para além do reforço dos *hardwares*, tem que se acelerar o aperfeiçoamento dos *softwares*, nomeadamente os trabalhos de preenchimento das vagas do quadro das diferentes corporações das FSM, de modo a possibilitar o alargamento do horário da abertura dos postos fronteiriços, e a execução das diversas políticas que visam a aceleração da passagem das fronteiras nos diferentes postos fronteiriços, políticas essas que têm que ser definidas com precaução, mediante a realização de estudos aprofundados, e tendo em consideração uma série de variáveis, tais como o número dos agentes que trabalham nos postos fronteiriços e o respectivo horário de trabalho, a situação da segurança pública, os serviços de transportes públicos, e a capacidade de suporte do ambiente. Com a ligação futura do edifício de postos fronteiriços do Novo Acesso com a Ferrovia Interurbana Guangzhou-Zhuhai, assim como com a aquisição do novo estatuto da nova zona de Nansha como terminal para os iates de luxo internacionais, pode-se prever a possibilidade, no futuro, de passagem simultânea de fronteiras por viajantes que usem diferentes tipos de documentos de viagem. O Governo da RAEM deve envidar maiores esforços para elaborar estratégias que visem a optimização dos serviços prestados nos postos fronteiriços, e a consequente aceleração da passagem das fronteiras, dando conveniência aos viajantes, e trazendo benefícios a Macau. A Administração também deve adoptar medidas renovadas mais científicas, tendo em conta as necessidades concretas, e com base nas instalações e modelo de funcionamento existentes, com vista a garantir a passagem das fronteiras pelos visitantes vindos através da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e no Posto Fronteiriço da Ilha da Montanha.

Quanto ao aumento da eficiência das operações de desalfandegamento das mercadorias que entram ou saem, o Governo da RAEM procede ao aperfeiçoamento constante dos processos de inspecção e dos impressos de declaração. Perante a existência de diferenças nos diferentes regimes de impostos alfandegários, tem que se procurar a optimização dos seguintes quatro aspectos: implementação a título experimental, acesso sem obstrução, alargamento de espaços, e reforço da equipa dos serviços de migração. Neste momento, estão-se a criar novos modelos para a passagem de mercadorias das fronteiras no Posto Fronteiriço da Ilha da Montanha. A fluidez no transporte das mercadorias, que chegam de Hong Kong à Ilha Artificial da futura Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, constitui um factor de importância primordial para o desenvolvimento do sector logístico de Macau.

Penso que só com a assinatura, entre os governos das diferentes regiões, de acordos sobre as operações de desalfandegamento das mercadorias que entram ou saem, é que se podem acelerar os respectivos processos, impulsionando o desenvolvimento do sector de importação e exportação do Território. Para além disso, a diversificação das formas das actividades de importação e exportação no sentido restrito, tais como os comércios de técnicas e de introdução de actividades culturais, recreativas, desportivas e de lazer, decorre também da adopção de medidas que visem o fornecimento de maiores conveniências na passagem de fronteiras.

O terceiro assunto ao qual queria prestar atenção diz respeito à questão da permanência ilegal. Segundo o Regulamento sobre a entrada, permanência e autorização de residência, a permanência na RAEM por período superior ao autorizado é punida com uma multa de montante de duzentas patacas (vinte patacas por dia antes da introdução da modificação no mesmo regime) por cada dia que

exceda o prazo de autorização de permanência, até ao limite de 30 dias, sendo a reincidência dentro do prazo de 180 dias, considerada imigrante ilegal, caso esse, no qual conforme a Lei n.º 6/2004, o respectivo indivíduo será expulso da RAEM, e será interdito de entrar no Território por um período a fixar na ordem de expulsão.

Recentemente, o Gabinete do Secretário para a Segurança anunciou que, se registou um agravamento do fenómeno de entrada ilegal e permanência ilegal no Território, pelos indivíduos que usavam visto individual, outros tipos de visto, ou outros documentos de viagem, comparando o número dos casos registados em 2011 e 2012, por um lado, e os respectivos casos detectados em 2010, por outro lado. Sem dúvida, pode produzir o efeito dissuasivo, a fixação das sanções mais pesadas, atribuídas aos indivíduos de entrada ilegal e permanência ilegal, mediante a introdução de modificações nos respectivos diplomas legais. No entanto, mesmo com a tomada desta medida, nos últimos dois anos ainda se registou o aumento ligeiro dos casos de permanência ilegal, o que merece a atenção e a análise do Governo da RAEM. Analisando os dados estatísticos sobre os crimes detectados, constatar-se-á que parte destes crimes foi cometida pelos indivíduos que permaneceram ilegalmente em Macau. Não obstante a pequena percentagem ocupada pelos crimes cometidos pelos indivíduos de permanência ilegal, estes indivíduos constituem uma ameaça para a segurança pública do Território. O pleno desenvolvimento da indústria dos jogos de Macau, atraiu a chegada de muitos turistas dos diferentes países e regiões do mundo, parte dos quais podem ser jogadores viciosos que tenham perdido todo o dinheiro nos casinos, e que não tenham possibilidade de voltar para o seu lugar de origem, permanecendo ilegalmente no Território. Queria perguntar ao Sr. Secretário, qual é o número de indivíduos de permanência ilegal que não puderam sair imediatamente de Macau, depois de os mesmos terem sido detectados e obrigados a sair da RAEM, quais são as razões que levaram à mencionada impossibilidade, assim como, quais são as medidas adoptadas pela Polícia para o tratamento deste problema.

Passados três anos, a contar a partir da data da última modificação do regulamento sobre a entrada, permanência e autorização de residência, as autoridades pensam em fazer a avaliação dos efeitos produzidos pelas modificações introduzidas, assim como, em verificar quais são as normas jurídicas, nomeadamente sobre a permanência ilegal, que precisam de ser aperfeiçoadas neste momento?

Em quarto lugar, queria exprimir a minha opinião sobre os trabalhos realizados no âmbito do Estabelecimento Prisional. O EPM é um serviço de execução de penas privativas da liberdade e de medidas de prisão preventiva, competindo-lhe a promoção da reinserção social dos condenados, a prevenção da reincidência, a manutenção da paz e tranquilidade da sociedade, e a garantia da segurança física e dos bens dos cidadãos de Macau. Não obstante a grande importância do estabelecimento prisional, não dispõe de espaço suficiente, a prisão localizada na Rua de S. Francisco Xavier, em Coloane.

Com vista a satisfazer as necessidades registadas na realidade, o Governo da RAEM começou a preparar a criação de um novo estabelecimento prisional desde há vários anos, tendo-se desenvolvido discussões sobre a localização da nova prisão. Finalmente, foi definido, em 2006, o projecto de construção do Estabelecimento Prisional, que medirá 2600 metros quadrados. As respectivas obras de construção serão realizadas em quatro fases distintas, estando prevista a conclusão das mesmas obras no quarto

trimestre de 2014. Segundo o plano definido, as obras da primeira fase devem ser concluídas no início do ano corrente, data de conclusão essa que se adiou por causa dos problemas técnicos com que se deparou o respectivo empreiteiro. Para além disso, devido à demora na transferência orçamental, adiou-se também a abertura do concurso público para a adjudicação das obras da segunda fase. Sendo assim, existem, na sociedade de Macau, dúvidas sobre a possibilidade de conclusão, em 2014, das obras de construção do Estabelecimento Prisional. Queria aproveitar esta oportunidade para perguntar ao Sr. Secretário qual é a data prevista para a conclusão das obras da primeira fase, assim como, qual é a evolução das restantes obras em realização.

Os dados estatísticos publicados apontam para um aumento constante dos reclusos não residentes, o que constitui a causa principal da sobrecarga da Prisão de Macau. O director da Prisão de Macau sublinhou, há dias e publicamente, que o cumprimento da pena de prisão no território de residência original só era possível mediante a assinatura do respectivo acordo entre os dois territórios, competindo ao Estabelecimento Prisional a implementação do conteúdo do acordo.

Sabemos que actualmente se verifica a cooperação entre os órgãos judiciais da RAEM e da RAEHK, e portanto, o Estabelecimento Prisional de Macau pode enviar os reclusos oriundos de Hong Kong para o território da sua residência original, onde cumprem pena de prisão. Queria perguntar ao Sr. Secretário, se no futuro há condições para a negociação com os órgãos judiciais de outros países e regiões, com o intuito de estabelecer a coordenação judicial que permita o cumprimento da pena de prisão pelos reclusos do Estabelecimento Prisional de Macau, no território da sua residência original. Acredito que com a realização dos respectivos trabalhos, se podem aliviar as pressões sentidas pelo Estabelecimento Prisional, bem como, se podem distribuir os recursos públicos de forma mais razoável.

Obrigado.

Presidente: Srs. Deputados:

Falta pouco tempo, isto é, menos de dez minutos, para a hora prevista para terminar a reunião de hoje. Sendo assim, vamos acabar a reunião mais cedo. Amanhã, às três horas da tarde, reunir-nos-emos outra vez aqui, para a continuação da discussão das LAG, na área da Segurança. Na reunião de amanhã, o Sr. Secretário vai responder às perguntas apresentadas pelos seis deputados.

Declaro encerrada a sessão. Amanhã, às três horas da tarde, vamos continuar a reunião.

(Interrupção)

(Sessão de 27 de Novembro)

Presidente: Bom, Sr. Secretário, Srs. membros do Governo, Srs. Deputados:

Boa tarde.

Vamos continuar a reunião. Na reunião de ontem, seis deputados pronunciaram-se, não tendo o Sr. Secretário respondido às respectivas perguntas. E portanto, em primeiro lugar, passarei a palavra ao Sr. Secretário, que dará respostas às perguntas

apresentadas pelos deputados.

Bom, Sr. Secretário, por favor.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong prestou atenção aos assuntos relativos à construção do metro ligeiro, obras essas que vão afectar o tráfego rodoviário, para além de colocar novos desafios ao Corpo de Bombeiros. Com vista a dar respostas satisfatórias aos mencionados desafios, tanto o CB, como o CPSP, elaboraram estratégias específicas tendo em consideração os projectos das obras, as trajectórias e a evolução dos respectivos trabalhos, de modo a acompanhar o processo da concretização do mesmo projecto, garantindo a segurança na realização das obras e a ordem no trânsito rodoviário.

Face a uma maior utilização do espaço subterrâneo que a instalação do metro ligeiro vai induzir, e tendo em consideração a nulidade do Território, no que diz respeito às experiências sobre os respectivos trabalhos, o CB levou a cabo em Abril uma palestra com especialistas das repartições da segurança pública e dos corpos de bombeiros da China Continental, subordinada ao tema “combate e salvamento a incêndio no espaço subterrâneo”, de onde resultou a elaboração de um Plano operacional específico, muito útil para a prevenção de desastres e reforço das capacidades de intervenção. Agradecemos o apoio fornecido pelos órgãos governamentais das grandes cidades da China Continental, os quais são experientes neste aspecto. Em resposta ao início das obras de construção do metro ligeiro, o CB criou uma equipa especial para supervisionar as influências do projecto no tráfego circundante e elaborou planos de contingência para reforçar a resposta rápida e capacidade de resgate. É de saber que o Corpo de Bombeiros criou a carta de qualidade de as viaturas de emergência chegarem ao local de ocorrência dentro de seis minutos. Sendo assim, prestamos muita atenção ao possível congestionamento das estradas, provocado pelas obras de construção do metro ligeiro, procedendo à avaliação e análise cuidadosas dos obstáculos que podem aparecer, na planificação dos trabalhos a realizar no próximo ano.

Em face das obras do metro ligeiro, estaremos atentos aos seus efeitos na circulação automóvel, sendo particularmente rigorosos com o estacionamento e a sua legalidade, por forma a evitar situações caóticas, mantendo a fluidez do trânsito. Vamos reforçar os trabalhos de coordenação com os serviços públicos na vertente de obras públicas, bem como com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, procedendo aos estudos e análises aprofundados, procurando diminuir as situações de congestionamento.

Ciente das dificuldades e desafios a aparecer com a realização das obras de construção do metro ligeiro, o Corpo de Bombeiros elaborou planos de trabalho concretos, procedendo a uma avaliação contínua do impacto da construção do metro ligeiro no trabalho da linha de frente, ajustando o plano de contingência com vista à prestação de socorro, fazendo planeamento antecipado e formando uma frota de motos apetrechadas para a intervenção rápida, cuja actuação supre mais facilmente os constrangimentos do tráfego rodoviário. Em articulação com o projecto do metro ligeiro do Governo da RAEM, cumpre ao CB dar prioridade à aprovação dos planos de teste dos respectivos sistemas de protecção contra incêndio, e manter uma atitude dialogante com os departamentos envolvidos,

no sentido do melhor aconselhamento de prevenção. O Corpo de Bombeiros vai acompanhar a evolução da tecnologia, destacando pessoal para aprender, no exterior, as mais avançadas práticas de execução da actividade própria dos bombeiros, e vai identificar-se com as mais modernas técnicas e tecnologias, mormente em áreas que possam beneficiar a futura operação no metro ligeiro. Estes são os projectos elaborados pelas FSM para acompanhar a concretização do projecto de construção do metro ligeiro em Macau.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong abordou igualmente a questão dos trabalhadores ilegais. Antes de dar informações sobre os trabalhos realizados pelas FSM para a detecção dos mesmos trabalhadores, vamos observar alguns dados estatísticos publicados recentemente, e que têm a ver com a questão em análise. Segundo estes dados estatísticos, no ano corrente, registou-se na RAEM a taxa de desemprego de 2%, ao passo que a média dos ordenados é de 11.700 patacas. A observação dos respectivos dados permite-nos chegar à conclusão de que, a população de Macau está a partilhar o fruto do desenvolvimento do Território, pois quase todos os residentes têm emprego, para além da subida da média dos ordenados. Sublinho que o Corpo de Polícia de Segurança Pública e os Serviços de Alfândega, têm envidado grandes esforços para combater os trabalhadores ilegais, defendendo o direito ao emprego dos residentes de Macau. Com vista a alcançar o mencionado objectivo, os referidos serviços competentes do Governo da RAEM dividem os trabalhos entre si, tendo criado um mecanismo de coordenação, responsável pelo combate a trabalhadores ilegais. Os Serviços de Alfândega adoptam acções na beira-mar, nos cais e nos terminais marítimos de passageiros, enquanto que o CPSP executa a lei nas restantes áreas, mantendo os mencionados dois órgãos das FSM íntimos contactos e estreita cooperação. Para além dos referidos dois organismos, todas as corporações das Forças de Segurança realizam trabalhos de combate a trabalhadores ilegais conforme as competências que a lei lhes confere, para além de trocarem informações no mesmo âmbito. Como por exemplo, a Polícia Judiciária patrulha sempre nos casinos, e tem a oportunidade de obter informações secretas sobre trabalhadores ilegais. Nesta situação, a PJ vai comunicar estas informações aos outros serviços competentes para o acompanhamento. Caso necessário, os respectivos suspeitos são enviados aos órgãos competentes de acordo com as diferentes situações, tais como o envolvimento na infracção administrativa, na infracção criminal, e a necessidade de verificação da identidade. Os diversos serviços das FSM procedem, nos períodos fixos ou de modo imprevisível, à inspecção dos diferentes lugares do Território, combatendo os trabalhadores ilegais. Após a entrada em vigor da Lei da contratação de trabalhadores não residentes, funciona normalmente o mecanismo de coordenação interdepartamental que visa o combate a trabalhadores ilegais.

A infracção do artigo 16.º, intitulado “Emprego”, da Lei da imigração ilegal e da expulsão, é considerada uma infracção criminal, portanto, é acompanhada pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública. A transgressão das normas previstas na Lei da contratação de trabalhadores não residentes, e no Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal, por sua vez, é acompanhada pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais. Com vista a combater efectivamente os trabalhadores ilegais, o CPSP realiza, juntamente com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, inspecções sem aviso prévio, para além de adopção das acções de combate de acordo com as informações secretas e as participações. O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong sugeriu a transmissão, aos militarizados que cumprem a respectiva missão, no local onde há trabalhadores ilegais, das informações secretas fornecidas pelos trabalhadores

residentes, através dos representantes dos sindicatos ou deputados da Assembleia Legislativa. Achando demasiado perigosa a participação das mencionadas personalidades nas respectivas operações, que têm lugar nos estaleiros, pensamos que não podemos aceitar esta sugestão. Por outro lado, como é muito importante a “surpresa” na adopção das acções de inspecção, não podemos gastar tempo esperando a chegada das referidas individualidades.

Em seguida, fornecerei dados estatísticos sobre as acções realizadas para o combate a trabalhadores ilegais, assim como sobre o número de trabalhadores ilegais detectados.

Em 2012, foram fiscalizados, pelo CPSP e pelos Serviços de Alfândega, 3773 locais e 21.369 pessoas em média, tendo sido detidos 347 trabalhadores ilegais, e acusados 97 empregadores envolvidos. Para além disso, no período entre Janeiro e Setembro do ano corrente, nas acções realizadas para o combate a condutores ilegais, o CPSP inspecionou 5259 veículos motorizados.

O combate a trabalhadores ilegais é apenas uma das políticas laborais, as quais são definidas pelo Governo tendo em consideração as opiniões apresentadas pelo Conselho Permanente de Concertação Social, composto pelos representantes dos trabalhadores, representantes dos empregadores e representantes da Administração Pública. Uma das políticas laborais mais importantes é a política da importação de trabalhadores não residentes. Na discussão desta política no âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social, é difícil chegar ao consenso, porque os representantes dos trabalhadores e os representantes dos empregadores têm opiniões opostas, defendendo os interesses dos indivíduos que representam. Segundo os dados publicados, existem actualmente na RAEM quase cento e dez mil trabalhadores não residentes, parte dos quais são trabalhadores especializados. Ao analisarmos a questão da importação de trabalhadores não residentes, temos que fazer a análise a partir da macro-perspectiva, verificando a taxa de desemprego e a média dos ordenados, de modo a encontrar um ponto de equilíbrio que seja justo para as duas partes. Espero que o Conselho Permanente de Concertação Social possa apresentar opiniões e sugestões razoáveis, com base nas quais os serviços competentes elaborarão as respectivas políticas laborais. Os órgãos das FSM são órgãos responsáveis pela execução da lei, que accionam de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente conforme os diplomas legais recentemente promulgados. Na discussão de determinadas políticas laborais pode haver disputas entre os membros do Conselho Permanente de Concertação Social. Espero que as várias partes possam basear as suas opiniões nos argumentos fundamentados, analisando os respectivos assuntos a partir de uma perspectiva global, procurando chegar ao consenso.

O início da importação, em Macau, de trabalhadores não residentes, remonta-se a 1985, ano em que o Secretário para a Segurança promulgou o respectivo despacho, permitindo a importação dos trabalhadores não residentes das Províncias de Guangdong e de Fujian. Em 1988 foi promulgado o Despacho n.º 12, e mais tarde, foi promulgado o Despacho n.º 49. Ambos visam a autorização da importação de trabalhadores não residentes. Sendo assim, podemos perceber que a mesma política laboral já tem uma história de quase trinta anos.

Muitos deputados pediram informações sobre as acções policiais que visam o combate às actividades das seitas. Sublinho que as FSM prestam, desde sempre, grande atenção à criminalidade organizada, vigiando de perto as actividades das seitas. Pois estamos conscientes

da nossa responsabilidade de garantir uma vida social segura e harmoniosa à população que servimos, para além de estarmos convictos de que temos capacidade e firme determinação em promover o bem-estar dos cidadãos de Macau, mantendo a estabilidade da sociedade e a boa ordem na segurança pública, de modo que os residentes vivam tranquilamente em sua casa e trabalhem com felicidade. É exactamente à volta destes objectivos que elaborámos as Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança. Com efeito, quer na realização dos trabalhos administrativos e policiais diários, quer na adopção das operações especiais que visam a execução da lei, seguimos sempre o princípio da primazia da população. Com vista a prevenir e combater a criminalidade organizada, as várias corporações das FSM adoptam acções segundo as suas competências, e de acordo com as estratégias elaboradas adoptando a estratégia policial modernizada de reforço do papel das informações na investigação criminal. É neste sentido que se desenvolvem as reais capacidades dos elementos do Departamento de Investigação Criminal e do Departamento de Informações e Apoio, de recolha e análise de informações relativas à criminalidade organizada, elaborando bases de dados sobre crimes praticados pelos delinquentes, estudando e analisando as suas actividades de forma sintética, de modo a organizar operações nas ocasiões propícias para as combater. A Polícia de Macau ainda vigia rigorosamente as actividades das seitas e dos grupos criminosos, monitorando e patrulhando lugares críticos e seguindo de perto personagens importantes das seitas, fazendo escutas telefónicas com a autorização dos juízes dos juízos penais. A PJ fortalece ainda o intercâmbio e cooperação com os seus congéneres policiais dos países e regiões vizinhos, designadamente de Hong Kong e do Interior da China, recolhendo sobretudo informações sobre as actividades das seitas locais que tenham a ver com o Território de Macau, de modo que as FSM possam elaborar estratégias para lhes fazer frente. Assim, o Comandante do CPSP pode decidir proibir a entrada no Territórios pelos membros das seitas, conforme as informações recolhidas, por forma a assegurar a segurança pública da RAEM.

O Sr. Deputado Ng Kuok Cheong chamou a atenção para a necessidade da optimização do Regulamento Administrativo n.º 6/2002, intitulado “Regula as condições de acesso e de exercício da actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino”. Agradeço a opinião do Sr. Deputado Ng Kuok Cheong. Vamos realizar estudos sobre este assunto. Pese embora o factor de competir à Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos a emissão da respectiva licença, vamos apresentar as nossas opiniões segundo a lei, as quais acreditamos que serão consideradas pela mencionada Direcção. Obrigado pela sua opinião, Sr. Deputado Ng.

O mesmo deputado queixou-se da atribuição das demasiadas vagas aos licenciados não pertencentes às FSM, para a frequência do curso da Escola Superior das Forças de Segurança, sugerindo o ajustamento da respectiva percentagem. Vou ponderar esta questão juntamente com os directores das diversas corporações das FSM, designadamente com o director da Escola Superior das FSM. Para dizer com franqueza, há necessidade de reforçar as instalações da Escola Superior mencionada. Esperamos que depois da entrada em funcionamento do novo Estabelecimento Prisional, se possa aproveitar o terreno onde se situa a antiga Prisão para a construção das novas instalações da Escola Superior das FSM. Uma das razões que nos levou a recusar a sugestão de criar uma equipa semelhante à Força Policial Auxiliar de Hong Kong (*Hong Kong Auxiliary Police Force*), é precisamente a falta de espaço para a realização dos treinos. Para além disso, tendo em consideração o facto de o Direito de

Macau ter uma base portuguesa, e a inexistência da Força Policial Auxiliar em Portugal, não pensamos em abrir esta excepção, pois em Portugal, os polícias são designados por “agentes da autoridade”. No caso da Força Policial Auxiliar, os seus membros são apenas funcionários civis que exercem a profissão de engenheiro ou de arquitecto, como por exemplo, carentes da autoridade atribuída aos agentes militarizados (depois da reforma, os agentes perderão esta autoridade). Pela razão exposta, parece-nos que não é coerente a existência da tal Força Policial Auxiliar nas FSM, que segue o modelo português. É de saber que para a ingressão na Força Policial Auxiliar de Hong Kong (*Hong Kong Auxiliary Police Force*), é preciso estar sujeito a um curso de formação que dura de oito a doze meses. Sendo assim, acho que os empregados de escritório, os engenheiros, os médicos e as enfermeiras, não devem ter tanto tempo para assistir às respectivas aulas. Por causa das três razões expostas, não pensamos em criar a referida equipa, muito embora reconhecamos que a região vizinha pode servir como o nosso modelo em muitos aspectos, bastando ver os canais da televisão de Hong Kong para percebermos quais são as novidades que a RAEM pode aprender com Hong Kong.

No período compreendido entre os finais de 1999 e a actualidade, na Escola Superior das Forças de Segurança, foram formados 2831 alunos do curso de formação de instruendos, dentre os quais, 2253 eram polícias e 570 eram bombeiros. No referido período, a mesma escola ainda formou 280 alunos para os Serviços de Alfândega, 238 alunos para o Estabelecimento Prisional, os quais totalizam 518 pessoas. Somando este número ao número dos formados do curso de formação de instruendos, obtém-se o total de mais de três mil. Para além disso, após a transferência da soberania de Macau e na Escola Superior das FSM, foram organizadas ainda nove edições do curso de formação de oficiais, isto é, do quinto curso ao décimo terceiro curso. Estes números podem ilustrar que as instalações da referida escola foram aproveitadas no máximo. Às vezes, os alunos têm que tomar a refeição em dois períodos distintos, pois a cantina não tem a capacidade para oferecer refeições a todos os alunos ao mesmo tempo. E até as casas de banho são insuficientes. Com vista a proporcionar melhores condições para a formação dos agentes e oficiais, pedimos aos serviços públicos competentes o aproveitamento do terreno onde se localiza a antiga Prisão, para a construção das novas instalações da Escola Superior das FSM. Portanto, o mencionado terreno já está reservado para a referida finalidade.

O Sr. Deputado Ho Ion Sang apontou para a necessidade de reforço dos *hardwares* e *softwares* indispensáveis para a transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Com vista a manter o pessoal das FSM no seu posto, tomámos um conjunto de medidas, que permitiu nomeadamente o melhoramento dos ordenados e regalias ao mesmo pessoal. Com os ajustamentos introduzidos, o índice dos agentes de categoria mais baixa das carreiras de base, subiu de 180 pontos para 195 pontos, e depois de 195 pontos para 260 pontos, índice esse que, juntamente com o abono de alimentação (de 40 pontos para 50 pontos, e depois de 50 pontos para 100 pontos), possibilita um salário mensal de mais de vinte e duas mil patacas (antes do pagamento do imposto). Para além disso, ainda se recebe um subsídio de residência de mil e quinhentas patacas. Comparando com a remuneração e o número de horas de serviços prestados por semana, as condições fornecidas aos agentes novos pelas FSM são muito melhores do que as definidas na RAEM. O que se regista na realidade é que depois de as respectivas associações irem a Hong Kong fazer intercâmbio com os serviços públicos no âmbito da segurança pública, os membros destas

associações ficam calados, em vez de pedirem melhores regalias e menos horas de trabalho. Pois depois de terem feito a respectiva comparação, descobriram que afinal os agentes da RAEM gozam de relativamente boas condições.

No que concerne à situação da permanência ilegal e da entrada ilegal no Território, os dados estatísticos mostraram a redução de 124 pessoas (o que corresponde a uma percentagem de 12,4%), comparando o número dos indivíduos que entraram ilegalmente na RAEM nos primeiros nove meses de 2012, e o período homólogo do ano de 2011. Este resultado no combate às actividades de entrada ilegal em Macau, foi conseguido mediante a cooperação estreita entre os Serviços de Alfândega e as forças da guarnição das fronteiras da China Continental, cooperação essa que, tem permitido grande sucesso nas operações adoptadas. A par disso, porém, foi registado, no período entre Janeiro e Setembro do ano corrente, um aumento de 3831 casos de permanência ilegal, o que corresponde a um aumento de 18% em comparação com o período homólogo do ano passado. Analisando detalhadamente os casos de permanência ilegal registados neste ano, verificamos o aumento de 6% dos casos de permanência ilegal dos indivíduos que entraram no Território usando o visto individual, o aumento de 20% dos casos de permanência ilegal dos indivíduos que entraram no Território usando outros tipos de visto ou outros documentos de viagem, e a redução de 1,9% dos casos de permanência ilegal dos indivíduos que entraram no Território usando passaportes estrangeiros. Examinando os mesmos dados estatísticos agrupando os casos registados segundo a duração do período de permanência ilegal, constatamos 22.289 indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território num período de um a sete dias, os quais ocupam uma percentagem de cerca de 80% (pensamos que estes indivíduos permaneceram na RAEM por período superior ao autorizado, por terem sido atraídos pelos monumentos e diversões de Macau), 1843 indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território num período de oito a catorze dias, os quais ocupam uma percentagem de cerca de 6%, 695 indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território num período de quinze a vinte e um dias, os quais ocupam uma percentagem de cerca de 2%, 653 indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território num período de vinte e dois a trinta dias, os quais ocupam uma percentagem de cerca de 2%, e 1719 indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território num período acima de trinta dias, os quais ocupam uma percentagem de cerca de 6%. De acordo com o respectivo diploma legal, os últimos indivíduos serão expulsos da RAEM, e serão interditos de entrar no Território por um período de um a três anos, conforme a duração da permanência ilegal. Dentre os indivíduos que permaneceram ilegalmente no Território num período de ou inferior a trinta dias, houve 2338 indivíduos que recusaram pagar a multa, os que serão interditos de entrar no Território, de acordo com as respectivas normas jurídicas.

Em seguida vamos examinar, de forma mais detalhada, os documentos usados para a entrada no Território de Macau, pelos visitantes provenientes do Interior da China, e que permaneceram ilegalmente na RAEM nos primeiros nove meses do ano corrente. Segundo os dados estatísticos, houve 17.282 casos de permanência ilegal em que foi usado o passaporte chinês para a entrada no Território. Sendo Macau um território chinês, após o seu retorno à pátria, os residentes da China Continental que venham a Macau fazer turismo, devem usar o salvo-conduto de dupla viagem, ao passo que os residentes do Interior da China que venham cá fixar residência, devem usar o salvo-conduto singular para o mesmo efeito. Pois nas deslocações no mesmo país, o documento usado deve ser o salvo-conduto de dupla viagem e não o passaporte. No entanto, tendo em

consideração o facto de alguns residentes da China Continental irem para o estrangeiro apanhando o avião no Aeroporto Internacional de Macau, o Governo da RAEM permite a entrada no território de Macau, mediante a exibição do passaporte da RPC. Para além disso, há ainda 3444 casos de permanência ilegal em Macau, em que se usou o visto individual, 215 casos de permanência ilegal em Macau, em que se usou o visto de permanência, 2861 casos de permanência ilegal em Macau, em que se usou o visto colectivo, 491 casos de permanência ilegal em Macau, em que se usou o visto de comércio, 290 casos de permanência ilegal em Macau, em que se usou o visto de visita a familiares, um caso de permanência ilegal em Macau, em que se usou o visto de emprego, 25 casos de permanência ilegal em Macau, em que se usou outros tipos de visto. Resumindo a situação exposta, os residentes da China Continental que permaneceram ilegalmente na RAEM, entraram no Território de Macau usando o passaporte da RPC (no caso dos residentes da China Continental que vieram a Macau para apanhar o avião no Aeroporto Internacional de Macau para depois irem para o estrangeiro), o salvo-conduto de dupla viagem (no caso dos residentes da China Continental que vêm a Macau para fazer turismo), o visto colectivo, o visto de comércio, o visto de visita a familiares, e o visto de permanência (são atribuídas letras diferentes aos vistos distintos). Como toda a gente sabe, no ano passado, houve vinte e oito milhões de turistas que vieram visitar Macau. Fazendo a conta, percebemos que, em cada mil visitantes oriundos da China Continental, quase 1,2 pessoas permaneceram ilegalmente no Território. Cabe aos Senhores dizer se a situação de permanência ilegal é grave ou não é grave.

Quanto aos crimes cometidos em Macau pelos viajantes provenientes do Interior da China, questão à qual muitos deputados prestaram atenção, os dados estatísticos revelaram o envolvimento de 1647 residentes da China Continental em 1344 crimes ocorridos na RAEM. Dentre os mencionados 1647 indivíduos, 143 entraram em Macau usando o visto individual, indivíduos esses que, ocupando uma proporção de 2,7 pessoas em cada 100.000 visitantes que vieram viajar a Macau usando o visto individual, estão envolvidos em 128 actos ilícitos ocorridos no Território. Dentre os 1344 crimes ocorridos, a maioria são crimes de furto, de consumo de estupefacientes e de usura, para além de numerosos crimes relacionados com documentos de identidade. Assim, foram registados 204 crimes de utilização e posse de documentos de identidade falsificados, 20 crimes de utilização de documentos de identidade alheios, 81 crimes de falsas declarações de dados de identidade, e 261 crimes de entrada ilegal na RAEM violando a ordem de expulsão.

Depois de apresentar a situação da prática de crimes em Macau pelos turistas provenientes do Interior da China, passarei a mencionar o número de infracções não penais registadas na RAEM, e em que se envolvem residentes da China Continental. É de informar que, no período entre Janeiro e Setembro do ano corrente, houve 1291 residentes do Interior da China que infringiram normas da RAEM cuja violação não constitui um crime. Dentre os mencionados 1291 indivíduos, 117 usaram o visto individual para entrar no Território de Macau, ocupando uma proporção de 2,2 pessoas em cada 100.000 visitantes que vieram viajar a Macau usando o visto individual, portanto, não se trata de uma percentagem muito grande. Foram detectados 834 indivíduos do sexo feminino, suspeitos de terem exercido actividades de prostituição (dentre os quais 613 entraram na RAEM usando o passaporte chinês, 197 usaram o salvo-conduto de dupla viagem, e 24 não tinham documento de viagem legítimo), 277 trabalhadores ilegais que prestaram serviços nos estabelecimentos de comidas, que se

dedicaram às actividades de construção civil, ou realizaram obras de decoração (dentre os quais 45 entraram na RAEM usando o visto individual), 16 indivíduos exerceram as actividades dos vendilhões sem autorização (dentre os quais 6 entraram na RAEM usando o visto individual), 1 indivíduo exerceu a actividade de mendigo, e 66 indivíduos exerceram as actividades de intermediários que arranjam clientes que jogam sobretudo nas salas VIP (dentre os quais 24 entraram na RAEM usando o visto individual). É de saber que a Polícia Judiciária patrulha nos casinos de acordo com o horário definido, verificando a identidade dos referidos indivíduos, e abrindo processos para a averiguação quando se registar a mesma necessidade.

Nos primeiros nove meses do ano de 2012, entraram 309 indivíduos no Centro de Detenção, instalado no Edifício do Serviço de Migração, em Pac On, tendo saído dali 300 indivíduos. A detenção dos indivíduos estrangeiros que permaneceram ilegalmente no Território durante um período bastante prolongado, é decidida pelo juiz depois de ouvir a nossa sugestão, durando sessenta dias, o período máximo de detenção, e sendo renovável o mesmo período. Durante o mencionado período, os colegas do Serviço de Migração comunicam, o mais rapidamente possível, a sua situação ao consulado geral do seu país em Hong Kong, pedindo aos respectivos consulados gerais a emissão de um documento de viagem temporário, para os respectivos indivíduos poderem voltar para o seu país. É de saber que em 2010, foram gastas mais de duzentas e oitenta mil patacas para o repatriamento de cento e tal indivíduos, enquanto que em 2011, se gastaram mais de quinhentas e sessenta mil patacas para a compra de bilhetes de aviação para o repatriamento de quase trezentos indivíduos. E em 2012, os recursos públicos utilizados para o repatriamento de quase duzentos indivíduos, atingiram o valor de mais de quatrocentas e trinta mil patacas. O preço dos bilhetes de aviação para o repatriamento dos indivíduos que permaneceram ilegalmente em Macau, varia de acordo com o seu país de origem: são mais baratos os bilhetes de avião de Macau para os países do Sudeste Asiático, do que os para os países africanos.

Prestamos sempre muita atenção à situação da permanência ilegal. Com vista a combater o respectivo fenómeno, o Serviço de Migração pediu a intervenção do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China na RAEM, de modo a fixar, em 1 de Julho de 2010, a regra de que os residentes que queiram visitar Macau dos seis países, situados no Sudeste Asiático ou na África, precisam de requisitar, com antecedência, o respectivo visto através da via diplomática. Os respectivos dados estatísticos mostraram que no período entre Janeiro e Setembro de 2010, o Serviço de Migração do Governo da RAEM autorizaram 9998 requisições de visto para visita a Macau, apresentadas pelos residentes dos mencionados seis países, tendo indeferido 221 pedidos, apresentados pelos mesmos residentes. No corrente ano, foram registados apenas sessenta e um casos de permanência ilegal dos residentes dos referidos seis países, o que representa uma redução bastante acentuada.

Reconhecemos que é pouco rígida a nossa política de migração, que definimos tendo em consideração o estatuto de Macau de cidade turística, assim como a dependência da economia de Macau do sector do jogo e do sector turístico. Antigamente, eram emitidos vistos com duração de vinte dias (que eram renováveis) mediante o pedido apresentado no momento de passagem de fronteiras. Actualmente, atribuímos o visto de trinta dias aos residentes da maioria dos países no mundo, o visto de noventa dias aos residentes de alguns países, e o visto de um ano aos residentes da RAEHK e dos países da União Europeia. Depois de aumentarmos, o montante

da multa atribuída aos casos de permanência ilegal, de vinte patacas para duzentas patacas por cada dia que exceda o prazo de autorização de permanência, foi registada a redução dos casos de permanência ilegal, de cento e tal mil para trinta e tal mil, número registado num ano. No ano corrente, em cada mil visitantes oriundos da China Continental, quase 1,2 pessoas permaneceram ilegalmente no Território. Vamos continuar a prestar muita atenção à evolução da respectiva situação, aumentando o montante da multa para duas ou trezes vezes mais alta, caso seja necessário. Conforme a legislação em vigor, a reincidência dentro do prazo de 180 dias, ou seja, seis meses, é considerada imigrante ilegal, sendo o respectivo indivíduo interdito de entrar no Território por um período a fixar na ordem de expulsão. Se verificarmos a necessidade de tomar medidas mais rigorosas, podemos prolongar o prazo de 180 dias até um ou dois anos, proibindo, no prazo de dois anos, o respectivo indivíduo de fixar a residência em Macau ou de trabalhar na RAEM como trabalhador não residente. Vamos observar a situação com muita atenção, ouvindo a opinião dos diversos sectores do Território. É evidente que o sector turístico e o sector de restauração não concordarão com a definição de sanções muito pesadas para a penalização dos casos de permanência ilegal, pois sem turistas, os respectivos donos não podem ver sucesso nos investimentos. Cientes da necessidade de manter o respectivo equilíbrio, vamos ter muita precaução na definição das respectivas medidas.

Com o intuito de prevenir a ocorrência da permanência ilegal dos residentes dos países do Sudeste Asiático, pedimos, na sua entrada no Território, bilhete de avião para o regresso para o seu país de origem, para além da necessidade de exibição da certidão sanitária.

Após a entrada em vigor da Lei de proibição de prestação ilegal de alojamento, o respectivo grupo de trabalho interdepartamental envidou continuamente grandes esforços, tendo conseguido efeitos positivos no combate a pensões ilegais, tendo publicado sucessivamente informações sobre o número das acções de fiscalização e dos estabelecimentos selados. Nas acções realizadas para a execução da respectiva lei, os diversos órgãos do Governo da RAEM cumprem as suas funções segundo as competências que lhes são atribuídas, cooperando para a defesa dos interesses públicos. Neste contexto, a Polícia de Macau é responsável pela realização de acções policiais, participando, segundo a lei, nas operações de fiscalização organizadas pelo grupo de trabalho interdepartamental, apoiando a Direcção dos Serviços de Turismo nos trabalhos de execução da Lei em destaque, combatendo, com todo o esforço e de acordo com a legislação vigente, o fenómeno de prestação ilegal de alojamento. No que diz respeito aos crimes ocorridos nas pensões ilegais, a averiguação destes crimes, tal como dos crimes registados em outros lugares do Território, compete à Polícia de Macau, sendo o seu tratamento regulamentado pela lei penal em vigor. O facto é que não só ocorreram crimes nas pensões ilegais, como também foram registados actos ilícitos ou até homicídios nos hotéis de cinco estrelas, tais como no hotel situado na Península de Macau, perto da Ponte Macau-Taipa, e que representa Macau, e nos hotéis luxuosos localizados no *Cotai Strip*, nas Ilhas.

A Polícia de Macau presta, desde muito cedo, grande atenção aos crimes ocorridos nas pensões ilegais, combatendo os respectivos estabelecimentos realizando acções policiais. As corporações das FSM analisam as informações recolhidas através de diversas vias, nomeadamente as informações secretas, elaborando estratégias concentrando a atenção nas zonas com mais pensões ilegais, e realizando mais patrulhas e inspecções anti-crimes, por forma a detectar os actos ilícitos praticados de forma escondida, prevenindo e

combatendo a criminalidade organizada. Mantemos comunicação e contacto com os porteiros dos edifícios, e a secção da segurança pública dos hotéis de cinco estrelas, procurando prevenir a ocorrência dos crimes. Todos os dias, o Departamento Policial de Macau do CPSP manda agentes participar nas acções para a detecção das pensões ilegais, apoiando a Direcção dos Serviços de Turismo a cumprir as suas funções. Nos primeiros nove meses do ano corrente, 1250 agentes em média participaram nas respectivas acções conjuntas, tendo-se realizado inspecções a 93 apartamentos suspeitos, e tendo-se acusado 19 indivíduo. Nas operações realizadas, foram detectados treze imigrantes ilegais, 19 indivíduos de permanência ilegal, 43 causas penais, dentre as quais, 24 casos de acolhimento, 2 casos de falsas declarações, 6 casos de reincidência do crime de imigração ilegal, 2 casos relacionados com drogas, 1 caso de falsificação de documentos, 1 caso de controlo e exploração da prostituição, 6 casos de furto, e 1 caso de ameaça. Passados mais de dois anos a contar a partir da data da entrada em vigor da Lei de proibição de prestação ilegal de alojamento, actualmente em Macau registam-se muitas novas formas de prestação ilegal de alojamento, que envolvem problemas situados em áreas diversificadas. A Polícia de Macau prestará muita atenção a esta situação, apresentando opiniões e sugestões aos serviços públicos competentes.

É de saber que os serviços públicos competentes, responsáveis pelo combate a pensões ilegais, aumentaram o índice dos fiscais de categoria mais baixa para 280, ou para 350 pontos, se tiverem o título de licenciatura, de modo a atrair mais pessoas talentosas para ingressar nas respectivas carreiras. Como estes serviços públicos já iniciaram os trabalhos de recrutamento e de formação há algum tempo, está previsto que os novos fiscais possam começar a trabalhar no futuro próximo. Esperamos que os mesmos possam prestar bons serviços. Os agentes do CPSP, por sua parte, vão prestar todos os esforços para apoiar as acções de combate a pensões ilegais.

O Sr. Deputado Ho Ion Sang mencionou igualmente as infracções das regras rodoviárias, tais como não ceder a passagem a peões nas passeadeiras, parar veículos nas zonas de quadrados amarelos, bloqueando a circulação dos veículos nos cruzamentos, falar ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão, fazer ultrapassagens e mudanças de faixa de rodagem inconvenientes, e passar no sinal vermelho. Conheço muito bem estes fenómenos, nomeadamente porque trabalhei, no período entre 1995 e 1998, no Departamento de Trânsito. Prestamos sempre muita atenção aos maus hábitos de condução, aos actos de transgressão das regras rodoviárias, e à situação conflituosa entre o trânsito rodoviário e pedonal, as quais ameaçam a segurança física dos cidadãos e perturbam a ordem do tráfego. Até Setembro de 2012, havia na RAEM mais de 213.000 veículos motorizados, o que representa um aumento de 3,7% em comparação com o período homólogo do ano passado. Hoje em dia, muitos jovens conduzem veículos motorizados para as suas deslocações. Este fenómeno tem a ver com o grande desenvolvimento económico do Território e a implementação do Plano de comparticipação pecuniária. Com o aumento incessante de viaturas, multiplicam-se os acidentes de viação. No período entre Janeiro e Setembro do ano corrente, foram registados 10.981 casos de acidentes rodoviários, o que representa um aumento de 588 casos em comparação com o período homólogo do ano passado. Estes acidentes conduziram a 12 mortes e a 3944 casos de feridos. Perante esta situação, o Departamento de Trânsito do CPSP tem envidado grandes esforços, organizando continuamente campanhas de sensibilização, chamando atenção aos cidadãos para a importância da segurança rodoviária, na esperança de criar-lhes bons hábitos de respeitar a Lei do Trânsito Rodoviário. É neste sentido

que organizámos, em cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, assim como com outros serviços públicos competentes, a “Campanha de Sensibilização Rodoviária”, divulgando, junto da população, as mensagens de segurança no trânsito. Realizamos, nos períodos fixos, palestras sobre a segurança rodoviária nas escolas e associações privadas, convidando as escolas e associações para visitar o Departamento de Trânsito, assistindo às actividades educativas interactivas realizadas no Centro de Informação da Segurança Rodoviária, de modo a introduzir na cabeça das crianças dos jardins de infância e dos estudantes do ensino primário, elementos sobre a segurança rodoviária. Para além disso, ainda mandamos regularmente agentes distribuir folhetos nos lugares com muito movimento, divulgando mensagens sobre a Lei do Trânsito Rodoviário, escrevemos textos e produzimos programas sobre a segurança no trânsito, para serem publicados nos jornais, e emitidos na Rádio e na Televisão. Temos ainda instalado, em muitas estradas do Território, painéis electrónicos com mensagens visíveis que alertam para a importância do cumprimento das regras rodoviárias. Nos primeiros nove meses do ano corrente, multámos os transgressores da Lei do Trânsito Rodoviário em mais de trezentas mil patacas, na totalidade, dentre as quais, multas em valor de mais de duzentas mil patacas, foram atribuídas aos condutores que estacionaram os seus veículos em lugares proibidos.

Presidente: Muito bem. Sr. Secretário, como há ainda onze deputados que querem fazer a intervenção, queria pedir ao Sr. Secretário para responder às perguntas depois de todos os deputados se pronunciarem, já que perguntas semelhantes vão voltar a aparecer.

Em seguida passarei a palavra ao Sr. Deputado Kou Hoi In.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Muito obrigado pela decisão do Sr. Presidente. Caso contrário, tenho o receio de adormecer aqui.

Nas reuniões de ontem e de hoje, muitos colegas mencionaram o problema de falta de pessoal das FSM, nomeadamente do Serviço de Migração. Com a existência deste problema, é difícil alcançar o objectivo de melhoramento do nível dos serviços prestados nos postos fronteiriços. Com efeito, o que se regista na realidade é a mobilização, nas grandes festas, de todo o pessoal do CPSP, incluindo os funcionários civis, para realizar grande quantidade de trabalho de verificação da identidade dos passageiros. Perante a impossibilidade de descansar nos feriados, e a necessidade de verificar a identidade do número elevado de passageiros, é natural que os respectivos agentes sintam grandes pressões do trabalho, situação essa para a qual muitos colegas apontaram, e portanto, não vou voltar a mencionar os pormenores. Tal como alertaram os colegas, é importante otimizar os trabalhos das forças policiais, possibilitando a passagem mais rápida pelos visitantes nos postos fronteiriços, o que é fundamental para a concretização do objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer. Sendo assim, não obstante a carência dos recursos humanos, sentida pela sociedade de Macau em geral, temos que resolver o problema da falta de pessoal para trabalhar nos postos fronteiriços, melhorando os respectivos serviços, de modo a dar uma boa primeira impressão

aos turistas. De facto, não podemos negligenciar a confusão que se regista nas salas de entrada e de saída dos postos fronteiriços, quando se acumulam aí grande quantidade de passageiros, aborrecidos com o longo tempo de espera, o que pode levar aos actos de dar um golpe na fila, causando-se, assim, grandes conflitos. Tendo em conta esta situação, sugiro às autoridades que mandem supervisores circular nas salas de entrada e de saída dos postos fronteiriços, por forma a manter a boa ordem e a fornecer informações úteis aos passageiros. Penso que neste aspecto, as experiências de Hong Kong podem servir-nos como modelo. Apresentei noutras ocasiões esta sugestão, a qual, porém, não foi aceite pelas autoridades. Para além disso, ainda queria sugerir que se adopte, quando se verificar grande quantidade de passageiros, a estratégia de reunir primeiro os passageiros nas salas de espera, permitindo apenas a uma parte deles ir às salas de entrada e de saída para serem verificados, de modo a evitar as possíveis confusões, bem como a fornecer aos passageiros um maior conforto. O fornecimento, através do alto-falante, do aconselhamento de “Senhores Passageiros, façam o favor de aguardar a sua vez com paciência”, também pode servir para acalmar os viajantes, os quais ficam a saber o que está a acontecer, evitando-se, assim, a ocorrência de confusões. Em resumo, acho que para otimizar os serviços dos postos fronteiriços, as FSM têm que recrutar mais agentes, por um lado e por outro, mandar supervisores circular nas salas de entrada e de saída dos postos fronteiriços, de modo a garantir a boa ordem, evitando confusões que podem pôr em causa a imagem da RAEM como cidade turística internacional. Não vou gastar muito tempo neste tema, uma vez que muitos colegas exprimiram as respectivas opiniões na reunião de ontem. Acrescentei aqui apenas algumas opiniões pessoais.

Em segundo lugar, queria exprimir e transmitir opiniões sobre a necessidade de optimização dos serviços prestados pelo Serviço de Migração. É de saber que actualmente existem na RAEM cerca de cento e dez mil trabalhadores não residentes. Sendo assim, o Serviço de Migração precisa de prestar grande quantidade de serviços para tratar das formalidades referentes à requisição dos trabalhadores não residentes, estando, portanto, sujeito às pressões de trabalho bastante grandes. Recolhi algumas opiniões dos cidadãos sobre os mencionados trabalhos realizados pelo Serviço de Migração, dentre as quais, há elogios e críticas. Merece o nosso elogio o melhoramento do nível dos serviços prestados pelos funcionários do Serviço de Migração, os quais fornecem informações detalhadas sobre os respectivos trâmites administrativos, para além de se registarem melhorias no que diz respeito à atitude no atendimento dos utentes dos serviços, e à eficiência no trabalho. Claro que não excluo a existência de espaço para o melhoramento. Como por exemplo, para tratar dos respectivos trâmites administrativos, não só os trabalhadores não residentes (os quais totalizam mais de cento e dez mil pessoas), como também os empregadores (pois nem todos os empregadores encarregam as respectivas empresas de tratar dos referidos assuntos), precisam de deslocar-se ao Edifício do Serviço de Migração, em Pac On, na Taipa. Como toda a gente sabe, as empregadas domésticas não residentes, mudam de emprego muito frequentemente, portanto, constitui um trabalho bastante difícil de realizar para os cidadãos que contratam empregadas domésticas não residentes, e que trabalham na Península de Macau, ir, à hora do almoço, até à Taipa tratar das formalidades necessárias para requisitar o cartão azul e para cancelar o cartão azul. A dificuldade na realização desta tarefa tem também a ver com a escassez das carreiras de autocarro. Espero que o Sr. Secretário possa pedir à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego para melhorar este aspecto. Para além disso, os cidadãos ainda exprimiram a opinião de que no caso de não terem preparado fotocópia de alguns

documentos, os funcionários do Serviço de Migração costumam mostrar uma atitude pouco simpática, ainda que costumem ajudar a tirar as fotocópias necessárias. Para os residentes, este é um aspecto que pode ser melhorado. Na minha opinião, o Serviço de Migração pode tirar aos cidadãos as fotocópias necessárias, de modo a facilitar a vida da população. Penso que os necessitados não se importam de pagar despesas razoáveis em troca do mencionado serviço. Com vista a evitar causar perturbações aos respectivos empregadores, o ideal é criar um posto no Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, ou no Gabinete para os Recursos Humanos, onde os funcionários do Serviço de Migração forneçam informações relativas aos assuntos dos trabalhadores não residentes, ajudando os cidadãos a preencher os respectivos impressos, ou até recolhendo os documentos necessários. Com a tomada desta medida, muitos empregadores podem ficar beneficiados. Penso que faz todo o sentido criar, no Gabinete para os Recursos Humanos, o sugerido posto, no qual os empregadores e os trabalhadores não residentes, depois de terem ido buscar documentos de autorização para a importação dos trabalhadores não residentes, podem pedir informações sobre os trâmites administrativos a tratar na etapa seguinte, assim como, podem tratar das formalidades relativamente simples neste posto, escusando de deslocar-se a Pac On, na Taipa. Espero que o Sr. Secretário possa considerar a possibilidade de instalar o mencionado posto do Serviço de Migração no Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, ou no Gabinete para os Recursos Humanos, onde os empregadores e os trabalhadores não residentes que trabalham na Península de Macau possam tratar dos respectivos trâmites administrativos, o que representa o fornecimento de uma conveniência muito grande aos respectivos indivíduos.

Por fim, queria prestar atenção à questão da renovação da autorização dos trabalhadores não residentes. É de saber que, se o empregador não conseguir, dentro do prazo estabelecido, obter a respectiva autorização, os trabalhadores não residentes que contrata são obrigados a sair do Território. Sendo assim, no caso de uma empresa contratar vários, ou até dezenas de trabalhadores não residentes, se estes trabalhadores não residentes tiverem que sair do Território, com a insuficiência dos recursos humanos, sentida normalmente pelas pequenas e médias empresas, esta empresa estará sujeita ao perigo de fechar. Por outro lado, não é conveniente deixar os respectivos trabalhadores não residentes voltar à sua terra, porque podem acabar por ficar ali. Nessa situação, o empregador tem a necessidade de arranjar alojamento em Zhuhai para os respectivos trabalhadores, o que é complicado. Ainda que a renovação da respectiva autorização não seja emitida pelo Serviço de Migração, espero que o Sr. Secretário possa analisar o assunto juntamente com os serviços públicos competentes, procurando uma maior eficiência no tratamento das respectivas formalidades, e considerando a possibilidade de atribuir a prioridade aos casos urgentes, de modo a evitar grandes prejuízos das respectivas empresas.

Obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

O primeiro assunto que queria abordar na reunião de hoje tem a ver com a implementação, nos casinos da RAEM, da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo. Na reunião realizada há vários dias, destinada à discussão das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área de Economia e Finanças, sugeri a proibição total de fumar nos casinos, sugestão essa que, provocou grandes reacções dos deputados da Assembleia Legislativa, das grandes empresas do jogo, dos empregados dos casinos, e da sociedade de Macau em geral, tendo-se registado opiniões a favor e opiniões opostas. Na mencionada reunião, o Sr. Secretário Tam não respondeu à minha pergunta sobre a possibilidade de negociar e discutir, com todas as empresas do jogo da RAEM, para chegar ao consenso de proibição total de fumar nos casinos. Neste momento, ninguém, incluindo eu (ainda que eu apoie absolutamente a referida ideia), sabe se a mencionada sugestão pode vir a ser aceite. O que é claro é que a respectiva decisão só pode ser tomada pelo Governo da RAEM. Dou grande importância às opiniões exprimidas na *internet* pelos cidadãos de Macau, os quais sugeriram que a Sociedade de Jogos de Macau, S.A., estabeleça a regra de proibição de fumar nos seus casinos. Espero que possa tomar esta decisão, no entanto, não tenho o mesmo poder perante a mencionada sociedade e todos os seus trabalhadores. Sendo assim, esta questão só pode ser analisada mais tarde.

Embora os Serviços de Saúde seja o principal órgão governamental responsável pela execução da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, nomeadamente nos casinos, os seus inspectores podem solicitar ao CPSP a colaboração necessárias, nomeadamente nos casos de oposição ou resistência ao exercício das suas funções. Quando se fala da proibição do consumo do tabaco nos casinos, inevitavelmente temos que contar com a intervenção da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos. Sendo assim, gostaria de aproveitar a oportunidade de hoje para perguntar ao Sr. Secretário, como é que o CPSP pode garantir a chegada imediata dos agentes ao casino em causa, na ocorrência de conflitos nos casinos no âmbito da prevenção e controlo do tabagismo, assim como assegurar a sua intervenção efectiva. Tal como referi, a execução, nos casinos, da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, envolve três organismos governamentais: os Serviços de Saúde, a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos, e o Corpo de Polícia de Segurança Pública, pertencendo estes três organismos a três áreas diferentes do Governo da RAEM. Não sei se o Sr. Secretário já elaborou planos que permitam a cooperação interdepartamental entre os mencionados três organismos, na ocorrência dos conflitos nos casinos, de modo a garantir a bom ordem e o funcionamento normal dos casinos. Na reunião de ontem, o Sr. Secretário enfatizou que os órgãos a si subordinados são responsáveis sobretudo pela execução da lei. Penso que o Sr. Secretário sabe muito bem que a cooperação interdepartamental é o factor indispensável para o sucesso na realização do mencionado trabalho.

É de saber que, actualmente existem na RAEM trinta e cinco casinos, pertencentes às diferentes sociedades concessionárias da exploração de jogos de fortuna e azar, estando previsto a entrada em funcionamento de novos casinos no futuro próximo. Como todos sabem, os agentes do CPSP são responsáveis pelo combate à criminalidade e pela garantia da segurança pública, para além de apoiar os trabalhos de controlo do tabagismo. Assim sendo, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, como se pode garantir a suficiência dos recursos humanos para intervir nos conflitos dos casinos, no âmbito da execução da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, perante a falta de pessoal para assegurar os trabalhos

existentes. Queria saber se há agentes suficientes para ajudar a manter a ordem dos casinos, e garantir a segurança física dos empregados da Sociedade de Jogos de Macau, S.A.

Queria pedir informações sobre o Grupo de resposta rápida dirigida a todos os casinos e que opera 24 horas por dia, criado no início do ano corrente. Queria pedir ao Sr. Secretário para mencionar quais são os trabalhos concretos realizados nos casinos pelo referido Grupo. Será que o mesmo grupo cooperará com os organismos doutras áreas na execução, nos casinos, da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo? Na reunião de ontem, muitos colegas exprimiram a opinião de que as FSM devem manter uma comunicação íntima com os organismos de outras áreas, trocando opiniões e reforçando a cooperação interdepartamental. O Sr. Secretário sublinhou que as FSM são uma entidade responsável sobretudo pela execução da lei, não tendo respondido, portanto, às perguntas que têm a ver com a instalação das câmaras do CCTV, que é da responsabilidade dos órgãos na área de Transportes e Obras Públicas, pese embora o facto de o mesmo sistema electrónico ser utilizado pelas FSM nomeadamente para o combate da criminalidade. O certo é que só temos um governo, e que a realização das acções governativas decorre, muitas vezes, da cooperação interdepartamental. Sendo assim, os organismos das áreas diferentes do Governo da RAEM devem tomar a iniciativa de reforçar a cooperação interdepartamental, de modo a concretizar o princípio de “Primazia da população” na realização das acções governativas. Esperamos que o Sr. Secretário possa transmitir esta mensagem aos órgãos governamentais pertencentes às diferentes áreas.

Tenho uma ideia audaciosa que é a seguinte: todas as áreas do Governo da RAEM mandam representantes, por exemplo, um assessor, para assistir às sessões da discussão das LAG das outras áreas, de modo a recolher as respectivas opiniões, optimizando os trabalhos de cooperação interdepartamental.

O segundo assunto ao qual queria prestar atenção, tem a ver com o problema de os promotores de jogo ajudarem os casinos a aceitar apostas por baixo das mesas de jogo, mencionado na reunião de ontem por alguns colegas. Estas actividades trarão prejuízos ao erário público, e portanto, queria perguntar ao Sr. Secretário quais são as estratégias que as FSM adoptarão para as combater. Queria saber se as FSM vão colaborar com os serviços públicos competentes, de modo a considerar o mencionado problema na atribuição e renovação da licença para o exercício das actividades de promotor de jogo.

Em terceiro lugar, queria chamar a atenção para a insuficiência do pessoal do Corpo de Bombeiros, corporação essa que, é responsável pela garantia da segurança física e dos bens dos cidadãos de Macau, e portanto, é incontestável a sua importância. É de saber que, para além das acções de combate a incêndios, os bombeiros ainda precisam de realizar trabalhos de socorro e resgate. De acordo com os dados estatísticos publicados, os serviços prestados no ano passado aumentaram em 15% em comparação com o ano de 2010, o que demonstra que as pressões de trabalho do CB estão a ficar cada vez maiores. Em resposta às perguntas apresentadas pelos deputados, o Sr. Secretário disse que no Corpo de Bombeiros, havia cerca de 10% de vagas por preencher. Com o rápido desenvolvimento socioeconómico e a subida acentuada do número da população, o Corpo de Bombeiros tem que dispor de recursos humanos suficientes para fazer frente aos novos desafios, satisfazendo as necessidades registadas na realidade, e garantindo a segurança física e dos bens dos residentes de Macau. No

cumprimento das suas funções, muitas vezes os bombeiros estão sujeitos a grandes riscos que põem em causa a sua própria vida. Sendo assim, para além da importância da suficiência do número de bombeiros, ainda são fundamentais a disposição de suficientes equipamentos de tecnologia avançada, os quais são indispensáveis para a garantia da vida dos bombeiros, bem como para a garantia da segurança física e dos bens dos cidadãos da RAEM. Nas LAG para o próximo ano, pode-se encontrar o seguinte excerto: Com a elaboração e implementação dos projectos de construção das infra-estruturas de grande escala, nomeadamente os projectos do metro ligeiro, do núcleo de transportes da Barra, da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e dos novos aterros, olhamos para a difícil tarefa do Corpo de Bombeiros, cujo serviço encontra cada vez mais dificuldade e complexidade na sua execução. Perante esta situação, queria pedir explicações sobre as estratégias a adoptar perante o existente problema de falta de pessoal, com vista a manter-se em sintonia com o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, orientando-se para o recrutamento e a formação do pessoal, especialmente nas capacitações relacionadas com o socorro, e aperfeiçoando-se o quadro do CB, por forma a satisfazer as necessidades que surgirão no futuro. Na reunião de ontem, houve colegas que apontaram para o problema de afastamento dos Postos Operacionais da Taipa e de Coloane dos grandes conjuntos de edifícios da habitação pública localizados nas Ilhas, tendo manifestado a preocupação com a possível demora no combate a incêndios e na realização das acções de socorros e regates. Para além disso, serão construídas no futuro próximo e nas Ilhas, várias instalações de jogo e de natureza turística, o que fará aumentar a necessidade dos serviços do Corpo de Bombeiros. Queria perguntar às autoridades se vão pensar em aumentar a dimensão dos Postos Operacionais da Taipa e de Coloane, para onde vão distribuir mais bombeiros, para além de adquirirem mais equipamentos modernizados, de modo a garantir a sua capacidade para dar resposta às necessidades registadas nas Ilhas.

O combate a crimes praticados pelos indivíduos provenientes de lugares exteriores, é o outro assunto que merece a nossa atenção. Segundo os dados estatísticos sobre os crimes ocorridos, publicados pela Polícia de Macau nos últimos anos, tem-se registado um aumento constante de crimes de furto e de roubo, os quais não só ameaçam a segurança dos bens dos residentes de Macau, como também prejudicam gravemente a imagem de Macau como centro mundial de turismo e lazer. Conforme as informações publicadas, a maioria destes crimes foi praticada pelos indivíduos provenientes de diferentes países e regiões do mundo, os quais vieram ao Território atraídos pelo seu grande desenvolvimento económico, registado nos últimos anos. Na apresentação que fez na reunião de ontem, o Sr. Secretário mencionou a concretização gradual do plano de funcionamento pleno dos postos fronteiriços em 24 horas por dia, medida essa que pode, de facto, contribuir para facilitar o convívio entre os residentes de Macau e do Interior da China. Chamo a atenção, porém, às autoridades para a possibilidade, com a abertura dos postos fronteiriços em 24 horas, de os criminosos saírem rapidamente do Território depois de terem cometido crimes, e a consequente dificuldade na investigação dos mesmos crimes. Na reunião de ontem, houve colegas que manifestaram preocupações com as actividades de contrabando. Com a tomada da referida medida, não sei se as FSM dispõem de recursos humanos suficientes para reforçar a sua acção de detecção das actividades contrabandistas nos postos fronteiriços. Tendo em consideração o estatuto de Macau de cidade turística internacional, temos que prestar muita atenção aos trabalhos que visam a garantia da segurança pública do Território, pois os problemas na ordem social impedirão o desenvolvimento do

sector turístico da RAEM, não querendo ninguém visitar um lugar com problemas na segurança pública. Queria perguntar ao Sr. Secretário se concorda com a minha análise, assim como, se vai procurar o estreitamento da cooperação com os serviços congéneres do Interior da China, reforçando a troca de informações secretas, e tomando medidas efectivas para a prevenção e combate à criminalidade transfronteiriça, garantindo a segurança pública de Macau.

Ainda me resta um pouco de tempo. Vou aproveitá-lo para prestar atenção aos trabalhos de instalação do sistema de videovigilância. Com o desenvolvimento incessante da economia da RAEM, bem como com a multiplicação dos assuntos sociais a tratar no Território, as FSM deparam-se com o aumento incessante dos trabalhos a realizar. Nos últimos anos, tem-se ouvido falar muito da insuficiência do pessoal das Forças Policiais, situação essa que permanece durante longo espaço de tempo. Na reunião de ontem e em resposta às perguntas dos deputados, o Sr. Secretário revelou que neste momento, no CPSP e no Corpo de Bombeiros há 10% de vagas por preencher, tendo afirmado, na apresentação que fez ontem, que, com vista a combater efectivamente as várias modalidades da criminalidade, garantindo a segurança pública da sociedade de Macau, as FSM vão continuar a implementar a política de reforço da polícia com modernas tecnologias científicas. Ora, a instalação do sistema de videovigilância representa uma estratégia eficaz, que visa a implementação da mencionada política para a optimização da construção das forças policiais e para o combate à criminalidade. Portanto, muitos colegas prestaram atenção à demora que se regista na realização dos respectivos trabalhos, tendo o Sr. Secretário fornecido a respectiva resposta. Depois da promulgação do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos, foi definida a instalação de mil e tal câmaras do CCTV nos diversos pontos importantes da RAEM, designadamente nos postos fronteiriços, na Praça Flor de Lodão, no Monte da Guia e nos postos dos Serviços de Alfândega. Como muitos dos residentes da zona norte estão preocupados com a ocorrência frequente de crimes nos pontos críticos de segurança nas zonas comunitárias, querem pedir ao Sr. Secretário para ponderar a possibilidade de instalar, na primeira fase, de modo a produzir o efeito dissuasivo, prevenindo a ocorrência de crimes nos mencionados lugares. Sendo assim, queria pedir ao Sr. Secretário explicações detalhadas sobre os lugares seleccionados para a instalação do sistema de videovigilância. Por outro lado, queria saber quais são os trabalhos realizados para o reforço da coordenação com o Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, protegendo o direito à privacidade dos cidadãos no combate à criminalidade, de modo que os cidadãos de Macau fiquem descansados.

Limitada pelo espaço e tempo, não posso analisar os problemas de uma forma aprofundada. Termina aqui a minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Chan Wai Chi.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança, as palavras mais utilizadas são “reforçar” e “fortalecer”, termos esses que, aparecem em quase todas as páginas do Relatório das LAG para o próximo ano, que contém trinta e nove páginas (com

a excepção de seis páginas). A meu ver, a possibilidade de alcance deste objectivo depende da qualidade dos trabalhos realizados pelos dirigentes das FSM, assim como, do grau de atenção atribuída pelos mesmos dirigentes aos seus inferiores. Segundo mencionou um colega na reunião de ontem, se os dirigentes do quadro superior que satisfaçam as condições de aposentação permanecerem no seu posto, recebem ainda menos do que se deixarem de trabalhar. Na minha opinião, ainda que haja elementos do quadro superior que tomaram, por razões diversas, a mencionada decisão, temos que verificar se a sua qualidade é reconhecida pelos cidadãos e pela sociedade de Macau, pois não queremos ver a permanência nos cargos de direcção pelos reformados que não tenham o talento necessário. O que quero dizer é que a possibilidade da permanência dos respectivos dirigentes das FSM no seu posto depois da reforma, depende dos seus desempenhos registados na realidade. É importante o reforço da avaliação dos desempenhos, assim como dos resultados e efeitos produzidos pelas acções realizadas. Deve-se procurar, no processo de avaliação, a diversificação, a objectividade, a cientificidade, a qualificação e a quantificação. A propósito disso, podem-se pedir informações mais detalhadas à Sra. Secretária Chan.

A cultura do padrinho, enraizada nas FSM, é um grande mal que afecta gravemente o espírito da equipa e o ânimo dos agentes das camadas inferiores da hierarquia das FSM, e portanto, tem que se acabar com esta cultura. Não queremos continuar a deparar-nos com os seguintes fenómenos: os diplomas de licenciatura, de mestrado e de doutoramento valem muito menos do que a boa relação com o chefe, o chefe é a pessoa mais importante do que os pais, a fixação dos horários de trabalho é feita em função da relação com o chefe, os prémios não são atribuídos com justiça, os chefes tratam dos inferiores de forma injusta, beneficiando aqueles de confiança. Como consequência das referidas injustiças registadas, ouvem-se muitas queixas e existem grandes insatisfações. Espero que as autoridades possam ouvir opiniões diferentes, deixando os inferiores desabafar. O ser humano tem dois olhos, duas orelhas, duas narinas e uma boca. Não podemos tapar todos estes buracos. Caso contrário, causa-se a morte do organismo. Acho mais positivo deixar os inferiores desabafar no Pavilhão Octogonal, lendo jornais, do que se fechar os olhos para evitar enfrentar a realidade, não procurando a resolução dos problemas existentes, pensando que tudo está a correr muito bem, não ouvindo as críticas. Aconselho às autoridades que dêem oportunidades às pessoas talentosas, despromovendo os dirigentes incompetentes mas que adorem o cargo de direcção, e promovendo os funcionários que não procurem fama nem dinheiro, e que sirvam com toda a dedicação, pois só assim é que se pode incutir nos agentes o entusiasmo pelo trabalho, melhorando a eficiência.

No que concerne às oportunidades de promoção do pessoal das FSM, tal como afirmou o Sr. Secretário na reunião de ontem, a estrutura do quadro das FSM estabelece limites às respectivas oportunidades. É exactamente por causa disso, que precisamos de ter muita precaução na tomada de decisões relativas à promoção do pessoal das carreiras de base e das carreiras superiores, procurando o maior equilíbrio e a maior razoabilidade. As vagas das carreiras superiores devem estar reservadas, de acordo com as necessidades reais, aos agentes das carreiras de base, de modo que os mesmos tenham oportunidade de serem promovidos a postos superiores ao posto de guarda principal. Penso que o Sr. Secretário, que já uma vez obteve boa oportunidade de promoção, percebe muito bem como são importantes, para os agentes das FSM, as oportunidades de promoção. Chamo também a atenção para a necessidade de optimização dos cursos de formação, evitando o desperdício do tempo, dos recursos humanos das forças policiais, e dos recursos

financeiros públicos. Se o Sr. Secretário puder aperfeiçoar os mencionados aspectos, trará muitos benefícios ao pessoal das FSM e à população de Macau. Caso contrário, só podemos pedir a Deus que nos abençoe.

Na reunião de ontem, vários colegas prestaram atenção aos casos da proibição de entrada no Território de Macau por cidadãos da RAEHK, tendo o Sr. Secretário apresentado a razão para a tomada da mesma decisão pelas FSM, a qual é precisamente a de agir segundo a lei. Ora, a alínea 4) do número 1 do artigo 17.º da Lei de bases da segurança interna da Região Administrativa Especial de Macau, atribui à Polícia de Macau o poder de impedimento de entrada na RAEM de não residentes que, nos termos da lei, sejam considerados inadmissíveis ou constituam ameaça para a estabilidade da segurança interna, ou sejam referenciados como suspeitos de conotações ao crime transnacional, incluindo o terrorismo internacional. Sendo assim, queria perguntar se o académico que vinha a Macau para leccionar no respectivo curso ao convite da Universidade de Macau, e a elite cultural que foi convidada pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para ser comentador de arte do Festival de Artes de Macau, são considerados inadmissíveis, porque constituem ameaça para a estabilidade da segurança interna, ou são referenciados como suspeitos de conotações ao crime transnacional, incluindo o terrorismo internacional. Se os serviços públicos competentes tivessem actuado realmente conforme a legislação em vigor, executando a lei cumprindo o princípio de imparcialidade, e apresentando argumentos fundamentados em razões, os indivíduos cuja entrada no Território foi impedida não teriam reclamações a apresentar. No entanto, perante a incoerência no tratamento do mesmo indivíduo, que ora foi proibido de entrar no Território ora não (isto é, ora há indícios fortes que mostram que este indivíduo constitui ameaça para a estabilidade da segurança interna, ora desaparecem os mesmos indícios), a população não pode ficar convencida com esta forma de agir sem critérios fixos, nem explicações com apresentação de argumentos fundamentados. A tomada da decisão com falta de precaução representa um profundo desrespeito pela lei, não se podendo admitir que as respectivas acções sejam realizadas segundo a lei. O mesmo problema também ocorre com os residentes da RAEM. Houve um residente permanente de Macau que me pediu para perguntar ao Sr. Secretário, o que significa o código de “8850”, que aparece na parte inferior do ecrã do computador que o agente dos postos fronteiriços utiliza para a verificação dos dados armazenados. O mesmo residente fez esta pergunta porque quando passa as fronteiras, e quando é examinado nos balções do posto fronteiriço, vê sempre aparecer no lugar referido do computador uma barra vermelha, onde está registado o mencionado código. Ele quer saber porque é que há um sinal tão especial no seu ficheiro armazenado no sistema informático do Serviço de Migração, porque nunca cometeu crimes. Tive a experiência de ser mandado esperar fora do piquete quando queria entrar no Território pelo Terminal Marítimo Provisório de Pac On. O mesmo incidente ocorreu no início deste mês, a altas horas da noite, embora os agentes me tenham acabado por deixar entrar em Macau. Pedi a explicação aos militarizados que estavam em serviço, os quais só disseram para me informar do assunto no horário de expediente junto do Serviço de Migração. No dia seguinte, fui ao SM como me sugeriram. Os respectivos funcionários limitaram-se a aconselhar-me que escrevesse uma carta, dirigindo-a ao Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, ou ao Director do Serviço de Migração. Com vista a apurar a verdade, submeti, de acordo com as normas previstas no Código do Procedimento Administrativo, no dia 8 deste mês, e a título de dois cidadãos de Macau, as respectivas

cartas aos mencionados dirigentes. Tendo passado dez dias úteis, a contar a partir do dia em que submeti as duas cartas, não recebi ainda a resposta atribuída pelas autoridades. Hoje em dia, este tipo de atitude de trabalho já não pode ser aceite pelos habitantes de Macau. Não pretendo fazer aqui perguntas sobre casos individuais, todavia, tenho que criticar fortemente as instruções elaboradas com desrespeito pela lei. Tenho muito prazer em colaborar com os agentes militarizados que executam a legislação em vigor, percebendo que todos são iguais perante a lei. Espero, porém, que os respectivos dirigentes corrijam as falhas no controlo exercido sobre as acções de entrada no Território, não causando perturbações aos agentes da linha de frente, pois o que está em causa é a imagem da RAEM, que é muito mais importante do que a questão da honra ou desonra de uma pessoa.

Para além da existência do espaço para o melhoramento dos trabalhos de avaliação de riscos e de dar resposta às situações de emergência, os serviços públicos na área da Segurança precisam ainda de otimizar a relação com os meios de comunicação social. Li, há dias e num jornal, um texto intitulado “O chefe supremo das FSM é escoltado pelos guardas da Assembleia Legislativa”. Olhando para a fotografia que ilustra uma cena de tensão em que o Sr. Secretário é protegido pelos “muros” feitos pelos guardas da Assembleia Legislativa, pensava que tivesse ocorrido um grande incidente que ameaçava a segurança do Sr. Secretário. Afinal, a mobilização da grande quantidade de guardas da Assembleia Legislativa, tem como objectivo libertar o Sr. Secretário numa situação embaraçosa, em que os jornalistas aproveitaram a ocasião da deslocação do Sr. Secretário à Assembleia Legislativa, para lhe pedir explicações sobre alguns incidentes ocorridos recentemente, e nos quais se concentraram a atenção dos residentes. Não percebo a razão pela qual o Sr. Secretário escolheu manter o silêncio, pois parece-me que o Senhor tem a capacidade de esclarecer as dúvidas dos cidadãos, para além de ter a obrigação de cooperar com os meios de comunicação social, garantindo aos cidadãos o exercício do direito à informação, e assegurando a estabilidade e a harmonia verdadeira da RAEM. Sendo o chefe supremo das FSM, o Sr. Secretário deve ter cuidado com os seus comportamentos, os quais servem como modelo para os seus inferiores.

Passarei a abordar alguns trabalhos concretos a realizar na área da Segurança.

Em primeiro lugar, queria pedir informações sobre a evolução dos trabalhos de construção do novo Estabelecimento Prisional. Apresentei, em Abril do ano corrente, uma interpretação escrita e recebi a respectiva resposta, em que o Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança, substituto, afirmou que até 30 de Abril do corrente ano, a 1.ª fase da obra de construção da nova cadeia ainda não se encontrava concluída, e que os trabalhos de abertura do concurso para a 2.ª fase se encontravam em planeamento pelos serviços competentes. Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança, não se indica uma data concreta, prevista para a conclusão das respectivas obras. Perante o aumento incessante dos reclusos, e a grande demora na realização das respectivas obras, as quais foram planeadas há muito tempo, não podemos deixar de fazer a seguinte pergunta: Afinal, quando é que as respectivas obras se concluirão? Tendo em conta a grande falta de espaço da cadeia de Macau, até ao ponto de o director do Estabelecimento Prisional se ter queixado do facto de que alguns reclusos femininos dormiam no chão por falta do espaço para colocar as camas (embora este problema já tenha sido resolvido), o Sr. Secretário deve conversar com o Sr. Secretário Lau, pedindo-lhe

a aceleração das respectivas obras, exigindo aos empreiteiros a cumprir as respectivas responsabilidades.

No que diz respeito aos trabalhos de educação e formação dos reclusos, realizados no Estabelecimento Prisional, trabalhos esses em que há ainda muito espaço para o melhoramento, sugiro a substituição dos cursos de interesse, nos quais os reclusos participam livremente, pelos cursos de formação obrigatória, de modo que os prisioneiros possam aproveitar o tempo na cadeia para enriquecer o seu conhecimento, assim como, para adquirir habilidades úteis para a sobrevivência.

Em segundo lugar, queria prestar atenção ao problema da grande acumulação, nos postos fronteiriços e aos fins-de-semana, de grande quantidade de visitantes, muitos dos quais usam o visto individual para entrar no Território. Como o Sr. Secretário não pode controlar a chegada destes visitantes que constituem uma grande pressão aos diversos postos fronteiriços, sobretudo ao Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, a possível estratégia para a solução deste problema, é a instalação de mais canais de sistema de auto-passagem. Na reunião de ontem, o Sr. Secretário mencionou a instalação de cinquenta e cinco canais de sistema de auto-passagem no novo Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Espero que o Sr. Secretário possa reforçar também a capacidade do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco de atendimento de passageiros, dando-lhes apoios extra para poder fazer frente aos desafios colocados.

O terceiro assunto que queria abordar tem a ver com as acções de prevenção e combate a crimes de transporte de drogas, ocorridos nos postos fronteiriços. Na discussão das LAG no ano passado, foi mencionada a necessidade de detecção, pelos cães policiais e nos postos fronteiriços, e sobretudo no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, onde passa grande quantidade de passageiros, das drogas transportadas ilegalmente pelos passageiros, pois são insuficientes as acções de inspecção realizadas pelos respectivos agentes, assim como, foi mencionada a falta do espaço para o adestramento de cães policiais. Não sei se, se registou, um ano depois, melhoramento neste aspecto. Como vejo raramente cães policiais que participam nos trabalhos de fiscalização, queria pedir às autoridades informações sobre o número de cães policiais que trabalham nos postos fronteiriços, sobretudo no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, e o respectivo horário de prestação do serviço. Peço igualmente o reforço dos trabalhos realizados pelos cães-polícias nos postos fronteiriços. O Sr. Secretário referiu a prevenção da entrada de drogas no Território através de vários processos. Penso que a detecção de drogas nos postos fronteiriços pelos cães policiais, representa uma das estratégias mais efectivas, na qual devemos investir com mais recursos.

Quanto ao reforço da polícia com modernas tecnologias científicas, espero que a Polícia da RAEM possa utilizar modernas tecnologias científicas para detectar e penalizar os condutores que falem ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão. Segundo os dados estatísticos publicados, nos primeiros nove meses do ano correntes, foram multados 594 condutores que violaram a mencionada regra, o que corresponde a um aumento de 12,29% em comparação com o período homólogo do ano passado, no qual foram multados 529 infractores das mesmas regras. Com efeito, o que se regista na realidade é que, vários anos após a promulgação da Lei do Trânsito Rodoviário, a situação da transgressão da referida regra se está a agravar gradualmente, não tendo melhorado com a realização das campanhas de sensibilização para a importância da segurança rodoviária, e das acções de

generalização da mesma Lei. O facto é que, todos os dias, podemos ver muitos cidadãos que falam ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão, não tendo nenhum receio das acções policiais. Sei que os agentes do Departamento de Trânsito do CPSP têm dificuldades em executar as respectivas normas. Espero, no entanto, que os dirigentes elaborem estratégias eficazes, por forma a combater o mesmo fenómeno com determinação, impedindo a persistência do mesmo problema.

A carência dos polícias que patrulham na rua, preocupa muito os residentes da zona norte. Muitas vezes, quando saio do escritório da zona norte, onde costumamos atender os residentes da mesma zona, não vejo nenhum polícia, andando durante cinco ou dez minutos. A mesma situação não se verifica nas zonas turísticas, onde patrulham muitos agentes, nomeadamente agentes da Unidade Tática de Intervenção da Polícia. Os residentes locais ainda estão preocupados com a possibilidade de os edifícios industriais desocupados servirem como esconderijo para os delinquentes. Queria pedir às autoridades para mandarem mais agentes patrulhar nas ruas da zona norte onde reside grande quantidade da população, para além de reforçarem as acções de inspecção nos edifícios industriais desocupados, de modo a combater a criminalidade e garantir a segurança pública da mesma zona.

O último assunto ao qual gostaria de prestar atenção diz respeito aos fracos resultados obtidos com a realização das numerosas acções de inspecção nos diversos lugares do Território. Segundo os dados estatísticos revelados nos jornais, nos primeiros cinco meses, foram adoptadas 1700 operações conjuntas, mediante a cooperação entre o CPSP e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, tendo detido 226 trabalhadores ilegais, isto é, só em poucas operações se conseguiram encontrar trabalhadores ilegais. A grande quantidade de lugares fiscalizados e o pequeno número de trabalhadores ilegais detidos, revelaram a possibilidade de que os trabalhadores ilegais receberam avisos prévios, e fugiram do lugar onde trabalham antes da chegada dos inspectores. Temos quase a certeza desta possibilidade, porque segundo os trabalhadores residentes, existem muitos trabalhadores ilegais na RAEM. Peço, portanto, ao Sr. Secretário que forneça explicações claras sobre os problemas existentes no interior das FSM, que impedem o sucesso nas acções de combate aos trabalhadores ilegais.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Nesta sessão destinada à discussão das LAG para o próximo ano, na área da Segurança, continuam a ser apresentadas as insatisfações e os desejos da população, que quer ver o melhoramento em alguns trabalhos realizados pelas FSM durante mais de dez anos, a contar a partir de 1999. Pela minha parte, vou repetir o mesmo conselho que costumo apresentar aos secretários das diferentes áreas, que é precisamente a necessidade de renovação dos conceitos e das acções governativas, de modo a fazer a adaptação à nova realidade que se regista na actualidade, há mais de dez anos após a transferência da

soberania de Macau, e em que o desenvolvimento económico de Macau se situa num novo patamar que nunca tinha atingido na sua história. Na reunião de hoje limito-me a exprimir alguns sentimentos que tenho relativamente aos trabalhos na área da Segurança, pois o Sr. Secretário é apoiado por muitos especialistas, os quais fornecerão inúmeras opiniões úteis para a manutenção da ordem social e da segurança pública, bem como para a prevenção e combate à criminalidade, analisando a situação registada na realidade na área da Segurança.

Todos os anos, na discussão das LAG, na área da Segurança, prestamos muita atenção à falta do pessoal das forças policiais. Com vista a resolver os problemas existentes, foram introduzidas modificações no respectivo quadro, na exigência definida para o recrutamento dos novos agentes, e nas remunerações atribuídas. Na minha opinião, falta reforçar a coordenação entre as diversas corporações das FSM. Com efeito, quando se fala das operações policiais adoptadas, costuma falar-se das capacidades do CPSP e do número de agentes de que o CPSP dispõe. Sugiro a colaboração entre o CPSP e a PJ, por forma a produzir melhores efeitos no combate à criminalidade. Realço a importância da patrulha dos polícias nas ruas do Território de Macau, especialmente à noite, ficando os cidadãos que saíam durante a noite, muito mais descansados ao verem os agentes que patrulham em espaços públicos. Espero que se possa implementar, nos trabalhos de patrulha, a política de reforço da polícia com modernas tecnologias científicas. Penso que o Sr. Secretário e os seus colaboradores são especialistas para a criação da rede policial, desenhando as respectivas linhas nos mapas.

Perante o grande desenvolvimento socioeconómico da RAEM, e com a realização futura das obras dos novos aterros, assim como com a construção da habitação pública em Seac Pai Van, onde morarão mais de oito mil agregados familiares, os serviços competentes na área da Segurança, têm a obrigação de preparar-se para satisfazer as novas necessidades sentidas na vertente de segurança pública. Talvez seja necessário criar um posto para as ambulâncias, mesmo que não se criem novos postos operacionais nas Ilhas, de modo a fornecer a maior conveniência aos residentes locais, os quais, nos casos urgentes, não precisarão de arranjar meio de transporte para irem ao hospital, que fica bastante longe. Espero que os serviços competentes possam fazer o respectivo planeamento, proporcionando os serviços necessários, por forma a facilitar a vida da população local.

A par de muitos ajustamentos introduzidos, as FSM já alguma vez pensaram em criar novos tipos de polícias, treinados para o combate aos novos crimes que se registam na realidade, para além dos postos das carreiras de base e das carreiras superiores, por forma a combater efectivamente a criminalidade que hoje em dia se reveste de modalidades diversificadas? O sucesso conseguido no combate aos crimes específicos, pelos mencionados novos tipos de polícias, pode incutir nestes agentes a sensação de satisfação, para além de os mesmos poderem obter a oportunidade de promoção.

Na área da Administração e Justiça, foi criado e implementado o Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho. Sugiro ao Sr. Secretário que crie também o mesmo tipo de plano na área da Segurança. Penso que dentre os milhares de funcionários das FSM, há, de certeza, pessoas muito competentes e que têm ricas experiências de trabalho. Por que é que não recolhemos e aproveitamos as suas ideias valiosas, por forma a melhorar os trabalhos na área da Segurança? A premiação dos agentes que

tenham apresentado bons planos de trabalhos, pode também incutir no pessoal das FSSM o entusiasmo pelo trabalho e o espírito de luta. O Sr. Secretário acha que esta é uma estratégia que pode estimular o ânimo dos membros da força policial?

Nas reuniões de ontem e de hoje, o Sr. Secretário forneceu muitos dados estatísticos sobre a permanência ilegal. Espero que o Sr. Secretário possa comunicar a mesma situação às respectivas repartições do Interior da China, expondo o problema nomeadamente aos Serviços congéneres da China Continental, e na Reunião da Cooperação entre Guangdong e Macau, que se realiza nos períodos fixos. Na minha opinião, é sempre vantajoso reforçar a comunicação com os respectivos serviços, por forma a encontrar, mediante a cooperação inter-regional, estratégias para o combate ao mencionado fenómeno. Sei que se implica grande quantidade de trabalho, especialmente quando os indivíduos de permanência ilegal entraram no Território de Macau, não usando o visto individual, mas usando o passaporte ou outros tipos de vistos, tais como o visto de visita a familiares. Não sei se a parte do Interior da China vai proibir os respectivos indivíduos de voltar a visitar Macau. De qualquer forma, temos que expor o problema, com vista a encontrar vias possíveis para a repressão das mesmas actividades.

Chamo a atenção para as novidades que vão aparecendo no futuro, e que vão colocando novos desafios ao Corpo de Bombeiros. Tomando como exemplo a instalação do sistema centralizado do gás natural, com os respectivos tubos instalados no interior dos apartamentos, esta constitui uma novidade para os trabalhos de prevenção de incêndios. Ouvi dizer que o escape do gás natural pode originar explosões. Parece-me importante divulgar mensagem para a utilização com segurança deste combustível, que tem características diferentes das do petróleo liquefeito. Actualmente, estão-se a construir prédios cada vez mais altos. Penso que no futuro, as escadas para incêndios serão insuficientes para os trabalhos de socorros e regates. Sendo assim, é fundamental manter um estudo e treino sistemático das mais avançadas técnicas. Concordo com a afirmação feita há pouco pelo Sr. Secretário, na qual, ao reconhecer a nulidade do Território no que diz respeito às experiências sobre determinados trabalhos, o Sr. Secretário apontou para a necessidade de aprender com outras regiões ou outros países, pedindo apoios na formação do pessoal e na partilha de experiências, organizando palestras ou oficinas de trabalho, de modo a renovar os antigos modelos de trabalhos que já estão ultrapassados.

Na reunião de ontem, o Sr. Secretário mencionou um incidente que tem a ver com a morte de uma empregada doméstica, causada pelo gás tóxico que subiu do esgoto. Este incidente e o incidente do Edifício Sin Fong Garden, alertam para a importância dos trabalhos da protecção civil. Noutros países e regiões, a noção da protecção civil vem sobretudo da necessidade de proteger a população dos bombardeamentos, nas guerras. Parece que em Macau há poucas possibilidades de ocorrência de guerras, e portanto, os trabalhos da protecção civil têm pouco a ver com a defesa nacional. Na minha opinião, os mecanismos de protecção civil não devem ser activados só na ocasião de tufão, como também devem servir para tratar de muitos outros problemas que surgem na sociedade de Macau, a qual está em pleno desenvolvimento. De facto, os mecanismos de protecção civil podem-nos ajudar a enfrentar novas situações que aparecem com o desenvolvimento, tais como o acidente do gás tóxico, e o acidente do Edifício Sin Fong Garden, que se tornou um edifício perigoso com a construção de um prédio novo ao lado.

Ainda que o exame realizado a um conjunto de edifícios nos

revele que, não existem mais problemas como o problema do gás tóxico do Edifício Kin Wa, temos que ficar alerta com a possibilidade de aparecimento de outros acidentes, semelhantes ou diferentes dos acidentes supramencionados. Sabemos que no ano corrente se realizou um exercício de acidente nuclear no Território. A meu ver, também temos que reforçar a educação e a simulação de outros tipos de situações de emergência no âmbito da protecção civil, assim como criar mecanismos de contingência, capazes de dar resposta rápida às ameaças que surgem de repente, e que não sejam incidentes naturais, como o tufão. Temos que ponderar com profundidade, fazendo planeamentos para a formação dos funcionários em especial e dos cidadãos em geral, de modo que os mesmos tenham os respectivos conhecimentos, e saibam como agir na ocorrência dos desastres, sabendo, pelo menos, para onde devem telefonar, e quais são as entidades às quais podem pedir ajuda. Este é um tema muito novo que temos que enfrentar na actualidade.

Muitos colegas manifestaram a preocupação com os problemas que podem surgir com a transformação da economia do Território, tais como os problemas no âmbito da segurança pública, derivados das lutas entre as seitas que vêm diminuir os seus interesses nos casinos. O combate aos trabalhadores ilegais é o outro assunto no qual se concentram a atenção de muitos deputados. A propósito disso, não pretendo criticar os agentes do CPSP. Em relação à dúvida manifestada pela sociedade de Macau, de haver agentes que cooperam com as entidades empregadoras, revelando-lhes informações sobre as operações de inspecção, acredito que o Sr. Secretário tem a capacidade de impedir a ocorrência deste problema. Parece-me mais importante verificar se há necessidade de revisão e modificação do Regulamento Administrativo n.º 17/2004, o qual não permite o sucesso nas acções adoptadas para o combate dos trabalhadores ilegais. Não sei se podemos tomar medidas dissuasivas mais efectivas para reprimir a tentativa de empregar trabalhadores ilegais. Na apresentação feita pelo Sr. Secretário Tam na respectiva sessão da discussão das LAG, no ano passado o Governo multou os respectivos empregadores em mais de sete milhões de patacas. Reitero que, se é verificado que as medidas adoptadas são insuficientes para fazer descer o número de trabalhadores ilegais, há necessidade de introduzir alterações nos respectivos diplomas legais, reforçando os efeitos dissuasivos.

Por fim, gostaria de apresentar sugestões sobre a gestão do trânsito. Na RAEM existem setenta e tal escolas. Como muitos pais vão levar e buscar os seus filhos conduzindo os seus carros, de segunda à sexta, na entrada das escolas, regista-se normalmente grande confusão no trânsito. Se à entrada das escolas, houvesse parques de estacionamento como há no caso de uma escola que se situa perto da Rua do Almirante Costa Cabral, a situação melhoraria muito. Espero que os serviços competentes possam elaborar planos para ordenar o trânsito tendo em consideração a realidade. Claro que não podemos proibir os pais, que querem fornecer o maior conforto às suas crianças, de ir buscar os filhos conduzindo o carro. O pior é que nalguns casos, não há passadeira para os alunos atravessarem a estrada. Volto a pedir, portanto, às autoridades a atribuição de uma maior atenção à ordenação do trânsito à volta das escolas.

Na gestão do trânsito, os serviços competentes ainda devem prestar atenção ao fenómeno de que de manhã, a maioria dos veículos segue no sentido Taipa-Macau, ao passo que ao cair da tarde, grande quantidade de viaturas voltam da Península para as Ilhas. Penso que a percepção desta regra pode contribuir para a melhor ordenação do trânsito à hora de ponta. Para além disso, ainda queria apontar para a falta de comunicação entre os serviços públicos

responsáveis pelo planeamento do trânsito, e os órgãos governamentais que implementam o planeamento definido. Temos apenas um governo e portanto, há que modificar esta situação. Antes de terminar a minha intervenção, volto a apontar para a necessidade de renovação dos conceitos e das acções governativas, de modo a fazer a adaptação à nova realidade que se regista na actualidade, prestando uma atenção especial à reforma dos sistemas existentes nas diferentes vertentes.

Estas são as opiniões que queria apresentar. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fong Chi Keong.

Fong Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2013, na área da Segurança, o Sr. Secretário definiu três passos nas políticas públicas, assim como onze objectivos a alcançar através da realização das acções governativas concretas. Claro que as referidas LAG tem conteúdos importantes, os quais se adequam, sem dúvida, às necessidades registadas na realidade. Apesar disso, tenho a sensação de que o Relatório das LAG para o próximo ano, na área da Segurança, é mais parecido com um relatório das actividades anuais. Na minha opinião, um verdadeiro Relatório das LAG deve satisfazer as seguintes exigências: articular-se com as Linhas de Acção Governativa definidas pelo Chefe do Executivo, ser coerente com os objectivos estabelecidos pelo Governo da RAEM, não exceder o âmbito do trabalho por si dirigido, analisar as experiências acumuladas e as lições aprendidas, explicitar as grandes decisões tomadas para as acções governativas, realçar os pontos mais importantes dos trabalhos, prever, duma perspectiva global e própria de um dirigente, os efeitos que serão produzidos pelas ideias originais e pelas acções que chamam mais a atenção e com características, para além de prometer obter resultados positivos, que visam a promoção do desenvolvimento socioeconómico, a estabilização da sociedade de Macau, e a protecção da segurança física e dos bens da população. Sugiro ao Sr. Secretário que, na elaboração das LAG para o ano de 2014, tenha em consideração as exigências supra referidas, de modo a elaborar um relatório mais parecido com um Relatório das LAG.

Na discussão das LAG no ano passado, baseando-me na análise dos problemas detectados na equipa policial, e nas opiniões recolhidas dos cidadãos de Macau, apresentei ao Sr. Secretário um conjunto de sugestões, nomeadamente a necessidade de aperfeiçoar, através de múltiplas formas e estratégias, a qualidade dos agentes das FSM na dimensão ético-moral, de reforçar-lhes os comportamentos virtuosos, e de otimizar a sua capacidade de execução da lei. Apontei também para os mecanismos que devem ser possuídos pelas FSM na gestão da equipa policial, nomeadamente o mecanismo que permita o bom aproveitamento de pessoas talentosas, o mecanismo que permita a avaliação, com exactidão, dos efeitos produzidos pelos trabalhos realizados, o mecanismo que permita a criação do sistema de formação, e o mecanismo que permita a protecção do poder legítimo de que dispõem os agentes militarizados, criando uma rede policial para a garantia das condições necessárias para a execução da lei. Para além disso, chamei a atenção para a

necessidade de criação de uma cultura, própria das Forças de Segurança, que é fundamental para o reforço da polícia com o melhoramento da qualidade do seu pessoal. A existência desta cultura pode contribuir para uma maior solidariedade entre os seus elementos, assim como, para o reforço da criatividade e das capacidades das Forças de Segurança. De acordo com as características dos trabalhos policiais, a referida cultura deve conter as seguintes quatro essências: cultura material, cultura comportamental, cultura da gestão e cultura espiritual. Para relembrar os conteúdos detalhados dos mencionados mecanismos e culturas, pode-se ver as respectivas cassetes.

Ainda me lembro da concordância expressa pelo Sr. Secretário, que disse que acreditava que com o passar do tempo, se formaria uma nova cultura das FSM. Ainda tenho o jornal em que se registam estas palavras do Sr. Secretário. Passado um ano, li todo o Relatório das Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança, não tendo encontrado nenhuma referência sobre a construção da cultura das FSM. Não sei se ainda temos que deixar passar mais tempo, para poder verificar os esforços prestados na construção da mencionada cultura. Volto a chamar a atenção para este assunto, porque estou insatisfeito com o facto de o Sr. Secretário ter faltado à promessa. Na reunião de ontem, em resposta às perguntas dos deputados, o Sr. Secretário dizia repetidamente que agradecia a opinião apresentada, a qual ia ponderar com todo o cuidado. Tenho muita dúvida da atitude que o Sr. Secretário tem no tratamento de determinados assuntos, assim como da capacidade de compreensão dos discursos alheios. É assim talvez porque o Sr. Secretário tenha um carácter muito diferente do dos outros. Pode ser que o Sr. Secretário não dê importância às minhas palavras. Mesmo assim, insisto em chamar a atenção ao Sr. Secretário para a importância da credibilidade, especialmente quando o Sr. Secretário é o chefe supremo das forças policiais. Diziam os clássicos: “Um dirigente supremo tem que ter palavra. Se se acostumar a cumprir a sua promessa, consegue a adesão de todos. Caso contrário, não se pode alcançar os objectivos definidos. Daí que podemos admitir a importância da credibilidade”. Depois de ouvirem a minha explicação em chinês contemporâneo, penso que todos percebem o significado do respectivo excerto.

Apesar disso, tenho grande estima e respeito pelo Sr. Secretário, pois depois da transferência da sua soberania, a segurança pública de Macau melhorou bastante, sendo patentes a estabilidade da sociedade, a segurança dos cidadãos e o grande desenvolvimento económico. É assim, talvez porque o Sr. Secretário tenha sorte. O que também é verdade é que, de um modo geral, há ainda espaço para o melhoramento da força policial, nomeadamente no respeitante ao nível da capacidade de execução da lei, às ideias subjacentes às acções da execução da lei, à consciência da legislação em vigor, à consciência da responsabilidade, e ao nível dos conhecimentos básicos dos trabalhos policiais. Com efeito, a qualidade da força policial mantém-se no mesmo nível sem melhoramento durante muitos anos, fenómeno acerca do qual os cidadãos de Macau criticam constantemente. Se o Sr. Secretário não estiver satisfeito com a situação actual, tem que envidar grandes esforços para elevar o nível da força policial para um novo patamar, criando uma nova cultura das FSM, abandonando os vícios acumulados ao longo do tempo. Sem uma cultura forte e avançada, não se pode falar do desenvolvimento rápido da força policial, nem se pode reforçar a sua competitividade e sustentabilidade, nem se podem formar agentes que tenham respeito pela profissão a que se dedicam e que trabalhem alegremente. No entanto, o Sr. Secretário não deu nenhuma atenção, nas LAG para o próximo ano, a este elemento de importância primordial, nem sequer tendo falado dele. A indiferença do Sr.

Secretário perante a mencionada falha que impede o aperfeiçoamento da qualidade da força policial, não só representa o não cumprimento da promessa feita no ano passado, como também revela que o Sr. Secretário não sabe agarrar nos pontos cruciais, promovendo a optimização da qualidade da força policial, a qual é condição indispensável para a produção dos efeitos positivos com a realização das acções governativas. É de saber que o dirigente supremo das FSM não pode concentrar a atenção só nos assuntos concretos, cuja realização é assegurada pelos directores das diversas corporações das FSM, nomeadamente o Director da Polícia Judiciária Wong Sio Chak, o Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública Lei Sio Peng, o Comandante do Corpo de Bombeiros Ma Io Weng, e o Director Geral dos Serviços de Polícia Unitários José Proença Branco. O Sr. Secretário tem realmente muita sorte. Eu é que não tenho tanta sorte. O Sr. Deputado Au Kam San disse muito bem na reunião de ontem, ao afirmar o seguinte: “Trata-se, portanto, de uma situação típica de «puxar-se a viatura baixando a cabeça, não verificando a direcção em que se segue»”. De facto, esta é uma constante que se verifica nos trabalhos realizados pelo Sr. Secretário, durante os mais de dez anos em que o Senhor está no cargo de Secretário para a Segurança. Já me sinto com falta de paciência, esperando desde há muitos anos, pela reforma realizada pelo Sr. Secretário em termos das regras e regulamentos definidos, do sistema orgânico estabelecido, das carreiras do seu pessoal, da estrutura do quadro fixada, e dos diplomas legais na área da segurança. Estes trabalhos são fundamentais para a optimização das acções governativas na área em destaque.

Ainda tenho a opinião de que o Sr. Secretário deve dar uma maior importância aos casos da violação das regras e dos regulamentos pelos agentes, cuja ocorrência constitui uma constante na força policial, revelando a fraca qualidade de parte dos militarizados, assim como, a insuficiência da formação ética e moral. O Sr. Secretário não pode negligenciar as consequências graves destes comportamentos, os quais se podem espalhar, tal como se espalham as peste, devendo antes fazer reflexões aprofundadas, elaborando estratégias efectivas para prevenir a repetição dos mesmos erros. Caso contrário, o Sr. Secretário não se pode livrar das responsabilidades. Pois o chefe tem que se responsabilizar pelas falhas cometidas pelos seus subordinados. Se o Sr. Secretário não prestar atenção suficiente a estes fenómenos, nem o pessoal das FSM, nem a população de Macau ficam convencidos com a decisão tomada. Tudo o que acabei de dizer, aponta para a necessidade de o Sr. Secretário estudar e analisar assuntos fundamentais, tais como a criação de uma nova cultura das FSM, à qual o Sr. Secretário tem que prestar toda a atenção. Caso contrário, com a ausência nos agentes dos sentimentos de glória, de orgulho e de responsabilidade, por mais medidas que sejam adoptadas, não se conseguem atingir os objectivos definidos. Pois uma equipa policial sem entusiasmo e espírito de luta, não pode realizar as acções governativas de modo satisfatório, nem as dificuldades podem ser ultrapassadas. O Sr. Secretário acredita nesta razão cuja pertinência tenho a certeza?

Queria pedir informações sobre os serviços de migração. Nas LAG há referências sobre a implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, o desenvolvimento da Ilha da Montanha e a construção do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha. Neste momento, a atenção da população de Macau está concentrada no modelo de gestão da Ilha da Montanha, o qual depende das políticas definidas pelo Interior da China, como é evidente. Ouvi falar da política de abertura da primeira linha e de maior rigor no controlo da segunda linha. Penso que o conteúdo concreto desta política tem grande importância para

a RAEM. Não sei qual é o grau de abertura na primeira linha, pois se a primeira linha está aberta aos visitantes que usem o visto individual, o Posto Fronteiriço da Ilha de Hengqin estará sujeito a grandes pressões. Naquela altura, não sei se o respectivo edifício do Serviço de Migração tem espaço suficiente para atender os passageiros. Actualmente, não sabemos quais são as decisões tomadas nas reuniões entre o quadro superior do governo de Guangdong, e o do Governo da RAEM, nem sabemos quais são as medidas que o Sr. Secretário vai adoptar para fazer frente à nova situação. Espero que o Sr. Secretário possa fornecer informações detalhadas sobre este assunto. Como o novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, e o novo Posto Fronteiriço da Ilha de Hengqin, entrarão em funcionamento no próximo ano, muitos cidadãos querem ter conhecimento das ordenações concretas definidas, querendo saber, como por exemplo, se os automóveis com matrícula de Macau podem entrar na Ilha da Montanha sem ser necessário pedir autorização especial. Peço ao Sr. Secretário para esclarecer estas dúvidas.

Também queria prestar atenção à ordenação registada no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, onde os balcões e canais de sistema de auto-passageira para os residentes de Macau se situam no fundo da sala de saídas, ao passo que os balcões para a verificação dos passageiros que visitam o Território, são estabelecidos logo na entrada da mesma sala. Sendo assim, nas grandes férias, grande quantidade de visitantes fica acumulada na entrada da sala de saídas, impedindo o movimento aos residentes de Macau que querem deslocar-se ao fundo da sala em causa. Como o número dos residentes de Macau é muito menor do que o dos visitantes, parece que faz mais sentido trocar a posição dos dois tipos de balcões, de modo a evitar a obstrução da entrada da sala de saídas, por um lado e por outro, a manter a respectiva ordenação em sintonia com o hábito de muitos países e regiões, os quais dão prioridade aos residentes locais na passagem das fronteiras. Espero que o Sr. Secretário possa verificar a situação real, deslocando-se ao Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.

O último assunto que queria abordar tem a ver com o vestuário usado pelas Forças em Parada na Cerimónia do içar da Bandeira Nacional e da Região, que tem lugar duas vezes por ano. Parece-me que a camisa azul de manga curta é ainda do tempo da Administração Portuguesa, não podendo traduzir o novo aspecto das FSM e da RAEM, pois é semelhante ao uniforme das guardas dos edifícios residenciais. Visto que as Forças em Parada representam os ritos da categoria superior do Governo e da Força Policial da RAEM, sugiro ao Sr. Secretário, que usa um traje muito bonito nas referidas cerimónias, mandar desenhar novos trajes para os seus inferiores, podendo os trajes para o Verão ser de manga comprida. Não se esqueça de que Macau de hoje, que é uma das regiões administrativas especiais da RPC, é diferente da cidade de Macau de antigamente.

Olhem, ainda restam um pouco mais de dois minutos.

Vou aproveitar os dois minutos que restam, para pedir às autoridades para afixarem avisos visíveis nos lugares no interior dos edifícios, onde seja proibido estacionar, talvez por causa da necessidade de manter desobstruída a passagem para a fuga dos habitantes nos incêndios, de modo a evitar mal-entendidos e conflitos entre os agentes que atribuem multas e os cidadãos multados, pois recebi muitas reclamações apresentadas pelos residentes, os quais se queixaram da falta de clareza nos critérios de atribuição das respectivas multas.

Estas são as opiniões que queria exprimir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Queria apresentar várias perguntas na reunião de hoje, destinada à discussão das LAG, na área da Segurança, na expectativa de trocar opiniões com o Sr. Secretário e com as demais autoridades presentes.

O primeiro assunto que queria abordar tem a ver com a capacidade geral de dar resposta às situações emergentes, questão essa à qual, alguns colegas prestaram atenção na reunião de ontem. Preocupados com a ocorrência dos incidentes urgentes, tais como o incidente do Edifício Sin Fong Garden, os respectivos deputados perguntaram se há necessidade de reforçar a mencionada capacidade. Em resposta às perguntas destes colegas, o Sr. Secretário forneceu informações sobre os mecanismos da protecção civil, e sobre as medidas a adoptar na ocorrência de grandes acidentes. Pela minha parte, queria chamar a atenção para a necessidade de consideração da nova situação que surgirá no futuro, com o grande desenvolvimento do Território, assim como, de reforçar a capacidade geral de dar resposta às situações emergentes, com vista a satisfazer as necessidades transfronteiriças no âmbito da segurança pública e de socorros e resgates. Com a implementação, nos últimos anos e no Território, de vários projectos de construção das infraestruturas de grande escala, parte dos quais implica a cooperação inter-regional, nomeadamente o Novo Acesso entre Guangdong e Macau, o novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, e a Ilha Artificial da futura Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, aumentou-se a possibilidade de ocorrência, no futuro, de acidentes graves que coloquem sérios desafios às Forças de Segurança Pública de Macau. Com efeito, podem surgir novos problemas de socorro e resgate muito complexos, com os quais os agentes das FSM nunca se depararam, para além da extensão do seu âmbito de trabalho até aos lugares exteriores da RAEM. Sendo assim, temos que estar conscientes da importância da simetria entre o ritmo do desenvolvimento e o ritmo do fortalecimento das FSM. Pois há necessidade de reforçar a força policial de uma forma global, de modo que esta esteja dotada de suficiente capacidade de socorro, para poder intervir nos acidentes graves transterritoriais de grande complexidade, e que apresentem alto grau de dificuldade para os trabalhos de resgate. Com vista a alcançar este objectivo, é preciso reforçar a comunicação, coordenação e divisão do trabalho, entre os diversos serviços competentes. Exprimi também esta opinião numa intervenção antes da ordem do dia. Espero que as autoridades possam proceder a nova examinação e avaliação, verificando se a sua capacidade geral de dar resposta rápida às situações emergentes, é suficiente para acompanhar o desenvolvimento veloz que se regista na actualidade, dando resposta aos diversos tipos de incidentes que possam ocorrer de repente.

Pelo exposto, queria aproveitar a oportunidade de hoje para perguntar ao Sr. Secretário, quais são os planos e estratégias elaborados pelas FSM, que possibilitam a preparação dos recursos humanos e equipamentos necessários para os socorros e resgates, a

distribuição efectiva dos agentes das FSM para satisfazer as necessidades surgidas, o reforço da capacidade geral para dar resposta às situações emergentes, e a garantia da segurança pública transterritorial, por forma a acompanhar a situação de desenvolvimento da RAEM, que está a tornar-se cada vez mais complexa. Por outro lado, ainda queria pedir explicação ao Sr. Secretário, sobre as estratégias adoptadas pelas FSM com base nos mecanismos de cooperação e coordenação inter-regionais, que visam uma colaboração efectiva e cumprimento das funções, na ocorrência dos acidentes transterritoriais.

Merece o nosso elogio os serviços prestados pelo Corpo dos Bombeiros, que, baseando-se na realidade objectiva, tem sido eficiente tanto na satisfação das necessidades dos residentes, como na apreciação e autorização dos projectos das obras contra incêndios, para além de ser rápido na emissão de pareceres ao pedido dos outros órgãos governamentais, apresentando sempre opiniões úteis e prestando apoio para a resolução atempada de problemas. Todavia, tal como referi, temos a necessidade de acompanhar a evolução da sociedade, reflectindo a mesma necessidade na revisão e modificação do Regulamento de segurança contra incêndios. A realização do referido trabalho pode permitir que os respectivos sectores do Território fiquem descansados. Esperamos que a promulgação do novo Regulamento de segurança contra incêndios, possa contribuir para a aceleração dos trabalhos de apreciação e autorização dos projectos de construção civil, realizados pela DSSOPT e pelo CB, de modo a satisfazer as exigências colocadas pelo desenvolvimento socioeconómico.

Nas LAG para o próximo ano, na área da Segurança, há referências sobre a prestação de atenção, de modo contínuo, e a aprendizagem das mais modernas tecnologias de combate e prevenção contra incêndios, adequando-as às realidades da RAEM, por forma a melhorar a capacidade do CB de combate a incêndios. Segundo o Sr. Secretário, face a uma maior utilização do espaço subterrâneo que a instalação do metro ligeiro, do túnel sub-fluvial da Ilha da Montanha, e do Túnel da Ponte de Sai Van vai induzir, o Corpo de Bombeiros reforçou a formação do pessoal e elaborou um Plano operacional específico, de modo a aperfeiçoar a capacidade para a prevenção de desastres e para o combate e salvamento a incêndios no espaço subterrâneo. Queria perguntar ao Sr. Secretário qual é a evolução dos trabalhos de formação dos bombeiros e de aquisição dos equipamentos, nomeadamente de aquisição de equipamentos de tecnologia avançada, úteis para os trabalhos de socorro e de resgate, por forma a acompanhar o desenvolvimento contínuo do Território de Macau. Queria saber se foram definidas medidas de contingência e processos para a evacuação de fuga, com vista a fazer frente aos acidentes ocorridos durante a realização das obras de construção civil, ou depois da entrada em funcionamento das respectivas instalações. Acho também importante a realização das acções de simulação de incêndios aquando da realização das respectivas obras, de modo a sensibilizar os operários para a importância de tomar medidas efectivas para a prevenção de incêndios. Não sei se o Corpo de Bombeiros realizou o mencionado trabalho, mediante a comunicação com a entidade responsável pela realização das respectivas obras.

Queria prestar atenção igualmente à necessidade de garantia da segurança pública no novo *campus* da Universidade de Macau, na Ilha da Montanha, que, como todos sabem, entrará em funcionamento no ano de 2013, tal como referiram alguns colegas. Sabemos que muitos professores, funcionários e alunos, residentes de Macau, permanecerão, durante longo espaço de tempo, no

mencionado novo *campus*, onde moram também estudantes provenientes de lugares exteriores. De acordo com a proposta de lei aprovada pela Assembleia Legislativa neste mês e na generalidade, no novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, é aplicado o Direito da Região Administrativa Especial de Macau, fazendo-se a gestão do novo *campus* da UM, separadamente da de outras áreas territoriais da Ilha de Hengqin. Ciente da existência de um novo modelo para a gestão da respectiva universidade, queria pedir explicação ao Sr. Secretário, sobre as medidas adoptadas para garantir a segurança pública do mesmo *campus*, área sob a jurisdição do Governo da RAEM. Queríamos obter mais informações sobre os trabalhos diários e os trabalhos de socorro e resgate na ocorrência de acidentes graves.

Ainda queríamos saber como são os mecanismos criados que permitem a coordenação e a comunicação entre as FSM e a Universidade de Macau, de modo que os agentes possam melhor colaborar e apoiar os trabalhos na área de segurança pública, realizados pelos guardas da UM, quais são os meios de que dispõe a Universidade de Macau, para pedir apoio e cooperação aos serviços competentes, no caso de ocorrência de situações emergentes, assim como, como são ordenados os trabalhos de segurança pública nas águas circundantes e nas margens do rio. Esperamos que o Sr. Secretário possa fornecer as respectivas informações.

No que diz respeito às obras de construção do Posto Operacional no novo *campus* da Universidade de Macau, o Corpo de Bombeiros disse que ia fazer o respectivo planeamento de acordo com as características do novo *campus*. Queria perguntar ao Sr. Secretário qual é a evolução dos trabalhos de distribuição dos recursos humanos ao mencionado Posto Operacional, e da aquisição dos respectivos equipamentos, nomeadamente das viaturas de bombeiros.

A condução perigosa de meio de transporte é o outro assunto que nos preocupa. Como toda a gente sabe, o Governo envidou, há muitos anos, grandes esforços para combater as corridas de carros ilegais, actos ilícitos esses que, hoje em dia continuam a ocorrer no Território de Macau, sobretudo durante a noite e nas zonas mais remotas das Ilhas, perturbando os residentes locais. No entanto, não se registaram, durante longo espaço de tempo, acções efectivas realizadas pelos serviços competentes para as combater. Na Península de Macau, também se verificam as actividades de corridas de carros ilegais, tendo os residentes locais descoberto que as instalações colocadas na beira da estrada, e os carros estacionados na margem das vias públicas, ficaram com marcas de pancadas. Para além disso, as pontes que ligam Macau à Taipa, são muitas vezes aproveitadas para a realização das corridas de carros ilegais, negligenciando os pilotos ilegais, a segurança física e dos bens de outros condutores. Perante esta situação, queria perguntar às autoridades quais são as medidas adoptadas no ano corrente para o combate à condução perigosa de meio de transporte, inclusivamente às corridas de carros ilegais e à condução mais rápida do que é permitido, quais são os efeitos produzidos por estas medidas, assim como, se as autoridades elaboraram novos projectos, que visam o combate mais efectivo à condução perigosa de meio de transporte.

Recebi bastantes queixas dos residentes sobre as falhas registadas nos serviços de táxi, tais como as ofertas ilegais de serviço de transporte, taxistas recusarem em prestar serviços quando é curta a corrida, e taxistas cobrarem tarifas excessivas. Perante a situação bastante grave destas irregularidades, queria saber quais são as medidas a adoptar para lhes fazer frente. Espero que as autoridades

possam prestar mais atenção a este aspecto, de modo a salvaguardar a imagem de Macau como centro mundial de turismo e lazer.

Nas reuniões de ontem e hoje, muitos colegas prestaram atenção aos trabalhos de instalação das câmaras do CCTV, assim como à insuficiência do pessoal das FSM, portanto, não vou gastar tempo para repetir as mesmas perguntas. Queria apenas manifestar o meu apoio à opinião de aproveitar os funcionários civis para recompensar a falta de agentes militarizados, que aparece por causa da existência de cada vez mais serviços a prestar na área da Segurança, por forma a aliviar as pressões sentidas. Quanto à evolução dos trabalhos de instalação do sistema de videovigilância, bem como aos lugares onde se instalam as câmaras do CCTV, temas em que se concentra a atenção da população, que quer ver, com ansiedade, efeitos positivos produzidos pelos mesmos equipamentos na manutenção da segurança e ordem pública, queria apenas perguntar ao Sr. Secretário, se se registaram casos de reclamação sobre a violação do direito à privacidade, após o início da utilização do sistema electrónico de vigilância. Espero que o Sr. Secretário partilhe connosco as respectivas informações, assim como, que explique as estratégias elaboradas para manter o equilíbrio entre a garantia da segurança pública e a privacidade pessoal.

Por fim, queria perguntar ao Sr. Secretário, se os serviços competentes vão analisar e estudar com cuidado, assim como vão dar resposta às opiniões apresentadas pelos residentes de determinadas zonas comunitárias de Macau, que pediram para instalar as câmaras do CCTV em determinados pontos críticos de segurança. Espero que o Sr. Secretário possa responder também a esta pergunta.

Estas são as dúvidas que peço para esclarecer.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Vou apresentar, em pouco tempo, as minhas opiniões que são relativamente simples.

Em primeiro lugar, queria concentrar a minha atenção em alguns fenómenos registados na RAEM, derivados do grande desenvolvimento da indústria dos jogos, assim como da transformação da economia do Território. O grande desenvolvimento e a prosperidade que aparecem num abrir e fechar de olhos, causaram grandes impactos na psicologia de muitos residentes locais, para além de atraírem a chegada e a permanência de grande quantidade de delinquentes provenientes do Interior da China ou de outros países e regiões do mundo, ameaçando a segurança pública do Território, e perturbando a tranquilidade e a paz da vida dos seus residentes. Queria saber quais são as opiniões do Sr. Secretário, perante as permutações em termos da psicologia dos criminosos e da tendência do desenvolvimento da criminalidade, registadas após a transferência da soberania de Macau, e sobretudo após a liberalização do sector do jogo. Acho fundamental a percepção do Sr. Secretário das respectivas modificações registadas na sociedade de Macau, para a definição das linhas de acção governativa, na área da

Segurança, para um território que se pretende transformar num centro de turismo e lazer.

Quando falamos da atracção de Macau para os indivíduos de lugares exteriores, não podemos deixar de prestar atenção ao fenómeno de permanência ilegal, mencionado nas LAG dos últimos anos, bem como foi abordado por muitos deputados nas reuniões de ontem e de hoje. O facto é que o número dos casos de permanência ilegal está a crescer constantemente. Segundo a análise do Sr. Secretário, não é grande a quantidade de dez ou vinte mil pessoas que permaneceram ilegalmente no Território, em comparação com o número de vinte e oito milhões de visitantes que entraram na RAEM no ano passado. No entanto, se analisarmos esta questão a partir de outra perspectiva, podemos perguntar de que viviam estes indivíduos que permaneceram ilegalmente em Macau. Será que eles trabalharam ilegalmente no Território? Se a resposta para esta pergunta for positiva, não representam um número pequeno para os trabalhadores residentes, os dez ou vinte mil trabalhadores ilegais. Penso que o Sr. Secretário percebe muito bem qual é a razão que tem levado visitantes, de número considerável, a permanecerem ilegalmente em Macau, atraídos aparentemente pelos seus monumentos e diversões. Queria ainda pedir ao Sr. Secretário para esclarecer a dúvida de que, quando se fala do número dos casos de permanência ilegal, o mesmo número é calculado a partir dos dados registados aquando da entrada no Território dos visitantes, ou tendo em conta os casos de permanência ilegal, detectados no momento da saída dos mesmos indivíduos, que permaneceram ilegalmente na RAEM. Se corresponder à realidade a última situação, até não sabemos qual é o número exacto dos indivíduos que neste momento permanecem ilegalmente em Macau. Penso que o Sr. Secretário tem a obrigação de fornecer informações claras, deixando-nos perceber melhor a situação real, isto é, perceber quantos visitantes permanecem, neste momento, ilegalmente no Território, “atraídos pelos seus monumentos e diversões”.

Perante a situação de existir grande quantidade de indivíduos que permanecem ilegalmente no Território, atraídos pelos seus monumentos e diversões, queríamos perguntar se é demasiado leve a penalização atribuída aos actos de transgressão das respectivas regras, dúvida essa que, foi manifestada há pouco por alguns colegas. O problema é que, se os transgressores das respectivas regras não se importarem de pagar a multa atribuída, as sanções definidas não podem produzir o efeito dissuasivo desejado. Como consequência disso, por mais agentes que se recrutem, as FSM não terão pessoal suficiente para detectar os casos de permanência ilegal e de trabalhadores ilegais. Se na avaliação dos resultados e efeitos produzidos pelas acções governativas realizadas, se contar com a proporção entre o número das acções de inspecção realizadas, e o número dos trabalhadores ilegais detectados, o problema será muito grave. Penso que o Sr. Secretário tem que encontrar a raiz do problema, por forma a acabar com o fenómeno de permanência ilegal, e a resolver o problema de trabalhadores ilegais. Caso contrário, por mais que se alargue o quadro das FSM, os mencionados problemas não ficarão resolvidos. Espero que o Sr. Secretário possa exprimir a sua opinião em relação a este assunto.

Sr. Secretário, o número do pessoal das FSM ocupa uma percentagem de 40% em relação ao número total dos funcionários públicos. O facto é que, dentre os diversos titulares dos principais cargos do Governo, o Sr. Secretário é o secretário que tem mais inferiores. Queria aproveitar a oportunidade de hoje, para chamar a atenção para a necessidade de realizar estudos e análises aprofundados, examinando se há espaço para o melhoramento dos

trabalhos de distribuição dos funcionários públicos, designadamente dos agentes militarizados. Penso que é preciso analisar muito bem se é razoável a proporção definida entre o número dos agentes do CPSP, da PJ e do CB, se se baseia nos resultados de investigações científicas, a definição da proporção entre o número dos funcionários civis e o número dos militarizados das FSM, e se os recursos humanos e as pessoas talentosas são bem aproveitados, antes de decidirmos a continuação no alargamento do quadro do pessoal da força policial. Os mesmos estudos e análises que podem ser feitos pelo Sr. Secretário, também podem ser feitos pelo Gabinete de Estudo das Políticas do Governo da RAEM, uma vez que na definição das políticas para alcançar o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, devem-se otimizar igualmente as políticas e os sistemas na área da segurança, de modo que estas políticas e sistemas possam permitir a criação de um centro mundial de turismo e lazer e uma cidade propícia para viver. Há pessoas que perguntam, por que é que não podemos ver patrulhas pelos polícias nas ruas da RAEM, mesmo com o recrutamento constante de agentes militarizados. Com vista a concretizar os objectivos que acabei de referir, é importante que os residentes e os turistas se sintam descansados, o que, é evidente que não se verifica na realidade. Em princípio acreditamos que os agentes são responsáveis, e a distribuição dos trabalhos é feita de forma satisfatória. No entanto, espero que o Sr. Secretário possa explicar com transparência a ordenação, definida com respeito pelo princípio de promoção e materialização de medidas e estratégias científicas, dos trabalhos a realizar na área da Segurança, de modo que os cidadãos fiquem descansados. Na realização das mencionadas investigações científicas, devem-se examinar as políticas definidas, os métodos da investigação criminal adoptados, a forma da distribuição dos recursos humanos, o grau da integridade do pessoal das FSM, e os critérios fixados para a avaliação dos resultados e efeitos produzidos. Penso que os resultados da mencionada investigação científica podem contribuir para a concretização do princípio de promoção e materialização de medidas e estratégias científicas. Espero que nas LAG elaboradas no próximo ano, possamos ver novidades que nos deixem ficar surpreendidos agradavelmente.

A propósito do problema que mencionei há pouco, e que consiste na grande quantidade de lugares fiscalizados e no pequeno número de trabalhadores ilegais detidos, dentre os quais, só uma pequena parte foi acusada pelo Ministério Público com sucesso e foi multada, sugiro ao Sr. Secretário que comunique a situação aos serviços competentes da área da Administração e Justiça, pedindo o agravamento das sanções atribuídas, de modo a produzir suficientes efeitos dissuasivos, reduzindo o número dos trabalhadores ilegais existentes em Macau e dos casos de permanência ilegal. Perante os fracos resultados obtidos com a realização de grande quantidade de trabalho, os agentes da linha de frente têm ficado muito desanimados, para não falar do desperdício dos recursos públicos. É evidente que, se não resolvermos o problema da insuficiência da penalização atribuída, não podemos prevenir e combater, com sucesso, os casos de trabalhadores ilegais e de permanência ilegal. Caso os indivíduos possam ganhar aqui muito dinheiro, e não estejam sujeitos a multas de grande valor, não pararão de exercer as mesmas actividades, transgredindo a lei.

Não me resta muito tempo, vou aproveitá-lo para abordar dois assuntos que têm a ver com a vida diária da população. Em primeiro lugar, queria prestar atenção às quatro interrupções, ocorridas no ano corrente nos serviços de telecomunicações.

Na primeira interrupção dos serviços de telecomunicações, toda a agente ficou espantada, não tendo conhecimento do que aconteceu, nem sabendo o que devia fazer, pois nem tinha possibilidade de telefonar para a linha aberta do CPSP. Que eu saiba, as FSM não foram os primeiros serviços públicos que foram avisados da ocorrência do incidente, muito embora a interrupção dos sinais de telecomunicações constituísse um perigo muito grande para a segurança física e dos bens dos residentes de Macau.

Na segunda interrupção dos sinais de telecomunicações, vieram-se muitas viaturas do CPSP e do CB circular nas estradas da RAEM. Não sei se esta é uma medida efectiva para fazer frente a este tipo de situação, nem sei se vão ocorrer mais acidentes destes no Território de Macau. Tenho a certeza, porém, de que na sessão destinada à discussão das Linhas de Acção Governativa, na área de Transportes e Obras Públicas, haverá grande atenção focalizada nos quatro incidentes de interrupção dos serviços de telecomunicações, ocorridos no ano corrente. No que diz respeito às medidas a adoptar na área da Segurança aquando da ocorrência dos mesmos acidentes, talvez sugira a emissão de mensagens através das vias possíveis, permitindo aos cidadãos o conhecimento do que aconteceu, assim como, saber quais são os meios de que dispõem para pedir auxílio à Polícia caso seja necessário. Parece-me que as FSM devem criar um mecanismo com as referidas funções. Não sei que ideias é que o Sr. Secretário tem no que concerne a este assunto.

O outro tema que queria abordar, e que tem a ver com a vida quotidiana da população, diz respeito ao trânsito. Acredito que, tal como afirmou o Sr. Director Wong Wan, a partir do próximo ano, o tráfego de Macau entrará gradualmente num período opaco com grandes problemas, em que se escavarão muitas estradas para a instalação da tubagem do gás natural, das linhas eléctricas, da rede das telecomunicações (necessidade essa que surgirá com a liberalização do mercado da rede fixa das telecomunicações, assim como com o alargamento da rede fixa existente), para o alargamento e a optimização das próprias estradas, para a construção do metro ligeiro, e para a reparação e renovação das pistas para o Grande Prémio no seu 60.º aniversário. Penso que 80% das estradas da Península de Macau e da Ilha da Taipa vão ficar afectadas. Ainda que não tenhamos conhecimento dos planos concretos sobre as obras a realizar, acreditamos que os serviços competentes das FSM têm que proceder ao planeamento prévio, distribuindo recursos humanos, reforçando a polícia com modernas tecnologias científicas, e optimizando o sistema informático, por forma a dar resposta aos novos desafios. Caso contrário, os duzentos polícias do trânsito ficarão esgotados com a confusão que se registará no trânsito de Macau. Penso que o Sr. Secretário dispõe já de estratégias e projectos preparados para a nova situação. Queria pedir-lhe, assim, informações sobre a mencionada matéria.

Obrigado.

Presidente: Muito bem. Agora vamos fazer um intervalo de trinta minutos. Depois continuaremos a reunião.

(Intervalo)

Presidente: Bom, vamos continuar a reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria prestar atenção à questão dos recursos humanos. Na sessão realizada na semana passada, destinada à discussão das Linhas de Acção Governativa, na área da Administração e Justiça, vários deputados criticaram o grande crescimento da equipa dos funcionários público. Após a exposição, pela Sra. Secretária Chan, dos respectivos dados estatísticos, as vozes que apoiam o aumento do número dos funcionários públicos começam a fazer-se ouvir na discussão das LAG, na área da Economia e Finanças e na área da Segurança, o que demonstra que fazem muito bem em comunicar mais, reflectir mais, expor mais factos e apresentar mais argumentos fundamentados, actos esses que são úteis para o tratamento da doença de Parkinson. Com vista a alcançar o objectivo de transformação de Macau num centro mundial de turismo e lazer, o Sr. Secretário tem que realizar bem os trabalhos na sua área. É de saber que, após a transferência da soberania de Macau, foram recrutados 1.302 agentes do CPSP e 572 agentes da PJ, isto é, 1.874 agentes militarizados na sua totalidade. Não sei se são suficientes. Se não forem suficientes, as FSM tem que recrutar mais polícias para assegurar a realização dos trabalhos. Até agora, felizmente, não se ouvem, na Assembleia Legislativa, vozes que critiquem o aumento do pessoal das FSM. Pelo contrário, foram apresentadas, na reunião de hoje, muitas sugestões sobre o aumento da mão-de-obra, ou seja, a luz verde está acesa para o alargamento do pessoal das FSM.

Em segundo lugar, queria exprimir a minha opinião acerca do problema da distribuição, nas vias públicas de Macau, de panfletos com conteúdos pornográficos, problema esse que, foi mencionado na reunião de ontem pela Sra. Deputada Ho Sio Kam, pelo Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, e pelo Sr. Deputado Au Kam San. Na minha opinião, a Polícia tem executado a lei, contudo, é muito difícil acabar com o mencionado fenómeno. A dificuldade no combate aos mencionados actos ilícitos, derivou das acções realizadas indevidamente por um deputado, que é um docente, e que apoiou uma senhora multada pelos agentes por ter distribuído os referidos panfletos aos transeuntes, e de ter deixado cair no chão alguns folhetos, exercendo pressões sobre a Polícia, acusando-a de abuso do poder. Perante o amparo fornecido pelos deputados aos indivíduos que distribuem panfletos com conteúdos pornográficos, como é que os agentes da linha de frente podem executar a lei, combatendo os respectivos actos ilícitos com sucesso? Não percebo a razão pela qual o respectivo deputado teve o mencionado comportamento, sobretudo quando ele é um docente, e portanto, deve ter capacidade de distinguir o bom do mau. Mencionei este incidente na intervenção antes da ordem do dia de um plenário que se realizou há um ano, e juntamente com o Sr. Deputado Leonel Alberto Alves e com o Sr. Deputado Vong Hin Fai. Neste incidente, a referida senhora foi apresentar reclamação à Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau, dizendo que foi vítima de uma represália exercida por um agente militarizado. Porém, de acordo com o relatório de investigação entregue à CFD pela unidade a que pertencia o agente envolvido, a queixosa foi multada por ter distribuído aos peões panfletos com conteúdos pornográficos, tendo deixado cair no chão alguns destes folhetos. Depois de ter sido multada, a parte continuou os mesmos actos ilícitos. Sendo assim, a Polícia acompanhou o respectivo assunto, adoptando acções. Realço que o que acabei de contar é um facto. Compreendo a preocupação da Sra. Deputada Ho Sio Kam e do Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho, preocupação essa que, é partilhada pelos numerosos

professores e pais, os quais, tal como a maioria dos colegas, apoiam os trabalhos realizados pela Polícia para combater, com rigor, os respectivos actos ilícitos. Espero que o mencionado colega não continue a apoiar as acções de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos, os quais são prejudiciais para o crescimento saudável da nova geração.

Em terceiro lugar, queria abordar a questão da implementação da Lei de Bases da Segurança Interna da Região Administrativa Especial de Macau. Sendo Macau uma cidade altamente aberta para o exterior, são frequentes a entrada e a saída do Território pelos indivíduos de lugares exteriores, tendo-se registado, no ano passado, vinte e oito milhões de passageiros em média que visitaram Macau. Assim sendo, constitui uma tarefa de importância primordial para a Polícia da RAEM, a garantia da segurança interna do Território, assim como o impedimento da entrada de elementos nocivos que ponham em causa a estabilidade de Macau. No relatório proferido na Décima Oitava Edição do Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, Hu Jintao realçou que se tinha que prevenir e impedir a intervenção nos assuntos de Hong Kong e de Macau pelas potências exteriores. Nesta situação, a Polícia de Macau tem que ser rigorosa na execução da Lei de Bases da Segurança Interna da RAEM, de modo a responsabilizar-se perante os residentes locais, por um lado e por outro, a assumir a responsabilidade de garantir a segurança do seu País.

Ainda me lembro muito bem dos incidentes ocorridos em 2009, altura em que se apreciava, na RAEM, o artigo 23.º da Lei Básica sobre a segurança nacional, nos quais vários indivíduos de lugares exteriores foram proibidos de entrar no Território. Como reacção aos mencionados incidentes, mais indivíduos de lugares exteriores procuraram entrar na RAEM, tendo sido organizados, em Macau, desfiles até à Sede do Governo, onde se provocaram distúrbios, pretendendo as potências exteriores intervir nos assuntos da RAEM, desafiando o estado de direito do Território, e perturbando a vida tranquila dos residentes de Macau. Estas experiências mostraram que há toda a necessidade de reforçar o controlo da entrada no Território pelos indivíduos suspeitosos, executando a respectiva lei, necessidade essa da qual não temos dúvida. Tal como disse o Sr. Secretário, todos os países e regiões do mundo têm as suas políticas quanto ao controlo da entrada no seu território pelos indivíduos de lugares exteriores, mantendo-se muitos assuntos confidenciais para a garantia da segurança do território, assuntos esses que não são revelados ao público. Basta olhar para os vinte e oito milhões de passageiros em média que visitaram Macau no ano passado, perceberemos mais ou menos porque é que alguns indivíduos foram proibidos de entrar no Território. Acredito que no futuro, a Polícia da RAEM se deparará com muitos desafios no respeitante aos assuntos migratórios. Espero que as FSM possam guardar muito bem as portas de Macau, reforçando a formação do seu pessoal, de modo que o mesmo tenha mais jeito para o tratamento dos assuntos semelhantes.

Estes são os meus conselhos e opiniões sobre os assuntos situados na área da Segurança. Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Secretário. Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário:

Pode não ser errada a afirmação de que não se tem registado grande êxito nos trabalhos realizados na área da Segurança, se concentrarmos a atenção na examinação do talento do Sr. Secretário. No entanto, a negação da qualidade dos mesmos trabalhos constitui uma injustiça para o pessoal das FSM e para os seus colegas, pois são excelentes, os dirigentes de algumas corporações das Forças de Segurança de Macau, os quais têm contribuído muito para o bem dos residentes e da sociedade de Macau, tendo conseguido o reconhecimento e o elogio da população local. Porém, no respeitante aos serviços prestados nos postos fronteiriços, há ainda espaço para o melhoramento. Antes de tudo, queria aproveitar a oportunidade de hoje, para transmitir o agradecimento dos cidadãos de Macau ao Sr. Secretário e aos agentes da linha de frente das FSM, os quais, durante os dois anos passados, a contar a partir da data da entrada em vigor da Lei de proibição de prestação ilegal de alojamento, prestaram grandes esforços para combater as pensões ilegais, trabalhando com dedicação de dia e de noite, tendo detectado muitos estabelecimentos ilegais, e tendo garantido a estabilidade da sociedade, onde os residentes vivem tranquilamente e trabalham felizes.

Nas LAG para o próximo ano, na área da Segurança, anuncia-se o seguinte: “(...) sempre que tivermos notícia ou detectarmos unidades habitacionais a serem usadas como hotéis ilegais, daremos de imediato conta aos serviços competentes, por forma a que intervenham e procedam às operações de encerramento do local, prosseguindo a Polícia a investigação quanto às eventuais actividades ilícitas ali praticadas”. O facto é que tanto nas LAG, como nas respostas atribuída às perguntas dos deputados, o Sr. Secretário prometeu envidar grandes esforços para combater pensões ilegais. Sendo assim, acredito que os seus inferiores vão realizar os respectivos trabalhos com grande entusiasmo, de acordo com a política definida pelo Sr. Secretário. Pese embora o facto da permanência das pensões ilegais (as quais não desaparecerão de um dia para o outro, como é evidente), agradecemos o apoio ao Sr. Secretário, esperando que o Senhor seja persistente no combate a pensões ilegais, de modo a garantir um ambiente puro e tranquilo aos residentes de Macau.

Em seguida vou voltar a apontar para o problema que se regista no trânsito no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, onde se costumam acumular grande quantidade de camionetas com dois tipos de matrículas, pertencentes às empresas do jogo ou às agências de viagens. Com efeito, após a transferência da soberania de Macau, deram-se grandes modificações no Território, que se tem desenvolvido a grande velocidade, tendo-se aumentado muito o número dos passageiros que passam as fronteiras, os quais constituem uma grande pressão para os respectivos agentes da linha de frente das FSM. Quando falamos da grande quantidade de trabalho realizado pelo pessoal do Serviço de Migração, queria chamar a atenção para as mencionadas camionetas dos casinos e das agências de viagens, as quais passam frequentemente as fronteiras sem necessidade (só para depois pararem no parque de estacionamento próprio para o seu uso), sobrecarregando os agentes que trabalham no respectivo posto fronteiriço, desperdiçando os recursos humanos e financeiros, bloqueando o trânsito e perturbando as deslocações dos residentes de Macau. Muitos cidadãos da RAEM queixaram-se deste fenómeno, tendo pedido para eu mencionar, na reunião de hoje, este problema que aumenta a pressão exercida sobre os agentes da linha de frente. Além das grandes pressões provenientes do trabalho, ainda existem muitos outros problemas nos diversos órgãos das FSM, sobre os quais não vou gastar tempo para os mencionar, uma vez que muitos colegas, tais como o Sr. Deputado

Chan Meng Kam, prestaram atenção a esse aspecto nas reuniões de ontem e de hoje. É de saber que os militarizados estão preparados para serem chamados a qualquer hora, portanto, muitas vezes não conseguem ter um relaxamento completo mesmo depois de saírem do emprego. No entanto, os numerosos problemas existentes na gestão dos recursos humanos, relacionados com a distribuição do pessoal, com a atribuição de prémios, e com as oportunidades de promoção, não ajudam a fortalecer a qualidade psicológica que é exigida aos agentes militarizados.

O Sr. Secretário já uma vez mencionou o plano que visava a realização de uma investigação científica sobre as necessidades dos serviços de aconselhamento psicológico, por forma a fornecer dados científicos que orientam os trabalhos de optimização da qualidade psicológica geral dos agentes militarizados. Acho muito importantes estes trabalhos. Todavia, nas LAG para o próximo ano, não se encontram referências sobre este aspecto. Sendo assim, duvido que o Sr. Secretário não atribui atenção suficiente aos seus inferiores.

O assunto que analisarei a seguir diz respeito à criminalidade informática. A grande evolução e a crescente popularidade da tecnologia informática e de rede, registadas nos últimos anos, conduzem a que aumente o número dos criminosos que utilizam a *internet* para cometer crimes, tais como burla através da *internet*, burla da “extorsão por telefone”, e burla informática relativamente a cartões de levantamento de dinheiro. Segundo os dados estatísticos publicados pelas FSM, no ano passado foram detectados cento e vinte e tal casos de burla informática ou burla através da *internet*. No início do ano corrente houve, nos jornais, uma notícia sobre um caso de burla, no qual uma funcionária pública perdeu oitocentas mil patacas. Na semana passada, alguns residentes locais e trabalhadores não residentes tornaram-se vítimas de uma burla informática. Nos primeiros dez meses do corrente ano, houve quatro Bancos que participaram casos de burla informática relativamente a cartões de levantamento de dinheiro. Para além disso, pediram ajuda à Polícia da RAEM, trinta e três indivíduos que duvidavam que os dados do seu cartão de levantamento de dinheiro foram furtados. É de saber que os grupos criminosos ainda costumam criar páginas electrónicas, através das quais espalham informações pornográficas, assim como vendem *softwares* de computador, e cassetes de canções e de filmes piratas, situação essa que foi mencionada há pouco pelo Sr. Deputado Tsui Wai Kwan e pela Sra. Deputada Ho Sio Kam. Apresento aqui o nosso agradecimento aos serviços competentes, os quais detectaram, em Junho do ano corrente, um crime de violação do direito de autor que envolve vídeos *on-line*, tendo atingido o lucro obtido doze milhões de patacas. Os dados supra referidos mostraram que é grave a criminalidade informática. No entanto, depois de analisar o número de crimes detectados nos primeiros três trimestres do ano corrente, o Sr. Secretário chegou à conclusão de que é estável, a situação da segurança pública do Território. Cada cabeça, sua sentença. Penso que muitos dos residentes de Macau não têm a mesma ideia. Notei que nas tipologias dos crimes publicadas, não há referências sobre crimes informáticos ou crimes de *internet*. Assim sendo, não sei se o Sr. Secretário está consciente da gravidade da situação da criminalidade informática, a qual não só ameaça a segurança dos bens dos cidadãos, como também influencia negativamente os jovens-adolescentes, corrompendo-os com as imagens pornográficas. Nos últimos anos, o Sr. Secretário tem colocado grande ênfase na implementação da política de reforço da polícia com modernas tecnologias científicas, bem como na inspecção e no combate a actos ilícitos na rede. A propósito disso, queria pedir ao Sr. Secretário para fornecer informações sobre as acções de inspecção que se realizam regularmente à rede, sobre o

combate atempado a crimes informáticos, assim como sobre a penalização, segundo a lei, dos crimes públicos detectados.

Na reunião de ontem, a Sra. Deputada Kwan Tsui Hang chamou a atenção para a necessidade de estabelecer a cooperação judiciária em matéria penal inter-regional. A mesma deputada mencionou alguns casos em que os dados dos cartões de levantamento de dinheiro foram furtados, e foram aproveitados para levantar dinheiro no Interior da China. No entanto, como não existe a cooperação judiciária em matéria penal entre a RAEM e o Interior da China, não se pode realizar averiguações efectivas, por forma a apreender os respectivos criminosos. Perante o facto de que, devido à inexistência da cooperação judiciária em matéria penal entre Macau e a China Continental, assim como entre Macau e as regiões vizinhas, os residentes não são protegidos dos actos ilícitos praticados pelos delinquentes de lugares exteriores, é urgente aperfeiçoar o sistema jurídico da RAEM, por forma a proteger os direitos e interesses legítimos dos seus residentes. Na realidade, nas LAG para o ano de 2010, na área da Administração e Justiça, anuncia-se o plano da elaboração do projecto de cooperação judiciária em matéria penal inter-regional, ao passo que nas LAG para o ano de 2011, na mesma área, refere-se o início dos estudos que visam a concretização do mesmo plano. Nas LAG para o ano de 2012, a Sra. Secretária Chan fala outra vez da elaboração do projecto supramencionado, trabalho esse que, porém, ainda não se concluiu até ao momento. Acho que temos que prestar muita atenção a este assunto. Embora a grande demora na elaboração do mencionado projecto tenha a ver com a não actuação dos órgãos na área da Administração e Justiça, a qual tem conduzido à desactualização da legislação de Macau (razão pela qual o Sr. Deputado José Maria Pereira Coutinho pediu a exoneração da Sra. Secretária Chan), o Sr. Secretário tem a obrigação de colaborar nos respectivos trabalhos, de modo que os trabalhos de elaboração do projecto de cooperação judiciária em matéria penal inter-regional possam concluir-se o mais rapidamente possível. O Sr. Secretário costuma dizer que é o utilizador das instalações, e que as FSSM são responsáveis pela execução da lei. Sendo assim, queria perguntar ao Sr. Secretário se analisou, com profundidade, o sistema jurídico da RAEM, detectando as lacunas existentes. O caso mencionado pela Sra. Deputada Kwan Tsui Hang é um caso ocorrido na realidade, não sendo nenhuma imaginação para a discussão teórica. Portanto, espero que o Sr. Secretário utilize o seu poder e de acordo com as competências que lhe são atribuídas, para acelerar os trabalhos de aperfeiçoamento da legislação em vigor, nomeadamente os trabalhos da elaboração do mencionado diploma legal.

Sr. Secretário, tal como mencionaram muitos colegas, o desenvolvimento económico estimula o crescimento constante do número de veículos motorizados. Porém, a insuficiência dos parques de estacionamento, decorrente das falhas no planeamento feito pelos serviços competentes, tem agravado a situação da infracção das respectivas regras rodoviárias. Segundo contaram alguns residentes da zona da Areia Preta, uma loja que vende viaturas de segunda mão, ocupa ilegalmente os parques de estacionamento públicos durante longo espaço de tempo, estacionando nesses parques, automóveis de segunda mão para venda, com a respectiva publicidade afixada dentro dos veículos. Trata-se de acções de violação da Lei do Trânsito Rodoviário, que prejudicam os interesses dos residentes daquela zona. Mencionei este problema várias vezes na intervenção antes da ordem do dia da Assembleia Legislativa, a pedido dos mesmos residentes. Não sei se o Sr. Secretário ouviu a respectiva opinião expressa por mim. O facto é que a situação em destaque não melhorou, continuando os automóveis de segunda mão à venda a ocupar os parques de estacionamento públicos, pese embora o facto

de os agentes de trânsito terem bloqueado os respectivos veículos. O problema é que os mesmos agentes não acompanharam o assunto, nem consideraram a necessidade de remoção desses veículos. Sendo assim, o dono da mencionada loja só precisa de pagar uma pequena quantia de multa, para usufruir ilegalmente os parques de estacionamento públicos durante longo espaço de tempo. Não será esta uma grande ironia, que reflecte uma situação típica de actuação sem olhar para os objectivos? Sr. Secretário, anuncia-se, nas LAG para o próximo ano, que o Departamento de Trânsito do CPSP será particularmente rigoroso com o estacionamento e a sua legalidade, por forma a acabar com as situações caóticas registadas nas vias públicas. Não obstante a definição da referida política, o problema supramencionado permanece durante meses sem ser resolvido, mesmo com a chamada de atenção repetida nas reuniões da Assembleia Legislativa, na intervenção antes da ordem do dia, e com a apresentação de muitos pedidos aos serviços competentes pelos residentes locais. Sr. Secretário, podia explicar a razão que conduziu a este resultado?

Queria também prestar atenção aos trabalhos de instalação do sistema electrónico de vigilância, questão abordada por muitos colegas. Entrou em vigor em Abril do ano corrente, a Lei n.º 2/2012, intitulada “Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos”, tendo o director do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais emitido o parecer para a instalação do primeiro lote das câmaras do CCTV. Portanto, os serviços competentes já obtiveram a autorização para a instalação do mesmo sistema. Tenho pena de que as primeiras câmaras do CCTV sejam instaladas nas instalações das diversas corporações das FSM, assim como nas vias públicas à volta das mesmas instalações, o que não permite, a meu ver, atingir os objectivos de reforçar a polícia com modernas tecnologias científicas, diversificar os métodos da investigação criminal, e garantir a segurança pública das zonas comunitárias, objectivos esses que, se pretendem atingir com a instalação das primeiras quatrocentas câmaras do CCTV. Sendo assim, queria chamar a atenção às autoridades para a importância e urgência na instalação do sistema de videovigilância nos lugares adequados.

Basta observar um acidente ocorrido no mês passado na Ponte de Amizade, para perceber a urgência na instalação do sistema de videovigilância nos lugares adequados. Como todos sabem, na mencionada Ponte ocorreram, ao longo do tempo, numerosos acidentes de viação, dos quais resultaram muitos casos de morte e ferimentos graves, situação essa que constitui a razão principal para a criação da via especial para ciclomotores e motociclos na Ponte de Sai Van. O facto é que a inexistência do sistema electrónico de vigilância, tem conduzido à impossibilidade de conhecimento do que ocorreu na realidade, tornando mais difíceis as acções de investigação criminal, nomeadamente sobre os acidentes de viação. No mês passado, na Ponte de Amizade, ocorreu um acidente de viação grave, no qual se chocaram um táxi e uma mota, e o qual originou a morte do condutor da mota, tendo o táxi fugido sem ter prestado auxílio nem ter participado o caso aos serviços competentes. Se estivesse instalado, na Ponte em causa, o sistema de videovigilância das vias públicas, a ocorrência do acidente podia ser detectada, e o taxista não podia livrar-se da respectiva responsabilidade. Pois até agora, a Polícia não revelou ao público a decorrência do mencionado acidente, realizando a justiça em favor da vítima.

Queria perguntar ao Sr. Secretário se o primeiro lote das câmaras do CCTV, que acabei de mencionar, não faz parte das quatrocentas câmaras do CCTV, referidas repetidamente pelas autoridades noutras

ocasiões, e com cuja instalação se pretende atingir um conjunto de objectivos específicos. Será que a instalação desse primeiro lote das câmaras do CCTV, tem apenas o objectivo de cumprir a norma prevista na Lei n.º 2/2012, de que as forças e serviços de segurança da RAEM disponham de um prazo de 90 dias após a entrada em vigor da mesma Lei, para adaptar os sistemas de videovigilância, pelos quais são responsáveis, às disposições da Lei em causa?

Muitos problemas relativos ao trânsito foram mencionados pelos colegas, e aqui não vou repetir. Vou simplesmente prestar atenção à política do trânsito de promover a segurança rodoviária, prevenindo e reprimindo a condução perigosa, definida nas LAG para o próximo ano, e que se pretende concretizar mediante a adopção das acções nos nove aspectos, nomeadamente as acções de luta contra a condução sob embriaguez, contra a violação da sinalização luminosa, contra o estacionamento ilegal, e contra o não uso do cinto de segurança. Não pretendendo negar a importância das mencionadas acções, queria apenas chamar a atenção para os actos de transgressão das normas rodoviárias, ocorridos com grande frequência, e que causam muitos problemas no trânsito, os quais são precisamente o acto de falar ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão, e a não cedência da passagem a peões nas passeadeiras. Com efeito, nas reuniões de ontem e de hoje, muitos colegas apontaram para a gravidade dos referidos problemas, os quais o Sr. Secretário ignora, talvez porque o Senhor tem o motorista que presta os respectivos serviços, tendo a possibilidade de falar ao telefone à vontade, segurando o telemóvel na mão. Esta deve ser a razão que leva à ausência dos mesmos conteúdos nas LAG para o próximo ano.

A propósito disso, queria contar ao Sr. Secretário um episódio verdadeiro, que ocorreu no sábado passado, na Avenida do Ouvidor Arriaga onde as viaturas circulavam em duas faixas de rodagem, e em que um condutor feminino guiava um Mercedes-Benz, falando ao telefone e segurando o telemóvel numa mão. De repente, a condutora, que talvez estivesse a conversar com o namorado, virou o volante para o lado esquerdo, o que fez com que uma mota ao lado batesse no automóvel preto que circulava à sua esquerda. Vendo isto, o Mercedes-Benz que provocou o acidente foi-se embora rapidamente, tendo deixado uma confusão atrás. Os condutores da mota e do automóvel preto pararam o seu veículo no meio da estrada, discutindo a recompensa a pagar, bloqueando o trânsito e causando grandes insatisfações de outros condutores. Por fim, verificando que o veículo não ficou muito riscado, o condutor do automóvel não insistiu em pedir a recompensa. O que acabei de mencionar foi um facto que se registou na realidade, sendo inúmeros, os casos semelhantes ocorridos. Assim sendo, queria pedir uma maior atenção ao Sr. Secretário para estes problemas. É de saber que, no artigo 16.º da Lei n.º 3/2007, intitulado “Lei do Trânsito Rodoviário”, está estipulado expressamente que seja proibido ao condutor, durante a condução do veículo, o uso de telemóveis, sendo punido com multa de seiscentas patacas quem infringir o mesmo disposto. Segundo o Sr. Secretário, no ano passado (ou no ano corrente, não me lembro bem) foram detectados novecentos casos de violação da mencionada regra, isto, da regra da proibição do uso de telemóveis durante a condução do veículo. Não sei que opinião é que os colegas têm, em relação à qualidade dos trabalhos de execução da lei, realizados pelos agentes de trânsito, no que diz respeito à detecção e à penalização dos transgressores da mencionada regra. Volto a pedir ao Sr. Secretário para reforçar as acções de combate aos condutores que falem ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão, ainda que se trate de uma tarefa difícil de realizar.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Esta é a segunda pergunta que queria apresentar.

Tong Io Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Na discussão das LAG, na área da Segurança, tenho o prazer de exprimir a minha satisfação com a situação geral da segurança pública da RAEM, ainda que queira chamar a atenção para a existência de problemas em vários aspectos.

Em primeiro lugar, gostaria de apontar para a necessidade de adoptar estratégias efectivas, reordenando e reorganizando os espaços dos postos fronteiriços, por forma a fornecer o maior conforto e a maior conveniência aos passageiros que queiram atravessar as fronteiras. Tenho o hábito de ouvir rádio todos os dias, prestando uma atenção especial ao programa no qual os residentes contam as suas insatisfações, criticando as falhas na Administração Pública. É de saber que o melhoramento dos serviços nos postos fronteiriços é um desejo manifestado por numerosos cidadãos no referido programa, necessidade essa para a qual muitos deputados prestaram atenção. Com efeito, o aumento incessante do número dos turistas que visitam a RAEM, o qual atingiu vinte e oito milhões de pessoas em média no ano passado, constitui uma pressão enorme para o pessoal dos postos fronteiriços, o qual precisa de verificar também a identidade dos residentes de Macau que saem e voltam para o Território frequentemente. Chamou a nossa atenção a opinião expressa pelos residentes do Interior da China que visitaram várias vezes Macau, os quais se queixaram do longo tempo de espera, às vezes expostos ao sol, pela passagem nas fronteiras, pedindo o melhoramento dos respectivos serviços. Tendo em consideração a grande importância do sector turístico para a economia de Macau, e a dependência de muitos outros sectores dos turistas que chegam dos diferentes países e regiões do mundo, temos que ultrapassar os obstáculos colocados pelas limitações no espaço e nos recursos humanos, de modo a agradar mais aos visitantes de Macau. Acho que este é o primeiro aspecto ao qual o Governo tem que prestar muita atenção.

Em segundo lugar, queria apontar para a existência de muitas camionetas que, depois de passarem a fronteira de Macau, não seguem em frente, passando a fronteira de Gongbei. O que se regista na realidade é que, em vez de entrarem na China Continental, estas camionetas entram numa via subterrânea, voltando para a parte de Macau, entupindo as estradas que ligam o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e o Posto Fronteiriço de Gongbei, situação essa que foi mencionada há pouco pelo Sr. Deputado Ung Choi Kun. Por causa disso, enquanto há grandes engarrafamentos na parte de Macau, na parte de Gongbei, é relativamente pequena a quantidade de veículos a circular. Devido à razão exposta, é ainda mais devagar passar as fronteiras de carro do que a pé. Esta situação causa muitas insatisfações aos passageiros que passam as fronteiras de carro. O facto é que nos grandes engarrafamentos, as filas de automóveis se estendem até ao Canal dos Patos, na parte de Macau, ao passo que na parte da China, na chamada “Zona não governada por ninguém”, está acumulada grande quantidade de viaturas, não havendo muitos veículos no Posto Fronteiriço de Gongbei. Queria saber se as autoridades podem elaborar estratégias para resolver este problema.

O terceiro assunto que queria abordar tem a ver com a necessidade de recrutar mão-de-obra suficiente para assegurar a realização dos trabalhos na área da Segurança, os quais se multiplicarão nos próximos anos, com a entrada em funcionamento da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, do metro ligeiro e do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin. Não sei se as autoridades já fizeram previsões sobre os recursos humanos necessários, para satisfazer as necessidades a surgir com a conclusão das obras de construção de um conjunto de infraestruturas, analisando se os actuais projectos de formação dos agentes do CPSP e do CB, podem garantir o preenchimento das vagas das respectivas carreiras. Se a resposta para a última pergunta for negativa, queria saber quais são as medidas que se adoptarão para fazer frente aos novos desafios. Segundo afirmou o Sr. Secretário há pouco, a formação do pessoal do CPSP e do CB precisa de tempo: são necessários pelo menos oito meses (não sei se ouvi mal) para a formação de agentes que pretendem ingressar nas carreiras das FSM. Para a formação dos agentes experientes, é preciso ainda muito mais tempo. Perante esta situação, e perante a inadequação da força policial auxiliar para a realidade de Macau, penso que as autoridades precisam de elaborar planos com cuidado, dando conta às necessidades da mão-de-obra que surgirão em diversas vertentes, nomeadamente para resolver os problemas expostos há pouco.

O quarto assunto ao qual queria prestar atenção diz respeito à segurança das informações armazenadas nos telemóveis. Com a evolução veloz da tecnologia electrónica e das telecomunicações, aparecem frequentemente *smartphones* novos no mercado. Quase toda a gente gosta de *smartphones*, que têm muitas funções e podem armazenar grande volume de informações, excepto os indivíduos conservadores como eu, pois para mim, são estranhos estes telemóveis que não têm botões para carregar, para além de não ter eu confiança suficiente na segurança das informações neles armazenadas. A grande popularização dos *smartphones*, e o descarregamento de muitos programas nesses telemóveis de alta tecnologia, porém, começam a ser aproveitados pelos delinquentes para a prática de actos ilícitos, tais como o furto das informações pessoais para emitir mensagens ilegais através do e-mail, destruindo o sistema informático do computador ou telemóvel do seu destinatário, para roubar as informações alheias, e para obter interesses financeiros indevidos. Segundo contaram alguns cidadãos, eles não fizeram chamadas para os países estrangeiros nem sabem mandar SMS, no entanto, as empresas de telecomunicações cobraram-lhes despesas de valor avultado, dizendo que tinham fornecido os mencionados serviços. Sendo assim, estes cidadãos duvidam da ocorrência de crimes. Perante esta situação, queria perguntar ao Sr. Secretário, se as FSM costumam manter comunicação com as empresas de telecomunicações, assim como, se costumam reunir-se com as mesmas empresas, trocando informações e opiniões sobre as novas modalidades da criminalidade que têm a ver com as avançadas tecnologias de telecomunicações, examinando se existem lacunas no fornecimento dos serviços, que possam ser aproveitadas pelos criminosos, ou pelo menos, pelos indivíduos que querem revelar a privacidade de outrem. Na minha opinião, acho que os serviços competentes das FSM devem tomar a iniciativa de detectar o que está a ocorrer na sociedade de Macau, que ponha em causa a segurança das informações pessoais e dos bens dos residentes da RAEM, aproveitando os *smartphones* que estes utilizam. Os mesmos serviços competentes devem ainda intervir nos casos duvidosos, mantendo contacto e promovendo intercâmbio com o respectivo sector, reforçando a respectiva sensibilidade, e

adoptando medidas preventivas. Este é o quarto assunto para o qual queria chamar a atenção às autoridades, ainda que esteja consciente de que constitui uma tarefa muito difícil, acompanhar a evolução da tecnologia e da rede, cuja renovação requer suficiente liberdade, daí a dificuldade no controlo.

Por fim, queria prestar atenção à questão da instalação do sistema electrónico de vigilância. Ainda me lembro muito bem das discussões realizadas na apreciação do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos, tendo alguns deputados assumido uma posição opositiva, baseando-se na necessidade da protecção da privacidade pessoal. Apontei naquela altura para a preocupação tida pelos cidadãos em geral, e manifestada pelos meios de comunicação social. Depois da discussão durante longo espaço de tempo, ponderando os prós e os contras, finalmente, a proposta de lei em causa foi aprovada pela Assembleia Legislativa. Foi decidida, assim, a instalação, em espaços públicos de Macau e pela primeira vez, das câmaras do CCTV, o que é vulgar em muitos países e regiões do mundo. É de saber que, muitos crimes que não havia possibilidade de ser detectados antigamente, passaram a poder ser detectados com a instalação do sistema electrónico de vigilância, o que podemos ver nas séries televisivas. Segundo anunciou o Governo, no ano corrente vão-se instalar no Território mais de mil câmaras do CCTV (se não tiver feito mal a conta). De acordo com as informações reveladas, as respectivas câmaras serão instaladas primeiro nos postos fronteiriços e nos órgãos das FSM, por forma a facilitar a investigação criminal e garantir a segurança pública. A propósito disso, tenho a dúvida de que os crimes não ocorrem apenas nos mencionados lugares. Sendo assim, queria perguntar quais são os critérios utilizados para tomar a decisão sobre os lugares onde se instalarão as câmaras do CCTV. Pois há sempre opiniões diversificadas sobre as decisões que devem ser tomadas. Claro que se o Sr. Secretário achar que estes critérios são considerados pela Polícia como informações confidenciais na área da segurança pública, não insisto em pedir ao Senhor para fornecer as respectivas explicações. Caso contrário, espero que o Sr. Secretário possa esclarecer a nossa dúvida, mantendo a transparência deste assunto. Passados vários meses a contar a partir da data da entrada em vigor do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos, queria pedir ao Sr. Secretário que conte a evolução dos respectivos trabalhos, os efeitos produzidos, e as reclamações recebidas sobre a violação da privacidade pessoal.

São horas para terminar, embora tenha ainda perguntas para fazer. Espero que o Sr. Secretário possa responder às perguntas que apresentei, de modo que as minhas dúvidas possam ficar esclarecidas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Srs. membros do Governo,

Caros Colegas:

Nas reuniões de ontem e de hoje, os colegas prestaram muita atenção ao problema de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos. Em resposta às perguntas dos deputados, o Sr. Secretário forneceu, ontem, alguns dados estatísticos sobre o número dos respectivos indivíduos acusados pelo Ministério Público no ano passado e no ano corrente. Como houve deputados que

consideram os actos de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos, simplesmente como actos de transgressão do Regulamento geral dos espaços públicos, queria pedir esclarecimento ao Sr. Secretário, pedindo-lhe para indicar se os indivíduos que realizaram a acção de distribuição de panfletos com conteúdos pornográficos na rua, são acusados por terem cometido o crime de lenocínio, se os delegados do procurador do Ministério Público procederão à investigação criminal e apresentarão a respectiva acusação, se delegados do procurador diferentes têm critérios diferentes para a atribuição do crime de lenocínio, se os respectivos processos ainda estão em averiguação pelo Ministério Público, se já foram apresentadas as respectivas acusações, se os mesmos processos já estão arquivados, assim como, se os respectivos processos já foram entregues ao Tribunal de Base para o julgamento, no caso de terem sido apresentadas acusações. Fiz estas perguntas, porque segundo as informações publicadas em Junho do ano corrente, a Polícia conseguiu levantar um processo penal contra uma senhora, que tinha sido acusada, por vinte e tal vezes, nos últimos dois anos, de ter violado as normas do Regulamento geral dos espaços públicos, entregando-a ao Ministério Público. Todos os deputados e cidadãos interessados pedem à Polícia para acompanhar os respectivos casos, verificando se as respectivas acções de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos, são consideradas simplesmente como actos de transgressão do Regulamento geral dos espaços públicos, ou são consideradas crimes de lenocínio. Acho que devemos prestar muita atenção a esta diferença.

O outro tema em que se concentrou a atenção dos colegas, tanto na reunião de ontem, como na reunião de hoje, é precisamente os trabalhos de implementação do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos. Pela minha parte, queria realçar a importância do sistema de videovigilância para a protecção da segurança física dos transeuntes que atravessam as estradas nas passadeiras. Perante a situação grave de os condutores fumarem ou falarem ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel ou o cigarro na mão, os colegas exprimiram as suas opiniões, sugerindo tomar medidas rigorosas, mandando mais agentes de trânsito (ou outros funcionários) fazer a inspecção, multando os transgressores das regras rodoviárias. Chamo a atenção para o conteúdo da alínea 4) do artigo 5.º da Lei n.º 2/2012, intitulada “Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos”, na qual está disposto que seja permitida a utilização de sistemas de videovigilância para o fim de prevenção e segurança rodoviária de pessoas e bens. Segundo a Lei supramencionada, a Polícia de Macau e a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, devem executar a lei utilizando o sistema electrónico de vigilância para vigiar as vias públicas, garantindo a segurança dos transeuntes. Sob a condição de satisfação da necessidade de respeitar o direito à privacidade dos cidadãos, a recorrência ao sistema de videovigilância pode proporcionar uma maior cientificidade na execução da lei, do que a execução da lei pelos agentes de trânsito, pois com a utilização do sistema de videovigilância, a acusação dos actos de violação das regras rodoviárias, é apoiada sempre pelas gravações do sistema em causa. Espero que as autoridades ponderem com cuidado a possibilidade de adoptar o sistema de videovigilância, que é, em comparação com outros meios existentes, o meio mais efectivo, mais legítimo e mais razoável, utilizado para vigiar as passadeiras, produzindo efeitos dissuasivos sobre os condutores dos veículos motorizados. Os mesmos condutores passarão a parar sempre em frente das passadeiras ou das passagens para peões, pois têm receio de que a sua acção de transgressão das regras sejam filmadas pelo sistema de videovigilância, e de que sejam multados automaticamente. Espero

que as autoridades possam ponderar a viabilidade de adopção desta minha sugestão.

Em terceiro lugar, queria prestar atenção à falta do espaço sentida pelo Estabelecimento Prisional, problema esse acerca do qual os colegas exprimiram muitas opiniões. Segundo a apresentação feita pelo Sr. Secretário, as obras de construção do novo Estabelecimento Prisional concluir-se-ão só daqui a quatro anos, não estando a correr bem as obras de alargamento da cadeia antiga. Perante esta situação e tendo em conta a tendência do aumento do número dos reclusos, registada nos últimos anos, queria perguntar ao Sr. Secretário, qual é o projecto complementar que tem e que visa a satisfação das necessidades que surgirão no futuro próximo, pois mesmo que as obras de alargamento se concluam no próximo ano, o aumento do espaço pode não acompanhar o ritmo de crescimento dos reclusos. Na reunião de ontem, houve colegas que sugeriram a negociação com os órgãos judiciais de outros países e regiões, de modo a estabelecer a coordenação judicial que permita o cumprimento da pena de prisão pelos reclusos do Estabelecimento Prisional de Macau, no território da sua residência original. Trata-se de uma política a médio ou a longo prazo, não podendo resolver os problemas que surgem dentro do curto prazo. Sendo assim, se a minha preocupação vier a tornar-se uma realidade, queria saber quais são as medidas que o Governo vai tomar para satisfazer as necessidades.

Estas são as perguntas que queria apresentar. Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

Cheung Lup Kwan: Sr. Presidente.

Sr. Secretário,

Caros Colegas:

Em primeiro lugar, queria exprimir o meu reconhecimento da qualidade dos trabalhos realizados na área da Segurança, afirmando o grande melhoramento registado, comparando os serviços prestados na actualidade e os serviços prestados antes da transferência da soberania de Macau. Claro que há ainda espaço para o melhoramento. Acho que o Sr. Secretário não merece a grande crítica, feita todos os anos por uma parte dos deputados. No início senti-me muito mal ao ouvir as censuras acrimoniosas. Com o passar do tempo, já me habituei a estas palavras excessivas. Em seguida queria aproveitar a oportunidade de hoje para exprimir algumas opiniões. Houve indivíduos que me pediram para apontar para a existência de problemas na passagem das mercadorias pelo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, apesar do melhoramento registado na passagem das pessoas pelo mesmo posto fronteiriço. No ano corrente, na altura da realização da Feira de Produtos Famosos e de Boa Qualidade, as mercadorias que pretendiam participar na mesma Feira foram retidas pelas autoridades do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco (ou do Posto Fronteiriço de Gongbei, não se sabe muito bem). Como consequência disso, as respectivas empresas perderam a oportunidade de participar na mencionada Feira, apesar de terem feito todos os preparativos. O Posto Fronteiriço das Portas do Cerco pode não ter a ver com este assunto. Queria chamar a atenção para a necessidade de prestarmos apoio nesta situação, ajudando a resolver o problema, de modo a acalmar os respectivos comerciantes, mantendo a boa imagem de Macau. No fundo, a organização da referida Feira é positiva para a economia da RAEM.

No que concerne à realização das patrulhas pelos agentes durante a noite, acho que este é um trabalho simples, fácil de ser realizado. Acredito que as autoridades fizeram a distribuição do respectivo trabalho. Resta verificar se os agentes responsáveis falharam no cumprimento das mesmas funções, procurando um maior conforto. Espero que as autoridades possam prestar uma maior atenção a este problema, acabando com o fenómeno de não se ver agentes patrulhar durante a noite, problema ao qual muitos deputados prestaram grande atenção.

Na instalação do sistema de videovigilância, muitas pessoas reivindicaram a salvaguarda da privacidade. Na minha opinião, para uma cidade pequena com alta densidade populacional como a de Macau, é extremamente útil a instalação do sistema electrónico de vigilância. O acidente mencionado por um colega há pouco, em que um táxi chocou contra uma mota e fugiu sem prestar auxílio ao condutor da mota, que acabou por morrer na Ponte de Amizade, ilustra muito bem a necessidade de instalar câmaras do CCTV nas vias públicas, de modo a evitar a repetição das mesmas tragédias. Neste aspecto podemos aprender com as experiências de Taiwan, onde o sistema de videovigilância funciona muito bem, tendo contribuído muito para a detenção dos criminosos e dos acidentes de viação, 90% dos quais foram detectados com o auxílio do sistema electrónico de vigilância. Num território tão pequeno como Macau com grande densidade demográfica, para manter uma privacidade absoluta, tem que se ficar em casa, uma vez que as ruas são espaços públicos. Há pouco, um deputado perguntou se as quatrocentas câmaras do CCTV serão instaladas todas nos órgãos das FSM. Acho que esta pergunta merece a nossa atenção. A propósito disso, queria perguntar ao Sr. Secretário se a decisão dos lugares onde se instalam as câmaras do CCTV é tomada exclusivamente pelas FSM, ou os mesmos lugares são decididos mediante a discussão no âmbito de uma comissão específica. Penso que o Sr. Secretário deve esclarecer este aspecto perante os deputados.

Acho positivo que as autoridades prestem atenção à saúde psicológica dos agentes militarizados. É um facto que os agentes da linha de frente podem ter problemas psicológicos, sobretudo por causa dos desfiles que se realizam sem respeito pela ordem social, e da consequente tensão registada na relação entre a Polícia de Macau e uma parte dos residentes locais. Felizmente esta situação tem melhorado nos últimos dois ou três anos. Sem dúvida, é preciso dar grande importância à saúde psicológica dos militarizados, aprendendo com as experiências de Hong Kong. Com efeito, nas corporações da segurança pública da RAEHK, fornecem-se consultas de psicologia aos polícias da linha de frente, sobretudo aos agentes que tenham realizado tarefas especiais, que lhes possam causar grandes pressões psicológicas. A meu ver, para além dos agentes militarizados, alguns deputados também precisam de aconselhamentos psicológicos. Penso que depois do tratamento dos respectivos problemas psicológicos, na discussão das LAG pode haver menos casos de utilização de violência linguística.

Ouvi dizer que, as despesas anuais para um recluso guardado no Estabelecimento Prisional, são de mais de quatrocentas mil patacas. Se o conteúdo desta notícia corresponder à verdade, acredito no tratamento personalizado atribuído aos reclusos da RAEM, numa altura em que se regista a optimização do nível de vida da população de Macau. No entanto, perante a situação em que muitos residentes de Macau não conseguem ganhar um ordenado de quatrocentas mil patacas por ano, trabalhando duramente, as despesas de valor elevado, gastas para o tratamento dos reclusos do Estabelecimento

Prisional, podem causar desequilíbrio na psicologia dos residentes locais. De facto, um empregado do casino ganha cerca de vinte mil patacas por mês, isto é, duzentas e quarenta mil patacas por ano. Contando com o subsídio de Natal, ganha anualmente duzentas e sessenta mil patacas, aproximadamente. Claro que os cidadãos da RAEM não podem dizer nada, se as autoridades justificarem as grandes despesas do Estabelecimento Prisional, apresentando razões históricas. Em resumo, exprimo a opinião de que, de um modo geral, estão a prestar bons serviços, as várias corporações das FSM, nomeadamente o Corpo de Bombeiros e a Polícia Judiciária, e que merece o nosso elogio os trabalhos realizados na área da Segurança. Espero que as FSM possam procurar um maior sucesso com base nos resultados positivos conquistados, garantindo a segurança física e dos bens da população de Macau.

Obrigado.

Presidente: Bom, em seguida passarei a palavra ao Sr. Secretário, que responderá às perguntas apresentadas pelos deputados. Na referência dos dados estatísticos, sugiro a entrega das respectivas informações por escrita noutras ocasiões.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Obrigado, Sr. Presidente. Se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Comandante Lei Sio Peng para dar, ao pedido do sector educativo de Macau, explicações sobre o combate às acções de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos.

Presidente: Bom, Sr. Comandante Lei Sio Peng, por favor.

Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública, Lei Sio Peng: Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou fornecer mais informações sobre o combate às acções de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos.

O sector do jogo e o sector turístico são os dois pilares da economia de Macau, cujo desenvolvimento tem atraído grande quantidade de turistas que visitam o Território, estimulando o desenvolvimento de outros sectores da RAEM. A par disso, geram-se muitos problemas e actividades criminosas, nomeadamente actividades de prostituição ou de lenocínio, os quais têm manifestações nas periferias das instalações turísticas. Com vista a atrair os potenciais clientes, os delinquentes colocam nos jornais publicidades sobre o fornecimento dos serviços de massagem, ou empregam indivíduos para distribuir, na rua, panfletos com conteúdos pornográficos, chamando a última situação, muita atenção aos Srs. Deputados. Com efeito, as mencionadas acções constituem uma perturbação aos transeuntes, para não falar dos folhetos que se espalham no chão, e que prejudicam gravemente a imagem de Macau como cidade turística internacional.

Com vista a combater as referidas acções, adoptámos, nos primeiros dez meses do ano corrente, mais de quatrocentas operações de patrulha, das quais resultou a acusação de dezanove indivíduos por terem praticado o crime de lenocínio. Acredito que os indivíduos que espalham folhetos pornográficos exercem a mesma actividade a mando de grupos organizados de exploração de prostituição, portanto, através desta pista podemos detectar outras actividades criminosas praticadas pelos respectivos grupos, apreendendo os organizadores atrás escondidos, e penalizando-os de

acordo com a legislação em vigor. Para além de procurarmos atingir este objectivo, ainda atribuímos multas aos indivíduos que tenham espalhado folhetos pornográficos na rua, por terem transgredido as normas do Regulamento geral dos espaços públicos. É de informar que, no período entre Janeiro e Outubro do corrente ano, houve 148 pessoas em média que foram multadas por terem realizado as mencionadas acções. Vamos continuar a mandar agentes militarizados e polícias à paisana do CPSP, realizar acções frequentes de patrulha, de inspecção e de vigilância, nas zonas onde se costumam registar os actos ilícitos em destaque, por forma a prevenir e combater os respectivos crimes. Na detecção de indivíduos que espalham panfletos com conteúdos pornográficos nos passeios, nas estradas, nos túneis e pontes aéreas para peões, vamos realizar investigação para verificar se há ligação entre os respectivos indivíduos e as actividades criminosas, nomeadamente as actividades de prostituição, acompanhando os respectivos casos, para além de acusarmos os mesmos indivíduos por terem violado as regras do Regulamento geral dos espaços públicos. Reitero que o nosso objectivo é combater os grupos criminosos que controlam as actividades de prostituição ou de lenocínio, acabando, na sua fonte, com o fenómeno de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos.

Tal como mencionou o Sr. Deputado Tsui Wai Kwan há pouco, encontrámos bastantes dificuldades no combate às acções de distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos, dificuldades essas que, derivam parcialmente do abuso na utilização dos mecanismos de reclamação pelos respectivos indivíduos. A dificuldade que temos na investigação dos crimes de controlo e exploração da prostituição, tem a ver também com a impossibilidade de acompanhar o assunto através dos números de telefone registados nos cartões ou nos folhetos distribuídos. Tendo em conta esta situação, sugerimos a criação do sistema de registo do nome real, aplicando-o na requisição dos serviços de telecomunicações, e sendo necessário o requerente, quer seja residente local, quer seja turista, exibir o seu documento de identidade no acto de inscrição. Pensamos que com a tomada desta medida, podemos impedir que os telemóveis sejam aproveitados para praticar crimes, facilitando os respectivos trabalhos à Polícia da RAEM. Estas são as informações que forneço sobre a distribuição, na rua, de panfletos com conteúdos pornográficos.

O segundo assunto sobre o qual queria fornecer informações diz respeito aos serviços prestados nos postos fronteiriços, os quais, tal como afirmaram alguns deputados, constituem uma pressão bastante grande para os serviços competentes. Com o intuito de satisfazer as necessidades registadas na realidade, o pessoal do CPSP não pode descansar nas grandes férias. Depois do recrutamento de mais funcionários civis, neste momento o Serviço de Migração dispõe de 1.200 funcionários civis e militarizados, os quais são suficientes para a prestação dos serviços nos dias normais. No momento do pico distribuímos os recursos humanos com mais flexibilidade, aproveitando a não coincidência do momento do pico da caída dos passageiros do Território, e o momento do pico da entrada dos passageiros no Território. A distribuição do pessoal pertencente a postos fronteiriços diferentes, também é considerada como meio eficaz para dar resposta aos desafios colocados na realidade. Como por exemplo, se no Terminal Marítimo de Passageiros há muitos visitantes, ao passo que no Aeroporto há poucos, mandamos o pessoal do Aeroporto ao Terminal Marítimo de Passageiros para ajudar. Da mesma maneira, ao fim-de-semana e nas grandes férias, mandamos agentes devidamente treinados dos outros órgãos do CPSP prestar serviços nos postos fronteiriços, aliviando as grandes

pressões sentidas pelos respectivos funcionários. É de saber que os agentes distribuídos para apoiar os serviços migratórios, são aqueles que estão a frequentar cursos de formação, pois nunca distribuímos os agentes que patrulham nas ruas para a prestação dos mesmos serviços. Podemos prever que, no futuro próximo, com o recrutamento de mais agentes, o aumento de canais de sistema de auto-passagem, a electrónica dos documentos de viagem dos residentes do Interior da China, e a actualização do sistema informático dos FSM, a nossa capacidade de atendimento dos passageiros melhorará, e podemos fornecer aos visitantes serviços mais satisfatórios.

Em terceiro lugar, queria dar explicações sobre os trabalhos de gestão do trânsito. Na reunião de ontem, um deputado disse a seguinte frase com sinceridade: “Não só os multados ficam aborrecidos, como também os agentes não estão satisfeitos com o trabalho de atribuição de multas”. Sendo a entidade que gere o tráfego da RAM, o CPSP espera que todos os utentes das vias públicas, incluindo os condutores e os transeuntes, respeitem as regras rodoviárias, e que ninguém seja multado. Assim, não precisamos de atribuir multas. Estamos conscientes de que, com vista a atingir este objectivo, temos que reforçar as acções educativas, sensibilizando os cidadãos para a importância da segurança rodoviária. É neste sentido que o Sr. Secretário afirma, nas LAG para o próximo ano, que “Os recursos da força policial são limitados, os recursos da população são infinitos”. Para a optimização da ordem do trânsito, o reconhecimento, pelos condutores e transeuntes, da importância do cumprimento das regras rodoviárias, é muito mais importante do que a atribuição das multas pelos agentes de trânsito. Tomando como exemplo a necessidade de cedência da passagem a peões nas passadeiras, como existem em Macau inúmeras passadeiras, pergunto quantos polícias são necessários para vigiar a situação de cumprimento desta regra. Sendo assim, é muito mais importante educar condutores, de modo que os mesmos reconheçam a importância de cumprimento desta regra.

O CPSP presta grande atenção, desde sempre, aos trabalhos de gestão do trânsito do Território, garantindo a segurança no trânsito, e protegendo os cidadãos nas suas deslocações. O Departamento de Trânsito do CPSP coopera activamente com outros órgãos governamentais responsáveis pela ordenação do tráfego, realizando diferentes trabalhos de execução da lei e de divulgação da lei, acompanhando as modificações registadas no trânsito da RAEM.

Nos primeiros dez meses do ano corrente, infelizmente foram multados quase 370.000 cidadãos que transgrediram as regras rodoviárias de Macau, entre os quais, há mais de 330.000 casos de estacionamento do veículo em lugar proibido, 1.232 casos de não cedência da passagem a peões nas passadeiras, 3.146 casos de desrespeito pelos sinais do trânsito, 803 casos de passagem no sinal vermelho, 7.772 casos de conduzir mais depressa do que é permitido, e 831 casos de condução sob a influência do álcool.

Os dados estatísticos supramencionados mostraram que é extremamente fraca a consciência dos condutores da importância de conduzir com segurança. Perante esta situação, após estudos aprofundados, definimos a estratégia de combinação do reforço das acções de educação e sensibilização, com a aplicação rigorosa das regras rodoviárias, organizando operações policiais que visem o combate a actos que constituam graves transgressões das regras rodoviárias, tais como a não cedência da passagem a peões nas passadeiras, conduzir mais depressa do que é permitido, passagem no sinal vermelho, e condução sob a influência do álcool, as quais

são acções perigosas que põem em causa a segurança física de outros utentes das vias públicas.

Tal como referi, combinamos adequadamente as estratégias de reforço das acções de educação e sensibilização, e de aplicação rigorosa das regras rodoviárias. Neste contexto, o Departamento de Trânsito do CPSP envida grandes esforços para organizar continuamente campanhas de sensibilização, chamando a atenção aos cidadãos para a importância da segurança rodoviária. Para além da organização, todos os anos, da “Campanha de Sensibilização Rodoviária”, em cooperação com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e com as instituições privadas, produzimos ainda programas sobre a segurança no trânsito, para serem emitidos na Rádio, apelando para a população respeitar as normas rodoviárias. Realizamos, nos primeiros dez meses do ano corrente e nas escolas e associações privadas, 96 palestras sobre a segurança rodoviária, nas quais participaram quatro mil e tal pessoas. Com base nestas actividades, o Departamento de Trânsito reforça, juntamente com a Divisão de Relações Públicas da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, as acções de divulgação de mensagens de segurança no trânsito, com o objectivo de corrigir os maus hábitos dos utentes das vias públicas, criando uma atmosfera de respeito pelas regras da Lei do Trânsito Rodoviário, assim como de deslocação com segurança.

Tendo em consideração o estatuto de Macau de cidade turística, e a grande quantidade de turistas (cujo número atingiu vinte e oito milhões de pessoas em média no ano passado) que utilizam as vias públicas do Território, afirmamos a necessidade de divulgar, junto dos turistas, as mensagens de segurança rodoviária.

O CPSP definiu planos de educação e sensibilização virados para os turistas que visitem Macau, planos esses que serão concretizados através das acções realizadas nos seguintes dois aspectos:

Em primeiro lugar, mandamos agentes distribuir folhetos nos postos fronteiriços, divulgando mensagens sobre as características do trânsito de Macau, as regras que se devem respeitar, e os cuidados que se devem ter para uma deslocação com segurança, lembrando os turistas, sobretudo os turistas do Interior da China, do sentido da circulação dos veículos nas estradas, de modo a prevenir a ocorrência de acidentes. Pois o que se vê com frequência é a situação perigosa de que, ao atravessarem as estradas, os transeuntes (que devem ser turistas) olham para o sentido contrário.

Em segundo lugar, serão elaboradas estratégias eficazes para a optimização da divulgação, através de vias efectivas, do ideal de “Respeito pelas regras, defendendo em conjunto a segurança rodoviária”, por forma a reforçar a consciência de conhecer e respeitar a lei.

Em resumo, o CPSP vai combinar as acções de educação, sensibilização, aconselhamento e penalização, procurando manter em boa ordem o trânsito de Macau, que se processa com uma intensidade cada vez maior.

Estas são as informações que queria fornecer. Obrigado.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Sr. Presidente:

Em resposta à pergunta do Sr. Deputado Ho Ion Sang, que prestou atenção à evolução dos trabalhos da revisão e modificação do Regulamento de segurança contra incêndios, informo de que os

colegas do DSSOPT estão a envidar grandes esforços para a examinação das regras existentes e para a definição das novas regras, desenvolvendo discussões tendo em consideração os pareceres emitidos pelo Corpo de Bombeiros, nomeadamente pelo seu Comandante.

O mesmo deputado ainda apontou para a necessidade de criação de novos estabelecimentos policiais e postos de bombeiros, com vista a acompanhar o desenvolvimento das Ilhas, onde ficarão construídos grandes conjuntos de edifícios da habitação pública. O facto é que já prestámos atenção à respectiva necessidade. Tomando como exemplo a Polícia Judiciária, foi criada, no *Cotai Strip*, a Delegação do COTAI da PJ há vários anos.

É de informar que o CPSP vai construir, no COTAI, um complexo policial onde se situarão o Comissariado Policial de Coloane (que, dispondo de mais recursos humanos, substituirá o Posto Policial de Coloane por causa do aumento da população da Ilha de Coloane), o Comissariado de Trânsito das Ilhas e a Escola de Polícia. Neste momento, já definimos as infraestruturas necessárias para a construção do novo edifício, cujo desenho e construção serão acompanhados pela DSSOPT, a qual está a esperar pelo resultado da avaliação ambiental, realizada pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental.

O Corpo de Bombeiros, por sua vez, vai construir, no COTAI, o Centro de salvamento e o posto operacional do Corpo de Bombeiros em Coloane, cuja construção foi definida há muitos anos, podendo já ter sido iniciada há muito tempo. Foi exactamente por causa da construção, em Coloane, de um conjunto de edifícios da habitação pública, que o projecto inicial ficou desactualizado e desfasado da realidade. Sendo assim, o mesmo projecto tem que ser redefinido e alterado para melhor corresponder à procura ao nível das operações de resgate e de outros serviços prestados pelos bombeiros, sendo a DSSOPT responsável pelo acompanhamento da implementação do respectivo projecto. O respectivo edifício disporá de um parque de estacionamento, um campo para treino, um campo de desporto, um prédio com quatro andares com os respectivos equipamentos de salvamento e para as operações do CB, estando o desenho do projecto a ser elaborado pela empresa de consultoria adjudicatária, de acordo com as exigências apresentadas pelos órgãos do CB que vão utilizar a mesma instalação.

Para além disso, temos ainda o Posto Operacional de Hengqin do Comissariado Policial de Coloane, e o Posto do CB do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, cuja construção é acompanhada pelo Gabinete para o Desenvolvimento de Infraestruturas. Está previsto que os mencionados postos ficarão construídos na altura em que as obras de construção do novo *campus* da UM se concluírem.

Em resposta à pergunta da Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi, que queria saber se as FSM pensam em manter os agentes reformados no seu posto, afirmo que, depois de ponderação aprofundada, optámos por recrutar novos agentes para o preenchimento das vagas do quadro das FSM. Tomámos esta decisão tendo em conta as necessidades registadas na realidade, em que são precisos sobretudo agentes novos, ágeis nos movimentos e com boa vista para trabalharem na linha de frente. Neste aspecto os agentes aposentados não são tão bons como os agentes novos, ainda que sejam mais experientes, ocupando os postos de chefe, subchefe, e guarda principal, sendo de pequena quantidade os agentes que reúnam as condições para a reforma, e que sejam da categoria de

guarda de 1.ª classe. É de saber que, depois de terem trabalhado duramente durante vinte e tal ou trinta anos fazendo turnos, muitos destes agentes ficam com presbiopia e ombros congelados, e portanto, se os mesmos continuarem a prestar serviços nas FSM depois da reforma, normalmente trabalham nos escritórios. No entanto, neste momento, o que necessitamos são jovens robustos que trabalham na linha de frente, nomeadamente nos postos fronteiriços onde precisam de verificar os passaportes e carimbar. É evidente que não é conveniente que estes trabalhos sejam realizados pelos agentes com cinquenta anos. Pelo exposto, os chefes de divisão, os chefes de departamento e os comissários, preferem recrutar novos agentes. Tendo definido esta política, nos últimos anos elevámos a remuneração e o valor dos subsídios, por forma a atrair a adesão de mais jovens. Para além disso, ainda proporcionamos mais oportunidades de promoção nas carreiras de base.

A mesma deputada manifestou a dúvida acerca da afirmação que fiz, da redução progressiva dos crimes detectados nos primeiros nove meses do corrente ano, apontando para a tendência de aumento dos crimes, comparando o respectivo número registado no período entre Janeiro e Setembro do ano corrente, e o número registado no período homólogo do ano passado. É de esclarecer que, quando falei da diminuição gradual dos crimes ocorridos nos primeiros nove meses deste ano, estava a comparar os primeiros três trimestres do ano de 2012, isto é, fazer a comparação entre o período entre Janeiro e Março, o período entre Abril e Junho, e o período entre Julho e Setembro. Chamo a atenção para o facto de que, quando fiz a referida afirmação, não comparei o ano corrente com o ano passado, em termos do número de crimes detectados.

A Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi também pediu informações sobre as acções de combate a crimes de transporte, de tráfico e de consumo de drogas. A propósito disso, afirmo que damos grande importância às actividades de intelligence, de recolha e de análise de informações, no combate a crimes relativos a estupefacientes e a substâncias psicotrópicas. Para além disso, nos postos fronteiriços ainda temos os cães policiais e os instrumentos de *iontrack* para a detecção de drogas. Em seguida darei a palavra ao Sr. Director da Polícia Judiciária Wong Sio Chak, que fornecerá explicações sobre o combate aos crimes em destaque.

Presidente: Sr. Director Wong, por favor.

Director da Polícia Judiciária, Wong Sio Chak: Obrigado, Sr. Secretário.

Exmo. Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Em primeiro lugar queria agradecer a atenção atribuída pelos Srs. Deputados aos crimes referentes a drogas.

Em seguida vou fazer a apresentação da situação da criminalidade relacionada com estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Tal como mencionou o Sr. Secretário, tem sido registada uma diminuição do número de crimes relativos a drogas, nomeadamente os crimes de consumo de drogas. Apesar disso, tem-se registado um aumento nítido do número de indivíduos envolvidos nos mesmos crimes, e entregues ao Ministério Público. Não vou referir todos os dados estatísticos relacionados com o problema de drogas, concentrando apenas a atenção no número de crimes de transporte de drogas, detectados no Aeroporto Internacional de

Macau. Após a instalação, em Setembro do ano passado, dos equipamentos de rastreio de raio X no mencionado Aeroporto, no ano corrente só se registou ali um crime de transporte de drogas, o que representa uma grande diminuição em relação ao ano passado, no qual se detectaram, no Aeroporto Internacional de Macau, onze casos de transporte de drogas, e em comparação com o ano de 2010, em que se registaram treze crimes semelhantes. Apesar da obtenção do referido resultado com a tomada das acções de combate a crimes relativos a drogas, nunca fomos optimistas com a situação futura de criminalidade relacionada com drogas. O facto é que a internacionalização do Território e os grandes lucros provenientes do tráfico de drogas, são razões fortes que levarão à permanência, em Macau, dos mesmos crimes, cujo número tende sempre a subir.

São os seguintes os novos fenómenos referentes ao tráfico e consumo de drogas, aos quais temos que prestar muita atenção, combatendo-os envidando grande esforço:

A diversificação da modalidade da criminalidade é uma tendência que se tem registado nos últimos anos, para a qual a Sra. Deputada Ho Sio Kam e a Sra. Deputada Chan Melinda Mei Yi chamaram a atenção na reunião de ontem. O facto de os delinquentes praticarem crimes de uma forma mais escondida, tem levado à necessidade de aquisição de técnicas, equipamentos e aparelhos de alta tecnologia, os quais são utilizados para a detecção e a investigação dos crimes referentes a drogas.

Por outro lado, têm surgido novos tipos de drogas, para além do aumento da quantidade de drogas detectadas. No ano corrente, tem-se notado um agravamento da situação de Macau servir como ponto intermediário para o tráfico internacional de drogas. Anteriormente, as drogas costumavam entrar na RAEM através do Aeroporto Internacional de Macau. No corrente ano, ocorreu pelo menos um crime de transporte de drogas do Aeroporto Internacional de Hong Kong para o Interior da China, passando por um dos terminais marítimos de passageiros de Macau, para além de um caso do transporte de metanfetamina da China Continental para a Austrália, passando pelo Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.

A terceira novidade que se regista nos crimes de tráfico e consumo de drogas, é o aumento dos casos de consumo colectivo de drogas sobretudo nos apartamentos dos edifícios residenciais, o que conduz à grande dificuldade de detecção dos respectivos crimes.

A Polícia da RAEM ainda tem que prestar uma atenção especial ao fenómeno de consumo de drogas pelos turistas, que muitas vezes trazem para o Território drogas para o consumo próprio nos hotéis ou nas instalações de diversões. Trata-se de uma nova modalidade da criminalidade que envolve grandes quantidades de turistas que entram no Território (vinte e oito milhões no ano passado). Perante esta situação, a Polícia de Macau reforçará as acções de recolha de informações, nomeadamente sobre a origem das drogas que entram no Território, trazida pelos turistas, por forma a controlar e diminuir a quantidade de droga que entram na RAEM através da referida via.

Em resposta às perguntas dos deputados, o Sr. Secretário afirmou na reunião de ontem que, a PJ tem adoptado, ao longo do tempo, uma série de estratégias para a prevenção e combate a crimes relativos a drogas, as quais são precisamente as estratégias de cercar, perseguir, obstruir e interceptar (reparem que não se trata das estratégias que o Partido Nacional utilizou para exterminar o Exército Vermelho). Em seguida vou explicar o conteúdo das mencionadas quatro estratégias.

Em primeiro lugar, reforçamos as acções de patrulha, de inspecção e de monitorização nos hotéis, nos estabelecimentos de diversões, nos terminais marítimos de passageiros, no Aeroporto Internacional de Macau e nos postos fronteiriços. Mobilizamos, através do Grupo de Prevenção Criminal na Área da Habitação, das organizações das zonas comunitárias e das escolas, a população local a denunciar as actividades criminais relacionadas com drogas, sensibilizando, mediante a elaboração e emissão dos programas específicos na televisão e na rádio, a fixação de grandes cartazes ao ar livre, e a distribuição dos respectivos panfletos, os cidadãos para a importância da detecção e do combate aos respectivos crimes, tendo obtido muitos apoios prestados por parte dos residentes.

Em segundo lugar, intensificamos e optimizamos a coordenação e cooperação de intelligence com os serviços aduaneiros das regiões vizinhas e dos países estrangeiros, comunicando atempadamente os crimes detectados, e procurando a fonte das drogas apreendidas. Há duas semanas, no seguimento da denúncia feita pelos empregados de um hotel na RAEM, apreendemos mais de um quilo de metanfetamina num quarto de um hotel local, tendo detido o respectivo suspeito. A partir das informações reveladas pelo mesmo indivíduo, os serviços policiais do Interior da China detectaram dois lugares, um em Shantou e o outro em Zhongshan, onde se escondiam drogas e armas de fogo, tendo apreendido mais de quatro quilos de metanfetamina, outros estupefacientes e substâncias psicotrópicas, um lote de espingardas, pistolas e balas. Este exemplo demonstra o sucesso que conseguimos na perseguição dos criminosos.

No que concerne à estratégia de obstrução, reforçamos a fiscalização dos passageiros e mercadorias que entram no Território por vias marítimas, terrestres e aéreas, acompanhando todos os pontos duvidosos. No Aeroporto Internacional de Macau, nos terminais marítimos de passageiros, e nos postos fronteiriços, tais como o Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, há os nossos investigadores criminais que vigiam e inspecionam, prestando uma atenção especial a determinados voos.

No que diz respeito à quarta estratégia, ou seja, a estratégia de interceptação, aperfeiçoamos sobretudo a capacidade de detecção de drogas, adquirindo equipamentos modernos de alta tecnologia. Tal como referi atrás, em Setembro do ano passado, instalámos, no Aeroporto Internacional de Macau, equipamentos de rastreio de raio X, os quais esperamos que também possam ser instalados, no próximo ano, nos terminais marítimos de passageiros, e no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, de modo a reforçar a respectiva capacidade. Para além disso, queria aproveitar a oportunidade de hoje para fornecer a informação de que, activámos o respectivo procedimento para a inclusão de três drogas na respectiva lista, contida na Lei de proibição de produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, como consequência do reforço da troca de informações com os serviços congéneres dos diferentes países e regiões do mundo, estratégia essa que, é amplamente adoptada pelas FSM, e foi mencionada pelo Sr. Secretário na reunião de ontem.

Obrigado a todos.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: Sr. Presidente:

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang prestou atenção às acções de combate a crimes do jogo. Sublinho que envidamos sempre grande esforço para manter a ordem nos casinos. Nos primeiros nove meses

do ano corrente, foram instaurados 490 processos relacionados com crimes do jogo, o que representa um aumento de 7% em comparação com o período homólogo do ano passado, no qual se registaram 458 processos relacionados com crimes do jogo. A análise dos crimes do jogo ocorridos permite-nos constatar uma tendência nítida de subida do número dos crimes de agiotagem, de furto, de abuso de confiança, de jogo ilegal, de burla, de apropriação ilegítima de coisa móvel, e de ofensa simples à integridade física. No período entre Janeiro e Setembro do ano corrente, foram detidos 508 suspeitos, o que corresponde a um crescimento de 14% em comparação com o período homólogo do ano passado, no qual se prenderam 443 suspeitos.

A mesma deputada chamou a atenção para a existência de casamentos de conveniência. Com o desenvolvimento a grande velocidade da economia de Macau, e com o melhoramento incessante da importância da RAEM no âmbito mundial, tem-se registado um aumento acentuado da população proveniente de lugares exteriores. Antigamente, os crimes de falsificação de documentos mais comuns eram os crimes de utilização do Bilhete de Identidade de Residente de Macau falsificado para trabalhar no Território, ou utilizar documento de viagem falsificado para entrar em Macau. Actualmente, têm-se constatado muitos casos de casamentos de conveniência, por forma a adquirir o direito à residência, assim como muitos casos de prestação da declaração falsa junto do Fundo de Segurança Social, fornecendo informações falsas sobre trabalhadores residentes, de modo a conseguir a autorização da importação de trabalhadores não residentes. Nos primeiros nove meses do ano corrente, a Polícia Judiciária instaurou 174 processos relacionados com crimes de falsificação de documentos (dentre os quais, há 61 casos de casamentos de conveniência), os quais mais do que duplicaram em comparação com o período homólogo do ano passado. As estratégias utilizadas pela Polícia de Macau para fazer frente a esta situação, são as seguintes: intensificar as acções de investigação e de análise, realizadas pelos investigadores com conhecimentos específicos, reforçar a comunicação com a Direcção dos Serviços de Identificação, com o Gabinete para os Recursos Humanos, e com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, pedindo o seu apoio, tomar a iniciativa de recolher informações secretas através da plataforma informática da rede e dos meios de comunicação social, trocando informações secretas com os respectivos serviços, por forma a combater conjuntamente os crimes em destaque.

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang mencionou uma modificação introduzida na Lei da contratação de trabalhadores não residentes, de acordo com a qual, em caso de revogação ou caducidade da autorização de permanência, os trabalhadores não residentes estrangeiros podem continuar a ficar na RAEM durante mais dez dias, ao passo que é impossível a permanência dos trabalhadores não residentes provenientes do Interior da China. Perante o questionamento da mesma deputada da adequação desta nova regra, realço que o Serviço de Migração do CPSP age sempre segundo a lei, e que no que concerne às modificações introduzidas na Lei em destaque, assumimos uma atitude aberta. Se na mesma Lei vier a ser definida a regra de os trabalhadores não residentes estrangeiros terem que sair do Território imediatamente depois de revogação ou caducidade da autorização de permanência, cumprimos na mesma a nova regra definida. Contudo, acho que merece a nossa consideração, o facto de estes trabalhadores não residentes estrangeiros serem provenientes sobretudo dos países do Sudeste Asiático, e de haver muitos voos entre estes países e a RAEM, os quais só custam mil e tal patacas. Sendo assim, se estes indivíduos saírem de manhã do

Território, à noite podem voltar cá outra vez. Portanto, não me parece que faça muito sentido obrigá-los a sair imediatamente.

Prestamos muita atenção à relação entre os cidadãos e a Polícia. Tomando como exemplo o tratamento dos reclusos que se encontram no Estabelecimento Prisional de Macau, e dos indivíduos detidos no Centro de Detenção, no Edifício do Serviço de Migração, em Pac On, tratamo-los de forma humana de acordo com as exigências das respectivas convenções internacionais. Se houver cidadãos que se queixem de ser mal tratados, espero que os Srs. Deputados nos possam transmitir a mesma notícia, de modo que possamos acompanhar o respectivo assunto.

Em relação aos trabalhos de simplificação do processo de participação de casos, pelos quais são responsáveis os Serviços de Polícia Unitários, foram tomadas, pelo CPSP e pela PJ, as seguintes medidas, as quais se situam em dois níveis.

Em termos dos trabalhos administrativos, adquirimos computadores que funcionam rapidamente, e elaborámos minutas para as situações simples que ocorrem com frequência. Com a ajuda destas minutas, os graduados de serviço elaboram o relatório a grande velocidade, só necessitando de preencher os espaços. Pois não só as vítimas ficam aborrecidas com o longo tempo de espera, como os agentes também querem realizar o trabalho o mais depressa possível.

Ao pedirmos às vítimas ou testemunhas para se apresentarem nas audições, fornecemos a possibilidade de escolher a hora mais conveniente, de modo a facilitar a vida dos cidadãos. Por outro lado, o piquete de todos os postos policiais presta serviços durante vinte e quatro horas. No caso de perda de Bilhete de Identidade, pode-se obter o título provisório de identificação vinte minutos depois da prestação da respectiva declaração.

A Polícia Judiciária criou o Núcleo de Denúncias e Intervenção, otimizando os trabalhos de atendimento dos denunciantes. Uma das facilidades fornecidas pelo mencionado Núcleo aos cidadãos, é a aceitação, fora do horário de expediente, das requisições da certidão de denúncia, que é necessária para a anulação do processado.

O CPSP, por sua vez, fornece os serviços de “one stop” para a prestação de depoimentos no Comissariado Policial n.º 2 do CPSP. Para além disso, depois de terem sido realizadas as respectivas formalidades, é emitida uma guia de denúncia com o número de participação do caso, de modo que o denunciante possa acompanhar a evolução do processo.

A partir de Julho do ano corrente, o CPSP começou a adoptar o novo modelo de comunicação de casos, que consiste no reforço da comunicação através do telefone pela radiocomunicação. A explicação, através da radiocomunicação, do conteúdo e da natureza dos casos, pelo pessoal do Centro de Controlo Operacional, aos membros da equipa operacional dos diversos Comissariados Policiais, permite uma maior eficiência na realização dos respectivos trabalhos.

Com o intuito de facilitar a vida dos cidadãos, a Polícia Judiciária optimizou o procedimento para a requisição da certidão de denúncia, permitindo aos denunciantes apresentar o respectivo requerimento imediatamente após a prestação de depoimentos. A PJ envia ainda, a pedido do requerente, a certidão de denúncia para o endereço indicado no Território de Macau, ou nos países estrangeiros.

A Polícia Judiciária contratou mais funcionários para a realização dos trabalhos de recolha de impressões digitais, o que pode contribuir para o encurtamento do tempo necessário para a participação dos casos. A PJ ainda colaborou com a Conservatória do Registo Civil na simplificação das formalidades de requisição de certificado de óbito.

A outra medida adoptada pela Polícia Judiciária para simplificar as formalidades, é acudir ao lugar da ocorrência do crime, tais como o crime de furto nos autocarros, imediatamente após a recepção do respectivo pedido de auxílio.

A Sra. Deputada Kwan Tsui Hang pediu, a criação mais rapidamente possível, da relação de cooperação judiciária em matéria penal entre a RAEM e o Interior da China, de modo a melhor prevenir e combater a criminalidade ocorrida nos dois lugares. Concordo com a opinião da mesma deputada. É de informar que o mesmo assunto está a ser tratado pelos serviços competentes na área da Administração e Justiça. Antes da assinatura do respectivo acordo, a Polícia de Macau vai aproveitar os mecanismos de cooperação em matérias de assuntos policiais existentes, reforçando a comunicação e a troca de informações secretas com os serviços congéneres da China Continental, realizando conjuntamente as respectivas investigações, e combatendo a criminalidade transfronteiriça.

Em resposta ao Sr. Deputado Chui Sai Cheong, que prestou atenção à criação da Força de Reação Rápida, afirmo que estudaremos, no próximo ano, a viabilidade da criação destas unidades, subordinadas aos diversos Comissariados Policiais do Departamento Policial de Macau e do Departamento Policial das Ilhas. De acordo com a concepção inicial, cada uma destas equipas é composta por cinco membros, equipadas provavelmente com espingardas, as quais patrulham, em veículos policiais e durante as vinte e quatro horas, nos pontos críticos de segurança e nos lugares com grande acumulação de turistas. A criação destas equipas pode permitir uma maior mobilidade nas operações a realizar na ocorrência de crimes. No estudo da viabilidade da implementação deste projecto, vamos considerar a questão da distribuição dos recursos humanos e dos equipamentos das armas de fogo, tomando como referência as experiências das regiões vizinhas, nomeadamente as experiências de Hong Kong.

O mesmo deputado pediu ainda a distribuição, à hora de ponta e nos dias de chuva, de mais agentes de trânsito para fazer vigilância nas estradas, garantindo o cumprimento da regra da proibição da paragem de veículos na zona de quadrados amarelos, por forma a manter a fluidez do tráfego nos cruzamentos, evitando o engarrafamento que se costuma registar nos referidos momentos. Agradecemos a opinião do Sr. Deputado Chui Sai Cheong, e prometemos acompanhar o mesmo assunto.

O Sr. Deputado Chui abordou igualmente a questão da falta do pessoal das FSM, apontando para a necessidade de introduzir modificações nos respectivos diplomas legais, e nos mecanismos de promoção das Forças de Segurança. Vamos proceder a estudos e análises aprofundados sobre este assunto.

O Sr. Deputado Sio Chi Wai prestou atenção à evolução dos trabalhos da instalação das câmaras do CCTV. A propósito disso, queria esclarecer que, após a promulgação da Lei do Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos, temos a necessidade de

tornar legítimas as mais de mil e trezentas câmaras do CCTV instaladas nas diversas corporações das FSM, nas vias públicas à volta destas instalações, nos postos fronteiriços e nas pontes. Foi por causa disso que se publicou, há algum tempo e no Boletim Oficial, a autorização da instalação das mesmas câmaras do CCTV. Quanto à instalação das quatrocentas câmaras do CCTV, trabalho acompanhado pelos Serviços de Polícia Unitários, é de informar que o respectivo processo já foi entregue à DSSOPT, tendo os serviços competentes emitido o respectivo parecer. Estamos a esperar pela abertura, o mais rapidamente, do concurso público para a adjudicação das obras da instalação, assim como pelo início, em breve, dos respectivos trabalhos, de modo a garantir a segurança física e dos bens dos cidadãos de Macau.

O mesmo deputado pediu a optimização dos serviços prestados nos postos fronteiriços, e a facilitação da passagem das fronteiras pelos passageiros. As diversas corporações das FSM, nomeadamente o Serviço de Migração e o Corpo de Bombeiros, vão prestar atenção à necessidade de alargamento do seu quadro, melhorando a qualidade do seu pessoal. Recentemente, trinta e tal alunos formados pela Escola de Polícia queriam ingressar nas carreiras do CB, cujo quadro, porém, só tinha vinte e tal vagas.

No respeitante ao edifício de postos fronteiriços do Novo Acesso entre Guangdong e Macau, e aos novos modelos de passagem nas fronteiras, assumimos uma atitude aberta face às diferentes alternativas, procurando fornecer uma maior conveniência aos passageiros. Neste momento, o grupo específico de Guangdong e de Macau está debruçado sobre o estudo dos respectivos assuntos, envidando nós todos os esforços para colaborar na implementação dos planos definidos. Apresentámos a sugestão da junção dos balcões do posto fronteiriço do lado de Macau e do lado do Interior da China, de modo que os passageiros só precisam de esperar uma vez nas filas. Isto é, ao saírem do Território de Macau, depois de serem examinados pelos agentes do Serviço de Migração do CPSP, os passageiros passam imediatamente e seguindo a mesma ordem pelos balcões de examinação do Interior da China, e vice-versa, na entrada no Território. Esperamos que a nossa sugestão possa ser aceite, de modo a encurtar o tempo de espera na passagem das fronteiras pelos turistas e pelos residentes da RAEM.

O Sr. Deputado Sio Chi Wai abordou igualmente o tema da permanência ilegal. Tal como afirmei na reunião de ontem, assumimos uma atitude aberta quanto às sanções definidas. Claro que podemos tomar medidas muito rígidas, duplicando ou triplicando o valor das multas (como já aumentámos o montante da multa atribuída aos casos de permanência ilegal, de vinte patacas para duzentas patacas por cada dia que exceda o prazo de autorização de permanência). No entanto, tendo em consideração a importância dos turistas para a economia de Macau, temos o receio das influências negativas produzidas pelas medidas rígidas, as quais podem fazer diminuir o número dos turistas de Macau. Pois nenhum residente da RAEM quer ver a redução da quantia do subsídio atribuído no âmbito do Plano de participação pecuniária. Sendo assim, só podemos definir as respectivas estratégias tendo em conta o consenso da sociedade. Antes da elaboração de novas políticas, vamos ouvir a opinião da população da Macau. De acordo com os dados estatísticos mais recentes, em cada mil visitantes oriundos da China Continental, quase 1,2 pessoas permaneceram ilegalmente no Território. Cabe aos residentes da RAEM ponderar se a situação de permanência ilegal é grave ou não.

Em seguida, se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr.

Director do Estabelecimento Prisional para fazer a apresentação das obras de construção do novo Estabelecimento Prisional, bem como, das obras de alargamento da zona para os detidos do sexo feminino e do funcionamento da velha cadeia, questões abordadas pelo Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Presidente: Bom, Sr. Director Lee, por favor.

Director do Estabelecimento Prisional, Lee Kam Cheong: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Em seguida vou fornecer informações sobre o novo Estabelecimento Prisional, ao qual muitos deputados e amigos dos *media* prestaram atenção.

Situando-se num terreno na Estrada da Barragem de Ka Ho, cuja dimensão (não vou mencionar aqui os respectivos números) é apenas um pouco maior do que a do terreno onde se encontra a actual cadeia, o novo Estabelecimento Prisional tem a capacidade de acolher dois mil e setecentos reclusos masculinos e femininos, os quais podem dormir em mil e quinhentas camas de beliche. É de saber que é devido ao desenho da nova concepção que se permite o aumento considerável da referida capacidade.

Acho que há necessidade de mencionar as características do novo Estabelecimento Prisional, as quais têm a ver com as despesas necessárias para a sua construção, às quais muitos cidadãos e deputados têm prestado muita atenção ultimamente. Tendo em consideração as grandes despesas necessárias para realizar os trabalhos de manutenção e reparação das instalações e equipamentos, para garantir a qualidade da vida dos reclusos, e para proporcionar um ambiente de trabalho razoável aos funcionários, bem como pretendendo proteger o ambiente poupando os recursos, nomeadamente a electricidade e a água (as despesas de água do EP subiram muito com a implementação do novo plano de contagem das despesas da água, que beneficia os utentes que gastem pouca água, castigando os utentes que gastem grande quantidade dos recursos hídricos), na construção do novo Estabelecimento Prisional, optámos pelo desenho que permite a diminuição do custo do funcionamento da cadeia e a contribuição para a protecção ambiental. Actualmente, estamos a gastar tanta electricidade, que os colegas do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético nos pedem, todos os anos, para apagar mais luzes. O problema é que a cadeia não pode ter as luzes apagadas. Para procurar o melhoramento nestes aspectos, na construção do novo Estabelecimento Prisional, decidimos instalar um sistema que permite a reutilização da água quente, um sistema centralizado de petróleo liquefeito (combustível que vai substituir a electricidade no aquecimento da água para o banho), holofote LED e lâmpadas ecológicas economizadoras da energia que emitem apenas luz fria, de modo a diminuir a necessidade da electricidade. Tal como referi, adoptámos estas medidas para diminuir o custo de funcionamento do EP.

O Sr. Deputado Mak Soi Kun visitou o Estabelecimento Prisional, tendo notado que as paredes da zona para os detidos do sexo masculino estão em muito piores condições do que as da zona para os detidos do sexo feminino. Daqui a um pouco vou explicar esta diferença com mais pormenores. O facto é que todos os anos realizamos obras de manutenção e de reparação das paredes,

incluindo a parede exterior, pintando-as na estação seca. No entanto, devido aos problemas existentes na construção das mesmas paredes, sempre que cheguem os meses de Abril e de Maio, ou seja, quando chega a humidade, as paredes da zona para os detidos do sexo masculino estão cobertas de bolor. Pelo contrário, não costuma haver problemas nas paredes da zona para os detidos do sexo feminino, a qual foi construída na década de setenta ou oitenta, isto é, mais cedo do que a zona para os detidos do sexo masculino. O Sr. Deputado Mak Soi Kun é sabedor no sector de construção civil, e percebe muito bem que isto tem a ver com as técnicas utilizadas nas obras de construção e de decoração das paredes. Sendo assim, podemos perceber que a mencionada diferença não tem nada a ver com uma grande atenção dada especialmente à zona para os detidos do sexo feminino, em detrimento da zona para os detidos do sexo masculino. Com vista a evitar a repetição da mesma situação, na construção do novo Estabelecimento Prisional, escolhemos utilizar materiais ecológicos para o tratamento da superfície das paredes. Por exemplo, utilizamos a liga de alumínio para a cobertura da parede exterior, material esse que tem a função de auto-limpesa, assim como, utilizamos produto de diatomito para o reboco das paredes interiores, que tem a vantagem de absorver o fedor. Com a utilização dos mencionados materiais, poupam-se os recursos públicos gastos para a pintura anual das paredes.

Também já pensámos em substituir todas as lâmpadas existentes na antiga cadeia por lâmpadas ecológicas economizadoras da energia, assim como, em instalar um novo sistema de abastecimento de água que permita a reutilização da água, o que, no entanto, implica a necessidade de grande quantidade de verbas. Portanto, só podemos aproveitar a oportunidade de construção do novo Estabelecimento Prisional para concretizar os respectivos planos de protecção ambiental, assim como de economia dos recursos públicos.

Tal como já anunciámos várias vezes noutras ocasiões, as obras de construção do novo Estabelecimento Prisional serão realizadas em quatro fases distintas. É de saber que, a divisão das respectivas obras em diferentes fases tem a ver com as necessidades na ordem da segurança.

Com efeito, na construção de uma cadeia, é importante que nenhuma companhia de construção civil fique com todas as plantas de construção do estabelecimento em destaque. Assim, tendo em consideração a necessidade de sigilo, as obras de construção do novo Estabelecimento Prisional são divididas em quatro fases, e realizadas por companhias de construção civil diferentes. As obras da primeira fase consistem na construção das estradas à volta, da torre de observação, do muro exterior, das instalações de contenção periférica, da subestação de electricidade e do posto de petróleo liquefeito.

As obras da segunda fase visam a construção de uma oficina, da zona para a detenção de reclusos e de um complexo de treino.

As obras da terceira fase, por sua vez, têm o objectivo de construção do edifício administrativo, do edifício da inspecção e do edifício de treino.

As obras da quarta fase têm a ver com a instalação dos sistemas electrónicos, incluindo o sistema de segurança, os quais se renovam a grande velocidade. Pois todos os anos aparecem computadores da nova geração. Sendo assim, com vista a adquirir equipamentos electrónicos mais actualizados, vamos preparar os respectivos sistemas só em último lugar. Caso contrário, teríamos mesmo

dificuldade em adquirir peças electrónicas para a substituição das peças estragadas. Estava previsto que as mencionadas obras, divididas em quatro fases distintas, seriam concluídas no período de quatro anos, se não aparecessem situações inesperadas.

É de saber que as obras da primeira fase se iniciaram em 18 de Agosto de 2010, as quais se deviam concluir no início do ano corrente, de acordo com a previsão. Todavia, recebemos, nos finais de Março deste ano, o aviso da DSSOPT de que a data da conclusão das respectivas obras ficará adiada para sessenta e tal dias depois. E inesperadamente, em Setembro do corrente ano, o mesmo órgão governamental informou-nos de que era preciso realizar uma obra suplementar, que duraria cerca de oito meses. Alguns deputados perguntaram porque é que surgiu a necessidade da realização da obra suplementar, antes da conclusão das obras da primeira fase. Antes de explicar o conteúdo da referida obra suplementar, menciono primeiro as razões que conduziram à demora na realização das obras planeadas para a primeira fase.

Antes de tudo, queria explicar que a fiscalização das obras de construção do novo Estabelecimento Prisional, é realizada pela DSSOPT, por nós, e por uma companhia de terceiro. Durante a realização das obras da primeira fase, descobrimos que não corresponde às exigências, a qualidade do betão armado (que não era suficientemente duro) e dos tubos do sistema de abastecimento de água (que não resistiam bem à oxidação). Sendo o nosso ordenado proveniente dos impostos pagos pelos contribuintes, temos que ser responsáveis no exercício das nossas funções. Sendo assim, não pudemos admitir a existência das mencionadas falhas, pois tendo em consideração a especificidade das funções de uma prisão, esperamos que os materiais utilizados para a sua construção sejam muito resistentes, pois a realização dos trabalhos de manutenção e reparação é complicada num estabelecimento destes. Reparem que o que mencionei foi registado devidamente e os Senhores podem consultar os respectivos documentos. Basta pensar nos problemas que ocorrem com frequência com os tubos de água, para perceber como é importante a garantia da qualidade dos respectivos materiais. Pela razão exposta, houve necessidade de repetição de determinadas obras já realizadas.

A demora na chegada das placas de aço e vidros à prova de bala e de bombas, é o outro problema que impede o avanço normal das obras de construção. De acordo com a respectiva norma definida em 1995, altura em que comecei a participar nos trabalhos de gerência das obras realizadas na Prisão de Macau, todos os materiais à prova de bala e de bombas utilizados para a construção da prisão, incluindo as placas de aço e os vidros, têm que ser testados com armas de fogo que correspondam aos critérios internacionais, devendo a amostra ser tirada, com arbitrariedade, de todo o conjunto de materiais entregues ao estaleiro da construção em causa. A fraca qualidade verificada em qualquer uma das placas de aço ou em qualquer um dos vidros, resulta na rejeição de todos os materiais entregues. Como esta exigência está registada no respectivo contrato, vamos cumprir a regra sem excepções. Recebemos, em Setembro do ano corrente, a carta do respectivo fornecedor, que nos avisou que os mencionados materiais chegariam no mesmo mês. No entanto, até agora ainda não verificámos a chegada destes materiais.

O outro problema que surgiu e que levou à perda de algum tempo na construção do novo Estabelecimento Prisional, resulta das exigências rigorosas em termos da segurança, que se costumam apresentar na construção de uma cadeia. Ainda me lembro muito bem da forte reacção que tive, quando soube, na comunicação e

contactos estreitos que mantemos com os serviços públicos responsáveis pelas obras públicas, que o esgoto do novo EP teria um diâmetro de mais de seiscentos milímetros, esgoto esse que, dá para muitos reclusos fugirem da cadeia. Compreendo a causa que levou ao mencionado desenho dos colegas da DSSOPT, os quais têm em consideração o facto de que mais de dois mil reclusos viverão no novo Estabelecimento Prisional, onde trabalharão centenas de funcionários do EP. No entanto, no mencionado assunto temos ideias diferentes dos colegas da DSSOPT. Na nossa opinião, os esgotos só podem ter o diâmetro de trezentos milímetros, no máximo. Por causa disso, tivemos a necessidade de negociar com a companhia responsável pelo desenho e pela preparação das respectivas plantas, explicando as necessidades específicas do Estabelecimento Prisional. Com vista a garantir a segurança do novo estabelecimento, pedimos para utilizar mais esgotos para compensar a diminuição do diâmetro dos mesmos. Este tipo de discussões e negociações existe na realidade, fazendo perder algum tempo no processo de construção do mesmo estabelecimento.

No que diz respeito às obras complementares, às quais muitos deputados prestam atenção, afirmo que a necessidade da realização destas obras resulta de três situações diferentes. A primeira razão para a realização das obras suplementares, reside nas dificuldades existentes na colocação de alicerces para a construção do edifício em causa, para a qual foi preciso abrir o monte, removendo as pedras. Estas dificuldades foram-nos comunicadas pelos colegas da DSSOPT, os quais nos enviaram explicações por escrito, da situação geográfica em que se localiza o terreno em causa, assim como das características do solo do mesmo terreno. A segunda razão para a realização das obras suplementares, tem a ver com a repetição de obras realizadas, por causa da fraca qualidade dos materiais utilizados, tais como os materiais de aço e os tubos que fazem parte do sistema de abastecimento da água, para além da necessidade de negociação com os profissionais responsáveis pela elaboração das plantas. A terceira razão para a realização das obras suplementares, diz respeito à ocorrência do fluxo de lodo, na encosta junto do terreno em destaque e na altura dos tufões, o que leva à necessidade de construir instalações de contenção periférica. É de saber que estas obras complementares já se iniciaram simultaneamente, estando prevista a sua conclusão daqui a oito meses.

Quanto à realização das obras da segunda fase, a DSSOPT entregou, em Julho do ano corrente, as respectivas plantas à empresa de consultadoria responsável. Todavia, por causa dos problemas mencionados, isto é, da necessidade de negociação sobre alguns pormenores, há necessidade de introduzir ajustamentos nas respectivas plantas. Até ao momento, foram resolvidos alguns problemas, ao passo que outros problemas ainda estão por solucionar. Esperamos que se possa abrir, o mais cedo possível, o concurso público para a adjudicação das obras da segunda fase.

No que concerne às obras da terceira fase, estão-se a introduzir modificações nas respectivas plantas.

Reitero que, nos trabalhos de fiscalização das obras de construção do novo Estabelecimento Prisional, realizados pela DSSOPT, por uma companhia de terceiro e por nós, vamos cumprir a nossa responsabilidade, impedindo a utilização de materiais de fraca qualidade, e a concretização de concepções que não satisfaçam as exigências que temos que ter em conta na construção de uma prisão.

Em seguida passarei a fornecer explicações sobre as despesas de valor elevado, gastas para o tratamento dos reclusos do

Estabelecimento Prisional, questão essa que, foi abordada há pouco pelo Sr. Deputado Cheung Lup Kwan.

As grandes despesas gastas para o tratamento dos reclusos do EP justificam-se, observando a subida da taxa de inflação, registada desde a liberalização do mercado do jogo. Com efeito, a análise dos dados estatísticos permite-nos constatar que, no ano de 2000, o custo para a vida de um dia de um recluso detido no Estabelecimento Prisional, era de 337,77 patacas (incluindo o dinheiro para pagar o salário dos funcionários), ao passo que no período homólogo, era de setecentos ou oitocentos dólares de Hong Kong, o custo para a vida diária de um recluso detido nos serviços congéneres da RAEHK, dados esses que foram fornecidos pelos funcionários do *Hong Kong Correctional Services Department*. Esta diferença traduz a discrepância registada na altura referida, entre o nível de vida de Hong Kong e de Macau. O facto é que foi em 2004 (em 2003 ocorreu em Hong Kong a epidemia de pneumonia atípica), que o custo de vida de Macau começou a subir, mantendo-se a tendência de subida em 2005 e em 2006. No ano de 2007, o custo para a vida de um dia de um recluso detido no Estabelecimento Prisional, atingiu 633,27 patacas, despesas essas que continuaram a subir para o valor de 760,39, em 2010, e para o valor de 1027,43, em 2012, segundo a previsão. A observação desta gravura em que se compara a tendência da subida das despesas para o tratamento dos reclusos do EP, e a tendência da subida dos preços das mercadorias, constatamos que é razoável a subida das despesas registada no Estabelecimento Prisional. Ora, em 2000, em Macau um café custava quatro patacas, ao passo que hoje em dia, um café custa dez, onze ou doze patacas, o que justifica a subida do custo para a vida de um dia de um recluso do EP, de 337,77 patacas para 1027,43 patacas. É de saber que o funcionamento do Estabelecimento Prisional está articulado intimamente com a sociedade da RAEM. Os preços dos serviços adjudicados e dos produtos necessários, tais como os alimentos, bem como o ordenado do pessoal do EP, sobem constantemente conforme a tendência registada na sociedade do Território. Sendo assim, como é que as despesas necessárias para a manutenção do funcionamento do EP, podem não subir aquando da elevada taxa da inflação? É de saber que já uma vez pedimos ao Sr. Secretário para o reforço do orçamento, por causa da grande subida dos preços dos alimentos que se registou nos meados daquele ano. Na discussão do Orçamento para o próximo ano, que terá lugar na próxima sexta-feira, vou fornecer explicações mais detalhadas sobre este aspecto. Para já limito-me a afirmar que na previsão dos orçamentos temos que analisar a situação a partir de uma perspectiva prospectiva.

Não sei se já respondi a todas as perguntas. Pois, ainda não respondi à pergunta apresentada pelo Sr. Deputado Chan Wai Chi, que prestou atenção aos trabalhos de educação e formação dos reclusos. Desculpem, deixem-me encontrar as respectivas matérias. Depois da visita ao Estabelecimento Prisional, o Sr. Deputado Chan ficou com a impressão de que só costumamos organizar cursos de interesse, o que é apenas um mal-entendido, talvez porque não tenha explicado bem o respectivo assunto. O facto é que não gastamos os recursos públicos só nas actividades recreativas. Antes pelo contrário, para além de organizarmos, em cooperação com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, cursos de reintegração que visam a readaptação dos reclusos à vida escolar e ao sistema educacional de Macau, cujos graduados recebem os respectivos diplomas, ainda instalámos dezassete, perdão, vinte e uma oficinas, em que se proporcionam treinos para dezassete profissões diferentes, nomeadamente empregado de lavandaria, técnico de tipografia, padeiro, técnico de manutenção e reparação, ourives, electricista, canalizador e cozinheiro, bem como, estabelecemos contactos com o

Instituto de *City & Guilds*, na Inglaterra, de modo que os nossos reclusos podem ser avaliados no seu centro de exame, obtendo os respectivos certificados reconhecidos internacionalmente, tais como o certificado de pasteleiro, que alguns dos nossos reclusos obtiveram. Com vista a promover a reinserção social dos detidos, ainda cooperamos com as instituições de ensino superior, designadamente com o Instituto de Formação Turística, organizando cursos de empregado de mesa, de bibliotecário e de treinos práticos, cujos graduados recebem os respectivos diplomas. Como o Estabelecimento Prisional não é uma escola, também fomentamos a realização de actividades que são favoráveis para a saúde psicológica dos reclusos, tais como classe de instrumentos musicais ocidentais, classe de dança, concurso de redacção, concurso de caligrafia, concurso de escrita de letras para canções, e concurso de desenho do cartão de Natal. É de saber que os cartões de parabéns e os cartões de boas festas que mandamos, são desenhados pelos nossos reclusos. Estes são os esforços que envidamos para formar e educar os detidos do EP, de modo a facilitar a sua reinserção social. Esperamos que estes indivíduos possam corrigir os seus erros, vivendo e trabalhando felizes.

Queria aproveitar esta oportunidade para apelar para os cidadãos de Macau aceitarem os reclusos libertados. Caso contrário, por mais esforço que envidemos, os mesmos indivíduos, que não se conseguem reintegrar na sociedade, voltarão para o Estabelecimento Prisional, formando-se assim um ciclo vicioso. Nos últimos anos, temos realizado muitos trabalhos neste sentido, cooperando com o Departamento de Reinserção Social da Direcção dos Serviços dos Assuntos de Justiça, nomeadamente na implementação do programa de incentivo ao emprego e à reinserção social denominado “Plano de Patrão com amor”, mencionado pelo Sr. Director Cheong na discussão da LAG, na área da Administração e Justiça. O referido programa consiste na organização de visitas ao Estabelecimento Prisional pelos patrões das empresas privadas, nas quais os mesmos patrões têm a oportunidade de conhecer reclusos que serão libertados pouco tempo depois, percebendo as suas transformações. Esperamos que com a implementação do mencionado programa, os reclusos libertados tenham mais facilidade em encontrar emprego. Antes de passar a responder a outras perguntas, volto a pedir aos cidadãos que apoiem a reinserção social dos referidos indivíduos.

Tendo em consideração a insuficiência que mencionámos, do espaço na zona para os detidos do sexo feminino, o Sr. Deputado Vong Hin Fai perguntou qual é o projecto complementar que temos e que visa a satisfação das necessidades que surgirão no futuro próximo. Antes de responder à pergunta do mesmo deputado, queria fornecer alguns dados sobre a situação de aproveitamento do espaço das zonas para os detidos. É de saber que actualmente a taxa de ocupação da zona para os detidos do sexo masculino é a de 78%, ao passo que a taxa de ocupação da zona para os detidos do sexo feminino é a de 93%. Ainda assim, na zona para os detidos do sexo feminino, há seis detidas que precisam de dormir no chão, devido à necessidade de separar os reclusos aos quais já foi atribuída sentença, dos reclusos aos quais ainda não foi atribuída sentença, assim como, de separar os reclusos adultos dos reclusos menores, para além da necessidade de aprisionar separadamente determinados reclusos por razões situadas no âmbito da saúde.

É de informar que já se iniciaram, neste momento, as obras para o alargamento da zona para os detidos do sexo feminino, obras essas que, demorarão pelo menos oito ou nove meses. Esperamos que se possa acelerar a velocidade da realização dos respectivos trabalhos, de modo que a zona em causa fique alargada o mais cedo possível. O

aumento do número de reclusos não só implica a colocação de mais camas na respectiva zona, como também exige a preparação de mais salas multiuso, de modo que os detidos tenham espaço suficiente para a realização das actividades diárias. Antes da conclusão das obras para o alargamento da zona para os detidos do sexo feminino, vamos adoptar medidas temporárias, aprisionando as respectivas detidas no Bloco IX, que se situa ao lado da Escola Superior das Forças de Segurança. Para isso, temos que realizar obras de adaptação ao Bloco IX, de modo que o mesmo edifício seja adequado para a detenção das reclusas, que tenham sido apreendidas pelo Sr. Director Wong, e tenham passado por todos os procedimentos judiciais. Como a taxa de crescimento anual dos detidos do sexo masculino é de 4,68%, prevemos que, se não houver casos excepcionais, o espaço na zona para os detidos do sexo masculino, é suficiente para satisfazer as necessidades surgidas no futuro próximo. Estas são as medidas que adoptamos para a solução do problema da falta do espaço.

Estas são as informações que queria fornecer. Obrigado.

Obrigado a todos.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: O Sr. Deputado Kou Hoi In mencionou o problema de insuficiência dos recursos humanos das FSM, sugeriu a circulação de supervisores nas salas de entrada e de saída dos postos fronteiriços, a reunião dos passageiros nas salas de espera e a permissão a apenas uma parte deles ir às salas de entrada e de saída, onde se fornecem aconselhamentos através do alto-falante, a optimização da frequência de partidas dos autocarros para Pac On sob a ordenação da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, o fornecimento do serviço de tirar as fotocópias necessárias aos cidadãos, e a criação de um posto do Serviço de Migração no Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, ou no Gabinete para os Recursos Humanos. Agradecemos a opinião e sugestão do Sr. Deputado Kou, indo o CPSP estudar a viabilidade da aceitação das respectivas sugestões.

Com vista a evitar a deslocação inútil ao Edifício do Serviço de Migração, em Pac On, colocámos na página electrónica do SM a chamada de atenção para os documentos e fotocópias necessários para a requisição da autorização de residência e do Título de Identificação de Trabalhadores não Residentes. Pois o mesmo Edifício fica bastante longe para a maioria dos residentes.

A Sra. Deputada Leong On Kei prestou atenção à implementação, nos casinos da RAEM, da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, tarefa essa que, como toda a gente sabe, compete aos inspectores dos Serviços de Saúde. Tal como no caso de pensões ilegais, os mesmos inspectores podem solicitar ao CPSP a colaboração necessária, nomeadamente nos casos de oposição ou resistência ao exercício das suas funções. Quando recebermos os respectivos pedidos, vamos apoiar envidando todo o esforço, cumprindo a nossa responsabilidade.

A Sra. Deputada Leong também mencionou as acções realizadas nos numerosos casinos de Macau, que visam o combate à criminalidade e a garantia da ordem interna dos mesmos estabelecimentos. A mesma deputada pediu ainda informações sobre os trabalhos concretos realizados pelo Grupo de resposta rápida dirigida a todos os casinos. A propósito disso, se o Sr. Presidente permitir, queria pedir ao Sr. Director Wong Sio Chak para dar as respectivas explicações.

Director da Polícia Judiciária, Wong Sio Chak: Está bem. Obrigado, Sr. Secretário.

Exmo. Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

É de informar que a criação do Grupo de resposta rápida dirigida a todos os casinos, tem por objectivo a prevenção e o combate à criminalidade. Sendo assim, este Grupo não tem, no sentido restrito, muito a ver com a execução, nos casinos, da Lei do regime de prevenção e controlo do tabagismo, já que não constitui um crime, o acto de fumar nas áreas proibidas nos casinos. Ainda assim, podemos intervir no caso de ocorrência de conflitos no âmbito da execução da mencionada Lei, se estes conflitos originarem a prática de crimes, tais como a rixa, a injúria ou a difamação. Compreendo muito bem a preocupação da Sra. Deputada Leong On Kei, achando que temos que ponderar esta questão com inteligência, encontrando estratégias para a sua solução.

Obrigado.

Secretário para a Segurança, Cheong Kuoc Vá: A Sra. Deputada Leong On Kei chamou a atenção para o fenómeno de os promotores de jogo ajudarem os casinos a aceitar apostas por baixo das mesas de jogo. Sublinho que a Polícia Judiciária presta muita atenção a este fenómeno, o qual constitui o crime de jogo ilegal, por um lado e por outro, uma acção de evasão fiscal. A PJ vai recolher informações secretas, combatendo os respectivos crimes, para além de apresentar a nossa opinião aos serviços públicos competentes, de modo que os mesmos serviços considerem o mencionado problema na atribuição e na renovação da licença para o exercício das actividades de promotor de jogo.

É de informar que o Corpo de Bombeiros dispõe de recursos humanos e equipamentos contra incêndios suficientes, possuindo duas viaturas de plataforma hidráulica de 68 metros, duas viaturas de auto-escadas de 55 metros, uma viatura de auto-escadas de 52 metros, uma viatura de auto-escadas de 33 metros, duas viaturas de auto-plataforma-elevatória de 37 metros, uma viatura de auto-plataforma-elevatória de 42 metros, dezasseis viaturas de auto-bomba-tanque, seis viaturas de auto-pronto-socorro, trinta e quatro ambulâncias e cinco veículos com colchões de salvamento. Como se pode verificar, são suficientes os respectivos equipamentos. Podemos sempre adquirir mais equipamentos modernizados quando for necessário.

Após a detecção dos crimes praticados na RAEM pelos indivíduos provenientes da China Continental, entregamos as respectivas informações aos serviços congéneres do Interior da China, informações essas que, serão tomadas em consideração pelos mesmos serviços quando receberem a requisição, apresentada pelos mesmos indivíduos, da emissão do documento de viagens para visita a Macau. As FSM dispõem de recursos humanos suficientes para reforçar a sua acção de detecção, durante vinte e quatro horas, das actividades contrabandistas. Quanto aos lugares seleccionados para a instalação do sistema de videovigilância, reitero que temos muito prazer em ouvir a opinião dos cidadãos, das organizações das zonas comunitárias e das associações privadas, de modo a melhorar, com o apoio de toda a população, a situação da segurança pública de Macau.

O Sr. Deputado Chan Wai Chi apontou para a importância da

avaliação dos desempenhos, dos resultados e dos efeitos produzidos pelas acções governativas realizadas. Afirmando que costumamos realizar, segundo a lei, a respectiva avaliação aos directores e subdirectores, verificando inclusivamente a respectiva assiduidade. Prestamos igualmente muita atenção à questão de formação e de promoção. Vamos reforçar as acções de penalização dos condutores que falem ao telefone enquanto conduzem, segurando o telemóvel na mão. No que concerne aos fracos resultados obtidos com a realização das numerosas acções de inspecção nos diversos lugares do Território para a detecção de trabalhadores ilegais, mencionados pelo Sr. Deputado Chan, vamos proceder aos estudos aprofundados, de modo a perceber a razão verdadeira que tem levado à ocorrência deste fenómeno, sabendo se existem realmente poucos trabalhadores ilegais na RAEM, ou se há outros tipos de problemas. Agradecemos aqui a opinião do mesmo deputado.

O Sr. Deputado Lam Heong Sang prestou atenção à falta do pessoal das forças policiais, apontando para o surgimento de novos desafios no âmbito de segurança pública, perante o grande desenvolvimento socioeconómico da RAEM, designadamente com a realização futura das obras dos novos aterros, assim como com a construção da habitação pública em Seac Pai Van. O mesmo deputado sugeriu a criação do Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos no Trabalho, na área da Segurança. O CPSP vai estudar a possibilidade de aceitação desta sugestão, agradecendo a opinião do Sr. Deputado Lam.

No que diz respeito aos indivíduos de permanência ilegal que entraram no Território de Macau, usando o passaporte, vamos comunicar a mesma situação às respectivas repartições do Interior da China. Reitero que prestamos muita atenção a este fenómeno.

Em resposta às perguntas apresentadas pelo Sr. Deputado Lam Heong Sang, afirmo que é da competência dos serviços na área de Transportes e Obras Públicas, a elaboração do diploma legal que visa a regulamentação da armazenagem e da utilização do gás natural, participando nos respectivos trabalhos o Grupo Específico do Corpo de Bombeiros. Os mecanismos de protecção civil existentes podem-nos ajudar a enfrentar situações de emergência, tais como o acidente do gás tóxico, e o acidente do Edifício Sin Fong Garden, que se tornou um edifício perigoso com a construção de um prédio novo ao lado. Tendo em consideração as respectivas necessidades, recentemente foi criada, através da promulgação, em 5 de Novembro, do Despacho do Chefe do Executivo n.º 297/2012, o Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos, que é responsável pela coordenação, orientação e fiscalização global das entidades públicas na adopção de medidas de urgência, com vista a responder a ocorrência repentina de incidentes relativos a catástrofes naturais, acidentes e calamidades, saúde pública e segurança pública que produzam ou sejam susceptíveis de produzir danos graves no tecido social. Compete ao mencionado Conselho activar os mecanismos de emergência existentes, nomeadamente no âmbito da protecção civil, do turismo, da saúde e da segurança alimentar. Sublinho que o Sistema da Estrutura de Protecção Civil colabora com o Conselho para o Tratamento de Incidentes Imprevistos em todos os aspectos. Tal como afirmámos, todos os anos realizamos, no Território, exercícios de acidente nuclear e de tufão, detectando a necessidade de actualização das medidas tomadas.

O Sr. Deputado Fong Chi Keong exprimiu um conjunto de opiniões, nomeadamente sobre a qualidade dos agentes das FSM na dimensão ético-moral, os comportamentos virtuosos e a capacidade de execução da lei. Agradecemos as sugestões do mesmo deputado e prometemos realizar estudos sobre os respectivos assuntos. Realço

que daremos grande importância aos casos da violação das regras e dos regulamentos pelos agentes, reconhecendo as consequências graves destes comportamentos. O Sr. Deputado Fong prestou igualmente atenção aos serviços migratórios e ao modelo de gestão da Ilha da Montanha, designadamente à política de abertura da primeira linha e de maior rigor no controlo da segunda linha. Acredito na futura ligação do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha, com as Ilhas da Taipa e Coloane e com a Península de Macau, se a entrada e a saída do mesmo *campus* forem feitas através do túnel sub-fluvial da Ilha da Montanha. Vamos prestar atenção às pressões às quais estará sujeito o Posto Fronteiriço da Ilha de Hengqin, distribuindo recursos humanos suficientes para assegurar a realização dos respectivos trabalhos, garantindo a passagem rápida dos passageiros e das mercadorias. Em relação à sugestão apresentada pelo mesmo deputado, de trocar a posição dos dois tipos de balcões na sala de saídas do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, isto é, os balcões e canais de sistema de auto-passagem para os residentes de Macau, que se situam no fundo da sala de saídas, e os balcões para a verificação dos passageiros que visitam o Território, que são estabelecidos logo na entrada da mesma sala, de modo a evitar a obstrução da entrada da sala de saídas, vamos proceder aos respectivos estudos. O mesmo deputado ainda sugeriu mandar desenhar novos trajes para as Forças em Parada na Cerimónia do Içar da Bandeira Nacional e da Região. Neste aspecto, temos a opinião de que convém manter, nos mencionados trajes usados, as características típicas portuguesas, de modo a conservar a singularidade de Macau como região administrativa especial. Tendo em consideração a necessidade de atrair os turistas provenientes do Interior da China, mesmo na introdução das modificações nos mencionados trajes, vamos tomar como referência os modelos dos trajes das forças policiais de Portugal. Agradecemos também a sugestão apresentada pelo Sr. Deputado Fong, de uma maior clareza nos critérios de atribuição das multas aos actos de transgressão das regras rodoviárias. Prometemos acompanhar este assunto e o mesmo deputado pode ficar descansado.

O Sr. Deputado Lau Veng Seng apontou para a necessidade de elaboração de planos de contingência para a intervenção nos acidentes graves transterritoriais de grande complexidade. É de informar que o Corpo de Bombeiros da RAEM elaborou, em cooperação com os serviços congéneres do Interior da China, nomeadamente da província de Guangdong, o projecto de emergência sobre o socorro e o regaste, assim como sobre a prevenção e combate a incêndios, para além da participação nos trabalhos de revisão e modificação do Regulamento de segurança contra incêndios, orientados pelos colegas na área de Transportes e Obras Públicas, apresentando opiniões profissionais.

Presidente: Sr. Secretário:

Desculpe a interrupção. Como alguns deputados precisam de participar em outras actividades também importantes após as oito horas da noite, hora marcada para a terminação da reunião de hoje, queria pedir ao Sr. Secretário para nos mandar, mais tarde e por escrito, informações pedidas pelos deputados. Penso que nas reuniões a realizar no âmbito da Comissão Permanente, para a discussão do Orçamento para o próximo ano, ainda temos oportunidades para trocar opiniões sobre as Linhas de Acção Governativa, na área da Segurança.

Finalizamos aqui a discussão das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2013, na área da Segurança.

Declaro encerrada a sessão. Obrigado a todos.

Intérpretes-tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção

